

Novos usos do Espaço Rural e suas Resiliências:

TRANSFORMAÇÕES E RURALIDADES EM GOIÁS, MINAS GERAIS E SERGIPE

Sônia de Souza Mendonça Menezes

Maria Geralda de Almeida

José Antônio Souza de Deus

ORGANIZADORES



Criação Editora

Título:

Novos usos do Espaço Rural e suas Resiliências: Transformações e Ruralidades em Goiás, Minas Gerais e Sergipe

Organizadoras:

Sônia de Souza Mendonça Menezes

Maria Geralda de Almeida

José Antônio Souza de Deus

ISBN:

978-65-88593-22-6 (digital)

978-65-88593-25-7 (impresso)

CONSELHO EDITORIAL

Ana Maria de Menezes

Fábio Alves dos Santos

Jorge Carvalho do Nascimento

José Afonso do Nascimento

José Eduardo Franco

José Rodorval Ramalho

Justino Alves Lima

Luiz Eduardo Oliveira Menezes

Maria Inêz Oliveira Araújo

Martin Hadsell do Nascimento

Rita de Cácia Santos Souza

Lucas Aribé Alves

(Parecerista de acessibilidade)

www.editoracriacao.com.br

Sônia de Souza Mendonça Menezes
Maria Geralda de Almeida
José Antônio Souza de Deus
ORGANIZADORES

Novos usos do Espaço Rural e suas Resiliências:

TRANSFORMAÇÕES E RURALIDADES
EM GOIÁS, MINAS GERAIS E SERGIPE



Criação Editora

ARACAJU - 2020

Copyright by organizadores

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, com finalidade de comercialização ou aproveitamento de lucros ou vantagens, com observância da Lei de regência. Poderá ser reproduzido texto, entre aspas, desde que haja expressa marcação do nome do autor, título da obra, editora, edição e paginação. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.619/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código penal.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8/8846

M543n Menezes, Sônia de Souza Mendonça (org.).
Novos usos do Espaço Rural e suas Resiliências:
Transformações e Ruralidades em Goiás, Minas Gerais e
Sergipe / Organizadores: Sônia de Souza Mendonça Menezes;
Maria Geralda de Almeida; José Antônio Souza de Deus. – 1. ed.
– Aracaju, SE: Criação Editora, 2020.
450 p., 21 cm.
Inclui bibliografia.
ISBN. 978-65-88593-22-6 (digital)
ISBN. 978-65-88593-25-7 (impresso)

1. Espaço Rural. 2. Geografia. III. Menezes, Sônia de Souza
Mendonça. IV. Almeida, Maria Geralda de. V. Deus, José Antônio
Souza de.

CDD 918.1
CDU 911(81)

ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

1. Geografia brasileira; Campo, meio rural.
2. Geografia; Campo, propriedade rural (Brasil).e.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; ALMEIDA, Maria Geralda de; DEUS, José Antônio Souza de (org.). **Novos usos do Espaço Rural e suas Resiliências: Transformações e Ruralidades em Goiás, Minas Gerais e Sergipe**. 1. ed. Aracaju, SE: Criação Editora, 2020. EBook (PDF). ISBN 978-65-88593-22-6.



AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC/SE) pelos recursos destinados ao fomento ao Programa de Estímulo à Mobilidade e ao Aumento da Cooperação Acadêmica da Pós-Graduação em Sergipe (PROMOB). Graças a essas instituições viabilizou-se a realização do projeto “Novos usos de territórios no campo: impactos e renovação de materialidades, ressignificações e emergência de novas ruralidades um estudo comparativo entre Sergipe, Goiás e Minas Gerais”, no contexto da cooperação científica interinstitucional entre os Programas de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, da Universidade Federal de Goiás e da Universidade Federal de Minas Gerais. O projeto foi coordenado respectivamente pela Prof^a Dr^a Sônia de Souza Mendonça Menezes, Prof^a. Dr^a. Maria Geralda de Almeida e o Prof. Dr. José Antônio Souza de Deus, entre dezembro 2017 e abril de 2021.

APRESENTAÇÃO

A dinâmica do espaço rural na contemporaneidade requer uma reflexão constante acerca das transformações que alteraram suas estruturas sociais, econômicas e culturais. O Estado, ao viabilizar o fortalecimento do agronegócio e favorecer o capital, manteve os velhos pactos com os setores hegemônicos, disponibilizando políticas e recursos financeiros, sobretudo, para o setor produtivo vinculado ao agronegócio, fortalecendo o aumento da produtividade e elevando o lucro. Todavia, essas políticas demandam, por parte de estudiosos do espaço rural, um compromisso com uma postura crítica, investigativa, capaz de avançar para formas de trabalho coletivo e para um aprender/agir com autonomia intelectual, motivando todos os envolvidos a intervirem na sociedade.

Apesar das dificuldades de fortalecimento e consolidação da agricultura de base familiar, percebe-se que essa categoria não se encontra passiva aos movimentos desterritorializantes orquestrados pelo capitalismo. São inúmeras as estratégias individuais ou coletivas de resistência firmadas pelos agricultores familiares. Essas estratégias têm por finalidade a permanência em seu território, o combate aos movimentos desencadeados por conflitos socioterritoriais, até a modificação da base técnica produtiva – na tentativa de elevação da produtividade –, a obtenção de crédito, a integração à agroindústria, práticas associativas e cooperativas, a utilização de processos produtivos alternativos (agroecológico, orgânico, artesanal), o turismo rural, a adesão às atividades não agrícolas e a especialização em processos produtivos

de nichos de mercado específicos. Também são preponderantes os movimentos preocupados com os desequilíbrios ambientais e sociais decorrentes da modernização intensiva no campo.

Ou seja, as estratégias criadas pelos agricultores familiares para permanência no campo configuram territorialidades com o propósito de controle e de domínio do território. Entretanto, tais estratégias adquirem tessituras particulares que podem refletir mudanças de ações sobre os planos econômicos, sociais e as formas de uso e organização da terra.

A reconfiguração do campo mediante a expansão de novas técnicas informativas, relações produtivas e, inclusive, a ressignificação de valores e costumes reforça a noção de hidridez do espaço rural. Entretanto, os novos elementos técnicos e econômicos não podem ser apreendidos como exclusivos definidores das ruralidades. Verifica-se nos territórios pesquisados que as ruralidades – compreendidas como territorialidades diversas e múltiplas – resultam de processos históricos e relacionais, que se dão no espaço com a convergência e divergência de espaços-tempos distintos, próximos e longínquos.

A presente publicação apresenta uma coletânea de artigos elaborados no âmbito do projeto *Novos Usos do Espaço Rural e suas Resiliências: transformações e Ruralidades em Sergipe, Goiás e Minas Gerais*. Eles foram produzidos no contexto da cooperação científica interinstitucional entre os Programas de Pós-graduação em Geografia na Universidade Federal de Sergipe, Universidade Federal de Goiás e Universidade Federal de Minas Gerais. O projeto foi fomentado pelo Programa de Estímulo à Mobilidade e ao Aumento da Cooperação Acadêmica da Pós-graduação em Sergipe (Promob), financiado pela Capes e Fapitec/SE, entre 2017 e 2021.

Este livro reúne dezesseis artigos, distribuídos em duas partes. A primeira parte, intitulada “Do urbano ao rural: dinâmicas nas ressignificações e resiliências dos usos territoriais”, conta com oito artigos.

O artigo “A condição de ser assentado, sujeitado e (re)existência na Resbio Goyaz”, elaborado por Maria Geralda de Almeida, inaugura a publicação. A autora analisa a condição dos assentados dos Projetos da Reforma Agrária no Nordeste de Goiás. Abordando se a política da colonização agrária não constituiria uma estratégia para a existência das identidades subalternas, a autora apresenta duas políticas com o intuito de entender como elas chegam até os assentados e se eles foram e são silenciados. Além disso, tece reflexões sobre alguns casos das manipulações empregadas pelo Estado com políticas insuficientes e insatisfatórias para os assentamentos e as alternativas de resistências criadas pelos subalternos, com as associações, pelas quais eles têm voz.

“As dinâmicas espaciais cidade-campo em áreas de Cerrado: do garimpo de esmeraldas em Campos Verdes, GO, ao Assentamento Caracol em Crixás, GO” é o trabalho elaborado por Wilian Ribeiro de Pádua e Marcelo Rodrigues Mendonça. Os autores problematizam as relações cidade-campo construídas com a territorialização do garimpo de esmeraldas em Campos Verdes, GO, localizado na Mesorregião do Norte Goiano. Para tanto, analisam a questão da mobilidade de parcela dos trabalhadores garimpeiros que, após “esgotadas as condições de exploração no garimpo”, em busca das condições de Existência, adentram a luta pela terra que culmina na criação do Assentamento Caracol, no município vizinho de Crixás, GO.

No terceiro texto, intitulado “Do mito da espontaneidade aos efeitos da migração: a mobilidade espacial do trabalho e do capital do agronegócio canavieiro em Goiás”, Jéssyca Tomaz de Carvalho e Adriano Rodrigues de Oliveira tecem reflexões a respeito da territorialização do agronegócio no Cerrado goiano. Seu recorte analítico da mobilidade espacial do trabalho e do capital e do recorte territorial da região centro-norte do estado de Goiás tem como foco o segmento do monocultivo de cana-de-açúcar e seus derivados.

Carlos Lobo nos apresenta o texto “A mobilidade espacial da população e a interação na Região de Influência de Aracaju”. Nele avalia o nível de interação na Região de Influência de Aracaju, analisado com base na mobilidade pendular para o núcleo metropolitano. O autor assevera que no último levantamento censitário a combinação entre os municípios de residência e aqueles de trabalho e/ou estudo permitiu a identificação dos volumes de fluxos de pendularidade laboral, bem como dos vetores dessa mobilidade específica.

Bernardo Machado Gontijo é o autor do artigo “Proteger áreas para permitir que a terra (e o Sergipe) respirem: reservas de biosfera seriam uma saída?”. Para responder ao que propõe, analisa a deterioração ambiental e destaca a necessidade de se proteger áreas do ritmo perverso da devastação e de nossa crescente vulnerabilização como espécie. O autor toma como exemplo a devastação da Mata Atlântica como elo biômico de ligação entre os estados de Sergipe, Minas Gerais e Goiás.

Em “A sociobiodiversidade no Sertão das Gerais”, Josy Dayanny Alves Souza elabora uma discussão em torno da sociobiodiversidade, evidenciando a aproximação histórica e relacional existente entre os grupos tradicionais e a natureza. A autora se propõe analisar como a gestão de um território institucionalizado ainda tem a necessidade de uma gestão que seja efetivamente participativa na conservação da biodiversidade e na valorização das culturas tradicionais.

José Eloízio da Costa contribui com “Aspectos do Censo Agropecuário de 2017: uma leitura preliminar do Nordeste.”. Para tanto, analisa indicadores da região Nordeste como a determinação do índice de concentração fundiária, as mudanças do sistema de transporte e o acesso às novas tecnologias de comunicação e aquelas inseridas no processo de produção, além da agricultura orgânica.

O texto que encerra essa primeira parte intitula-se “Uma problematização sobre realidades do mundo agrário e sobre a gestão de paisagens culturais alternativas no Vale do Jequitinhonha, MG”, produzido por José Antônio Souza de Deus. Em sua proposta de viabilizar um diálogo/interlocução entre abordagens das Geografias Cultural e Agrária, toma como recorte territorial o Vale do Jequitinhonha, situado no nordeste de Minas Gerais e extremo sul da Bahia. O autor assinala a relevância da realidade cultural densa e vívida, continuamente reelaborada pelos atores sociais locais.

A segunda parte desta publicação – “Vivências na mobilidade acadêmica nos espaços rurais e urbanos – Promob” – reúne nove artigos nos quais os autores retratam as experiências/pesquisas realizadas nos três estados partícipes do projeto já mencionado.

No texto “A produção de alimentos nos espaços circunscritos da casa e a comercialização nos circuitos curtos”, Sônia de Souza Mendonça Menezes e Maria Geralda de Almeida evidenciam as travessias realizadas durante o Projeto Promob visando analisar a apropriação do espaço de dentro – os quintais – pelas mulheres, para a produção de hortaliças, frutas, ervas medicinais, criação de pequenos animais, destinados ao consumo familiar e à comercialização nos circuitos curtos.

No artigo “A geografia dos mapas mentais salta aos olhos: a paisagem e o lugar Fazenda Velha”, Maria Augusta Mundim Vargas retrata uma atividade desenvolvida no Projeto Promob em Minas Gerais. A apresentação da elaboração e da análise de um procedimento metodológico para o entendimento de categorias geográficas é a contribuição da autora.

Em “Geograficidades dos altos: toponímia e ruralidades dos quilombos de Alto dos Bois (Minas Gerais) e Sítio Alto (Sergipe)”, Ludimila de Miranda Rodrigues Silva apresenta uma análise etnogeográfica das comunidades quilombolas. A autora, sob a perspectiva

histórico-geográfica da toponímia, busca elucidar suas semelhantes e distintas espacialidades e ruralidades a partir das vivências, diálogos e olhares sobre a sua realidade.

“Alimentos tradicionais derivados da mandioca: semelhanças e diferenças entre ruralidades de Minas Gerais e Sergipe”, de autoria de Luciana Priscila do Carmo, evidencia algumas similaridades e diferenças entre ruralidades mineiras e sergipanas que envolvem a permanência de alimentos derivados da mandioca enquanto estratégias de reprodução sociocultural de grupos familiares nos espaços urbano e rural.

No artigo “Entre declínio e ascensões: metamorfoses dos meios rurais em Sergipe e Minas Gerais”, Heberly Ruan da Conceição Silva analisa como o declínio e a ascensão de atividades econômicas proporcionam o surgimento de novas ruralidades e mudanças no cotidiano de Curralinho, em Diamantina, MG, e Resina, em Brejo Grande, SE.

O texto “Os sentidos do território e as geografidades entre Guiné-Bahia e Curralinho-Minas Gerais”, elaborado por Débora Paula de Andrade Oliveira e Sônia de Souza Mendonça Menezes, traz a análise dos significados que envolvem os sentidos do território nos distritos de Guiné (BA) e Curralinho (MG). Os dois territórios têm em comum um passado de exploração e trabalho no garimpo de metais e pedras preciosas, seguido de estagnação econômica, migração e pobreza. Na atualidade observa-se que a ascensão de territorialidades criadas pelos sujeitos do lugar tem proporcionado alternativas para a geração de renda e reprodução social dos grupos familiares.

O artigo “A territorialização de *commodities* e a vulnerabilização sociocultural de agricultores familiares”, de autoria de Rodrigo Gonçalves de Souza e Adriano Rodrigues de Oliveira, apresenta um arcabouço analítico acerca dos riscos desencadeados pelo processo de territorialização monocultora. Em sua discussão, abordam os efeitos de tal processo para a memória social, e intersubjetiva, com

a incorporação da territorialidade de agroecossistemas de agricultores familiares em sistemas produtivo-comerciais ancorados na monocultura de grãos, com ênfase ao milho transgênico no estado de Sergipe.

“Ressignificações de manifestações culturais com animais de monta em Sergipe” é o artigo que encerra essa sessão e o livro. Nele, Daniele Luciano Santos e Maria Augusta Mundim Vargas analisam as ressignificações das manifestações culturais, com o objetivo de despertar reflexões e questionamentos acerca das mudanças ocorridas na composição da cavalgada, da cavalhada, da vaquejada e da pega de boi em Sergipe.

Desejamos, com esta publicação, contribuir para as discussões acerca dos novos usos do espaço rural, as suas resiliências, transformações e ruralidades alcançadas nas investigações dos docentes e pós-graduandos partícipes do projeto de mobilidade acadêmica. Aliás, o livro foi concebido com esta intenção, e o melhor que pode lhe acontecer é justamente provocar instigantes reflexões e posturas críticas sobre novos usos de territórios no campo.

Boa leitura!

Sônia de Souza Mendonça Menezes

Maria Geralda de Almeida

José Antônio Souza de Deus

Sumário

Apresentação 7

PARTE 1 - DO URBANO AO RURAL: DINÂMICAS NAS RESSIGNIFICAÇÕES E RESILIÊNCIAS DOS USOS TERRITORIAIS

A condição de ser assentado, sujeitoado e (re)existência na Resbio 19
Goyaz
Maria Geralda de Almeida

As dinâmicas espaciais cidade-campo em áreas de cerrado: do garimpo de Esmeraldas em Campos Verdes/GO ao Assentamento Caracol em Crixás/GO 47
Wilian Ribeiro de Pádua
Marcelo Rodrigues Mendonça

Do mito da espontaneidade aos efeitos da migração: a mobilidade espacial do trabalho e do capital do agronegócio canavieiro em Goiás 77
Jéssyca Tomaz de Carvalho
Adriano Rodrigues de Oliveira

A mobilidade espacial da população e a interação na região de influência de Aracaju 109
Carlos Lobo

Proteger áreas para permitir que a terra (e o Sergipe) respirem: reservas de Biosfera seriam uma saída? 133
Bernardo Machado Gontijo

A sociobiodiversidade no Sertão das Gerais 161
Josy Dayanny Alves Souza

Aspectos do Censo Agropecuário de 2017: uma leitura preliminar do Nordeste 189
José Eloizio da Costa

Uma problematização sobre realidades do mundo agrário e sobre a gestão de paisagens culturais alternativas no Vale do Jequitinhonha/ MG 215
José Antônio Souza de Deus

PARTE 2 - VIVÊNCIAS NA MOBILIDADE ACADÊMICA
NOS ESPAÇOS RURAIS E URBANOS - PROMOB

- A produção de alimentos nos espaços circunscritos da casa e a co- 237
mercialização nos circuitos curtos
Sônia de Souza Mendonça Menezes
Maria Geralda de Almeida
- A geografia dos mapas mentais salta aos olhos: a paisagem e o lugar 265
Fazenda Velha
Maria Augusta Mundim Vargas
- Geograficidades dos altos: toponímia e ruralidades dos Quilombos de 289
Alto dos Bois (Minas Gerais) e Sítio Alto (Sergipe)
Ludimila de Miranda Rodrigues Silva
- Alimentos tradicionais derivados da mandioca: semelhanças e dife- 313
renças entre ruralidades de Minas Gerais e Sergipe
Luciana Priscila do Carmo
- Entre declínio e ascensões: metamorfoses dos meios rurais em Sergi- 341
pe e Minas Gerais
Heberty Ruan da Conceição Silva
- Os sentidos do território e as geograficidades entre Guiné-Bahia e 367
Currálinho-Minas Gerais
Débora Paula de Andrade Oliveira
Sônia de Souza Mendonça Menezes
- A territorialização de *commodities* e a vulnerabilização sociocultural 389
de agricultores familiares
Rodrigo Gonçalves de Souza
Adriano Rodrigues de Oliveira
- Ressignificações de manifestações culturais com animais de monta 415
em Sergipe
Daniele Luciano Santos
Maria Augusta Mundim Vargas
- Sobre os autores 445



PARTE 1

DO URBANO AO RURAL: DINÂMICAS NAS
RESSIGNIFICAÇÕES E RESILIÊNCIAS DOS
USOS TERRITORIAIS



A CONDIÇÃO DE SER ASSENTADO, SUJEITADO E (RE)EXISTÊNCIA NA RESBIO GOYAZ

Maria Geralda de Almeida
galmeida@ufg.br

O real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia. (Guimarães Rosa, em Grande sertão veredas)

Palavras iniciais

Na história da posse e propriedade da terra no Brasil, após a consolidação do sistema latifundiário, mediante o monopólio feudal e colonial da terra, novos atores sociais surgiram no campo. A ocupação de terras não cultivadas ou devolutas serviu de base para o surgimento dos posseiros e intrusos, pilares no nascimento da propriedade capitalista e da propriedade camponesa no Brasil. Porém, o acesso legal à terra no Brasil, até o século XX, se dava somente pela compra, marginalizando uma parcela considerável da população e instaurando conflitos no espaço rural. As ações que buscaram democratizar o acesso legal¹ à terra ocorreram a partir de meados do século XX, principiando com o Estatuto da Terra.

O Estatuto da Terra definiu a função social da propriedade com os princípios de produtividade, trabalho, conservação ambiental e bem-estar, como resposta à estrutura fundiária vigente no país. A

¹ Conforme Guimarães ([1963]1977), apesar de o acesso legal à terra neste período dar-se somente por via da compra, desde o período colonial os intrusos e os posseiros estão presentes.

Lei nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964, definiu a reforma agrária como o “conjunto de medidas que visam promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade” (BRASIL, 2001).

Desde a promulgação da Constituição de 1988, a Reforma Agrária passou a ser feita, por meio da implantação de projetos de assentamento, nas grandes propriedades tidas como improdutivas (SILVA; VETTORAZZI; PADOVANI, 2011).

Ferreira (FERREIRA; ALVES; CARVALHO FILHO, 2009) acredita que a reforma agrária no Brasil se deveu a uma tentativa de atenuação dos conflitos sociais rurais, decorrente das ocupações de terras por famílias de trabalhadores sem-terra.

De fato, tal afirmação encontra sustentação quando se verificam o histórico de conflitos no campo e as ocupações por famílias, fenômeno que expõe a imensa concentração de terras do país e a luta dos menos favorecidos em adquirir ou explorar seu pedaço de terra. Nesse sentido, Sparovek (2003), ao analisar o histórico do índice de Gini, observou não ter tendência de redução da desigualdade da distribuição da posse da terra mesmo com a reforma agrária.

Da mesma forma, Leite *et al.* (2004) observam que a criação dos assentamentos não alterou a situação de concentração fundiária, sendo que as alterações são visíveis apenas localmente. Por esse motivo, não se pode classificar a política de assentamentos rurais como um profundo processo de reforma da estrutura fundiária.

Segundo dados do governo federal, no período 2004-2011, o número de assentamentos aumentou 48%, a área total ocupada por projetos da reforma agrária no Brasil foi ampliada em 88% e o número de famílias assentadas cresceu 72% (INCRA, 2012).

Para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (2012), a reforma agrária é realizada para reduzir os conflitos

agrários. Trata-se de política que também propõe contribuir para a produção de alimentos destinados à cesta básica, além de gerar renda para famílias assentadas, combatendo a miséria no espaço rural, promovendo a cidadania e a justiça social, o que favorece a redução da migração campo-cidade. Por conseguinte, a expectativa de criação de assentamentos é favorecer o desenvolvimento rural local e fortalecer o modelo de produção agropecuário calcado na agricultura familiar. O estudo realizado por Sparovek *et al.* (2005) soma-se a este entendimento. Os autores indicam que nos municípios onde houve reforma agrária a rentabilidade da agricultura familiar foi muito superior àquela registrada na agricultura patronal.

Independente dos questionamentos acerca da execução e objetivos da “política de reforma agrária” ou “política de assentamentos”, em 2012 existiam mais de um milhão e duzentas mil famílias assentadas em 8.982 projetos de assentamentos em uma área de 87.882.173 hectares (INCRA, 2013). Em 2016, o número de projetos de assentamentos passou para 9.374, porém houve uma redução no número de famílias assentadas, passando para 972.289 e ocupando uma área praticamente igual à de 2012 – de 87.978.041,18 hectares (INCRA, 2017). Já os últimos dados levantados apontam 1.364.057 famílias assentadas desde o início do Programa Nacional de Reforma Agrária, sendo que 969.197 famílias vivem atualmente em assentamentos criados, 9.431 assentamentos foram criados e reconhecidos, em uma área de 87.702.072 hectares dos assentamentos criados e reconhecidos (INCRA, 2020).

Estes dados demonstram a lentidão da política agrária e a pouca relevância dos assentamentos no contexto atual do rural brasileiro, prevalecendo uma política visivelmente empolgada com os empresários do agronegócio. Embora haja quase um milhão de famílias assentadas, este número é inexpressivo em face da concentração atual da terra e da manutenção da estrutura fundiária brasileira.

No Brasil, cabe frisar, os assentamentos surgem da luta dos trabalhadores rurais e podem ser definidos como a “criação de novas unidades de produção agrícola por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra” (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 26).

Especificamente no Cerrado, bioma de abrangência do estado de Goiás, existiam, em 2016, aproximadamente 13% da área incorporada, com 21% das famílias assentadas e 23% dos assentamentos criados em todo país.

Neste artigo, pretende-se analisar a condição dos assentados dos Projetos da Reforma Agrária no Nordeste de Goiás. Discutir-se-á brevemente acerca de como ocorreu a colonização, qual é a política da colonização agrária e a decoloniedade/descolonização. Interessa-nos, sobretudo, a contextualização dos assentados, isto é, a existência das identidades subalternas, com o intuito de entender como elas foram e são silenciadas. Além disso, discutiremos alguns casos das manipulações empregadas pelo Estado com políticas insuficientes e insatisfatórias para os assentamentos e as alternativas de resistências criadas pelos subalternos.

1. O sentido da colonização e decolonialidade no século XXI e assentamentos na Resbio Goyaz

De acordo com Benjamin (1994), fica claro que a tradição dos oprimidos não tem registro, e ele provoca a discussão no intuito de trazer à tona o ponto de vista dos vencidos, ou seja, aqueles invisibilizados pela história oficial. A leitura passa pelo entendimento histórico da colonização brasileira e, modernamente, ainda inclui a existência de política de colonização agrária.

Colonização é o processo pelo qual os seres humanos ocupam novos territórios, definidos pelo governo. Esses novos territórios

são destinados a sujeitos desprovidos dos meios para sua aquisição. Para Castro-Gómez (2005, p. 58), a colonialidade deve ser vista com mais criticidade, pois “visa transformar a alma de outros povos com o objetivo de transformar radicalmente suas tradicionais formas de conhecer o mundo e a si mesmo, e, assim, levando o colonizado a adotar o próprio universo cognitivo do colonizador”.

Na perspectiva decolonial se procura a reafirmação do potencial emancipatório dos movimentos sociais pelas demandas materiais, como a redistribuição de terras, e também a dimensão social, cultural e étnica, bem como em suas formas diferenciadas e coletivas de uso dos bens naturais comuns. Em termos históricos, torna-se evidente que a formação territorial empreendida desde o processo de colonização propiciou que a estrutura agrária brasileira apresentasse um padrão de concentração de riqueza e de poder marcada por conflitos, violência, expropriação e exploração. Ao passo que, por outro lado, temos os povos subjugados, “com um componente comunitário diferente daquele historicamente legitimado pelo Estado, caracterizado pela apropriação privada e, num segundo momento, pela mercantilização da terra” (BARBOSA; PORTO-GONÇALVES, 2014, p.13).

Essa perspectiva propõe a compreensão de que as marcas do período colonial estão presentes até hoje em nossa organização social. Nela os traços culturais de raiz não são valorizados, tendo em vista o padrão de dominação colonial interno, pois, como afirmam os citados autores (BARBOSA; PORTO-GONÇALVES, 2014, p.16), “processos de independência, sobretudo na América Latina, não se desenvolveram em um marco decolonial. Ao contrário disso, as situações de exploração cultural, epistêmica e econômicas seguem funcionando”.

Contemporaneamente, podemos referir-nos à existência das identidades subalternas. Também, ao crescente empenho em dar voz aos sujeitos invisibilizados pelas políticas do agronegócio, dos privilégios acordados aos pecuaristas e ao processo de moderni-

zação agrária. Esta voz, afirmam Barbosa e Porto-Gonçalves, (2014, p. 21), é de “sujeitos subalternizados categorizados como lavrador, ocupante ou simplesmente de comunidades primitivas [...] que passam a reivindicar a identidade e a diferença em suas lutas”.

Conforme já anunciado, a ênfase neste artigo será na análise dos sujeitos subalternos que fazem parte dos Projetos de Assentamento no Nordeste de Goiás, na Reserva da Biosfera do Cerrado – Resbio Goyaz.

O Incra é o responsável pela distribuição de terras, pela reforma e gestão dos assentamentos rurais por meio de suas Superintendências Regionais – SR –, que no estado de Goiás são as SR-04 e 28. Na SR-04, são 308 Projetos de Assentamentos Rurais abrigando mais de 13.019 famílias (INCRA, 2017). Somam-se a estes números também o entorno de Brasília e o Nordeste goiano, sob gestão da SR-28, com 206 Projetos de Assentamentos rurais abrigando mais 12.634 famílias (INCRA, 2017). Praticamente todos esses assentamentos se encontram no bioma Cerrado e apenas quatro projetos estão localizados no bioma Mata Atlântica, no extremo sudeste de Goiás.

Na região Noroeste de Goiás existem poucos assentamentos, mas estes são de muitos hectares, o que leva essa região a abrigar muitas famílias assentadas. A maioria dos assentamentos da reforma agrária criada pelo Incra, em 82 municípios goianos, nos últimos 32 anos, está nas regiões Oeste e Norte do estado, ou seja, 75% (INCRA, 2020). Dessa forma, o total de assentamentos dentro do recorte territorial de Goiás – SR-04 e SR-28 – é de 514 Projetos de Assentamentos, estando 60% destes localizados no Oeste e Norte do estado e os outros 40% localizados no entorno de Brasília e Nordeste Goiano.

A criação de projetos de assentamentos traz efetivas mudanças regionais. Vários pesquisadores afirmam que a implantação dos projetos agrários desencadeia processos de transformação econômica, política, social e ambiental (LEITE *et al.*, 2004). Do ponto de

vista ambiental, os assentamentos rurais vêm sendo caracterizados como responsáveis pelo crescimento da degradação ambiental nas regiões onde são instalados. De fato, estudos como o de Brandão e Souza (2006) apontam um impacto desses assentamentos no desmatamento feito no Cerrado.

Dado o contexto de mais de 30 anos de implantação de assentamentos rurais no estado de Goiás, é oportuno analisar a condição de subalternidade destes assentados que se encontram na Reserva da Biosfera – Resbio Goyaz.²

Reservas de Biosfera são definidas como “áreas de ambiente, representativas, reconhecidas mundialmente pelo seu valor para a conservação ambiental e para o provimento de conhecimento científico, da experiência e dos valores humanos com vistas a promover o desenvolvimento sustentável”, nos termos da Unesco (2008). No estado de Goiás, a Reserva da Biosfera Cerrado – Resbio Goyaz – encontra-se em uma das regiões de maior conservação de Cerrado e de grande importância para a biodiversidade, e pode parecer um paradoxo que nela sejam implantados projetos de assentamentos. A Resbio Goyaz corresponde a 13,45% da área goiana e abriga 7,84% da população total do estado, com 470.574 mil habitantes (IBGE, 2010). Se incluído o DF, a Reserva da Biosfera do Cerrado torna-se mais expressiva em população.

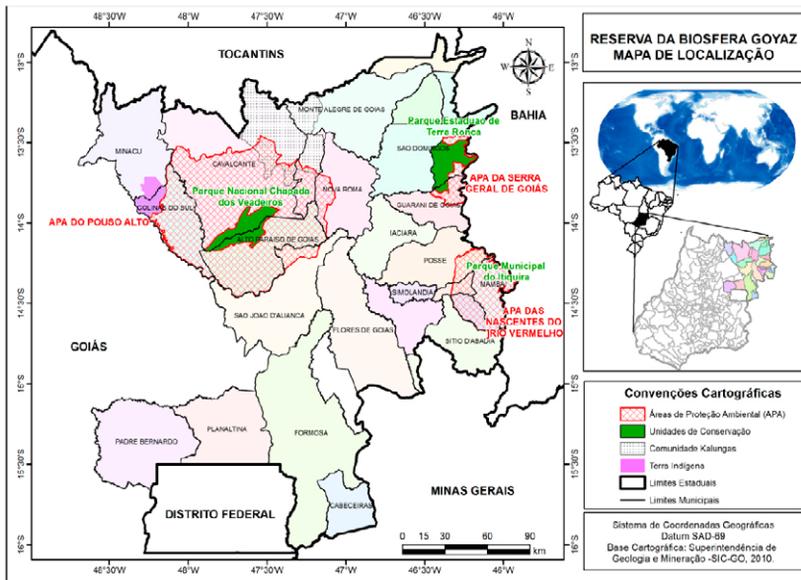
Esta Reserva (Figura 1) ainda compreende a reserva indígena Avá-Canoeiro, a Noroeste da região, três áreas de proteção ambiental – APAs do Pouso Alto, das Nascentes do Rio Vermelho e Serra Geral de Goiás –, bem como o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural da comunidade tradicional de Quilombolas Kalunga, no Norte da região. São vinte e quatro municípios goianos a partir do quadrilátero de DF, zona que se prolonga ao Norte e Nordeste de Goiás até

2 Para mais detalhes ver Almeida (2019, p. 1-19).

a fronteira com o estado do Tocantins. Neste estudo, trataremos especificamente de assentados dos municípios goianos da APA das Nascentes do Rio Vermelho.

A APA das Nascentes do Rio Vermelho (Figura 1) abrange uma área de 176.322,22 hectares, englobando os municípios de Buritinópolis, Damianópolis, Mambaí e Posse, no Estado de Goiás. Gerida pelo ICMBio, foi criada pelo Decreto nº 27 de setembro de 2001 (BRASIL, 2001). Esta APA possui vários Projetos de Assentamentos, provocando usos e ocupações contraditórios, ao buscarem o modelo capitalista de desenvolvimento rural em área especialmente protegida.

Figura 1 - Reserva da Biosfera do Cerrado – Resbio Goyaz, com destaque para as diversas Unidades de Conservação, Áreas de Proteção Ambiental (APA) e Terras protegidas.



Organizador: Nascimento et al. (2016).

2. Os assentamentos, assentados e a subalternidade

Dentro do recorte territorial de Goiás, existem 514 Projetos de Assentamentos e um total de 25.658 famílias assentadas. Na Resbio Goyaz, que inclui 24 municípios, este Espaço Territorial Especialmente Protegido – ETEP – conta, atualmente, com 82 assentamentos e 6.099 famílias, o que equivale a aproximadamente 25% das famílias assentadas em todo estado. O maior assentamento, PA São Vicente, encontra-se em Flores de Goiás, com a capacidade de 519 famílias. Em Divinópolis de Goiás, o PA Marcos Correa Lins tem 277 famílias assentadas. Já PA São Vicente existe desde 1997, contando, portanto, com 23 anos.

Nesta reflexão é pertinente recorrer ao confronto ideológico proposto por Todorov (1993), por meio da imagem do “eu” e do “outro”. Ao olharmos para o “outro”, deparamo-nos com a diferença, ou seja, com os valores individuais ou grupais constituídos de símbolos culturais que podem gerar atração e/ou repulsa.

Essa discussão sobre tal dualidade entre o “eu” e o “outro” aproxima-se à adotada por Almeida (2018) ao refletir sobre a busca da poética do sertão feita no contraponto do conhecimento científico (o discurso dos eruditos, dos de “fora”) com o conhecimento popular (construído pelos de “dentro”, com base na vivência e experiência dos sertanejos).

Esses valores reforçam as diferenças, pois deixam claro o antagonismo entre os de “dentro”/ “eu” e o “outro”/ “de fora”. Este último, muitas vezes gerador de relações que podem ser vistas, conforme Raffestin (1993), como trunfos de poder que justificam o domínio por meio do qual fazem do “eu”, a exemplo do assentado, um “outro”.

Em outra perspectiva o “eu” pode ser o intelectual que julga poder falar pelo outro, o subalterno e, por meio dele, construir um discurso de resistência. Em se tratando do assentado ele é subalterno; ele é o

“outro”, por sua exclusão que se revela na ausência de políticas sociais para todos e/ou exclusão dos planos desenvolvimentistas.

No caso do sujeito, Giddens (2002) afirma que contemporaneamente o processo de identificação produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade é formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. A identidade pode ser um instrumento da exclusão como discutiremos aqui, por ser “assentado” e/ou “um agricultor”.

Questões de identidade são a chave para entender as condições sociais dos assentados. Para Dube (2009, p. 256), tais expressões de identidades históricas nos estudos subalternos tiveram uma dupla dimensão: por um lado, “a noção do subalterno podia adquirir os atributos de uma entidade singular e homogênea, e por outro lado, expressado como uma categoria crítica, o subalterno como possibilidades de sustentar análises” frequentes na articulação de identidades definidas.

Identidade, segundo Castells (1999), é definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos. Isso vale ser posto para se entender os assentados constituídos de uma massa de agricultores desterritorializada, a qual impõe uma parcela de terra para sua reterritorialização, embora desprovida de todos recursos e subalternizados. Como subalternos e pobres os assentados estão inseridos na mesma classe social, nos espaços de subalternização em que se inserem para sobreviverem, e aí encontram o cerceamento de suas vozes. A não visibilidade do subalterno torna-o desprovido de qualquer acepção de direitos, afirma Cantalice Neto (2015). Inicia-se a imposição do silêncio com a doutrinação do subalterno. Ele, na condição de inferioridade em que se encontra, passa a acreditar que, de fato, não tem voz.

O termo “subalterno”, do latim *subalternus*, significa “aquele que depende de outrem: pessoa subordinada a outra”. Neste estudo, tomamos “subalterno” como expressão que se refere à perspectiva de assentados que ocuparam lotes em Projetos de reforma agrária e estão fora do poder da estrutura hegemônica. Daí Figueiredo (2010) defender que o conceito de subalternidade exige um espaço territorial definido e demarcado, bem como aqueles que se encontram fora do pensamento hegemônico.

Entretanto, reconhece-se que a subordinação só pode ser compreendida como um dos termos constitutivos de uma relação binária. Nela, a outra parte, conforme Guha (1988, p. 35 *apud* ALVA, 2009, p.108), “grupos subalternos siempre están sujetos a la actividad de los grupos de poder, aun cuando se rebelan y se levantan”.

No caso dos assentamentos é importante revelar as transformações políticas que ocorreram. Os subalternos, além de desenvolverem suas próprias estratégias de resistência, também tiveram de acatar as opções dadas pelos dominadores, no caso o Estado, os donos de agronegócios.³

Os municípios englobados pela Área de Proteção Ambiental das Nascentes do Rio Vermelho têm a pecuária como uma das principais atividades econômicas, e a agricultura, pouco expressiva, é representada principalmente por cultivos de milho, cana-de-açúcar e arroz (IBGE, 2010).

Em estudos de Santos e Almeida (2017), realizados nos PAs da Resbio Goyaz visitados, embora assentados ocupem terras dentro da Área de Proteção Ambiental, apenas dois deles ouviram falar do

3 De acordo com Poulantzas (1972), o Estado, os pecuaristas e os donos do agronegócio constituem uma homologia estrutural, isto é, uma interdependência das estruturas econômica e política e a capacidade de organização político-ideológica e pressão sobre o aparelho do Estado, a fim de que ele cumpra o papel de reproduzir as relações de produção capitalistas.

termo APA, porém, não tinham muitas informações sobre a Unidade de Conservação. Os demais, em um total de doze, confessaram desconhecer a APA. Ou seja, o desconhecimento do local onde se encontram assentados decorre da própria falta de esclarecimento dos órgãos oficiais envolvidos: o Incra e o ICMBio.

O município de Posse, GO, abrange apenas uma pequena porção desta APA. A economia do município é fortemente influenciada por sua proximidade ao Estado da Bahia, girando em torno de atividades de agronegócio, e a estrutura comercial e bancária serve, principalmente, para estes fins. Conta apenas com um Projeto de Assentamento (PA), o Nova Grécia, com 64 famílias.

Localizado na divisa com a Bahia, Mambaí também tem reflexos desta fronteira agrícola. Alguns dos moradores e assentados trabalham em fazendas do agronegócio baianas, e um intenso tráfego de caminhões com grãos atravessa a área urbana de Mambaí, ligando o Oeste baiano, grande produtor, com os consumidores no Sudeste brasileiro.

Dentro dos limites da APA das Nascentes do Rio Vermelho há registros de quatro Projetos de Assentamento, todos no município de Mambaí (INCRA, 2014): PA Mambaí, Capim de Cheiro e Paraná, criados em 1995, e PA Cynthia Peter, em 2004 (Figura 3). Os números de famílias nestes PAs variam de 28, no PA Mambaí e Capim de Cheiro, 45 famílias em Cynthia Peter e 64 no PA Paraná.

Conforme Santos e Almeida (2017), nestes assentamentos os assentados têm buscado sustento, seja trabalhando em fazendas, seja na produção de alimentos para o autoconsumo e criações vendidas e consumidas pelas próprias famílias. Eles representam as principais fontes de renda dos assentados.

3. Políticas públicas: sujeição e (re)existência dos assentados

A globalização neoliberal evidencia e aprofunda questões que, bem ou mal, vinham sendo objeto de ação do Estado. Desde a década de 2003 até 2017 proliferou-se a atuação do Estado em políticas econômicas e sociais que visavam promover o crescimento e reduzir a pobreza.

Na última década retomou-se o papel do Estado como indutor do desenvolvimento, do crescimento econômico, do planejamento de médio e de longo prazo e da produção de políticas públicas nacionais. Souza (2006) considera que políticas públicas, na sua essência, estão ligadas fortemente ao Estado e na forma como este determina o uso dos recursos ditos para beneficiar seus cidadãos. Para Secchi (2014), uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar, tratar ou resolver um problema entendido como coletivamente relevante. Afirma o autor:

As políticas públicas podem fazer uso de diversos instrumentos para que as orientações e diretrizes sejam transformadas em ação. Políticas públicas tornam forma de programas públicos, projetos, leis, campanhas publicitárias, esclarecimentos públicos, inovações tecnológicas e organizacionais, subsídios governamentais. (SECCHI, 2014, p. 133).

Há, pois, uma inseparabilidade entre Estado, políticas públicas e território comandada pelo Estado. Na prática, toda política pública tem uma dimensão territorial.

Um entendimento de território político é dado por Steinberger (2013, p. 63): “o território é simultaneamente material e social. [...] o território não é propriedade do Estado e sim de todos os agentes e atores sociais que têm o poder de ‘agir político’ na sociedade”.

Para os assentamentos rurais, vários Ministérios estão envolvidos nas propostas das políticas, planos e programas com fins eco-

nômicos, sociais e ambientais. A maioria deles é ofertada de cima para baixo, desconhecendo as necessidades prioritárias dos assentamentos, porém, ajustadas aos desejos políticos. Destaca-se que, no atual contexto político do país, o Ministério do Desenvolvimento Agrário foi extinto com Temer no período de 2017-2018. As ações e políticas a ele pertinentes agora são submetidas ao Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA –, sem contar que houve o fim das políticas com abordagem territorial. Neste cenário os “pobres do campo” possuem um só caminho: “é tudo agronegócio”, nas palavras de Tereza Cristina,⁴ ministra do MAPA.

Em tal contexto, a imposição conduz a uma sujeição, na qual os assentados aceitam passivamente o Programa proposto, a política de dominação. Para a maioria deles a submissão e a resignação são as formas de sobreviver nos assentamentos. Portanto, a ação do Estado por intermédio de suas políticas públicas merece nossa atenção. As políticas mais frequentes para assentados e comunidades tradicionais são o Pronaf – Fomento Mulher, Bolsa Família e Programa Bolsa Verde. Abordaremos o Bolsa Família como um exemplo usado pelo Estado para exercer sua dominação e pressão sobre os assentados da Resbio Goyaz, como se verá a seguir. No entanto, cabe contextualizar que tais políticas de inclusão social, representando um esforço de lutas sociais acumuladas ao longo de muitos anos, foram interrompidas com Temer e sepultadas com Bolsonaro.

4 Tereza Cristina, Ministra da Agricultura desde 2019, foi presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, maior grupo suprapartidário em defesa do agronegócio do Congresso Nacional, conforme o site oficial do MAPA. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/composicao/tereza-cristinatereza-cristina-correa-da-costa-dias>.

3-1. BOLSA FAMÍLIA

O Bolsa Família é um Programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, para que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. Em todo o Brasil, mais de 13,9 milhões de famílias são atendidas pelo Bolsa Família.⁵

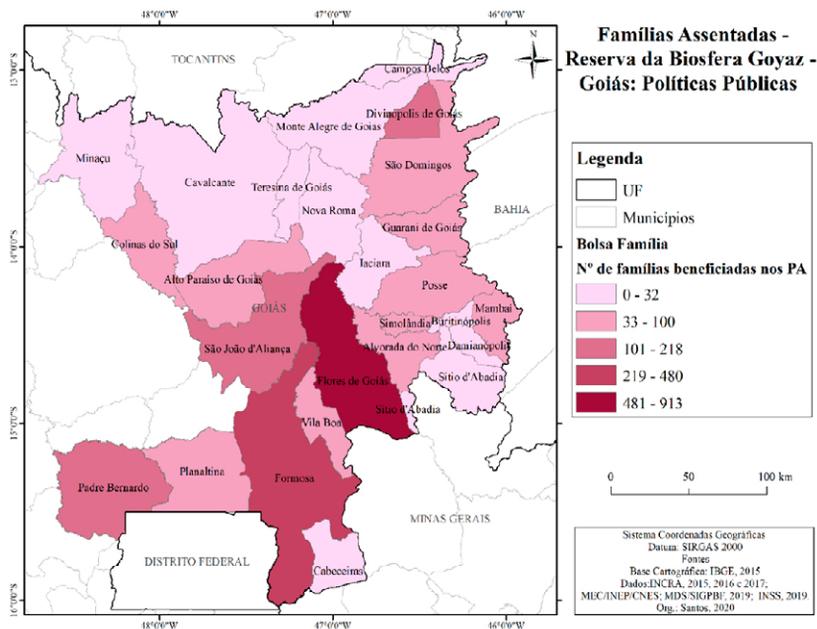
Seus propósitos são: afrontar a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; combater a pobreza e outras formas de privação das famílias; promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial saúde, educação, segurança alimentar e assistência social.

Podem ser beneficiários do Programa as famílias que têm renda mensal de até R\$ 89,00 por pessoa e aquelas cuja renda mensal é entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 por pessoa. As famílias pobres participam do Programa, desde que tenham em sua composição gestantes e crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos.

Para se candidatar ao Programa, é necessário que a família esteja inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, com seus dados atualizados há menos de dois anos. No caso dos assentamentos da Resbio Goyaz, a condição de produtora familiar sem renda lança uma parcela considerável de famílias na condição de beneficiada. Contudo, a despeito de várias dessas famílias atenderem aos critérios, elas não foram até então contempladas com o Programa (Figura 2).

⁵ O Bolsa Família é um programa de grande prestígio e reconhecimento, que foi estimulado durante o governo do Partido dos Trabalhadores. No entanto, no atual governo de Bolsonaro, a pretensão é acabar com este programa e apresentar outro em seu lugar: o projeto Renda Brasil. Além disso, tramitam no governo outras reformas, como a trabalhista, previdenciária e administrativa. O projeto Observatório do Estado Social Brasileiro, coordenado pelo Professor Dr. Tadeu Arrais da UFG, vem analisando e discutindo estes retrocessos das políticas sociais. Disponível em: <http://obsestadosocial.com.br/>. Acesso em: 20 ago. 2020.

Figura 2 – Número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, 2017.



Organização: Sara Alves. Santos, 2020.

Jair Bolsonaro, desde que assumiu a presidência, em 2019, tem tentado um novo programa social para substituir o Bolsa Família. A princípio, deveria ser o Renda Brasil, que desgastado ainda no início de sua criação, em setembro de 2020, tornou-se Renda Cidadã. Seus objetivos eram bem definidos: substituir o Bolsa Família; ampliar o número pessoas atendidas; aumentar o valor do benefício e suceder o auxílio emergencial, que alavancou a popularidade do presidente e acabará em dezembro. Com o novo programa, Bolsonaro espera criar uma marca social para tentar a reeleição em 2022.

Programa criado durante a pandemia do novo coronavírus de março a dezembro de 2020 e que atende a trabalhadores informais e beneficiários do Bolsa Família durante esse flagelo, o Auxílio Emergencial chega ao fim. Comparando-se o Auxílio Emergencial, o

Bolsa Família e o novo programa, Renda Cidadã, é possível perceber que a novidade será um projeto intermediário entre o Bolsa Família e o Auxílio. Ele teria um valor intermediário entre os dois programas já consolidados e contemplaria, também, uma média populacional – não teria tantos beneficiários quanto o auxílio, mas atenderia mais que o Bolsa Família

De acordo com o UOL, em publicação de 30 de setembro de 2020, e o Ig, de 21 de outubro de 2020, os três Programas significam em atendimentos e orçamentos o seguinte: Auxílio Emergencial – atendidos: 67,2 milhões de pessoas (dados de até agosto de 2020); valor pago: R\$ 600 de abril a agosto e R\$ 300 de setembro a dezembro; orçamento em 2020: R\$ 321,8 bilhões. No caso da Bolsa Família, atendidas: 42 milhões de pessoas; valor pago: R\$ 190 (em média); orçamento original em 2020: R\$ 32 bilhões. O Renda Brasil/Cidadã tem a proposta de atender a 52 milhões de pessoas, com um valor entre R\$ 240 e R\$ 270, cujo orçamento será entre R\$ 50 bilhões e R\$ 55 bilhões. Contudo, até o final de novembro a proposta da criação da Renda Cidadã não foi devidamente apreciada e aprovada pela Câmara Legislativa, o que impedirá sua viabilização em 2021.

Pode-se concluir que, se por um lado há um aprimoramento das ações governamentais no sentido de criar políticas, estas se pautam por interesses políticos; por outro lado, o Estado brasileiro, desde fins de 2017, não se prepara adequadamente para atender a todos e a todas na demanda das necessidades humanas, em especial os afeitos ao apoio produtivo. Pode-se mesmo afirmar que há um desmantelo das políticas de inclusão social, e o que prevalece são as políticas de governo.

Em março de 2020, o número de beneficiados chegou a 1.242 famílias e 4.003 pessoas. A análise do mapa da Bolsa Família revela que o município Flores de Goiás teve o número mais destacável de famílias beneficiadas com o Bolsa Família, isto é, 913. O município

conta com mais de 2.000 famílias em 21 Projetos de Assentamento (INCRA, 2017). Contudo, quantidade maior de bolsa-família não significa qualidade de vida mais satisfatória nos assentamentos, visto que apenas parcialidades das famílias são contempladas. Formosa possui entre 219 e 480 famílias beneficiadas pelo Programa, e na maioria dos municípios de Goiás, doze deles, poucas famílias são contempladas com o Bolsa Família.

A Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (Emater-GO), neste período de pandemia, juntamente com a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), com o apoio da Agência Goiana de Defesa Agropecuária (Agrodefesa) e da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP), identificou 16 mil famílias em situação de vulnerabilidade social em todo o estado de Goiás, em maio de 2020. E não é por acaso que essas famílias estejam em 282 assentamentos e acampamentos em 87 municípios goianos.

Pela análise do mapa da política pública, a Resbio Goyaz mantém, na representação municipal, uma desigual repartição de oferta de políticas e beneficiários nos Assentamentos. A grande maioria destes Projetos de Assentamentos, por municípios, não tem o alento de ações para minimizar a pobreza ou ter meios de produção. Os seus assentados vivem em precárias condições, buscando explorar minimamente a terra. De fato, as políticas não cumprem suas metas e nem acontecem com propósitos de atingir os assentados na sua totalidade, conforme a Figura 2.

4. As associações, espaço para os subalternos

Cabe abordar a (re)existência, um processo cujo projeto contínuo de permanência, por meio de ações políticas, econômicas e culturais, reafirma a reprodução de diferentes elementos socioculturais. Con-

forme afirmam Carneiro e Mendonça (2012), (re)existência significa um re-enraizamento em espaços particulares. É o estabelecimento de novas raízes ou a fusão delas com as existentes, para formular espacialidades com a condição de continuar a existir. Neste contexto, as associações, enquanto ações, têm um papel político e social.

De acordo com Rocha *et al.* (2018), as associações são fórmulas jurídicas adotadas por iniciativas chamadas de movimento, entidades, entre outros, que têm como finalidade conseguir benefícios comuns para seus associados por meio de ações coletivas. Essas instituições cresceram e tornaram-se uma forma de inclusão da camada popular que necessitava de oportunidade e apoio. É uma estratégia de desenvolvimento rural, pois, juntos, os agricultores têm melhores condições de defender seus interesses e resolver seus problemas comuns, fortalecendo-se econômica e socialmente. A associação está amparada legalmente pela constituição brasileira de 1988 (art. 5º) e pelo Código Civil.

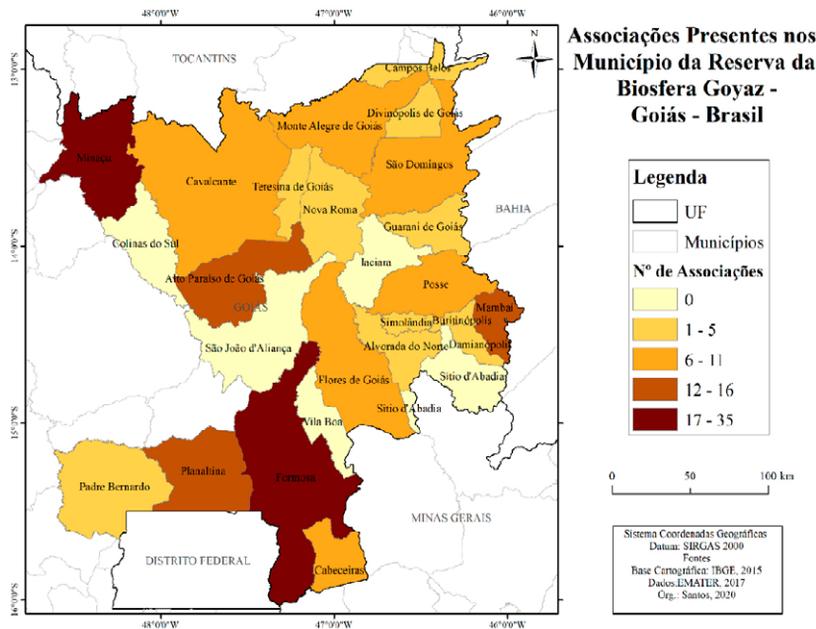
As associações foram incentivadas pelas instituições oficiais. Em 1996 criou-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), para empréstimo e incentivo aos agricultores, concedidos por bancos públicos que optaram por direcionar seus recursos para as associações de produtores rurais. Isso foi o início para o governo estimular a formação de um associativismo na área rural, graças a esses financiamentos (GANANÇA, 2006).

O apoio ao empreendedorismo desenvolvido pelo governo é uma forma de elevar o desenvolvimento local e de contribuir para que os indivíduos se sintam realmente parte da sociedade produtiva capitalista. Dessa maneira, o desenvolvimento deve ocorrer nos âmbitos econômico, político, social, ambiental e rural. Contudo, em um ambiente no qual há escassez de recursos, ser empreendedor significa deparar-se com muitos obstáculos; além disso, se não há prática do trabalho coletivo, a atuação da associação pode tornar-se um desafio.

Talita Marques Sena, Tassiana Marques Sena e Luiz Gomes da Silva Filho (2017) afirmam que o associativismo desempenha forte influência na sociedade, principalmente na luta conjunta pelos direitos sociais. Na prática, pessoas com interesses comuns se unem e se fortalecem, com o objetivo de facilitar o acesso a recursos, já que sozinhas não têm voz, além de haver um entrave ao enraizamento.

Por esse motivo tem se dado tanta importância às associações rurais. Estas possuem a capacidade de envolver diferentes camadas sociais em diferentes situações e têm a facilidade de unir-se a outros movimentos como os sindicatos, cooperativas etc., para abrir novos caminhos e fortalecer suas ações. A Figura 3 traz a representação do número de associações existentes na Resbio Goyaz.

Figura 3 - Associações dos Projetos de Assentamentos nos municípios da Reserva da Biosfera Goyaz, 2017.



A representação permite vislumbrar que, dos 24 municípios, cinco deles – Iaciara, Colinas do Sul, São João d’Aliança, Vila Boa e Sítio d’Abadia – não possuem associações, apesar de haver neles Assentamentos e outros produtores rurais. Minaçu e Formosa se destacam pelo maior número de associações existentes. Já comentamos a posição geográfica privilegiada de Formosa, pela proximidade do DF e pela produção agrícola tanto de pequenos produtores como a destinada a *commodities*. A quantidade maior não significa, contudo, expressiva eficiência e combatividade por parte de produtores rurais em seus municípios.

Ressaltamos a importância relevante de que as associações são portadoras, pelo fato de constituírem as únicas possibilidades de (re)existência naqueles Projetos de Assentamentos afastados das sedes do poder, da assistência técnica e social. A condição de assentado é representada na associação na qual se filia e na reafirmação de sua identidade como produtor rural, tutelado.

Nessa perspectiva, as associações criam condições para que as raízes se fortaleçam. Com elas os assentados se solidarizam na execução deste projeto de (re)existência. Repetimos que a condição de associado significa a mais valiosa estratégia para consolidar o enraizamento.

Palavras finais

Os projetos de assentamentos lembram-nos os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, propostos por Raffestin (1993). Processos pelos quais os homens e mulheres são cooptados em novas formas de produção, construindo novos territórios, seja por meio de reconstrução parcial no local de territórios antigos, seja pela recriação parcial, em outro local. No caso dos assentados da Resbio Goyaz, há o esforço de desterrito-

rializados em se reterritorializarem, lutando contra a condição de subalternos.

Neste estudo, tomamos “subalterno” como expressão que se refere à perspectiva de pessoas de Projetos de Assentamentos, que estão fora do poder da estrutura hegemônica. Os assentados são “lembrados” por políticas que não contemplam a totalidade dos assentados dos Projetos, por Programas que atendem parcialmente suas necessidades. Eles são sujeitados ao que o Estado estabelece, dadas as relações assimétricas em suas políticas. Que direito eles tinham à voz? Uma via alternativa encontrada foi a sua associação.

A associação é um movimento social que fortalece o assentado, que antes era individualista, criando por intermédio dela o hábito de colaboração e solidariedade. Uma de suas especificidades é a facilidade de encontrar na associação apoio para ter voz, para se unir com outros movimentos que lutam pela mesma causa. Graças à Associação, os assentados têm a (re)existência.

Quando os subalternos lutam politicamente para criar suas próprias organizações estão, também, defendendo suas identidades, fortalecendo-se contra as formas políticas dominantes. Usar a identidade é uma estratégia de resistência. As identidades, como expressão de relações compartilhadas e produções mútuas de poder e diferença, permitem o fortalecimento para que os assentados rejeitem a dominação e busquem autonomia social e econômica.

Para concluir, lembramos da afirmação de Cruz (2017, p. 24): “a nossa história é a história do colonialismo e sua herança, mas também é a história das resistências e lutas dos grupos subalternizados contra essa realidade”.

Referências

ALMEIDA, Maria Geralda. Em busca da poética do sertão. In: ALMEIDA, Maria Geralda. **Geografia Cultural: um modo de ver**. Goiânia: Ed. UFG, 2018. p. 139-158.

ALMEIDA, Maria Geralda. Retratos para a Unesco da Reserva da Biosfera do Cerrado – Resbio Goyaz: suas paisagens culturais e identidades territoriais. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 39, p. 1-19, 2019.

ALVA, Jorge Klor. Una reconsideración de los términos “colonialismo”, “poscolonialismo” y “mestizaje”. In: ALVA, Jorge Klor. **La poscolonización de la experiencia (latino) americana**. Lima: Instituto de Estudios Peruanos; SEPHIS, 2009.

BARBOSA, Aline Miranda; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Reflexões sobre a atual questão agrária brasileira: descolonizando o pensamento. In: MENESES, Maria Paula; VASILE, Iolanda (org.). **Desafios aos estudos pós-coloniais: as epistemologias Sul-Sul**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, 2014 (Contexto, n. 5).

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. In: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERGAMASCO, Sonia maria Pessoa; NORDER, Luís A. C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BRANDÃO Jr., Amintas; SOUZA, Carlos. Deforestation in land reform settlements in the Amazon. **Imazon**, Belém, n. 7, p. 1-4, 2006.

BRASIL. **Lei Federal nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**, alterada pela Lei nº 5.709/1971, Lei nº 6.746/1979, Lei nº 7.647/1988, Decreto-Lei nº 2.431/1988 e MPV nº 2.183-56, 24.08. 2001. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2001.

BRASIL. **Decreto nº 27 de setembro de 2001**. APA das Nascentes do Rio Vermelho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2001/Dnn9335.htm. Acesso em: 17 ago. 2019.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2006.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Relatório Bolsa Verde**. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/biomass/caatinga/iniciativas-de-uso-sustent%C3%A1vel/itemlist/category/74-bolsa-verde.html>. Acesso em: 5 jul. 2014.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Portaria nº 275, de julho de 2018**. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/29306662/do1-2018-07-10-portaria-n-275-de-5-de-julho-de-2018-29306638. Acesso em: 4 fev. 2019.

CABRAL, Paulo Guilherme Francisco; ONCALA, Andrea Aeron; GAIVIZZO, Lariza Ho Bech; APOLINI, Renata Corrêa. Programa Bolsa Verde: Erradicação da Extrema Pobreza e Conservação Ambiental. In: CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, Tiago; COSTA, Patrícia Vieira da. **O Brasil sem miséria**. 2013. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/artigo_18.pdf. Acesso em: dez. 2018.

CANTALICE NETO, Abdias. O subalterno e o discurso como resistência: uma dupla subalternidade, pobre e preso. **Anuário de Literatura**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 32-52, 2015.

CARNEIRO, Janãine Daniela Pimentel Lino; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A territorialização da Italac Alimentos e os rearranjos espaciais em Corumbáiba, GO**. 2012. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/jtrab/n1/29.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **La poscolonialidad explicada a los niños**. Popayán: Universidad del Cauca, 2005.

CRUZ, Valter C. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: CRUZ,

Valter; OLIVEIRA, Denilson A. (org.). **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. p. 15-35.

DUBE, Saurah. Identidades culturais y sujetos históricos: estudios subalternos y perspectivas poscoloniales. **Estudios de Asia y Africa**, Colegio de Mexico, p. 250-292, 2009.

FIGUEIREDO, Carlos Vinícius da Silva. Estudos subalternos: uma introdução. **Raído**, Dourados, MS, v. 4, n. 7, p. 83-92, jan./jun. 2010.

FERREIRA, Brancolina; ALVES, Fábio; CARVALHO FILHO, José Juliano de. Constituição vinte anos: caminhos e descaminhos da Reforma Agrária – embates (permanentes), avanços (poucos) e derrotas (muitas). In: IPEA. **Desenvolvimento Rural**, 2009. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4334/1/bps_n.17_vol02_desenvolvimento_agrario.pdf. Acesso em: 30 nov. 2019.

GANANÇA, Alexandre Ciconello. **Associativismo no Brasil: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa**. 2006. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, UnB, Brasília, 2006.

GUIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977 (1963).

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados do Censo 2006**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf. Acesso em: 1º jul. 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados do Censo 2010**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9662-censo-demografico-2010.html>. Acesso em: 2 jun. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2017**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/>

economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=o-que-e. Acesso em: 2 jun. 2020.

IG. **Auxílio Emergencial, Bolsa Família e Renda Brasil**. Disponível em: undefined - iG @ <https://economia.ig.com.br/2020-10-21/auxilio-e-emergencial-bolsa-familia-e-renda-brasil-compare-os-programas-sociais.html>. Acesso em: 20 nov. 2020.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Números da Reforma Agrária – 2012**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/pt/numeros-da-reforma-agraria>. Acesso em: 28 nov. 2019.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Números da reforma agrária – 2013**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/pt/numeros-da-reforma-agraria>. Acesso em: 7 nov. 2013.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Reforma Agrária**. Brasília, DF: DTM2 – Divisão de Recursos Naturais Coordenação Geral de Meio Ambiente INCRA/Sede, 2014.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Reforma Agrária. **Painel dos Assentados, 2017**. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 20 abr. 2020.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Site do INCRA**. 2020. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/pt/reforma-agraria.html>. Acesso em: 1º jul. 2020.

LEITE, Sérgio Pereira; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde; PALMEIRA, Moacir; CINTRÃO, Rosângela. **Impacto dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: IICA/NEAD; São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

NASCIMENTO, Diego Tarley Ferreira; BRITO, Brenda Nogueira de; ÁVILA, Renán; MELO, Paulo Vítor Ferreira de. Caracterização socioeconômica e mapeamento físico como fomento à Gestão e ao Manejo da Reserva da Biosfera Goyas – Goiás/Brasil. **Geografia em Questão**, v. 9, n. 1, p. 30-44, 2016.

POULANTZAS, Nicos. **Pouvoir politique et classes sociales**. Paris: François Maspero, 1972 (Petite collection, v.1 e 2).

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, Patrícia Maria R. *et al.* A importância do associativismo rural para a agricultura familiar: oportunidade de renda para pequenos produtores da Comunidade Santa Luzia do município de Jesuítas, PR. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 7, n.1, jan./jun. 2018.

SANTOS, Sara. Alves.; ALMEIDA, Maria Geralda. Áreas de Proteção Ambiental do Pouso Alto e das Nascentes do Rio Vermelho: estudo socioambiental de políticas. In: SILVA, C. M. R. B.; OLIVEIRA, A. G. (orgs.). **Geografia em extensão**. 1. ed. Morrinhos: UEG, 2017. v. 1, p. 173-194.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SENA, Talita Marques; SENA, Tassiana Marques; SILVA FILHO, Luiz M. Associação de Produtores Rurais: uma forma de organização e desenvolvimento local, 2017. **Periódicos UFERSA**, Disponível em: <https://periodicos.ufersa.edu.br/>. Acesso em: 3 jun. 2020.

SILVA, V. V.; VETTORAZZI, C. A. L.; PADOVANI, C. R. Assentamento rural e a dinâmica da paisagem. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO – SBSR, 15., 2011, Curitiba, PR. **Anais...** Curitiba: INPE, 30 abr.-5 maio, 2011.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 16, jul-dez. 2006.

SPAROVEK, Gerd A. **Qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras, 2003.

SPAROVEK, Gerd; BARRETTO, Alberto G. O. Pereira; MAULE, Rodrigo Fernando; MARTINS, Sérgio P. **Análise territorial da produção nos assentamentos**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário: NEAD, 2005. Disponível em: https://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Agro-negocios/Analise_territorial_producao_assentamentos.pdf. Acesso em: 5 jul. 2019.

STEINBERGER, Marília. A inseparabilidade entre Estado, políticas públicas e território. In: STEINBERGER, Marília. **Território, Estado e políticas públicas espaciais**. Brasília: Ler, 2013. p. 31-63.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América**: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

UNESCO. **Reunião da Rede Nacional das Reservas da Biosfera**. Brasília, 2008. Disponível em: https://www.mma.gov.br/images/arquivo/80252/COBRAMAB/Ajuda%20Memoria%20redeRB%2031_07_08.pdf. Acesso em: 10 abr. 2019.

UOL. **Renda Cidadã**: novo bolsa-família. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/09/30/renda-cidada-novo-bolsa-familia-renda-brasil-programa-governo-bolsonaro.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 20 nov. 2020.

AS DINÂMICAS ESPACIAIS CIDADE-CAMPO EM ÁREAS DE CERRADO: DO GARIMPO DE ESMERALDAS EM CAMPOS VERDES/GO AO ASSENTAMENTO CARACOL EM CRIXÁS/GO

Wilian Ribeiro de Padua
wilian.padua@cprm.gov.br

Marcelo Rodrigues Mendonça
marcelomendonca@ufg.br

Introdução

Historicamente, as relações cidade-campo, *se tomadas ao pé da letra*, como compreendidas na contemporaneidade, podem criar um entorpecimento sobre os núcleos humanos originais, que tinham suas vidas centradas na terra, precisamente após a domesticação do fogo, de alguns animais e das sementes, e, à medida em que, surgiram novas necessidades e, conforme o aporte técnico produzido, foram se aglomerando e formando os primeiros núcleos urbanos.

Certamente, há casos em que o processo é inverso, como a exemplo, da área pesquisada, em que, o núcleo urbano surge em decorrência da descoberta de minério, no caso, a esmeralda. Essa situação é muito comum nas regiões mineradoras, ou seja, a cidade surge ao redor ou em decorrência da jazida, diferentemente de outras formações territoriais, em que o campo, fomenta e fortalece a criação dos núcleos urbanos.

Dessa forma, o objetivo é compreender as relações cidade-campo construídas a partir da territorialização do garimpo de esmeraldas em Campos Verdes/GO, localizado na Mesorregião do Norte

Goiano¹. A questão é perceber a mobilidade dos trabalhadores garimpeiros que, após *esgotadas as condições de exploração no garimpo*, parcela destes, em busca das condições de Existência, adentram a luta pela terra que culmina na criação do Assentamento Caracol, no município vizinho de Crixás/GO.

Ao considerar o processo de apropriação do espaço e produção dos territórios, desde a ancestralidade, pensa-se que o termo mais adequado é compreender essas processualidades a partir da relação campo-cidade. No caso em questão, considerando a enunciação acima, mas tratando do final do século XX no Norte Goiano, área com formação territorial específica em Goiás, em que as dinâmicas produtivas são impulsionadas com a descoberta do garimpo de esmeraldas, que surgiu urbano, utiliza-se o termo relação cidade-campo.

É neste contexto singular que a relação cidade-campo será abordada, pois é após a decadência da atividade garimpeira que se territorializa a luta pela terra e pela reforma agrária, constituindo o Assentamento Caracol.

A urbanização pode ser entendida como a mudança nas características de uma sociedade que passa a ter um crescimento maior em ambientes urbanos do que em ambientes rurais, sem, contudo, criar oposições ou dualismos, ao contrário, são *faces de uma mesma moeda*, que na sociedade capitalista assume complexidades diversas, subalternizadas pelo processo de acumulação do capital.

Diante do exposto, fica nítido que a centralidade da urbanização são as cidades, conforme corroborado por Sposito (1988, p.06): “A urbanização como processo e a cidade, forma concretizada deste processo, marcam tão profundamente a civilização contemporânea,

1 Parte das reflexões e dados são resultados da Dissertação de Mestrado, defendida em abril de 2020, por Wilian Ribeiro de Padua, no Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás.

que é muitas vezes difícil pensar que em algum período da História as cidades não existiram, ou tiveram um papel insignificante”.

Campos Verdes/GO é a forma concretizada do processo de urbanização, mesmo que, de *maneira acidental*, quando da descoberta de esmeraldas em seu subsolo. Segundo Palacin (1976), a mineração tem uma característica interessante, ao menor movimento sobre a descoberta de algum bem mineral, centenas de pessoas se transformam em milhares. Palacin (1976) se refere ao ciclo do ouro, mas é perfeitamente atual, considerando que em Campos Verdes/GO, a área antes de Cerrado, deu lugar a uma cidade, que segundo relatos orais possuía uma população flutuante de cerca de 100.000 pessoas.

O garimpo de esmeraldas levou milhares de pessoas ao Norte Goiano, oriundas de outros estados da federação e do próprio território goiano, algumas já garimpeiros, outras iniciando a aventura da garimpagem. Estes milhares formaram uma Vila e logo após Distrito, que anos mais tarde tornou-se Cidade ao ser emancipada politicamente. Com o declínio das atividades garimpeiras os trabalhadores garimpeiros começaram a deixar a região em busca de novos meios de Existência.

Como meio para buscar recompor a vida, alguns, vislumbraram na reforma agrária uma oportunidade de Existência e iniciam a participação nos movimentos sociais que lutavam pelo acesso à terra. Das atividades construídas, juntamente, com outros trabalhadores de diversas regiões e com experiências laborais distintas, todos, buscando recompor a vida “chegam” às fileiras do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, mostrando uma fusão de situações que permitiam a compreensão de que não havia alternativa, senão a luta por um quinhão de terra. Após um longo período de lutas conseguem se territorializar no Assentamento Caracol, formado por trabalhadores garimpeiros (garimpeiros e/ou dependentes da cadeia produtiva do garimpo).

Nota-se que toda movimentação em torno do garimpo está calcada na mobilidade do trabalho. Pessoas que passaram de pequenos agricultores/camponeses para garimpeiros, depois voltaram a ser assentados/agricultores/camponeses numa busca incessante por melhores condições de vida. Todavia, apenas o acesso à terra não assegura a permanência das famílias em suas parcelas, pois a falta de infraestrutura, de políticas públicas, de crédito etc., recria o movimento da mobilidade, fato comprovado, pois das 75 famílias assentadas no Assentamento Caracol mais de 50% já haviam deixado suas parcelas, 11 anos após serem assentadas.

Os motivos alegados para tal debandada são diversos, mas o principal é a falta de apoio governamental para que os mesmos se mantenham na terra. A política de reforma agrária brasileira, na maioria das vezes, apenas “coloca” o acampado na terra que, automaticamente, passa para o *status* de assentado que, aos olhos do governo, já o desobriga de qualquer outro compromisso com estes assentados/agricultores/camponeses.

O que se pretendeu apresentar e será detalhado adiante é justamente estas tramas espaciais em que milhares de homens e mulheres, *deserdados da terra*, das condições mínima de Existência, vão perambulando e, neste caso, marcando e demarcando, disputando territórios, construindo territorialidades, algumas mais permanentes (Assentamento), outras mais fluídas (garimpo) no território brasileiro, numa dança frenética, ora no campo, ora na cidade, quase às margens, sofrendo toda sorte de violências na luta pela vida.

A construção teórica e metodológica na interface da Geografia do Trabalho, da Geografia Urbana e da Geografia Agrária.

A mineração data de séculos e, basicamente, o que impulsiona as pessoas aos garimpos em busca de bens minerais é a procura por riquezas imediatas, conforme atesta Carvalho (2002, p.13): “Desde a antiguidade, o homem procura riquezas e prosperidades imediatas. Muitos não poupam suor, lágrimas, esforços sobre-humanos e até a própria vida para viver no conforto e na facilidade do enriquecimento”.

“Mineração sempre foi negócio cigano e virulento, ignorante de fronteiras e de massa demográfica (BERTRAN, 1978, p. 27)”. A mineração não tem fronteiras, não importa se a propriedade é privada, estatal, reserva indígena ou qualquer outro tipo de área protegida por lei, o que importa é a extração do bem mineral, que logo será realizada por centenas ou milhares de esperançosos.

As atividades de extração garimpeira em Campos Verdes/GO² (Figura 01), já completaram 39 anos, desde a descoberta das primeiras esmeraldas. O município está localizado ao Norte do estado de Goiás, cerca de 311 km de Goiânia, a capital dos goianos. Nas quase quatro décadas de atividades, o garimpo atraiu milhares de pessoas e povoou o imaginário de garimpeiros/agricultores/camponeses e *todas as gentes* que sonhavam e sonham com fortuna imediata.

² Campos Verdes/GO passou a existir oficialmente em 1989 com a emancipação política. Antes o local era um Distrito do Município de Santa Terezinha de Goiás e era chamado apenas de Garimpo. Nesta pesquisa adotou-se em diversas oportunidades o termo garimpo de Campos Verdes/GO, mesmo que o fato narrado tenha se passado antes da emancipação do município.

Figura 01 - Localização do município de Campos Verdes/GO.



Organização: Wilian Ribeiro de Padua (2017). Elaboração: Viana (2017).

No espaço do garimpo, diversos sujeitos, como pequenos agricultores/camponeses, trabalhadores celetistas, diaristas, meeiros, passaram a se aventurar naquele ambiente que, para a maioria, não era familiar. Inicialmente, começavam de maneira infrequente, para em seguida serem tragados pela sedução do garimpo. Deste ponto em diante, já não conseguiam mais voltar para suas “antigas” vidas. Uma cidade que surgiu literalmente do zero, e que atraiu quase 50.000 habitantes, vindos de diversos lugares, sejam áreas urbanas ou rurais, construída e transformada numa velocidade nunca vista na região.

Parcela do contingente populacional chegado ao garimpo de esmeraldas do Norte Goiano adquiriu uma “identidade garimpeira”. Estes trabalhadores do garimpo, ainda que, a maioria, possuísse outras atividades laborais, agora, passam a ser classificados como

garimpeiros e com os conteúdos pejorativos que a nomenclatura carrega ao longo da história brasileira.

Entretanto, apesar dos pré-conceitos que sofrem são sujeitos históricos, conforme aponta Gonçalves (2012, p. 44):

Os garimpeiros são trabalhadores e por isso, sujeitos históricos que vivem e recriam suas experiências constantemente num determinado espaço social, regido pelas relações contraditórias e lutas de classes, expressão material do movimento contraditório da sociedade.

Os garimpeiros arriscavam-se à sina da maioria dos trabalhadores, a de seguirem ignorados quanto a sua importância e relação com o processo histórico, e as consequências e repercussões que o seu trabalho ocasionou na transformação do espaço (SOUSA, 2012, p. 11).

Trabalhadores miseráveis, incansáveis e esperançosos, mesmo sendo ignorados pela maioria, continuam dia após dia em busca de sonhos nem sempre alcançáveis.

Este ser social, assim chamado garimpeiro, carrega consigo um importante papel desde o Brasil Colônia, e, conforme, corroborado por Sousa (2012) transformou e ainda transforma o espaço onde se aventura, disputando territórios e construindo territorialidades em distintos lugares Brasil afora.

Campos Verdes/GO é um destes lugares em que o garimpeiro transformou por completo o espaço. Se o fez é porque este garimpo tem duas características diferentes dos demais garimpos conhecidos.

A primeira é que sua mina era de tal monta que se manteve em operação por mais de 30 anos. Povia Neto (1997, p. 46) nomina este tipo de garimpo de extração estabilizada, senão vejamos:

O garimpeiro como nômade, errante, aventureiro [...] semelhantes qualificações, que evocam um padrão de mobilidade

espacial contínua, descrevem apenas parcialmente a realidade atual do garimpo. Existem, hoje, áreas onde a atividade se encontra espacialmente estabilizada, já que jazidas garimpáveis de certo porte não só permitem como requerem a fixação de uma população inserida tanto na extração propriamente dita como nas demais operações que em torno dela gravitam.

Um dos resultados práticos desta extração estabilizada é a propensão de que um núcleo urbano surja para dar suporte a atividade garimpeira, o que de fato aconteceu em Campos Verdes/GO.

A segunda característica mencionada é que o garimpo está inserido na zona urbana do município. Na verdade, o núcleo urbano surgiu em meio às lavras garimpeiras e aos poucos se mesclaram, de tal forma que não se separa espaço urbano e espaço do garimpo, ambos localizados numa área, historicamente rural, tecida pelas relações sociais que envolvem o universo campo-cidade, permitindo interfaces entre as *Geografias*, ou ao menos com as categorias geográficas usadas e, costumeiramente, presentes nas análises espaciais.

Independente de como surgem as cidades, o importante é que se conheça sua história, como atesta Santos (1994, p.34): “Nenhum estudo de Geografia Urbana que se respeitasse podia começar sem alusão à história da cidade, às vezes até de forma abusiva. Era impossível abordar esta ou aquela cidade, sem essa preocupação de contar o que foi o seu passado”.

Clark (1982) afirma que o interesse da Geografia em estudar os lugares urbanos tem mais ou menos importância em como se desenvolveram no decorrer do tempo. Campos Verdes/GO com certeza se encaixa no rol de cidades que já nasceram com destaque e seu crescimento foi dinâmico, com um apogeu rápido e logo na sequência passou a viver uma agonia lenta e interminável, tal qual as fases da mineração descrita por Palacin (1976).

Sabe-se que os bens minerais são finitos e essa situação realidade não tardou a se mostrar em Campos Verdes/GO. O ano de 2005 não foi um dos melhores para o garimpo e conseqüentemente para o município. Muitos já vislumbravam dias piores no futuro próximo. Como é comum em garimpos, a maioria das pessoas não conseguiram realizar o sonho de mudar de vida através da riqueza rápida que, geralmente, acompanha o imaginário do garimpo.

No cenário de decadência em que se encontrava o garimpo, parte dos moradores novamente imbuídos em continuar buscando meios para sobreviver, imaginaram diversas outras possibilidades para fazê-lo. E uma destas possibilidades foi buscar a “terra” como meio de sobrevivência.

Naquele momento um grupo de aproximadamente 500 famílias entenderam que a melhor maneira de continuar Existindo, seria como assentados da reforma agrária. Estas famílias com os corações cheios de esperança e imbuídas de coragem, conforme descreve Sauer (2005, p.58) acamparam as margens da GO-167 nas proximidades da cidade de Campos Verdes/GO.

Os sem-terra são camponeses expropriados da terra, ou com pouca terra, os assalariados e os desempregados. São trabalhadores na luta pela reinserção nas condições de trabalho e de reprodução social, das quais foram excluídos, desigual do desenvolvimento do capitalismo. Suas lutas são pela conquista da terra, pela reforma agrária e pela transformação da sociedade. Questionam o modelo de desenvolvimento e o sistema de propriedade, lutam contra o modo de produção capitalista e desafiam a legalidade burguesa, em nome da justiça (MARTINS, 1984, p.88).

Uma das maneiras encontradas pelos trabalhadores garimpeiros de Campos Verdes/GO foi a luta pela terra por meio da reforma agrária. Como explicado por Martins (1984) os desempregados, que

naquele momento, eram a maioria no município também são considerados sem-terra e centenas deles viram a oportunidade em continuar sua vida na terra e, para isso, era necessário entrar na luta pela reforma agrária.

O campo esteve e está no imaginário das pessoas que se sentem de alguma maneira ligadas a ele, conforme destaca Williams (2011). Talvez por isso estas famílias viram a reforma agrária como saída para os seus problemas e até mesmo como forma de conseguir realizar o sonho de serem donos de “um pedaço de terra”.

“A reforma agrária é um termo utilizado para descrever uma série de ações que tem como base a reordenação fundiária como mecanismo de acesso à terra e aos meios de produção agrícola, aos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra” (MATTEI, 2005, p.179). São mais de cinco séculos de luta pela terra no Brasil e estas disputas sempre estiveram presentes em nossa história e, mesmo assim, ainda não se conseguiu alcançar a reordenação fundiária mencionada por Mattei (2005).

Todo movimento realizado pelos trabalhadores, ora em direção a cidade, ora em direção ao campo, é realizado, unicamente, em busca de melhores condições de vida. Disso decorre a mobilidade do trabalho que não dever ser considerada apenas como um movimento de um lugar para outro, realizado por uma pessoa ou um grupo de pessoas, como destaca Gaudemar (1977, p.16): “Na sua acepção intuitiva, o conceito de mobilidade do trabalho apenas pode designar uma deslocação espacial dos homens [...]”.

As definições destes procedimentos teóricos metodológicos permitiram compreender as transformações espaciais ocorridas tanto no campo, quanto na cidade, orbitada pelo garimpo de esmeraldas em Campos Verdes/GO, desde a descoberta, o auge e a decadência das atividades garimpeiras na região.

A mobilidade espacial do trabalho no Garimpo de Esmeraldas em Campos Verdes/GO

A esmeralda em si não é um bem produzido pelo homem, ela é um bem natural que incorpora o trabalho social a partir da descoberta e do beneficiamento. A sociedade de Campos Verdes/GO foi cunhada a base do trabalho no garimpo, trabalho duro, perigoso e na maioria das vezes ingrato. Mas, o sonho de uma vida próspera fazia com que estes trabalhadores garimpeiros ignorassem as dificuldades e seguissem em frente.

Os garimpeiros que “criaram” um município e, posteriormente, um Assentamento, não o fizeram porque tinham isso como objetivo de vida; o fizeram porque foram sendo “conduzidos” à trilharem caminhos não planejados por eles. Nesta condução deixaram para trás parte das referências de vida que tinham e passaram a criar outras, conformando identidades híbridas típicas de áreas e garimpo e de fronteiras.

Gaudemar (1977) discorre de maneira assertiva sobre o termo mobilidade forçada que é tratada por Póvoa Neto (1997) por mobilidade indesejada. A terminologia utilizada por ambos os autores, retrata o que acontece com os trabalhadores/produtores, que por vontade própria não deixariam seus lugares de origem, mas se veem obrigados a fazê-lo por conta da luta pela vida. Dessa forma, tanto a mobilidade forçada quanto a mobilidade indesejada são compreendidas pelos autores como algo involuntário.

O trabalhador além de ser obrigado a mover-se em busca de Existência e para isso busca o exercício laboral (trabalho), acaba por mudar de profissão e incorpora habilidades necessárias para realizar as atividades que lhe são postas no decorrer da caminhada, visto que, precisa aceitar o que lhe é oferecido e não o que deseja, conforme destacado por Perpetua; Thomaz Junior (2018).

Estes autores, abordam a questão da desterritorialização que é a perda do vínculo humano com seu lugar de origem. É verdade que se pode ainda passar pelo processo nem sempre factível de reterritorialização, no qual o indivíduo pode se adaptar a um novo lugar. O processo de reterritorialização, quase sempre, não se torna possível, justamente, devido à fluidez dos mercados de trabalho na atualidade, tanto nos ambientes rurais quanto nos urbanos e isso força a uma mobilidade constante, não permitindo a criação de “raízes”, conforme destaca Póvoa Neto (1997, p.01):

A crescente fluidez dos mercados de trabalho rural e urbano, no Brasil e na América Latina, tem obrigado os trabalhadores a uma constante mobilidade espacial e setorial. A busca por trabalho e por serviços indispensáveis à sobrevivência torna-se assim um padrão, um modo de existência.

A dificuldade em se criar raízes está fundada na fluidez dos mercados de trabalho, que acabam por influenciar na maneira como ocorre a mobilidade do trabalho. Se a mobilidade do trabalho mudou em ambientes tradicionais como os campos e as cidades, também ocorreu em atividades não convencionais como os garimpos.

A mundialização *encurtou as distâncias* e criou cadeias produtivas globais, em que *tudo e todos* estão interligados de alguma maneira, desde que, sejam interessantes ao processo de acumulação do capital, ou sejam, possam ser transformados em mercadoria pelas conglomerações financeiras e agroindustriais planetárias.

Esses processos e acontecimentos são fundantes para a mobilidade espacial do trabalho, movida e/ou direcionada pela mobilidade espacial do capital, conforme Harvey (2005) anuncia. Ora pessoas chegam em busca de novas oportunidades e quando não as encontram, deixam a região em busca das mesmas oportunidades, só que em outros lugares e até em outras atividades.

Nesta situação os trabalhadores acabam acuados, diante de tantas mazelas e veem suas necessidades vitais ficarem cada vez mais distantes. Então, diante de tantas incertezas, quando surgem possibilidades de mudança em suas condições de vida, acabam se sujeitando às situações degradantes, mas que, a curto prazo, supõem-se, possam vir a resolver os seus problemas e acalentar sonhos de prosperidade.

E um destes lugares que carregam consigo a mística do enriquecimento é o garimpo, conforme destaca Póvoa Neto (1997, p. 03):

Certos lugares passaram a gozar, no momento aqui abordado, desta qualidade de gerar fatos notáveis e de motivar a veiculação de notícias por redes tanto formais, como a imprensa, quanto informais, no caso dos já mencionados contatos pessoais. A mística do enriquecimento de alguns garimpeiros (especialmente no caso do ouro na Amazônia) serviu como catalisador e orientador para muitos, numa proporção que na verdade ultrapassava as reais possibilidades de ascensão social (PÓVOA NETO, 1997, p.03).

Resta comprovado que o agente motivador que guia milhares de pessoas rumo ao garimpo é o sonho pelo enriquecimento rápido, mas esse sonho não passa de misticismo, conforme citado por Póvoa Neto (1997). Deve-se ressaltar que é possível enriquecer no garimpo e, às vezes de maneira rápida, porém isso acontece com fração irrisória do contingente de trabalhadores, ou seja, casos excepcionais.

O garimpeiro vive a espera do golpe de sorte que mudará sua vida, conforme descreve Póvoa Neto (1997, p.7): “Tal situação adequava-se à já mencionada aspiração de ascensão social que caracterizava o meio social do garimpo, no qual parecia estar sempre presente a possibilidade do golpe de sorte que mudaria os destinos individuais”.

No garimpo de esmeraldas de Campos Verdes/GO não foi diferente, quando a notícia da descoberta do garimpo se espalhou, não tardou para que milhares de pessoas chegassem ao local. A mundialização faz com que *tudo e todos* estejam interligados, ninguém vive em uma ilha. Para efeito do entendimento dos processos de mobilidade espacial do trabalho em Campos Verdes/GO é necessário ter compreensão dos acontecimentos vividos pela região.

Um destes acontecimentos foi a emancipação política de Nova Crixás/GO junto ao município de Crixás/GO que trouxe consequências espaciais, anos mais tarde, ao já combalido município de Campos Verdes/GO.

Com a crise no garimpo se acentuando cada vez mais, milhares de pessoas deixam o município em busca de novas oportunidades. É nesse contexto que um grupo de 500 famílias, predominante composto de famílias de trabalhadores garimpeiros, começam a luta pela terra. Assim como no país inteiro, em Goiás não é diferente e tem-se enormes latifúndios, redutos tradicionais de criação de gado de forma extensiva e da classe política que exerce poder de mando, principalmente no interior do Estado, evidenciando a histórica concentração das terras.

No Brasil a histórica concentração da terra e da renda e a centralização política redundam numa das maiores desigualdades sociais do mundo, o que faz com que milhares de famílias sejam expulsas dos seus lugares de Existência e vagueiam, país afora, em busca de oportunidades. Isso não é diferente nos rincões brasileiros, especificamente na área pesquisada, pois não tendo alternativas, os trabalhadores garimpeiros e seus familiares enxergam na terra a possibilidade de uma vida digna.

Disso decorre, entre outros motivos, que na região surgem vários assentamentos, alguns vinculados ao Instituto Nacional de Colonização Agrária – INCRA, patrocinados pelo Estado que inicia processos de assentamentos em terras pouco férteis, quando não,

degradadas pelas atividades anteriores, com destaque para a pecuária extensiva. Diversos trabalhadores garimpeiros e/ou dependentes da cadeia produtiva do garimpo foram assentados. Ainda, alguns assentamentos foram organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, como o caso em estudo que culminou no Assentamento Caracol.

Nessa conjuntura a população de Crixás/GO, município vizinho a Campos Verdes/GO teve um incremento de 26% em sua demografia entre os anos de 2006 e 2008, justamente o período em que ocorreu uma *explosão* de acampamentos e posteriores assentamentos na região. Entre 2006 e 2016 foram criados pela INCRA, somente no município de Crixás/GO, oito Assentamentos com 465 famílias (Quadro 01). Em praticamente todos estes assentamentos existem trabalhadores garimpeiros, oriundos das lavras de Campos Verdes/GO. Entretanto, no Assentamento Caracol (Vitor Manoel), a maioria absoluta dos assentados são de trabalhadores garimpeiros.

Quadro 01 - Assentamentos criados no município de Crixás/GO.

NOME	FAMÍLIAS	DATA DE CRIAÇÃO
Antônio Tavares	36	2006
Carlos Lamarca	4	2009
Arlindo José Maria	11	2009
12 De Outubro	18	2010
Alírio Correia	88	2012
Vitor Manoel (Caracol)	75	2007
Chico Mendes	204	2013
08 De Março	29	2016
TOTAL	465	

Fonte: Wílian Ribeiro de Padua (2019).

Porém, não tardou muito tempo para que a maioria dos assentados do Assentamento Caracol percebesse que ser dono da própria terra não seria algo tão simples, fácil e barato.

DA Cidade de Campos Verdes/GO a Fazenda Caracóis: a saga dos trabalhadores garimpeiros

Há uma relação complexa entre campo e cidade. Apesar da maioria da população brasileira se sentir ligada ao campo e saber da importância deste ambiente para a Existência, entre as décadas de 1970 e 1990, milhões foram *arrastados* para as cidades diante das diversas possibilidades apresentadas pelo Estado. Trabalho, educação, saúde, vida digna foram promessas feitas pelo Estado e pelas empresas para desenvolver o país e melhorar a vida dos *sujeitos do campo* que deveriam deixar a terra para experimentar o sucesso nas áreas urbanas.

As promessas não se concretizaram. O propósito era fazê-los deixar a terra e **àqueles que não obedecessem** a esse chamado seriam expulsos pelo Estado e pelas milícias armadas dos latifundiários e empresários rurais (pistolagem). Enfim, o resultado foi que ocorreu uma inversão demográfica brasileira. Se até 1970 o Brasil tinha a maioria da população vivendo no campo, em duas décadas, esse processo se inverteu e, atualmente, as taxas de urbanização no Brasil, precisamente no Centro-Sul estão entre as maiores do mundo.

Entretanto, nos idos dos anos 2000 parcela da população, especificamente os trabalhadores garimpeiros no município de Campos Verdes/GO, se organizam e lutam para fazer o movimento inverso, ou seja, deixar a cidade, já que, estavam impedidos de laborar no garimpo e se incorporam aos movimentos sociais que lutam por terra, pois a terra, agora, era a única alternativa para garantir a esperança de sustento para as famílias.

As famílias ficaram acampadas por oito meses, aguardando a desapropriação de uma propriedade rural que distava cerca de 5 km da cidade. Porém, passados oito meses o Instituto Nacional de Colôni-

zação e Reforma Agrária, informou que a esperada terra não seria desapropriada. Ela ofereceu aos acampados a possibilidade de serem assentados no município vizinho de Crixás/GO.

Novamente ficaram acampados mais quatro meses nas bordas da cidade de Crixás/GO. Em seguida foram informados pelo INCRA que não seria possível assentar todas as famílias em uma mesma propriedade e, assim, os acampados mobilizados foram divididos em grupos para possíveis áreas a serem desapropriadas. Parcela das famílias foram para acampamentos às margens de propriedades em vias de serem desapropriadas em Nova Crixás/GO; outras tantas para diversas áreas no município de Crixás/GO; e muitas outras desistiram da luta.

Um destes grupos era formado por 75 famílias e foram levadas pelo INCRA para as cercanias de uma fazenda que seria desapropriada para assentá-las. Neste novo acampamento ficaram mais oito meses até que, finalmente, foram informados sobre a desapropriação da Fazenda Caracóis³ pela União. Esta propriedade distava cerca de 110 km de Campos Verdes/GO.

Em 20 de abril de 2007, conforme resolução do Comitê de Decisão Regional-CDR da Superintendência Regional do INCRA em Goiás foi autorizado à compra do imóvel rural denominado Fazenda Caracóis, com área registrada de 4.558,3278 hectares. O imóvel rural tinha por finalidade o assentamento de trabalhadores rurais de acordo com as metas estabelecidas no Programa de Reforma Agrária. O valor pago foi de R\$ 6.979.483,61, sendo R\$ 5.541.937,65 pela indenização da terra nua e R\$ 1.437.545,96 para indenização das benfeitorias.

Em 19 de novembro de 2007 por meio do memorando SR-04/T/N 25 do INCRA foi solicitado a criação do Projeto de Assenta-

³ Apesar do nome oficial da Fazenda ser Caracóis, na região a mesma só é chamada por Fazenda Caracol. Além do mais o nome oficial do Assentamento é Vitor Manoel, porém o nome usual continua sendo Assentamento Caracol.

mento Vitor Manoel⁴ no imóvel rural denominado Fazenda Caracóis no município de Crixás/GO. Os técnicos do INCRA sugeriram que nesta área poderiam ser assentadas até 73 famílias.

O Assentamento (Figura 02) está localizado na Microrregião de São Miguel do Araguaia, e seu acesso ocorre partindo da cidade de Crixás, sentido Mozarlândia, distante 48 km ou no sentido Mozarlândia - Crixás por 34 km, ambos os sentidos por estradas não pavimentadas. Apenas como referência a área se encontra a 368 km da capital do estado de Goiás e 468 km da capital do país.

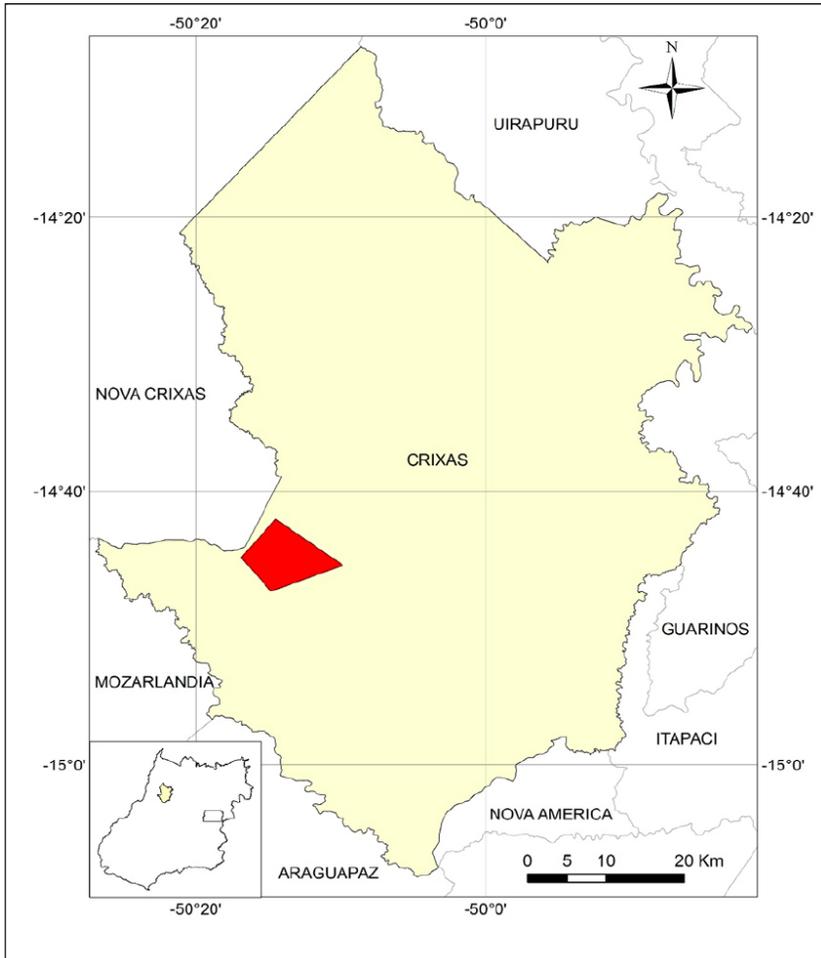
Fator preponderante, o solo na região não se verifica homogêneo. Dentre as classificações das bases de solos do Sistema Brasileiro de Solos (2006, p.72-76), predominam na área do Assentamento Caracol, conforme Relatório Técnico do INCRA Latossolos Vermelho-Amarelos (25%), Cambissolos (54%), Plantossolos (5%), Neossolo Litólico (11%) e Gelissolo Háptico (5%).

As classes de capacidade de uso dos solos são de extrema importância para se determinar o manejo da terra, visando não comprometer sua capacidade produtiva, conforme descreve Shinzato; Cavedon (2000, p.54):

Representam terras com o mesmo grau de limitação e uso ou de riscos de degradação. Em número de oito (I a VIII), com a intensidade de uso decrescendo do primeiro ao oitavo algarismo romano. A caracterização procura considerar a complexidade maior ou menor das práticas conservacionistas, ou seja, o conjunto de medidas que devem ser utilizadas para controlar a erosão e melhorar as condições de produtividade das terras.

4 Apesar dos esforços esta pesquisa não logrou êxito em descobrir quem foi Vitor Manoel. Nem as pessoas procuradas no INCRA nem os próprios assentados sabem de quem se trata. Tanto nas cidades de Crixás/GO, Mozarlândia/GO além das propriedades rurais da região, o Assentamento só é conhecido como Caracol.

Figura 02 - Localização do Assentamento Caracol – Crixás/GO



Organizado por Wilian Ribeiro de Padua (2019). Elaborado por Lima (2019).

Novamente, utilizando o Relatório do INCRA, as terras do Assentamento Caracol são classificadas em:

- Classe III, são terras próprias para lavouras em geral, mas que, quando cultivadas sem cuidados especiais, ficam sujeitas a severos riscos de depauperamento, prin-

principalmente em caso de culturas anuais, representam 25% do Assentamento.

- Classe IV, são terras que tem riscos ou limitações permanentes muito severas quando usadas para culturas anuais, correspondem a 28% do Assentamento.
- Classe V, são terras planas, ou com declives suaves, praticamente livres de erosão, mas impróprias para serem exploradas com culturas anuais, sua utilização é mais indicada para pastagens, esta classe corresponde a 5% da área total do Assentamento.
- Classe VI, são terras impróprias para culturas anuais, mas que podem ser utilizadas para produção de certos cultivos permanentes úteis, como pastagens, seringueira, cacau. Corresponde a 34% da área do Assentamento.
- Classe VIII, terras impróprias para serem utilizadas com qualquer tipo de cultivo, inclusive florestas comerciais, sua utilização é apenas como reserva legal, a fração de 8% do imóvel está inserido neste contexto.

Como verificado, o solo onde os trabalhadores garimpeiros foram assentados não são propícios para agricultura, como se diz popularmente no Assentamento, a terra é “fraca” (Figura 03).

A maior parte do Assentamento é apropriada somente para pastagens. Como os assentados não dispõem de recursos para comprar gado alugam seus pastos a R\$ 25,00 (valores equivalentes ao ano de 2019) por cabeça ao mês, para fazendeiros adjacentes. A agricultura de autoconsumo é pouco desenvolvida, geralmente plantam em parceria (meação) arroz e milho. Algumas famílias têm em seus quintais hortaliças, bananas, galinhas, não muito mais que isso.

Figura 03 - Solo comum na maior área do Assentamento Caracol. Crixás/GO



Fonte: Wilian Ribeiro de Padua (2018).

Mesmo que houvesse plantações e/ou criações que gerassem excedentes para a comercialização, a mesma não seria viável. As impossibilidades existem em decorrência da distância dos mercados consumidores, já que, os gastos com combustíveis inviabilizam as atividades comerciais. Ainda, percebeu-se que as estradas, quase sempre, estão em péssimas condições de trafegabilidade e há falta de transporte, já que, a maioria dos assentados não tem veículos e não há transporte público ou privado regulares.

A escolarização no Assentamento é realizada em uma escola municipal criada para esta finalidade⁵. A unidade educacional funciona no período da manhã para crianças em fase de alfabetização/formação escolar e no período noturno para pessoas que não tiveram oportunidade de concluírem seus estudos e o fazem na modalidade Ensino de Jovens e Adultos/EJA.

O transporte dos alunos acontece em veículos tipo perua (kombi). Alguns alunos levam duas horas do momento em que são recolhidos em suas casas até chegarem à escola, o tempo do desloca-

⁵ Ensino fundamental 1 e 2 (do primeiro ao nono anos).

mento também acontece no retorno, ou seja, quatro horas por dia são perdidos no transporte escolar.

Além do inconveniente no percurso, ainda existe a questão da estrutura física da escola que foi construída em placas de concreto (Figura 04). Naturalmente, a região é de muito calor e com este tipo de construção a situação se agrava mais ainda.

Para os alunos do noturno a questão do calor tem uma considerável melhora. Porém, são pessoas adultas que, geralmente, trabalharam duro durante o dia todo, além do cansaço da jornada de trabalho precisam lutar com a demora no trajeto casa/escola/casa. Para estes alunos o trajeto casa/escola/casa consome entre 30 minutos para os que residem mais próximos a escola e 90 minutos para os que residem mais distantes.

Figura 04 - Escola Municipal no Assentamento Caracol construída com placas de cimento. Crixás/GO



Fonte: Wilian Ribeiro de Padua (2018).

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção (FREIRE, 2002, p. 21)”. Como um professor poderia criar possibilidades para construção do conhecimento, conforme defende Freire (2002) em um ambiente tão desafiador? Escola com estrutura física precária, falta de material didático, demora no trajeto casa/escola/casa, salários baixos, falta de qualificação dos professores, precariedade das estradas e pontes do município, entre tantas outras situações que impedem que estes jovens e adultos possam um dia lutar por uma vida melhor.

A questão do transporte aflige aos assentados. Não existe linha de ônibus regular que os leve as cidades de Crixás/GO ou Mozarlândia/GO. Apenas, um proprietário de um veículo tipo perua faz uma “linha regular”, duas vezes por semana, mas o preço cobrado por passageiro torna a viagem para os assentados quase proibitiva. Como já mencionado, a situação de precariedade da infraestrutura das estradas é preocupante e exige providências imediatas do poder público. (Figura 05).

Figura 05 – Ponte que dá acesso ao Assentamento Caracol no município de Crixás/GO



Fonte: Wílian Ribeiro de Padua (2018).

Reforma Agrária reduz-se, de fato, a um reordenamento simples sobre pequena parte da estrutura fundiária, tendo limitado o caráter democrático que uma verdadeira Reforma Agrária deveria carregar. Sendo apenas um instrumento de reorganização de base territorial agrária, a política de assentamentos serve a uma espécie de contenção de tensões sociais que surgem entre setores que se encontram em conflito pela posse de terra (COGUETO, 2018, p.115).

Os problemas estruturais enfrentados pelos assentamentos em geral estão relacionados ao modo como a reforma agrária e os trabalhadores/agricultores/camponeses são pensados no Brasil. É consenso entre a maior parte dos estudiosos do tema, que não existe reforma agrária no Brasil. O que é feito no país é o puro e simples assentamento de pessoas em áreas rurais. Estes assentamentos são realizados, não porque o governo entenda a importância de realizá-los, mas, meramente, para minimizar os conflitos sociais que estão envolvidos e a pressão dos movimentos sociais, conforme descrito por Coguetto (2018).

Neste modelo que chamam de reforma agrária as chances para o fracasso dos assentamentos são grandes. Infelizmente, essa situação é pensada e orquestrada pelo Estado, o que se denomina de ausência planejada, ou seja, os assentamentos são feitos para não dar certo. Os problemas encontrados no Assentamento Caracol existem às centenas no país. O resultado deste processo é a comercialização das terras, o que não chega a ser uma surpresa, pois este fato acontece em diversos outros assentamentos espalhados pelo país.

Em agosto de 2018 em uma roda de conversa com algumas famílias de assentados da “Caracol”, observou-se que na relação de assentados, originariamente, realizada pelo INCRA, em que constava o nome das 75 famílias que foram assentadas 11 anos antes, já haviam deixado o Assentamento 35 famílias. De 2018 até dezembro de 2019

mais duas famílias já haviam negociado suas terras, totalizando até o presente 37 famílias.

As parcelas são negociadas geralmente com pessoas de Mozarlândia/GO, Crixás/GO, que as compram para servir de pastagem para o gado. Os compradores, raramente, moram nas parcelas que adquirem, e, na maioria das vezes, deixam que conhecidos ou familiares residam para manter a propriedade ocupada e evitar que o INCRA descubra que a mesma está sendo utilizada de *maneira irregular*.

Das 75 famílias, originalmente assentadas, quase 50%, já haviam comercializado suas terras. Os motivos alegados são os mais diversos. Alguns disseram que não conseguem trabalhar na terra devido à idade avançada e o fato dos filhos terem ido embora para cidade, outros por não possuírem as condições mínimas de investimento etc.

Porém, quando se faz uma análise mais detalhada percebe-se que o maior motivo para o abandono é a falta de apoio governamental. Os mesmos alegam que simplesmente foram deixados na terra, não lhes deram ferramentas, cursos, dinheiro, nada. Muitos venderam o pouco que tinham para comprar as primeiras ferramentas e a lona para construir suas primeiras moradias.

O que chama a atenção é o fato dos assentados da “Caracol” serem unânimes em afirmar que quando entraram para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, tinham esperanças, muitas esperanças.

Depois de assentados entenderam à duras penas que a vida continuaria tão ou mais difícil que no garimpo. Descobriram que ter terra e não ter dinheiro para gerar renda na propriedade pouco adiantava. Hoje, passados quase 13 anos de assentados, os que (*Re*) *Existiram* e permanecem em suas terras já “aprenderam” a *sobreviver* no lugar.

Ressalta-se, que todos os assentados, sem exceção, sejam eles homens ou mulheres, atestam que se o garimpo “melhorar” eles largam a terra e voltam para o garimpo. Quando questionados o porquê de abandonar uma vida, relativamente, estabilizada para voltar para uma vida incerta, simplesmente dizem: “o garimpo é bom demais dá conta”.

Essa sanha com o garimpo talvez possa ser explicada pela vontade de ficarem ricos, ou talvez tenha a relação com a *identidade garimpeira*. Para ter uma resposta precisa, seria necessária uma pesquisa específica com esta finalidade. Assim como Campos Verdes/GO os assentados da Caracol não vislumbram dias melhores. E prever as perspectivas futuras não é tarefa fácil.

Considerações Finais

Campos Verdes/GO entrou para história quase que por acaso. A descoberta de esmeraldas em seu subsolo atraiu sujeitos diversos de várias partes do Brasil e até de outros países. Por mais de 20 anos, desde a descoberta até o princípio da decadência, acalentou sonhos e esperanças, fazendo com que, milhares de pessoas, trabalhadores garimpeiros e outros milhares com diversas experiências sociais e profissionais se transformassem em garimpeiros, sempre esperançosos na riqueza vindoura.

E como, na maioria dos garimpos, o auge estonteante deu origem a crise assustadora, mediante diversos impeditivos para a exploração das lavras, sejam por conta da ausência do aparato técnico e tecnológico, seja por conta de questões legais/ambientais. A decadência chegou ao garimpo e, conseqüentemente ao lugar. A dificuldade em continuar Existindo a partir das atividades laborais no garimpo, fez com que, os trabalhadores garimpeiros fossem deixando, gradativamente, Campos Verdes. Mas, o processo de dispersão

foi sendo acelerado ao passo que a crise garimpeira se prolongava. E, em poucos anos, a efervescência promovida pelo garimpo de esmeraldas deu origem ao *esvaziamento* e os que ficaram passaram a se dedicar as atividades no campo, poucos, já que, a terra, como em todo o país está, historicamente, concentrada.

Que restava aos andarilhos das esmeraldas? Deslocar-se para outras áreas de garimpo, o que a maioria fez sem pestanejar, o que lhes é da natureza laboral, intrínseca à condição existencial. Mas, parcela dos trabalhadores garimpeiros, viu na luta dos movimentos sociais pela reforma agrária, a possibilidade de ter um *pedaço de terra*. É desse contexto que surge o Assentamento Caracol, após situações de acampamentos, negociações, desistências, violências (física, psicológica), até que, o Estado, forçado pelas ações políticas dos movimentos sociais, viabilizasse a terra para, no caso específico, assentar 75 famílias.

O sonho de ter a terra como condição de vida digna e das condições para garantir a Existência parecia estar realizado. Só parecia! A precária infraestrutura de transporte, de acesso à educação e saúde, a ausência e/ou a demora das políticas públicas para assegurar as condições mínimas de moradia e produção desanimou e para alguns transformou “o sonho de ter a terra em pesadelo de estar na terra”, agora, abandonados à própria sorte.

Se houvesse políticas públicas mais assertivas a situação poderia ser diferente, pois poderiam produzir, comercializar, alimentar a cadeia produtiva, gerar trabalho e renda. Mas, para isso, é necessário a intervenção do Estado, ainda que seja, na escala municipal. No município de Campos Verdes/GO ainda existem algumas dezenas de pequenas propriedades rurais, onde as pessoas vivem, exclusivamente, da terra. Para essa parcela da população o poder municipal pode investir e, minimamente, garantir o fortalecimento da agricultura familiar.

Organizações diversas (Cooperativas, Associações) podem articular produção e comercialização, mediante o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar e outras políticas públicas, que estão sendo desmanteladas em nível federal, mas que, podem, ainda que, com limitações, serem implementadas na escala estadual e municipal. Ações, dessa natureza, pensadas e articuladas em cadeias produtivas maiores (consorciamento/cooperação entre os municípios) podem promover o sustento das famílias, sendo o excedente comercializado, impulsionando a economia local/regional. E, destacadamente, a produção agroecológica pode ser uma alternativa viável, saudável e lucrativa, criando na região um nicho de mercado, muito valorizado na atualidade.

Mais uma vez, o Estado não faz o seu papel e caso não ocorra mudanças nas políticas de Assentamento/Reforma Agrária no país. Certamente, os assentados da “Caracol”, continuarão a “deixar” a terra por não terem as condições adequadas de Existência e farão, parte, do que eram antes, os andarilhos das periferias urbanas ou de novas áreas de garimpo, ou ainda, qualquer outra coisa que lhes assegure, minimamente, ter o que comer.

Seja nas cidades, seja nos campos, os trabalhadores continuam enfrentando grandes dificuldades em Existir. A imagem bucólica que paira sobre o imaginário popular da vida no campo não reflete a realidade, principalmente, para aqueles que cuja terra foi conquistada a partir da “reforma agrária”. Tampouco, as imagens sobre as aventuras e violências nas áreas de garimpo que teimam em persistir para a maioria das pessoas, também não são verdadeiras. Enquanto isso, a classe trabalhadora ampliada, polissêmica, diversa, fragmentada, nos campos e nas cidades, peregrina numa luta sem fim em busca de um lugar, uma oportunidade de viver com dignidade, enfim um *pedaço de chão* para Existir.

Referências

BERTRAN, P. **Formação econômica de Goiás**. Goiânia: Editora Oriente, 1978.

CARVALHO, F. L. **Sonho verde**: aventura num garimpo de Esmeraldas. São Paulo. Geração Editorial, 2002.

CLARK, D. **Introdução a Geografia Urbana**. Ed. Bertrand Brasil S/A, Rio de Janeiro, 2º ed, 1991.

COGUETO, J. V. **Geografia Agrária**. Londrina: Ed. Educacional, 2018.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 25º ed, 2002.

GAUDEMAR, Jena-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Ed. Stampa. Lisboa, 1977.

GONÇALVES, R. J. de A. F. **A vida pode mudar com a virada da peneira**: (re)organização do território e do trabalho nos garimpos de diamantes em Coromandel/MG. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2012.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **O neoliberalismo**: histórias e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

MARTINS, J. de S. **A militarização da questão agrária**. Petrópolis. Vozes, 1984.

MATTEI, L. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**: reforma agrária e programas de assentamentos rurais. Páginas e Letras editora e gráfica. Brasília, 2005.

PALACIN, L. **Goiás 1722-1822**. Goiânia. Editora Oriente, 2. edição, 1976.

PERPETUA, G. M; THOMAZ JUNIOR, A. **Geografia e trabalho no século XXI**. Presidente Prudente. Editorial Centelha, 2018.

PÓVOA NETO, H. **Garimpo e mobilidade espacial do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro, 1997.

PÓVOA NETO, H. **Migrantes, garimpeiro e seu “lugar” no território nacional: itinerância e mobilidade espacial do trabalho**. Rio de Janeiro, 1997.

Projeto Porto Seguro-Santa Cruz Cabralia: Levantamento de reconhecimento de solos, capacidade de uso das terras e uso do solo e cobertura vegetal / organizado por Ari Délcio Cavedon, Edgar Shinzato e Patrícia Düringer Jacques. – Salvador : CPRM/SA, 2000.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, M. **Técnica espaço tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo. Ed. USP, 1994.

SAUER, S. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira: O significado dos assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: Páginas e Letras editora e gráfica, 2005.

SOUSA, J. L. V. de. **Pobres garimpeiros de riqueza: a geografia dos diamantes em Três Ranchos, Goiás (Dissertação)**. Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão, 2012. Disponível em <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/3331>. Acesso em: out. 2019

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Ed. Contexto, 1988.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo. Companhia das Letras, 2011.

DO MITO DA ESPONTANEIDADE AOS EFEITOS DA MIGRAÇÃO: A MOBILIDADE ESPACIAL DO TRABALHO E DO CAPITAL DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO EM GOIÁS¹

Jéssyca Tomaz de Carvalho
jessyca.geo@gmail.com

Adriano Rodrigues de Oliveira
adriano.oliveira@ufg.br

Introdução

Apresentamos a análise da territorialização do agronegócio no Cerrado goiano, a partir do *recorte analítico* da mobilidade espacial do trabalho e do capital e do *recorte territorial* da região centro-norte do estado de Goiás, com foco no segmento do monocultivo de cana-de-açúcar e seus derivados.

O uso do termo *Agronegócio Canavieiro* em substituição a *Sucroenergético* ou *Sucroalcooleiro* se constituiu em uma ferramenta de demarcação teórico-político-ideológica em que buscamos (re)afirmar algumas características desta fração do agronegócio, observando principalmente a racionalidade conservadora e as estratégias capitalistas de acumulação ampliada no campo.

Com essa tática semântica, em construção, manifestamos uma avaliação crítica ao discurso consolidado entre os agentes hege-

¹ O texto apresenta reflexões desenvolvidas na dissertação de mestrado defendida em 2017 no PPGeo/IESA/UFG com o título “Os efeitos do Agronegócio Canavieiro e da Mobilidade Espacial do Trabalho no centro-norte goiano a partir do Plano Nacional de Agroenergia (2006-2011)”. A pesquisa teve o apoio financeiro da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

mônicos do setor canavieiro, como os discursos da produtividade e da sustentabilidade. Cabem assim os questionamentos: Produtivo às custas de quais sujeitos e territórios? Sustentável ao protagonismo de qual critério?

Avaliando as narrativas da “energia renovável”, “energia limpa”, “aproveitamento de resíduos” etc., presentes no termo “*Sucroenergético*”, entendemos que tais narrativas guardam o não dito sobre a precarização do trabalho e da vida à serviço da produtividade e dos “biocombustíveis”. Outrossim, desvelamos com o termo “*Agronegócio Canavieiro*” a dimensão da monocultura em grande escala e seus efeitos socioespaciais.

Visando elucidar a diversidade conceitual, pela qual o ambiente acadêmico designa o *Agronegócio Canavieiro*, realizamos uma busca minuciosa na base do diretório de grupos de pesquisas do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), selecionando as atribuições conceituais referentes à palavra-chave, nome de grupos ou nome de linhas de pesquisa. O resultado pode ser visualizado no Quadro 01, a seguir:

Tanto o termo *Agronegócio Canavieiro*, quanto *Agroindústria Sucroenergética*, não foram identificados na busca junto à base do CNPq. As linhas de pesquisas identificadas, em geral, delineiam-se em torno dos estudos pela perspectiva biológica, industrial e social.

Com a proposta conceitual edificada no termo **Agronegócio Canavieiro**, identificamos a possibilidade de construção pela *desconstrução* de uma totalidade complexa que contempla as dimensões política, econômica, ambiental e social, desta face do agronegócio dedicada ao **monocultivo de cana-de-açúcar**.

Quadro 01: Grupos e linhas de Pesquisa no CNPq

Termo	Curso	Instituição
Agronegócio Canavieiro	-	-
Agroindústria Canaveira	Serviço Social	UERJ
Canavieiro	Ciência e Tecnologia de Alimentos	UFSCAR
Agronegócio Sucroenergético	Sociologia	UFES
Agroindústria Sucroenergética	-	-
Sucroenergético	Microbiologia	UFSCAR
Sucroenergético	Administração	UNESP
Sucroenergético	Economia	UFRJ
Sucroenergético	Sociologia	UFES
Sucroenergético	Geografia	UNICAMP
Agronegócio Sucroalcooleiro	Geografia	UFAL
Agroindústria Sucroalcooleira	Microbiologia	UFSCAR
Agroindústria Sucroalcooleira	Ciência e Tecnologia de Alimentos	UCDB
Sucroalcooleira	Agronomia	EMBRAPA
Sucroalcooleira	Ciência e Tecnologia de Alimentos	UNIMEP
Sucroalcooleira	Geociências	UFT
Sucroalcooleira	Geografia	UFAL
Sucroalcooleira	Sociologia	UFMA
Sucroalcooleira	Engenharia Química	SENAI/RJ/CETIQT

Fonte: Diretório CNPq (2019)

Propomos com o recorte territorial estabelecido uma regionalização (mapa 01) que foi construída por meio do levantamento de dados² da produção e área plantada de cana-de-açúcar no estado de Goiás. Nesta regionalização identificamos a concentração de usinas (mapa 02) e, por conseguinte, do monocultivo no centro-norte goiano que *a priori* destoa do padrão de espacialização no estado, destacadamente expressivo na porção sul. Deste modo, delimitamos uma “regionalização da cana” para pormenorizar o fenômeno

² As imagens disponibilizadas pelo Canasat3 permitiram a adequação do recorte territorial - O mapeamento é realizado utilizando imagens obtidas pelos satélites Landsat, CBERS e Resourcesat-I, disponibilizadas gratuitamente pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

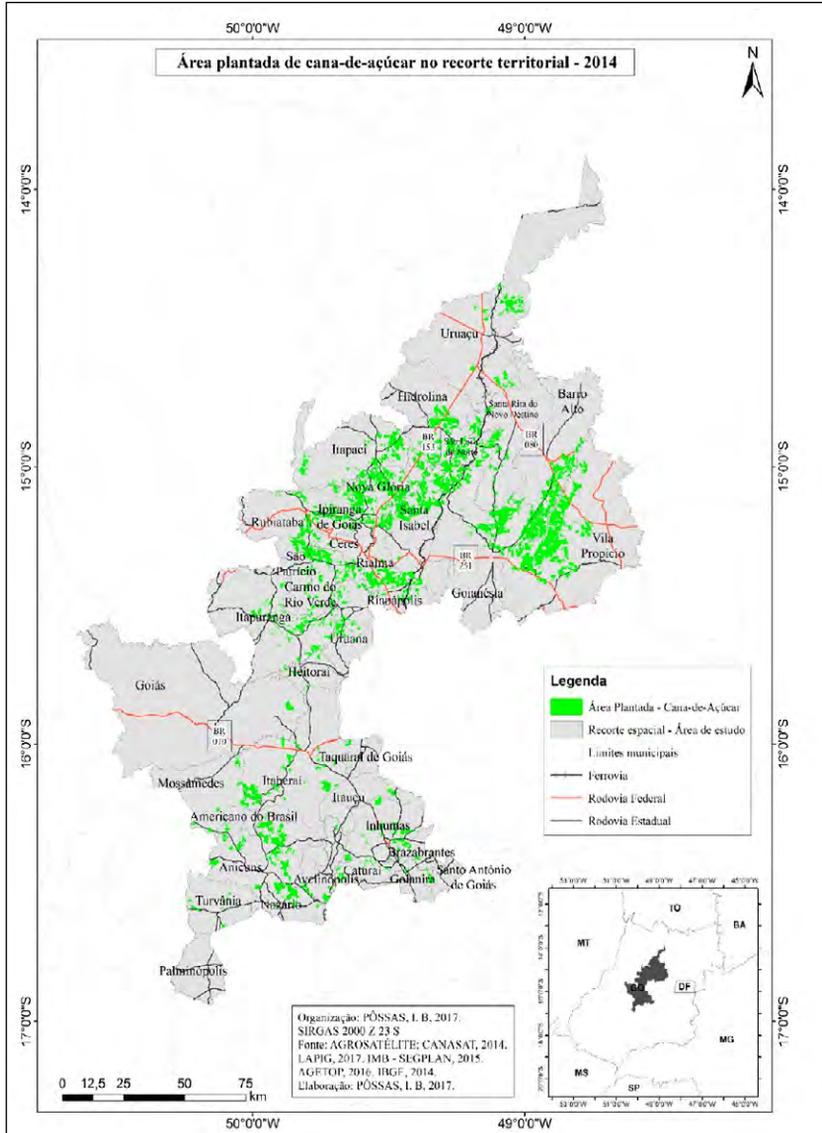
estudado. Portanto, os dados secundários foram obtidos pela agregação dos municípios que compõem a “região centro-norte”.

A regionalização delimitada não abrange somente os municípios com a localização de plantas industriais das usinas e grandes extensões de monocultivos de cana-de-açúcar, mas considera a produção em menor escala, bem como os municípios com influência indireta da territorialização do Agronegócio Canavieiro. Um exemplo é o município de Ceres, em que não há expressiva área produtiva, mas que possui centralidade regional, com a concentração de equipamentos de consumo coletivo como escolas, bancos, hospitais e outros.

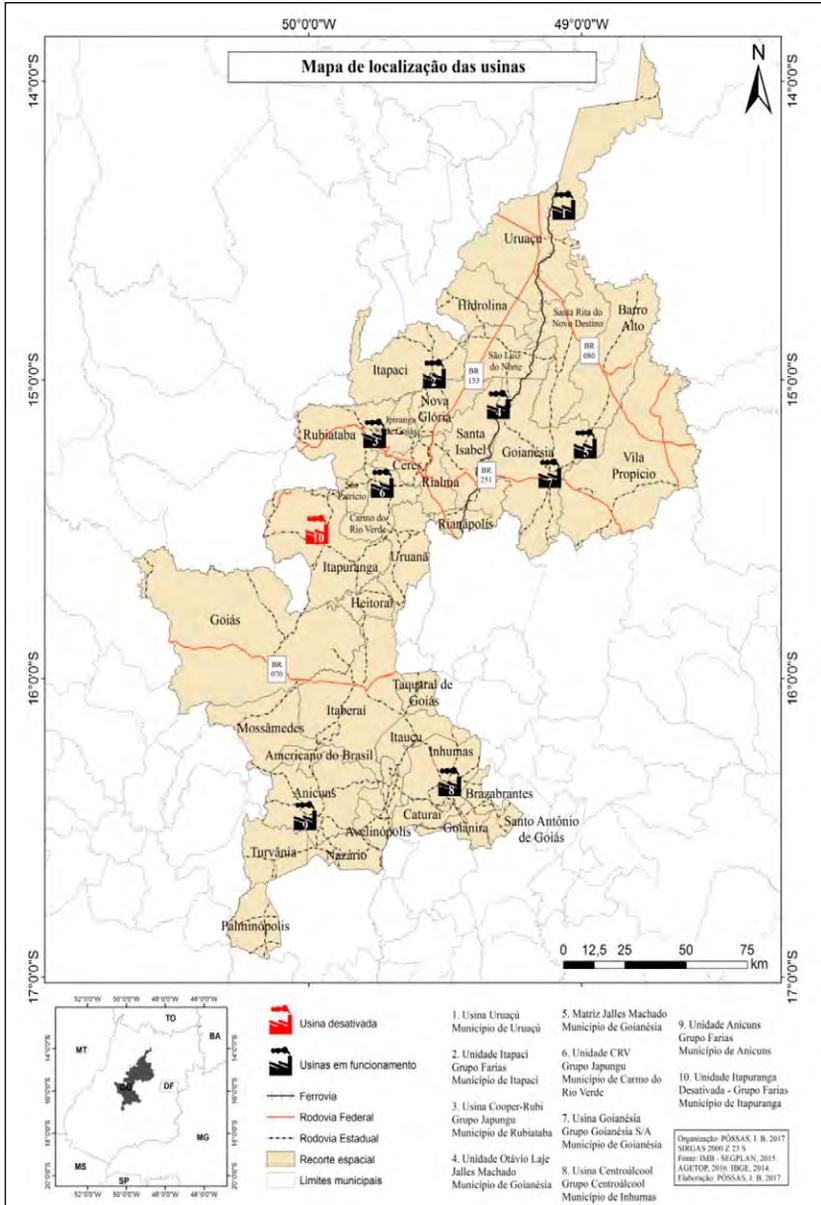
No mapa 02 destacamos a localização das usinas e os grupos detentores dos seus capitais. O efetivo total equivale a 10 usinas, sendo que a Usina de Itapuranga (do mesmo grupo das usinas de Itapaci e Anicuns) é sazonalmente desativada, como ocorre no atual interregno. Nessas situações a cana-de-açúcar produzida para esta usina é processada na unidade de Itapaci. Vale destacar a proximidade destes parques industriais usineiros das ferrovias e rodovias federais e estaduais, importante fator logístico para o crescimento econômico do setor, que evidencia o território usado pelos detentores do capital e dos meios de produção (SANTOS,1994).

Diante destes recortes conceituais e territoriais, elegemos como centralidade a compreensão da Mobilidade Espacial do Trabalho de trabalhadores do corte de cana-de-açúcar no centro-norte goiano. Tal escolha está consubstanciada pela forte presença ainda do corte manual da cana-de-açúcar nesta região. O caminho metodológico está ancorado em revisão bibliográfica, pesquisa quali-quantitativa de campo e o levantamento de dados e informações em fontes secundárias.

Mapa 01 - Área plantada com cana-de-açúcar no centro-norte goiano



Mapa 02 de Localização das usinas do centro-norte goiano



Fonte: CARVALHO (2017)

A territorialização do Agronegócio Canavieiro no centro-nor-te goiano

A compreensão do **Agronegócio Canavieiro** é um esforço de leitura em múltiplas escalas. Para além do processo de mundialização do capital há que se pautar a especificidade agrária brasileira, considerando-se camponeses e trabalhadores expropriados e desterritorializados em seu percurso. Não queremos questionar a capacidade e potencial de diversificação do setor, ao reforçarmos o monocultivo em detrimento dos semas da <energia> e da <produção>, recorrentemente usados nos discursos da “agroenergia”, “bioenergia”, “biocombustíveis”, “agrocombustíveis” e outros, mas convidamos a uma leitura territorial crítica, e que, portanto eleja como pauta a contradição e o conflito, incluindo na retórica do “bio” a vida humana indissociável da natureza.

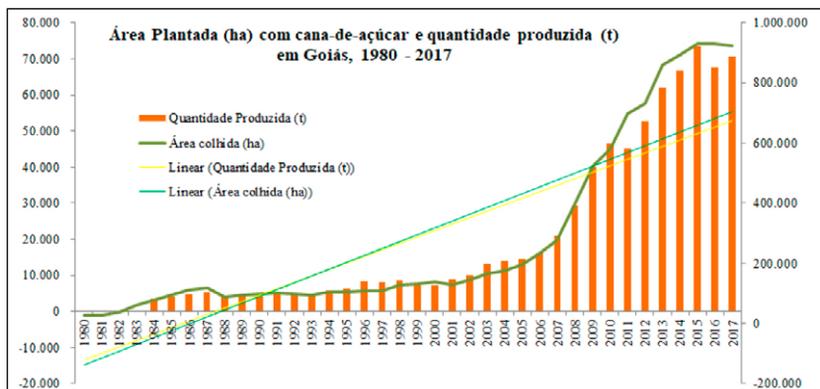
Assim lançamos olhares nas trajetórias, (des)caminhos e imposições aos trabalhadores que enfrentam a Mobilidade Espacial do Trabalho. Como Mendonça (2009), entendemos que a pauta da agroenergia ou da bioenergia, deve ser pensada com uma entrada ao debate de desenvolvimento territorial. É primordial considerar as escalas de influência do setor produtivo no que concerne a garantia de condições dignas de trabalho, renda e inclusão social. Se qualquer uma dessas dimensões estiver comprometida, não é possível falar em desenvolvimento.

A produção de cana-de-açúcar no estado de Goiás é marcada por três períodos que se destacam: a implementação do Programa Nacional do Alcool (Proálcool) no final da década de 1970, o Plano Nacional de Agroenergia (PNA) na primeira década dos anos 2000 e recentemente o Renovabio. Com a retórica da “superação e alternativa aos combustíveis fósseis” e da “energia limpa” essas políticas de Estado, impulsionaram a produção de cana-de-açúcar, pautan-

do-se recorrentemente na narrativa ambiental de forma bastante segmentada, deslocada da pauta do controle territorial.

Podemos observar no gráfico 01, o *boom* na produção e área colhida no estado de Goiás, principalmente após a implementação do PNA (2006-2011).

Gráfico 01: Área Plantada (ha) com cana-de-açúcar e quantidade produzida (t) em Goiás, 1980-2017

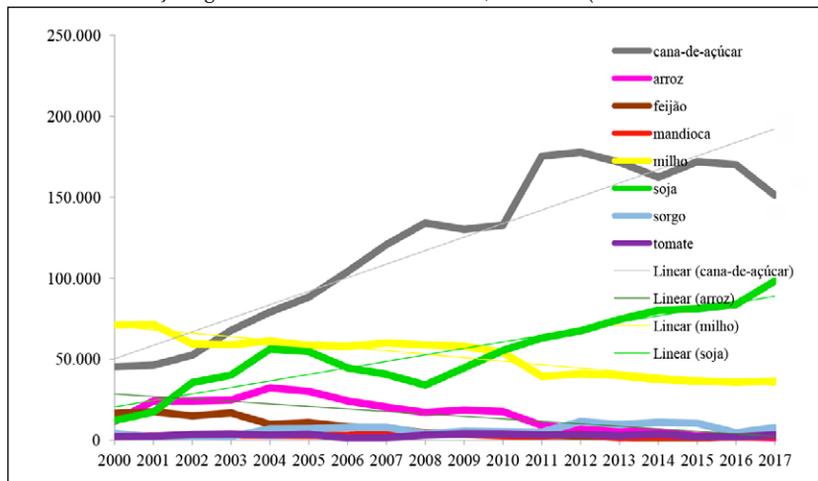


Fonte: Instituto Mauro Borges (2019).

Elaboração: Os autores (2020).

Os gráficos de tendência, contudo, nos demonstram o crescimento da área plantada (em verde) proporcionalmente mais intenso do que a quantidade produzida (amarelo), notadamente nos últimos anos. No Centro-Norte do estado, o crescimento das áreas com cana-de-açúcar resulta no arrefecimento de outros cultivos, principalmente àqueles que compõem a base alimentar da população, conforme pode ser evidenciado no gráfico 02.

Gráfico 02: Produção Agrícola no Centro-Norte Goiano, 2000-2017 (Em ha)



Fonte: Instituto Mauro Borges (2019).

Elaboração: Os autores (2020).

Exemplo evidente é a realidade do município de Itapuranga, que se destaca pela diversificação produtiva, com o cultivo de arroz, mandioca, feijão, milho, frutíferas e outras comidas. Contudo, a expansão da atividade agrícola especializada na cana-de-açúcar, desde o período do Proálcool e sobretudo com a implementação do PNA levou ao processo de “cercamento do campesinato” em função dos processos de controle territorial (SILVA, 2018).

Carvalho e Marin (2011) explicam que frente a situação do desemprego, a qualidade dos postos de trabalho gerados pelo setor canavieiro no município foi pouco problematizada pela população e as vagas geradas, foram vistas como uma vantagem social para o município, ou como uma oportunidade, como descrito por alguns sujeitos. No entanto, o processo de territorialização do Agronegócio Canavieiro trouxe efeitos severos para a produção camponesa, o que denota que a política agroenergética tem sido permeada por tensões, conflitos de interesses e contradições sociais.

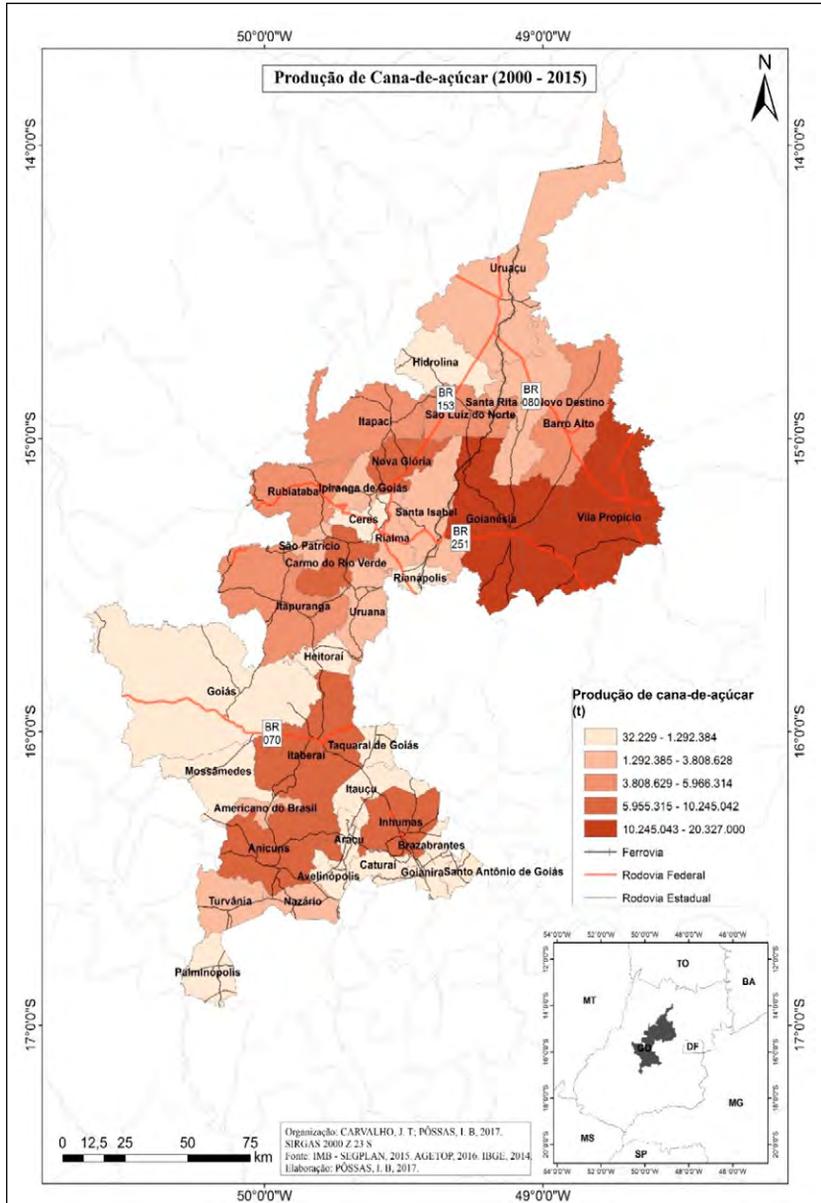
No mapa da figura 03 é possível averiguar a produção média de cana-de-açúcar entre os anos 2000 e 2015, com destaque para os municípios de Goianésia e Vila Propício. Ressalta-se que no município de Goianésia estão localizadas 3 (três) usinas, sendo 2 (duas) do grupo Jalles Machado, grupo que se dedica à produção de álcool, açúcar e energia, inclusive para exportação. Há que se destacar também as usinas de Goianésia e Itapuranga. Conforme evidenciado por Ferreira (2010), esses municípios foram os primeiros com a instalação de usinas na região, ainda na década de 1960.

Silva (2016) classifica as usinas do estado de Goiás em duas categorias: as *brownfields* e as *greenfields*. As primeiras são aquelas em que as unidades fabris foram criadas até o ano 2000. Em linhas gerais apresentam características que podem ser consideradas ultrapassadas frente aos avanços técnicos e gerenciais da atualidade. O autor elucida que “embora não seja a regra, nessa modalidade é comum a presença de passivos ambientais e produtividade industrial e agrícola inferiores aos padrões considerados eficientes” (SILVA, 2016, p.70).

Algumas plantas industriais se originaram antes do início deste século, foram desativadas e retomaram as atividades após o ano 2000, impulsionadas pelos incentivos do Plano Nacional de Agroenergia que por sua vez esteve conectado a conjuntura internacional ancorada na busca por fontes alternativas de energia. É o caso da unidade de Uruaçu, conforme relatado por Ricardo Menezes ao Portal Brasil Fator (2008), que elucida a retomada da atividade no ano de 2007; a estrutura da usina foi reformada após 20 anos da desativação.

A usina Uruaçu Açúcar e Álcool Ltda. e a unidade Otávio Laje, do grupo Jalles Machado no município de Goianésia, são segundo Silva (2016) as únicas unidades do centro-norte goiano classificadas como *greenfield*. Nessas circunstâncias, são unidades que passaram por “modificações que possibilitaram a adoção de processos, equipamentos e técnicas compatíveis com o padrão predominante”. (SILVA, 2016, p.70).

Figura 03: Produção média (t) de cana-de-açúcar no centro norte goiano (2000 - 2015)



Fonte: CARVALHO (2017).

Ao encontro dos pressupostos do autor, lembramos também o caráter verticalizado do setor canavieiro. É comum, por essas características, encontrar-se técnicas avançadas em determinada atividade do grupo empresarial e outras consideradas ultrapassadas em algumas etapas da produção. As 2 únicas unidades das 9 estudadas, classificadas como *greenfields*, possuem colheita 100% mecanizada – como apresentado no quadro a seguir.

Quadro 02: Porcentagem de mecanização do corte da cana na área de estudo (2016)

Usina	Município	Corte Manual (%)	Corte Mecanizado (%)
Jalles Machado Matriz	Goianésia	-	100,0
Unidade Otávio Lage	Goianésia	-	100,0
Goianésia	Goianésia	67,3	32,7
Vale Verde	Itapaci	70,0	30,0
Vale Verde ¹	Itapuranga	85,0	15,0
CRV Industrial	Carmo do Rio Verde	50,0	50,0
Cooper Rubi	Rubiataba	70,0	30,0
Usina Uruaçu	Uruaçu	-	100,0
Unidade Anicuns*	Anicuns	*	*
CentroÁlcool	Inhumas	80,0	20,0

¹A usina atualmente encontra-se desativada.

* Percentual de área colhida mecanizada atualmente, não identificado. Dado indisponível.

Fonte: Carvalho (2017).

As outras 7 unidades são por outro lado, classificadas como *brownfields* – usinas de planta industrial antiga, com poucos avanços técnicos e tecnológicos, produtividade aquém do que é observado nas usinas classificadas como *greenfields* e com o emprego de corte manual de cana-de-açúcar no processo de colheita, notando-se passivos ambientais e direitos trabalhistas feridos, bem como outros problemas de cunho ambiental-social. A produção é também restrita ao álcool e açúcar com pouco ou nenhum investimento na produção de energia.

A partir das informações do Quadro 02, observa-se que o corte manual ainda é expressivo na região estudada, especialmente nas usinas Vale Verde, CentroÁlcool e Cooper Rubi. Com base nesta evi-

dência, nos deteremos à compreensão acerca da vida destes trabalhadores no próximo tópico.

A mobilidade espacial do trabalho: dos (des)caminhos às imposições

A compreensão sobre a mobilidade espacial perpassa a tipologia do deslocamento, desde as migrações campo-cidade às mais diversas escalas temporais e espaciais. Podemos compreender o fenômeno entre e extrafronteiras, por curtos ou longos espaços, pelos objetivos ou tempo de duração. Cabe ressaltar que a mobilidade nunca está dissociada de motivações ou imposições de outros fenômenos.

Becker (1997) elucida que “multiplicaram-se as migrações de assalariados rurais temporários-volantes, boias-frias, especialmente para as colheitas da cana e da laranja, expressão do subemprego sazonal e das relações de trabalho informais gerados pela modernização capitalista no campo [sobretudo na década de 1970].” (BECKER, 1997, p.321).

Como já foi pontuado, o Proálcool e o Plano Nacional de Agroenergia (PNA), significou para Goiás, a pujança do processo de territorialização do Agronegócio Canavieiro ocasionando, mudanças na dinâmica populacional, à medida que historicamente a atividade do corte da cana é desenvolvida por trabalhadores e trabalhadoras de outros estados – principalmente da região Nordeste do país, como apontam as pesquisas de Silva (1999).

Em Goiás, já na década de 1990, a reestruturação do setor canavieiro significou o redirecionamento dos fluxos migratórios provenientes da região Nordeste. A distribuição desigual das terras, a ação setorial do Estado, associados e concomitantes ao modelo de desenvolvimento rural no Brasil, têm provocado a marginalização histórica dos sujeitos. As desigualdades regionais ainda hoje são latentes, o que faz demandar cada vez mais a compreensão da importância “vital” da terra, e por conseguinte a necessidade de uma reforma agrária estrutural.

Todavia, é válido ressaltar que “há formas de resistência que são tecidas nos meandros e brechas das relações de dominação” (MENEZES, 2011, p.56) e que, portanto, precisam ser identificadas e potencializadas. Silva (2016) ao pensar sobre as relações de dominação e controle da força de trabalho destaca que é importante considerarmos o fato de algumas unidades de processamento instaladas no recente movimento de expansão do setor canavieiro, estarem localizadas em municípios com pequena população residente e, por conseguinte, baixa oferta de mão de obra.

O autor identifica que nessas circunstâncias, ou mesmo em municípios com população mais expressiva, o Agronegócio Canavieiro se torna um significativo empregador local, passando assim a interferir nas relações de trabalho devido à demanda. Na tabela a seguir podemos identificar as características demográficas dos municípios estudados.

De acordo com o censo demográfico do IBGE de 2010, aproximadamente 51% dos municípios estudados, possuem a população total em torno de/ou inferior a 5 mil habitantes; 68% inferior à 15 mil. Entre esses municípios, 27% tiveram a população total reduzida entre 1991 e 2010. Calculando-se a média desses municípios em mesmo período a taxa de fecundidade dos mesmos passou de 2,65 para 1,98.

Tabela 01: População centro-norte goiano (1991 - 2000 - 2010)

Município (GO)	Rural (1991)	Urb. (1991)	Total (1991)	Rural (2000)	Urb. (2000)	Total (2000)	Rural (2010)	Urb. (2010)	Total (2010)
Americano do Brasil	729	4132	4861	817	4116	4933	790	4718	5508
Anicuns	6125	12081	18206	4025	14729	18754	2928	17311	20239
Araçu	1072	2619	3691	623	3504	4127	445	3357	3802
Avelinópolis	1008	1328	2336	836	1671	2507	573	1877	2450
Barro Alto	3540	3587	7127	2317	3934	6251	2465	6251	8716
Brazabrantes	1063	1271	2334	1049	1723	2772	1062	2170	3232
Carmo do Rio Verde	3604	4759	8363	2759	5182	7941	1874	7054	8928
Caturai	1645	2489	4134	1213	3117	4330	1022	3664	4686
Ceres	2486	16951	19437	1278	18123	19401	932	19790	20722
Goianésia	6767	36768	43535	4248	44912	49160	3889	55660	59549
Goianira	1509	10135	11644	1478	18064	19542	609	33451	34060
Goiás	7642	20140	27782	7319	19801	27120	6089	18638	24727
Heitorai	1081	1940	3021	1156	2289	3445	926	2645	3571
Hidrolina	2120	2859	4979	1507	3041	4548	1049	2980	4029
Inhumas	5646	32722	38368	3921	39976	43897	3143	45103	48246
Ipiranga de Goiás	3438	--	3438	2808	--	2808	1572	1272	2844
Itaberaí	7597	17255	24852	6630	21249	27879	5587	29784	35371
Itapaci	4313	8339	12652	1981	11950	13931	1783	16675	18458
Itapuranga	9205	18825	28030	6835	19905	26740	4890	21235	26125
Itauçu	2766	5912	8678	2120	6157	8277	2114	6461	8575
Mossâmedes	3426	3574	7000	2203	3595	5798	1732	3275	5007
Nazário	1764	4480	6244	760	5871	6631	1687	6187	7874
Nova Glória	3580	4926	8506	3256	5688	8944	2778	5730	8508
Palminópolis	1727	1902	3629	1304	2257	3561	858	2699	3557
Rialma	969	7943	8912	1054	9156	10210	725	9798	10523
Rianópolis	692	3598	4290	634	3730	4364	485	4081	4566
Rubiataba	4092	12594	16686	2881	15206	18087	2731	16184	18915
Santa Isabel	2715	1172	3887	2337	1255	3592	2319	1367	3686
Santa R. Novo Destino	2957	--	2957	1982	1043	3025	2060	1113	3173
Santo Antônio de Goiás	1812	--	1812	542	2564	3106	432	4271	4703
São Luiz do Norte	2074	1924	3998	966	3123	4089	709	3908	4617
São Patrício	1929	--	1929	1008	827	1835	820	1171	1991
Taquaral de Goiás	1708	2361	4069	1220	2367	3587	660	2881	3541
Turvânia	1828	3557	5385	1141	3993	5134	948	3891	4839
Uruaçu	5738	28191	33929	3411	30119	33530	3133	33796	36929
Uruana	4360	9397	13757	3019	10919	13938	2594	11232	13826
Vila Propício	3988	--	3988	3318	1174	4492	3641	1504	5145

Fonte: IBGE (2017).

Organização: Jéssyca Tomaz de Carvalho (2017).

Observa-se que 24% dos municípios possuem população rural, aproximada ou superior a 50% da população total, ou população rural superior à população urbana. Por exemplo, os municípios de Brazabrantes e Nova Glória, possuem a população rural superior a 50%. Destacam-se os municípios de Vila Propício, Santa Rita do Novo Destino, Santa Isabel e Ipiranga de Goiás, em que a população rural é superior à população urbana.

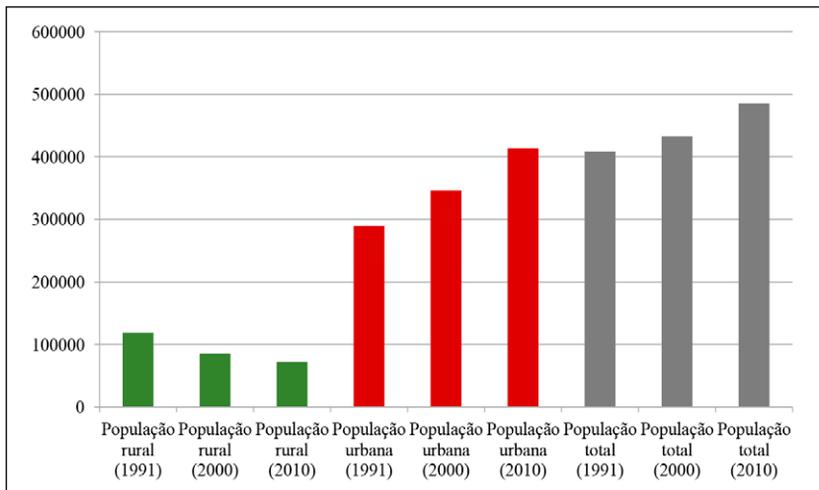
De 1991 a 2010, 32% dos municípios tiveram a população rural reduzida pela metade ou mais. Entre esses municípios estão Anicuns, Ceres, Goianira, Itapaci, Santo Antônio de Goiás, Taquaral e outros. Os municípios de Anicuns e Itapaci possuem unidades de processamento da cana-de-açúcar. Sobre os municípios de Goianira e Santo Antônio de Goiás, destaca-se a proximidade com a capital do estado – Goiânia.

O município de Taquaral chama atenção pela atividade econômica voltada para confecções de moda íntima, sendo um importante polo do segmento no estado (informações de campo). Apenas os municípios de Goiás e Mossâmedes tiveram a população urbana reduzida. Nos municípios de Goianira, Itapaci e São Luiz do Norte a população urbana dobrou.

No gráfico 3 identificamos em linhas gerais essa dinâmica populacional nos municípios estudados, a partir da soma de valores de todos os municípios em questão.

Ao passo que a população total dos municípios aumentou de 1991 a 2010, a população urbana acompanhou essa progressão. Por outro lado, houve um arrefecimento da população rural. Podemos analisar tais dados a partir da presença de diferentes atividades econômicas, a oferta de bens e serviços, a proximidade com municípios que apresentam influência regional, entre outros. Mas há que se considerar também os incentivos, ou falta desses, para que a população rural consiga permanecer no campo.

Gráfico 3: Dinâmica populacional centro-norte goiano (1991 a 2010)



Fonte: IBGE (2017).

Elaboração: Jéssyca Tomaz de Carvalho (2017).

A territorialização do Agronegócio Canavieiro ou outro monocultivo, é chave de interpretação nesse processo, como também é a ausência de ações e políticas públicas que ordenem o campo em coerência com sua heterogeneidade/diversidade. A prática do arrendamento adotada pelas usinas e o controle dessas sobre a disponibilidade de terras para o seu interesse econômico, evidenciam também a influência no campo de análise, à medida que, a maioria dos proprietários – notadamente os camponeses que arrendam suas terras – pela dificuldade de permanecer no campo, migram para a cidade.

Sobre os municípios que ainda possuem elevada população rural, em relação à urbana, percebe-se, por exemplo, a presença de assentamentos, como é o caso da Vila Propício. São evidentes as dificuldades desses sujeitos assentados em permanecerem na terra. Em trabalho de campo realizado no assentamento Maria Cícera,

observou-se a presença de 117 assentados. No assentamento faltam: água, energia, saneamento, além da dificuldade de acesso à cidade e a créditos e, por conseguinte, a escola, bens e serviços e escoamento da im-possível produção.

No assentamento há associação de produtores de alimentos e cooperativas. Os mesmos produzem para o próprio sustento feijão, arroz, milho e mandioca. Quando conseguem, vendem o excedente. A iluminação e energia de suas casas são produzidas com geradores à gasolina, placas solares, velas, lamparinas etc. Os sujeitos em roda de conversa relataram que a produção de alimentos depende da chuva. Aquelas crianças que a muito custo conseguem ir à escola, se deparam com os desafios do tempo cotidiano para chegar a esse espaço e voltarem para casa e com o preconceito em sala de aula na cidade.

Na ocasião os sujeitos relataram os diversos desafios com os quais se deparam e em meio aos relatos a contradição: A usina Jalles Machado em Goianésia próxima ao assentamento em Vila Propício produz energia elétrica. O assentamento? Sem energia! A usina que possui extensas terras para o cultivo da cana-de-açúcar ao redor do assentamento possui uma complexa rede de irrigação. Os assentados? Sem água! Conforme relatado pelos assentados, o plantio de cana naquele espaço se deu à custa do desmatamento. Os assentados, não conseguem produzir/comercializar gueiroba, por exemplo, por obstáculos quanto à licença, já que é considerada uma planta nativa do Cerrado.

Em pesquisa de campo realizada em 2017 nos municípios de Uruana, Itapuranga e Carmo do Rio Verde, a partir de amostras aleatórias obtidas junto a comerciantes, nos deparamos com narrativas sobre a importância da unidade de processamento para a região e para a movimentação do comércio. Para os mesmos a safra e entressafra é sintomática quanto a essa realidade. No período de safra “a capacidade de consumo é potencializada pela melhor remuneração

das atividades da usina” afirma um dos comerciantes do segmento de roupas e calçados. Chama-se atenção nesse aspecto, para o ganho por produtividade que faz com que os trabalhadores se sujeitem às intensas jornadas de trabalho.

Junto a isso e conforme analisado, o campo brasileiro tem sido pensado como um espaço para ser industrializado ou urbanizado, de modo que há também expressivas transformações nas relações de trabalho instituídas nesse Território, com o apoio inclusive de uma bancada ruralista – autodesignada como Frente Parlamentar da Agropecuária – que pensa o campo e o desenvolvimento rural por essa perspectiva setorial, atendendo aos interesses de territorialização do capital. Logo, em consonância a Mobilidade Espacial do Capital, vemos a Mobilidade Espacial do Trabalho.

Becker (1997) elucida como o “[...] capital pode escolher a força de trabalho onde melhor lhe convier e da forma que lhe for ainda mais rentável, pois crescem de forma assustadora os estoques de população excedente.” Sobretudo, a partir da década de 1970. (BECKER, 1997, p.324).

O neoliberalismo econômico, as novas gestões de trabalho, a reestruturação tecnológica, o aprofundamento da exclusão social e do trabalhador, entre outros elementos geraram a necessidade de se pensar novos paradigmas para a leitura sobre a migração. Paradigmas que conseguissem extrapolar a interpretação dos fatores de atração-repulsão da concepção Neoclássica, já que tais teorias “desconsideravam o problema crônico do desemprego urbano e do subemprego nos países subdesenvolvidos, ignorando a proporção da força de trabalho que não era absorvida pela chamada ‘economia moderna’. Em verdade, não possuíam um expressivo componente social.” (BECKER, 1997, p. 329).

A autora acrescenta ainda que na “visão neoclássica, a migração era percebida como um mecanismo gerador de equilíbrio para eco-

nomias em mudança, especialmente aquelas mais pobres. A mobilidade era considerada, portanto, sinal e fator de progresso econômico.” (BECKER, 1997, p.331); por isso então era vista de forma positiva.

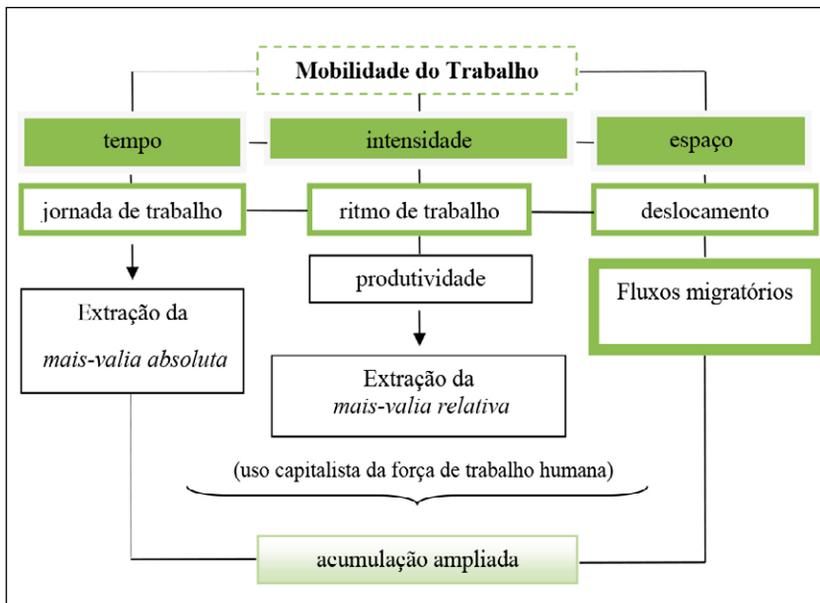
Oliveira (2014) explica que a mobilidade espacial do trabalho dos cortadores de cana, que geralmente acontece por aqueles sujeitos oriundos de regiões pobres do país envolve pensar os níveis micro e macro os quais revelam respectivamente as motivações e as causas da migração. As primeiras relacionadas às dimensões individuais, familiares e comunitárias. As segundas referentes a processos estruturais. No Brasil, isso envolve uma inserção problemática na divisão territorial do trabalho em escala nacional. Essas desigualdades constituem-se, portanto, enquanto fatores de expulsão.

Em um cenário de população e força de trabalho excedente às demandas da economia capitalista, assiste-se ao desemprego estrutural e à precarização, de modo que a população excedente, na condição permanente de desemprego, possibilita a acumulação do capital. Assim, os trabalhadores diante da impositiva competitividade de força de trabalho, entre humanos e máquinas, enfrentam a instabilidade e a mobilidade entre os setores da economia e os espaços, as péssimas condições de trabalho e o desemprego.

Especialmente ao se tratar do corte manual da cana-de-açúcar, a Mobilidade Espacial do Trabalho, constitui-se como uma das características do setor. Gomes (2009, p.41) a esse respeito enfatiza que “ao contrário de ser um sinônimo de liberdade, como querem os economistas políticos clássicos e neoclássicos, a mobilidade do trabalho significa, no contexto do sistema de produção capitalista, controle social, submissão e escravidão”.

Na figura 04, fundamentados na leitura de Gaudemar (1977) e Perpétua; Thomaz Júnior (2015) sistematizamos um mapa conceitual com as dimensões basilares da Mobilidade Espacial do Trabalho:

Figura 04: A Mobilidade do Trabalho



Fonte: GAUDEMAR (1977); PERPÉTUA; THOMAZ JÚNIOR (2015).

Elaboração: CARVALHO (2017).

Na dimensão temporal consideramos a jornada de trabalho e os baixos salários que, por conseguinte, permitem a extração da mais-valia absoluta. A dimensão da intensidade diz respeito ao ritmo de trabalho e a produtividade, que corrobora na extração da mais-valia relativa; nesse contexto, ainda que não haja alterações na jornada de trabalho, por meio de técnicas e tecnologias a produtividade é induzida, gerando de mesmo modo o uso capitalista da força de trabalho humana para a acumulação ampliada do capital.

Como bem analisa Bernardes (2013), no século 21, o movimento da fronteira econômica do agronegócio canavieiro conformou a fronteira de *expansão do etanol* que é territorial, envolvendo a dimensão do conflito, e, por conseguinte, dos problemas sociais, os mecanismos de controle do trabalho e a extração da mais-valia; de

modo que muitas vezes os agentes envolvidos no processo utilizam de estratégias de acumulação primitiva, para a reprodução ampliada do capital.

Todavia, como nos lembra Menezes (2011), é importante ressaltar que os trabalhadores não se limitam ao lugar de conformismo, imobilismo ou passividade diante o sistema de exploração e dominação. Mas, constituem-se como sujeitos de sua história que se escreve não como se quer, mas dentro de suas possibilidades.

Desta feita, é preciso desvelar o mito da espontaneidade e identificar os efeitos perversos da migração. Estudando-se as trajetórias dos trabalhadores migrantes, expropriados e camponeses, de suas origens à suas atuais condições, pautando-se suas conquistas por meio de diversas formas de (re)existências. Indubitavelmente esse processo está atrelado à Mobilidade Espacial do Capital. Se tratando do Agronegócio Canavieiro três elementos se destacam: os incentivos fiscais, as amenidades do trabalho e a disponibilidade hídrica.

Para Ferreira (2016, p.90) entre os incentivos fiscais, destacam-se o PRODUZIR e o FOMENTAR que estimularam a migração de empresas, especialmente para o Centro-Sul de Goiás: “esses são os principais exemplos de fundo, crédito e subsídios para a atração dos principais empreendimentos, que hoje estão implementados no estado”. Acrescenta ainda que “as atividades que receberam maiores montantes em investimento fixo e crédito foram as mineradoras e as usinas/destilarias” o que revela o interesse do Estado em atrair e financiar esse tipo de investimento em empreendimentos privados, pautados no discurso da geração de emprego (FERREIRA, 2016, p.119).

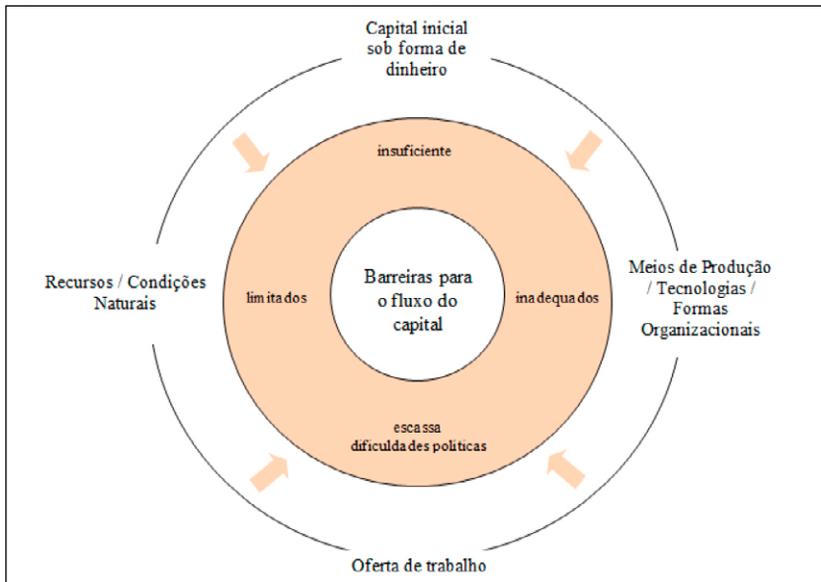
Desse modo, como explica Harvey (2011) o Estado atua como um capitalista à medida que produz condições para que o capital se movimente, quando por exemplo “usa as receitas fiscais para investir em infraestruturas que estimulem o crescimento e gerem mais receitas em impostos”. O autor considera então que “a circulação do

capital implica também movimento espacial. O dinheiro é reunido em alguma região e levado para um lugar especial para utilizar os recursos de trabalho que vêm de outro lugar” (HARVEY, 2011, p.42).

As amenidades do trabalho e a mão-de-obra barata constituem-se como fator de atração e, por conseguinte, de migração do capital. Por outro lado, a mobilidade do trabalho, ou da mão-de-obra, apresenta-se como fator de exploração, que acompanha esse movimento.

Para Harvey (2011) o fluxo do capital por meio da produção, depende de alguns fatores que garantem que o mesmo seja reproduzido, conforme evidenciado a seguir:

Figura 5: Barreiras Potenciais à Acumulação do Capital



Fonte: HARVEY (2011, p.46).

Adaptação: CARVALHO (2017).

“O exame do fluxo de capital por meio da produção revela barreiras potenciais à acumulação, que devem ser negociadas para o capital

ser reproduzido” (HARVEY, 2011, p. 46). Desse modo, no intuito de superar essas barreiras, as estratégias de acumulação são reinventadas evitando-se assim a crise do capitalismo enquanto hegemonia.

O autor enfatiza ainda que o Estado *interalia* (grifo do autor) com o capital quando por exemplo, não fornece infraestruturas sociais básicas - como saúde e educação, à medida que tal fato afeta diretamente na qualidade da oferta de trabalho, mantendo-se assim o exército de reserva, que é “elemento e requisito do processo de acumulação”, como esclarece Luxemburg (1970, p.82). A falta de acesso a esses bens e serviços, entre outras demandas, também se constitui como outra imposição resultante em migrações que servem ao processo de acumulação do capital.

É importante ressaltar também, como identifica Mészáros (2008) que assim, percebe-se que a educação é, pois vista como uma mercadoria. Mercadoria essa capaz de garantir a *autoalienação do trabalho* (grifo do autor) e suas intencionalidades. Cabe aqui considerar, portanto, o poder e a potencialidade de uma educação pensada por outras perspectivas.

Nesse cenário, assiste-se em escala global uma enorme massa de força de trabalho, inclusive com “elevado nível de educação” como identifica Harvey (2011). Soma-se a tudo isso, o papel do Estado na reprodução do capital as leis trabalhistas - salário mínimo, jornada de trabalho e regulação das condições de trabalho, feitas pelo Estado. As reformas trabalhistas e previdência, respectivamente levadas à cabo em 2017 e 2019, são elucidativas de como operam os blocos de poder hegemônicos. A Reforma Trabalhista foi instituída pela Lei 13.467 de 2017, alterando as regras de remuneração, plano de carreira e jornada de trabalho.

A Reforma da Previdência, instituída pela Emenda Constitucional 103 de 2019 trouxe várias alterações na concessão dos benefícios, no tempo de contribuição, no período básico de cálculo, nas pen-

sões por morte, alíquotas de contribuição, idade mínima dentre outras alterações. Não por acaso, tais reformas foram empreendidas no período posterior ao golpe político-midiático que depôs a presidenta Dilma Rousseff em 2016. A partir de então o bloco de poder que hegemoniza o Estado brasileiro corresponde tão somente aos interesses de frações de classe da burguesia mais atrasada do país: “[...] em certas circunstâncias as classes dominantes provenientes de outros modos de produção, presentes na formação social capitalista: caso clássico, ainda hoje em dia, nos países dominados e dependentes, dos grandes proprietários de terra.” (POULANTZAS, 1980, p. 145).

Desse modo, diante da influência política da fração de classe dos *proprietários de terra* com sua representação no congresso nacional por meio da já citada Frente Parlamentar da Agropecuária, é evidente o uso do Estado como um aparato do Agronegócio, por diferentes perspectivas, para além do próprio financiamento.

Considerações Finais

Com a adoção de um modelo de exploração de mão-de-obra e natureza, baseado na lógica global capitalista, pautado na compreensão do senso comum de desenvolvimento, a maioria das áreas de Cerrado seguem degradadas pelo Agronegócio. O Agronegócio Canavieiro, não apresenta diferente racionalidade reprodutiva, ainda que por vezes tentando utilizar-se de uma pauta bioenergética.

Com a inserção do capitalismo contemporâneo no espaço agrário há a transformação do tradicional e conservador latifúndio em empreendimentos rurais travestidos de moderno (na polissemia do termo). Revela-se assim a importância dos conceitos, como forma de resistência, ideológica ou até mesmo contra hegemônica. Perceber, por exemplo, que o agronegócio, não se restringe a rasa ideia

de negócio no campo é, portanto, uma das possibilidades críticas ao modelo.

Os incentivos criados pelo Estado, por meio da concessão de fomento e de condições favoráveis para a produção de *commodities* em detrimento da disponibilidade de terras para produção de comida converteram as zonas de Cerrado na principal fronteira agrícola do país. O espaço agrário brasileiro é marcado então pela subordinação aos interesses que vão ao encontro da efetivação do latifúndio e da ação do capital.

O *cercamento camponês*, os cemitérios de árvores, o trabalho análogo ao escravo, as nascentes depredadas, a subordinação da renda da terra, a contaminação do solo, ar e água pelo uso de venenos e outros insumos, a manutenção das desigualdades regionais, delineiam o quadro de verdadeira violência da territorialização do Agronegócio Canavieiro. O setor que tem se ressignificado ao longo dos anos de formação territorial do Brasil, mas que ainda carrega os abismos sociais que podem ser identificados nos meandros das estratégias empresariais.

É evidente que a incorporação de técnicas e tecnologias ao território e aos segmentos agrícola, industrial e produtivo, tem garantido avanços significativos. Por outro lado, chamamos atenção para a preocupação sobre como são colocados esses avanços, de modo que, a representatividade dos mesmos, podem negligenciar a necessidade de ainda se pensar sobre as várias lacunas existentes, sobretudo, quanto às amenidades do mundo do trabalho e as questões ambientais.

A expansão canavieira aparece como o ápice da territorialização do Agronegócio na região estudada e na leitura economicista sobre o campo, os dados sobre a produção e a produtividade, se sobressaem como identidades do desenvolvimento rural. No bojo disso identificamos a reinvenção capitalista a partir de aparatos

que não são oferecidos em proporção justa aos camponeses produtores de comida que de fato garantem a diversidade.

Paradoxalmente, observamos então que a capacidade de diversificação do setor, ocorre por meio de incentivos fiscais, disponibilidade de recursos naturais e exploração da mão-de-obra, orquestrada de acordo com os interesses sobre a reprodução do capital canavieiro. Todavia, entendemos que colocar isso como elementos suficientes e satisfatórios no âmbito do compromisso com as questões ambientais e sociais, podem trazer consequências sérias à sociedade, perpetuando as injustiças históricas.

Na intersecção há a mobilidade do trabalho. Consequência da divisão territorial desigual do trabalho e das desigualdades sociais que é permeada pelo desemprego, pela concentração de terras, expropriação de camponeses, demandas sociais, ausência de acesso à bens e serviços e outros fatores que possibilitam a subordinação do trabalho ao capital. A mobilidade do trabalho possui dimensão temporal e espacial; de tal modo que, as intensas jornadas de trabalho, o ritmo acelerado objetivando a produtividade e os fluxos migratórios, possibilitam a extração da mais-valia.

A posição capitalista do Estado é, portanto, funcional ao capital e mediadora das desigualdades que garantem sua reprodução. O que leva a compreender o motivo pelo qual, algumas ações e políticas públicas parecem serem feitas para dar errado, do ponto de vista dos ajustes sobre a desigualdades sociais; na medida em que o chamado exército industrial de reserva é necessário para a manutenção hegemônica do capitalismo.

Os efeitos disso para os trabalhadores são condições precárias de vida e trabalho, no que tange à moradia, a alimentação, as relações interpessoais, a sociabilidade, o acesso à cultura, ao descanso, à saúde, à segurança, à liberdade pessoal e de escolha, à dignidade, ao afeto. Em busca da ascensão os sujeitos alcançam nas condições

atuais os meios mínimos de sobrevivência. Seus direitos conquistados à duras penas, nem sempre são garantidos.

A luta é contínua, incessante. A mobilidade tem etnia, gênero, lugar de origem. As conquistas são diariamente ameaçadas. A insegurança os move e os bloqueia. A construção social que fundamenta a segura frase “é coisa pra macho” é a mesma que provoca a sensação de fracasso, que gera o adoecimento da mente e do corpo que pede socorro em silêncio.

O trabalho do corte manual de cana, por si desumano, é agravado pelos moldes produtivistas que seguem. Na busca do lucro, o pagamento por produtividade, que se apresenta como estratégia empresarial de controle sobre o ritmo de trabalho; faz com que o trabalhador se submeta a situações em que extrapola seus limites, na busca de um salário capaz de mantê-lo e manter sua família. No aumento do processo de mecanização, viável ou não às agroindústrias, conforme a capacidade de produção e os custos; os piores terrenos, que não são enfrentados pela máquina, são encarados pelos humanos.

O medo do desemprego paira entre os trabalhadores. A incorporação em outras etapas do processo produtivo ou em outros setores da economia, diante o processo de mecanização, não é uma certeza para todos. Ainda que haja a integração em outros setores, para esses sujeitos estão reservados os cargos que não estão livres da precarização. A terceirização é latente e sintomática, sobre os rumos que as conquistas trabalhistas estão tomando. No âmbito das inovações tecnológicas voltadas ao Agronegócio Canavieiro, é evidente que essas não superam os desafios e imposições da mobilidade. As técnicas e tecnologias mudam. O controle, o ritmo exaustivo de trabalho e a exploração dos trabalhadores permanecem.

Nos sindicatos dos trabalhadores rurais, a pauta agrária não aparece. E a questão nem de longe está resolvida no país. Pensar os efeitos do Agronegócio Canavieiro requer antes de tudo pautar o latifúndio, as

desigualdades regionais, os privilégios que garantem a reprodução do capital. É pertinente, portanto, pautar a luta de classe e a reforma agrária estrutural, que considere os biomas, a saúde, a logística, a educação – não a que serve ao capital, mas que sirva a um projeto de sociedade justa e às condições de existência material e simbólica dos sujeitos.

Referências

BECKER, O. M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In.: CASTRO, I. E. et al. (Orgs). **Explorações Geográficas: percursos no fim do Século**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BERNARDES, Julia Adão. Metamorfoses do setor sucroenergético: emergência de contradições. In.: BERNARDES, Júlia Adão. [et. al.] (Orgs.) **Espaço e energia: Mudanças no paradigma sucroenergético**. Rio de Janeiro: 2013.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Directorio de Grupo de Pesquisa**. Brasília: 2019. Disponível em: < http://dgp.cnpq.br/dgp/faces/consulta/consulta_parametrizada.jsf>. Acesso em: jun. 2020.

CARVALHO, Simone Pereira de; MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. Agricultura familiar e agroindústria canavieira: impasses sociais. Rev. **Economia e Sociologia Rural** vol.49 no.3 Brasília Julho/Setembro 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032011000300007>. Acesso em: jul. 2016.

CARVALHO, Jéssyca Tomaz de. **Os efeitos do Agronegócio Canavieiro e da Mobilidade Espacial do Trabalho no Centro-norte goiano a partir do Plano Nacional de Agroenergia (2006-2011)**. Goiânia: UFG, 2017. - Dissertação de Mestrado.

FERREIRA, Lara Cristine Gomes. **A evolução do setor sucroalcooleiro na microrregião Ceres (GO): dinâmica espacial e impactos socioeconômicos**. Goiânia: UFG, 2010. - Dissertação de Mestrado.

FERREIRA, Lara Cristine Gomes. **As paisagens regionais na microrregião Ceres (GO) – das Colônias Agrícolas Nacionais ao Agronegócio Sucroenergético**. Brasília: UNB, 2016. - Tese de Doutorado.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. / Jean-Paul de Gaudemar; tradução: Maria de Rosário Quintela. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GOMES, Fábio Guedes. Mobilidade do trabalho e controle social: trabalho e organizações na era neoliberal. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 17, n. 32, p. 33-49, fev. 2009.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. / David Harvey; tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

IBGE. **Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. In.: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: 1990. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBSIS%20-%20RJ/DRB/Divisao%20regional_v01.pdf>. Acesso em: jun. 2017.

IMB. Estatísticas Municipais. **Produção agrícola**. In.: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Goiás: 2019. Disponível em: < http://wwwold.imb.go.gov.br/perfilweb/estatistica_bde.asp>. Acesso em: jun.2020.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo**. / Luxemburg, Rosa; tradução Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1970.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **BIOCOMBUSTÍVEIS X AGROCOMBUSTÍVEIS: a polêmica sobre a expansão do setor sucroalcooleiro nas áreas de Cerrado no Brasil Central**. Catalão: UFG, 2009.

MENEZES, Marilda Aparecida de. Estratégias, táticas e resistência no cotidiano dos canaviais. In.: MENEZES, Marilda Aparecida de; GODOI, EmiliaPietrafesa. (Orgs.) **Mobilidades, Redes Sociais e Trabalho**. Annablume, São Paulo: 2011.

MÉSZÁROS, István, 1930 - **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição** / IstvánMészáros; tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1.ed. revista. - São Paulo: Boitempo, 2011.

OLIVEIRA, Ricardo Antunes Dantas. Narrativas dos trabalhadores migrantes do corte de cana em São Paulo: algumas interpretações a partir das teorias migratórias. PÓVOA NETO, Helion; [et al.] (Orgs.) **Caminhos da migração: memória, integração e conflitos**.- 1 ed. Rio de Janeiro: Léo Cristiano Editorial, 2014.

PERPETUA, Guilherme Marini. THOMAZ JÚNIOR, Antonio. A mobilidade da força de trabalho na territorialização do “deserto verde” – reflexões preliminares sobre o caso de Três Lagoas (MS). **Estudos do Trabalho**. Ano IX- Número 17 - novembro de 2015.

PORTAL BRASIL FATOR. **Usina de álcool é inaugurada no município de Uruaçu**. Boletim: TV Fator Brasil, 15 de novembro de 2008. Disponível em: <https://www.revistafatorbrasil.com.br/ver_noticia.php?not=59547>. Acesso em: jun. 2020.

POULANTZAS, N. **Estado, poder e socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

SANTOS, MILTON. O retorno do território. SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura. Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do Século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

SILVA, Edson Batista da. **Cercados e a Contrapelo: as expulsões e as reações camponesas à acumulação primitiva permanente em Goiás (1970-2015)**. Goiânia: UFG, 2018. - Tese de Doutorado

A MOBILIDADE ESPACIAL DA POPULAÇÃO E A INTERAÇÃO NA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DE ARACAJU

Carlos Lobo
carlosfflobo@gmail.com

Introdução

As últimas décadas apresentam um novo ritmo de crescimento demográfico no Brasil, com dinâmicas regionais específicas. Se o crescimento natural da população já não apresenta o mesmo ímpeto de meados do século passado, dada a sensível queda na fecundidade, a migração torna-se uma variável demográfica central, notadamente para explicar os diferenciais de crescimento observados no nível regional. Contudo, não são apenas os fluxos migratórios, que envolvem mudança na fixação do local de residência, que ganharam notoriedade na dinâmica populacional. As demais formas de mobilidade, como a sazonal e a pendular, têm se intensificado e diversificado, em decorrência de mudanças nas condições estruturais do mercado de trabalho e no processo de flexibilização do sistema de educação, ampliando novas formas de oferta no sistema de ensino.

É bem verdade, no entanto, que as mudanças na dinâmica demográfica, e no sistema produtivo e na prestação de serviços, que ocorrem de forma distinta no tempo e espaço, resultam em cenários distintos conforme cada realidade socioeconômica, dadas as sensíveis desigualdades regionais no país. Se em São Paulo, por exemplo, o processo de dispersão da população e das atividades econômicas já assumiu contornos mais efetivos, com a elevada articulação de

uma rede urbana e a consolidação de novos núcleos de concentração, em outras regiões a realidade parece ser bem distinta. Em boa parte dos grandes centros das regiões Norte e Nordeste, como em outras regiões brasileiras, o processo de dispersão demográfica e econômica ainda é bastante incipiente. Em alguns casos, ainda prevalecem sinais de concentração e um alto nível de primazia das metrópoles e dos centros regionais nas redes urbanas dessas regiões.

Nesse sentido, o propósito desse trabalho é avaliar o nível de interação na Região de Influência de Aracaju, analisado com base na mobilidade pendular para o núcleo metropolitano. Para tanto, foram utilizados os recortes regionais e a hierarquia urbana proposta pela REGIC 2007. Os dados de mobilidade pendular foram extraídos dos censos demográficos de 2000 e 2010. Nesse último levantamento censitário a combinação entre os municípios de residência e aqueles de trabalho e/ou estudo permitiu a identificação dos volumes de fluxos de pendularidade laboral, bem como dos vetores dessa mobilidade específica. A proposição de indicadores, como a chamada Razão de Pendularidade laboral, permite a análise comparativa dessas formas de mobilidade.

Não são apenas números soltos sem significado, dados por fluxos de pessoas que se deslocam regularmente para o trabalho e/ou estudo. Refletem estruturas e mecanismos que envolvem componentes demográficas, mas também guardam aspectos e dimensões do mercado de trabalho e do sistema de oferta de ensino público e privado. Têm, portanto, significado demográfico, econômico e social, mesmo que os limites da escala de análise, bem como do recorte espacial e temporal específico utilizado, precisem ser considerados na interpretação dos resultados. Podem, dessa forma, expor dados e indicadores úteis à compreensão de determinados processos espaciais, que se manifestam em determinadas formas de interação regional- da interação entre pessoas e lugares. Nesse

sentido, refletem conexões na rede de localidades no âmbito regional, cujas informações detalhadas certamente podem ser úteis aos órgãos e instituições de planejamento e gestão.

A mobilidade espacial da população e a interação regional

Existem várias formas de mobilidade da população no espaço, que incluem movimentos regulares e irregulares, mais ou menos efêmeros, intencionais ou forçados, regionais, nacionais ou internacionais. Na literatura acadêmico-científica, especialmente no âmbito das ciências humanas e ou sociais, especialmente na Demografia, mas também na Sociologia e na Geografia, por exemplo, duas formas de mobilidade espacial da população fazem parte de uma tradição de análise disciplinar: a migração e a pendularidade.

Conceitualmente, diferentemente da migração, a qual envolve a mudança intencional e deliberada do local de residência, a mobilidade pendular diz respeito ao movimento espacial realizado por indivíduos que se deslocam regularmente, muito frequentemente de modo diário, do domicílio de residência até o lugar onde trabalham ou estudam. Essa forma de mobilidade pendular tem sido normalmente avaliada pelo fluxo populacional entre municípios próximos ou limítrofes, por meio de deslocamentos de curta distância. Ainda que não seja uma componente da dinâmica demográfica, uma vez que não tem efeito direto no volume e no crescimento da população residente, trata-se de um movimento que apresenta efeitos demográficos similares aos fluxos migratórios, uma vez que a unidade espacial de destino experimenta um acréscimo populacional temporário ao longo do dia.

Como demonstrado por Aranha (2005), os deslocamentos regulares da população ocorrem nas mais variadas direções e podem ser orientados por diversos motivos, dentre eles o trabalho, estudo, saúde, consumo, lazer e negócios. Esse ir-e-vir constitui elemento in-

tegrante da realidade das grandes cidades e reflete, portanto, suas desigualdades sociais e espaciais. Essa pendularidade constitui-se, portanto, em indicativos não apenas das trajetórias que as pessoas realizam no espaço, mas também das oportunidades e/ou dos obstáculos (ARANHA, 2005)¹. A mobilidade pendular, de acordo com Jardim (2011), passa ser considerada como um dos fenômenos característicos da realidade metropolitana, que reflete diretamente a expansão do território da metrópole, indicando, do ponto de vista social e geográfico, a emergência de novas centralidades. Como sugerem Moura et al. (2005), a intensidade da pendularidade populacional é, portanto, um indicador chave da extensão da urbanização no território, constituindo uma informação útil à delimitação de grandes áreas urbanas². Não raro, essa forma de mobilidade também envolve deslocamentos regulares não diários, seja por novos arranjos laborais temporários ou sazonais, ou pela oferta de novas modalidades de ensino não convencionais, como pela chamada educação à distância. Ainda que exista uma tendência de que nos espaços urbanos mais adensados ao core metropolitano sejam mais atrativos, o efeito na redução dos custos de transportes e na expansão da infraestrutura, dinamizando

1 A mobilidade cotidiana está associada à mobilidade residencial pendular e as migrações intrametropolitanas, que normalmente não mudam o espaço que potencialmente se desenvolve a vida dos indivíduos que mudam de habitação ou residência. Envolve as diferentes ações do dia a dia dos indivíduos. Portanto, a mobilidade populacional faz parte de um mecanismo de distribuição espacial da população, em seus múltiplos aspectos, cujas formas estão inter-relacionadas, sejam migrações internas, mobilidades residenciais, cotidiana e do espaço de vida. Neste sentido, os deslocamentos da população estão relacionados à produção da existência, que envolve diferentes temporalidades sociais advindas das condições de vida e de trabalho refletindo os movimentos da economia e da sociedade (JARDIM; EVERATTI, 2006).

2 Assim, como demonstraram Frey e Speare Jr. (1992), “essas transformações na forma de assentamento definiriam um novo conceito de ‘área metropolitana’, como “forma ampliada de vida local caracterizada por alta densidade de movimento pendular, que passa a ser o principal indicador do espaço de atividade da comunidade. A discussão do movimento é, portanto, indissociável da de mobilidade, que vai caracterizar a vida urbana atual, acentuando a importância dos transportes, sobretudo o individual” (MOURA, et al. 2005, p.122).

a mobilidade espacial da população, permite que os fluxos de mobilidade pendular extrapolem os limites para além do entorno direto das metrópoles. Não raro são observados deslocamentos diários por distâncias próximas a 100 km, às vezes, superiores.

Contudo, como demonstrou Limonad (2011), embora possa haver uma difusão da dispersão urbana em diversas partes do mundo, ainda persistem formas de urbanização intensiva. Não obstante ambas levarem a uma expansão territorial da malha urbana, diferem na forma final que essa expansão assume. Ao tecido urbano esgarçado, fragmentado e pulverizado da urbanização extensiva, característico do que Francesco Indovina denominou de arquipélago metropolitano, contrapõem-se grandes aglomerações urbanas com alta densidade, onde se reforça a primazia da metrópole e da cidade concentrada e compacta.

Ao considerar não apenas os deslocamentos pendulares, mas também os processos de reconfiguração territorial e espacial das metrópoles e suas regiões de influência como formas de possíveis delimitações das áreas consideradas dispersas, o conceito de cidade-região assume relevância. Lencioni (2003) oferece uma interpretação dos processos socioespaciais contemporâneos de dispersão regional, dados os mecanismos de reestruturação produtiva e integração regional provocada por uma cisão territorial das indústrias, como ocorreu na área metropolitana de São Paulo. É importante entender a cidade-região como uma configuração dos processos socioeconômicos e socioespaciais na contemporaneidade, em que este conceito se enquadra em um contexto de dispersão populacional das metrópoles, evidenciados pelos deslocamentos pendulares. Os espaços em que estas cidades-regiões ocupam são característicos de grandes interações.

Afora as controvérsias teórico-conceituais e as evidências empíricas trazidas sobre as variações e real abrangência da dispersão

urbano-metropolitana no caso brasileiro, parece não haver dúvidas sobre a necessidade de uma maior reflexão sobre as particularidades em cada uma das regionais metropolitanas do país. Dessa forma, a pendularidade pode servir como um importante parâmetro de apoio a gestão das formas de mobilidade metropolitana. Como indicadora-síntese da interação socioeconômica entre municípios a pendularidade também retrata a capacidade de deslocamento da força de trabalho e da população em atividade escolar, não raro, são consideradas variáveis definidoras do nível de polarização e influência regional (CASTELLO BRANCO; FIRKOWSKI e MOURA, 2005; DURANTON, 2013; LOBO *et al.*, 2018).

Região e Rede: uma análise de redes em regiões de influências

Pelo menos a partir do segundo quarto do século passado, ganharam evidência na Geografia Regional os modelos importados da Economia Regional, inspirados, por exemplo, nas propostas de Christaller, Boudeville, Weber, Perroux, ou mesmo Von Thünen. Para Correa (1986), com base nos princípios da economia marginalista, nos modelos hipotético-dedutivos e nas teorias locacionais, o significado de análise regional e economia regional tornaram-se praticamente coincidentes. Como efeito, os conceitos de região homogênea/polarizada e de região funcional passaram a ter grande aplicabilidade na Geografia, inclusive nas diversas propostas de regionalização durante as décadas de 1960/70. Nessa perspectiva, a tradicional abordagem da Geografia Regional, tendo com objeto o conceito de região, foi convertida em Análise Regional.

Especialmente a partir da década de 1970, também ganha forma uma onda crítica que veio questionar a suposta natureza regional na Geografia ou mesmo as bases de referência teórica da chamada análise regional, destacando os propósitos de seu caráter ideológico,

com o intuito de mascarar as reais forças que moldam e definem as formas de organização do espaço³. A região deveria ser concebida, por exemplo, como resultado dos diferentes modos de produção- a exemplo do que propôs Lipietz; ou das conexões entre classes sociais e acumulação capitalista, como sugerido por Villeneuve; pelas relações entre o Estado e a sociedade local, conforme interpretação de Dulong; ou então pela introdução da dimensão política, como indicado por Francisco de Oliveira ao fazer a “elegia” do Nordeste brasileiro (CORREA, 1986). De acordo com Lencione (1999), a Geografia Regional, sob inspiração do materialismo histórico, trouxe importantes contribuições ao debate sobre o significado de região e regionalização, tendo sepultado a suposta neutralidade da ciência e introduzido suas categorias de análise geográfica.

Quase paralelamente, os estudos sobre redes urbanas tiveram como ponto de partida decisivo o trabalho de Walter Christaller- cuja principal obra foi traduzida e conhecida como a “Teoria dos Lugares Centrais”, publicada originalmente no início da década de 1930. Foi uma proposta que inovou ao ressaltar o fato de que o tamanho e a localização das cidades obedeciam a uma organização definida pelo raio de ação no mercado de alguns bens de consumo e que permitiam estabelecer uma forma de hierarquização entre os núcleos urbanos de uma determinada região. A partir da década de 60, a profusão de estudos sobre a rede urbana sofreu grande influência da nova Geografia Francesa, em especial pela obra de Michel Rochefort, cuja identificação das hierarquias urbanas poderia ser realizada pela análise do peso das atividades terciárias. A metodologia proposta para análise da rede urbana francesa, da dimensão da área de influência e dos fluxos foi estabelecida com base na análise da

3 Lacoste, por exemplo, mesmo antes, refere-se à concepção vidaliana de região como uma forma de “conceito-obstáculo”, que restringe outras formas de divisão da superfície terrestre (DUARTE, 1986).

distribuição de bens e de serviços (serviços ligados ao capital; de administração e direção; de educação; de saúde; de divulgação; de forma complementar: hospitalar, médicos especializados e ensino) e localização dos assalariados externos na atividade industrial.

No Brasil, um dos estudos pioneiros sobre a rede urbana pode ser atribuído a Deffontaines, na década de 1940, que abordou as categorias de centros urbanos existentes no país indicando as principais razões do estabelecimento das aglomerações. Outro nome importante é Monbeig, que analisou a formação da rede urbana paulista, demonstrando como a cidade de São Paulo transformou-se, de um pequeno vilarejo fundado por jesuítas, na maior metrópole do país (CORREA, 1989). Também merece destaque o Pedro Geiger com o trabalho “Evolução da Rede Urbana Brasileira. Publicado em 1963, o autor mostra como determinados núcleos urbanos do país, sob influência do processo de industrialização, começaram a estabelecer áreas de influência, dando origem a uma configuração das relações espaciais, que acabavam de alterar sua matriz produtiva do modelo agrário-exportador para o urbano-industrial. Na Geografia, de acordo com Corrêa (2006), o tema rede urbana tem sido abordado por diferentes vias: a diferenciação das cidades em termos de funções, as dimensões básicas de variação, as relações entre tamanho demográfico e desenvolvimento, a hierarquia urbana e relações entre cidade e região.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), criado em finais da década de 1930, também se destaca na produção e divulgação de estudos sobre a rede urbana no país. Os primeiros estudos de centralidade e hierarquia da rede urbana brasileira, realizados pelo IBGE, integraram a elaboração da nova Divisão Regional do Brasil e tiveram início em 1966. Este projeto resultou, além da Divisão do Brasil em microrregiões homogêneas de 1968 e na Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas, publicada em 1972. Um estudo preliminar, que forneceu subsídios à regionalização de

1968, apresentou uma análise dos componentes físicos, humanos e econômicos selecionados no escopo do projeto, tendo sido também divulgado o esboço preliminar da divisão do Brasil em espaços homogêneos e espaços polarizados, em 1967. A metodologia adotada correspondeu àquela proposta por Michel Rochefort (ROCHEFORT, 1959, 1967) para análise da rede urbana francesa, em trabalhos que buscavam identificar os centros polarizadores da rede urbana, a dimensão da área de influência desses centros e os fluxos que se estabeleciam nessas áreas, a partir da análise da distribuição de bens (produtos industriais) e de serviços (serviços ligados ao capital; de administração e direção; de educação; de saúde; de divulgação) de forma complementar.

A atualização das Regiões de Influência das Cidades, que converge uma proposta de regionalização e a definição de redes urbanas, retoma a concepção utilizada nos primeiros estudos realizados no IBGE, que resultaram na divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas de 1972. Estabelece inicialmente uma classificação dos centros e, a seguir, delimita suas áreas de atuação. A atual versão, elaborada em 2007, teve como referência o conceito de gestão do território, utilizado por Corrêa (1995), considerado como “[...] aquela cidade onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do Estado e, de outro, as sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço que passa a ficar sob o controle da cidade através das empresas nela sediadas” (CORRÊA, 1995, p. 83).

A hierarquia urbana foi estabelecida conforme os níveis de gestão pública e privada. Para a gestão pública foram contadas as ligações estabelecidas pela relação de subordinação administrativa nos órgãos federais examinados (SRF, INSS e MTE), bem como nos órgãos da Justiça Federal, Justiça do Trabalho e da Justiça Eleitoral. Para a gestão empresarial, com base no Cadastro Central de Empresas – CEMPRE/IBGE foi considerada a distribuição espacial das unidades

empresariais localizadas dentro e fora de cada município, incluindo o número de filiais (unidades locais) instaladas em um centro, segundo a localização da sede. Ao final dessa etapa, as cidades foram classificadas em cinco grandes níveis de hierarquia: metrópoles, capitais regionais, centros sub-regionais, centros de zona e centros locais. Já as áreas de influência dos centros, que configuram redes de ligações, foram delineadas pela intensidade das ligações entre as cidades, com base em dados secundários e informações obtidas por questionário específico da pesquisa, e permitiram identificar 12 redes de primeiro nível.

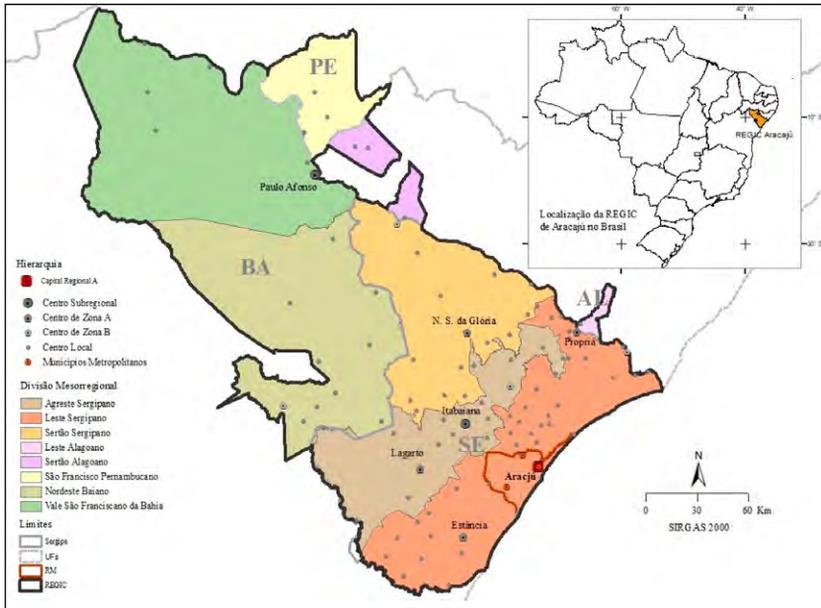
A região de influência de Aracaju: o recorte e a rede de cidades em análise

No recorte regional utilizado na REGIC 2007, que delimita a região de influência de Aracaju, compreendida na REGIC de Salvador, há um total de 97 municípios, que abrigavam em 2010 mais de 2 milhões de pessoas. Além do estado de Sergipe, esse recorte regional envolve municípios de três Unidades da Federação: Alagoas, Bahia e Pernambuco, como representado na Figura 1. Conforme divisão político-administrativa utilizada no censo demográfico de 2010, são distintas na REGIC de Aracaju as seguintes mesorregiões: Agreste, Leste e o Sertão Sergipano (Sergipe); Leste e Sertão Alagoano (Alagoas); Nordeste Baiano e Vale São Franciscano (Bahia); e São Francisco Pernambucano (Pernambuco). A Região Metropolitana de Aracaju, localizada na mesorregião Leste Sergipana, além do núcleo, compreende os municípios Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão, tendo sido instituída pela Lei Complementar nº 25, de 29 de dezembro de 1995.

Do ponto de vista da hierarquia urbana, como estabelecida na REGIC 2007, além de Aracaju, classificada como Capital Regional

tipo “A”, foram definidas as seguintes centralidades urbanas nessa região de influência: Paulo Afonso (BA) e Itabaiana (SE), considerados como Centros Sub-regionais. Foram considerados como Centros de Zona os municípios de Lagarto, Estância, Propriá e Nossa Senhora da Glória (tipo “A”) e Nossa Senhora das Dores, Neópolis, Cícero Dantas e Canindé de São Francisco (tipo “B”). Os demais 84 municípios foram classificados como centros locais.

Figura 1: Região de Influência de Aracaju/SE.



Fonte: Extraído e adaptado de REGIC 2007.

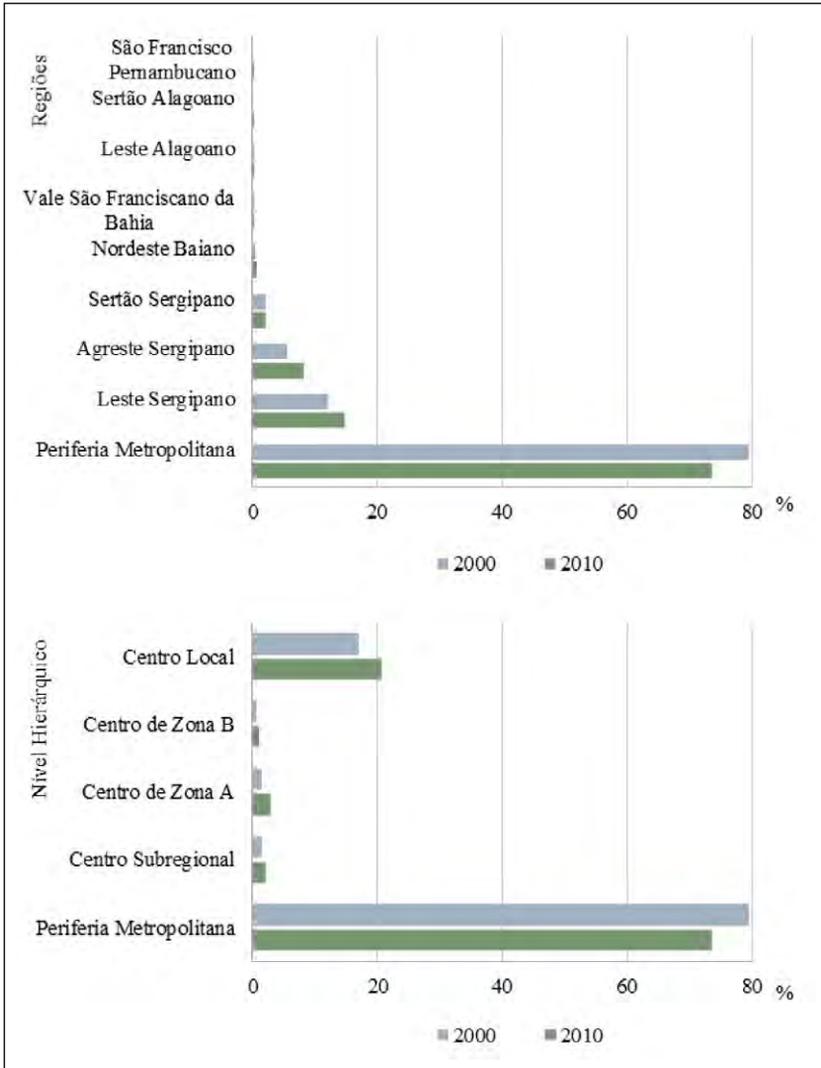
A mobilidade pendular na região de influência de Aracaju: evidências com base nos censos demográficos de 2000 e 2010

Ao analisar os dados de mobilidade pendular, estimados com base nos dois últimos censos demográficos, algumas observações chamam atenção: o crescimento no volume e na interação regio-

nal, inclusive com a expansão dos fluxos para além dos municípios periféricos. Como representado na Figura 2, do total de pendulares que trabalhavam e/ou estudavam em Aracaju em 2000, que envolvia um contingente de 52.516 pessoas, a proporção que residia na periferia metropolitana era de 79,45%. Em 2010 essa participação caiu para 73,59%, embora referente a um total de 86.715 pessoas. Essa queda relativa ocorreu simultaneamente ao crescimento na atração de trabalhadores e estudantes que moravam no Leste e Agreste Sergipano. Dessas duas mesorregiões juntas vinham mais de 23% da mobilidade pendular para a capital sergipana. Cabe ressaltar que boa parte desse crescimento proporcional é decorrente dos fluxos procedentes de municípios de médio e pequeno porte, localizados nas regiões próximas a capital, que compõem o grupo classificado na REGIC como centro local, que em 2010 concentravam 20,59% da mobilidade pendular para Aracaju.

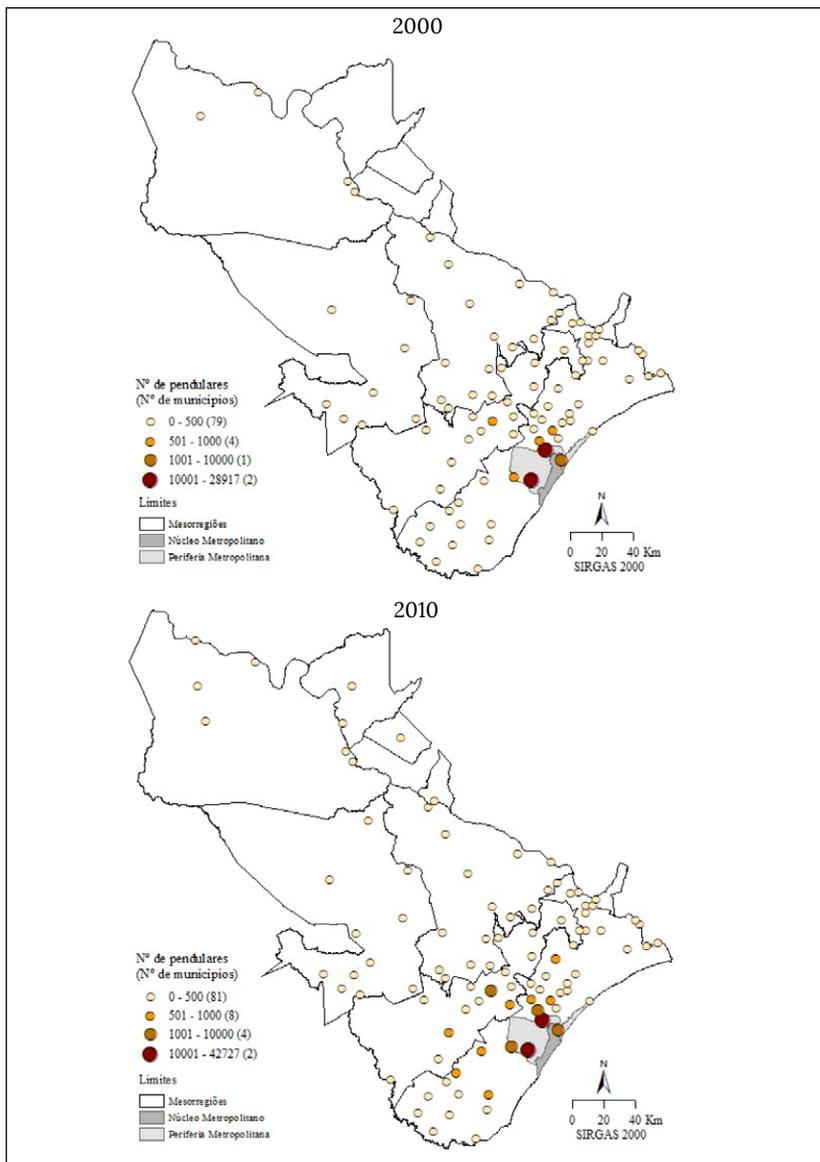
Os cartogramas expostos na Figura 3 representam o significativo grau de interação regional. Dos 97 municípios da região, em 11 não havia residentes trabalhadores e/ou estudantes em Aracaju no ano de 2000. Em 2010, em apenas dois não se registou pendularidade para a capital. Se em 2000 só nos três municípios metropolitanos o número de pendulares para o núcleo era superior a 1.000 pessoas: Barra dos Coqueiros, São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro. Nesse último caso o volume do fluxo regular já era quase de 29 mil. Em 2010, somam-se a esse grupo com maior número de pendulares os municípios de Laranjeiras, Itaporanga D'ajuda, Estância (Leste Sergipano) e Itabaiana (Agreste Sergipano).

Figura 2: Mobilidade pendular da população residente na Região de Influência que trabalha e/ou estuda em Aracaju, conforme Região e Nível Hierárquico do município de origem – 2000 e 2010



Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010 (dados da amostra).

Figura 3: Mobilidade pendular da população residente na Região de Influência que trabalha e/ou estuda em Aracaju, 2000 e 2010

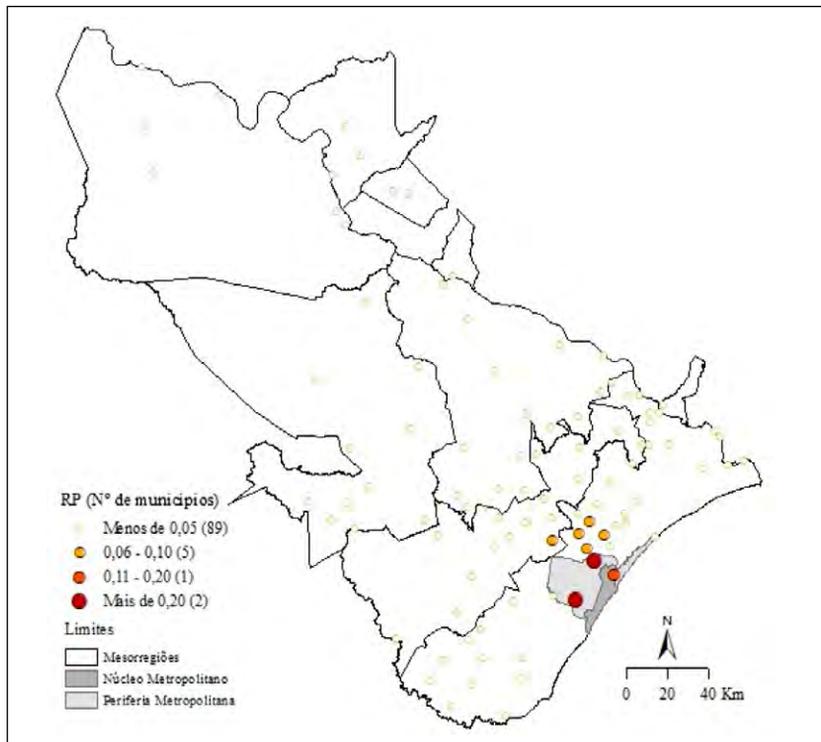


Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010 (dados da amostra).

Na interpretação de Matos e Esperidião (2011) o crescimento de Aracaju (dadas suas deseconomias urbanas e a política de incentivos fiscais do governo estadual) tem moldado a migração de atividades industriais e de serviços para o interior, caracterizando o processo de desconcentração concentrada da atividade produtiva. Contudo, são ainda as áreas próximas à da Região Metropolitana de Aracaju, às do entorno da BR 101 e as maiores cidades do interior de Sergipe, como Estância, Lagarto, Itabaiana, Nossa Senhora da Glória e Propriá, as mais beneficiadas desse processo de dispersão econômica. Por outro lado, fenômenos distintos caracterizam duas zonas produtivas: com a perda da dinâmica da citricultura sergipana, a população dos municípios que tinham na produção de cítricos sua referência econômica apresentou crescimento irrisório ou mesmo, regrediu como foi o caso de Arauá; já a região produtora de petróleo apresentou crescimento populacional em todos os seus municípios, com grande destaque para Carmópolis (MATOS E ESPERIDIÃO, 2011).

Contudo, mesmo que os volumes de mobilidade pendular demonstrem o crescimento da interação regional, dado certo nível de expansão dos fluxos para além da própria região metropolitana, cabe observar que a intensificação da mobilidade ainda é altamente concentrada no entorno imediato de Aracaju. Para os municípios mais distantes, especialmente aqueles fora do estado de Sergipe, os valores da Razão de Pendularidade, resultado da divisão entre o número de pendularidade sobre a população residente, são, em geral, baixos. Apenas nos três municípios metropolitanos o percentual superava 10% em 2010. Nesses casos, o mercado interno de trabalho e o sistema educacional parecem absorver a demanda local.

Figura 4: Razão de Pendularidade (RP) dos municípios na Região de Influência de Aracaju, 2010

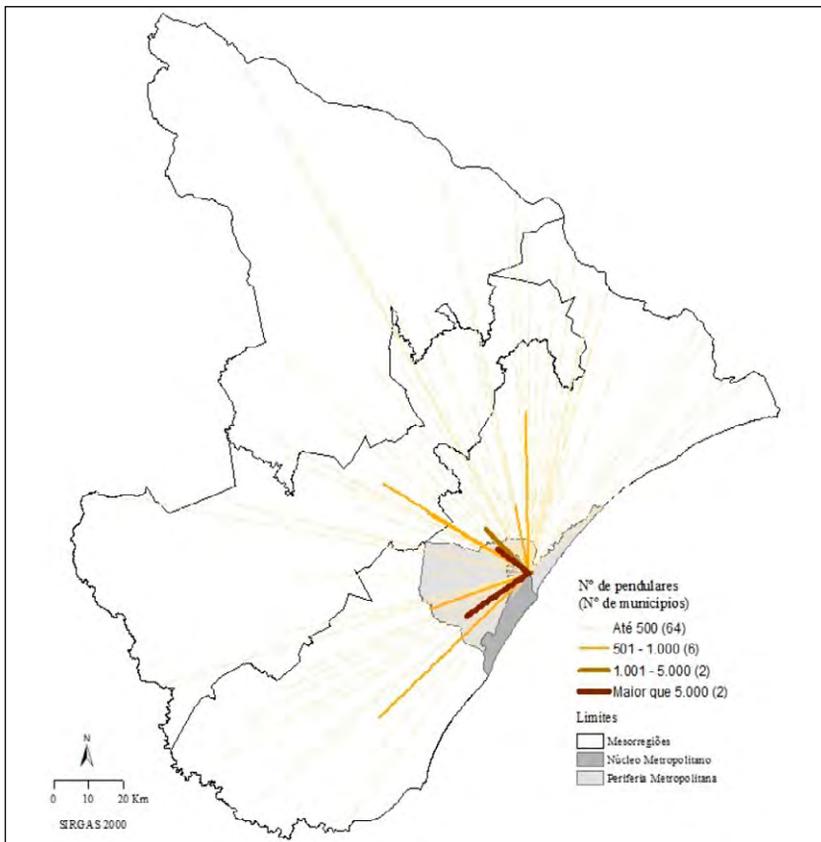


Fonte: Censo Demográfico de 2010 (dados da amostra).

Ao limitar o recorte aos limites do estado de Sergipe e restringir a análise da mobilidade pendular aos fluxos de trabalhadores, o que se tornou possível no censo de 2010, o que permite identificar separadamente o local de trabalho e de estudo, algumas particularidades podem ser evidenciadas. Ainda que a mobilidade mantenha o padrão de concentração na região metropolitana e municípios próximos, a prevalência do fluxo laboral torna-se mais evidente na mesorregião Leste Sergipana. Apenas nos municípios de Itabaiana e Areia Branca, localizados no Agreste Sergipano, mais de 500 pessoas declararam trabalhar em Aracaju em 2010. Os dados referentes

à chamada Razão de Pendularidade laboral (RP_L), representados na Figura 5, resultado da divisão entre o número de pendulares para trabalho sobre aquela para estudo, permite observar essa distribuição espacial. Os municípios com valores de RP_L maiores que um (o que indica prevalência do fluxo de trabalhadores) são bem mais frequentes nas regiões Leste e Agreste Sergipano. Dos 41 municípios do Leste Sergipano em apenas 11 a mobilidade de estudantes para Aracaju é maior que de trabalhadores.

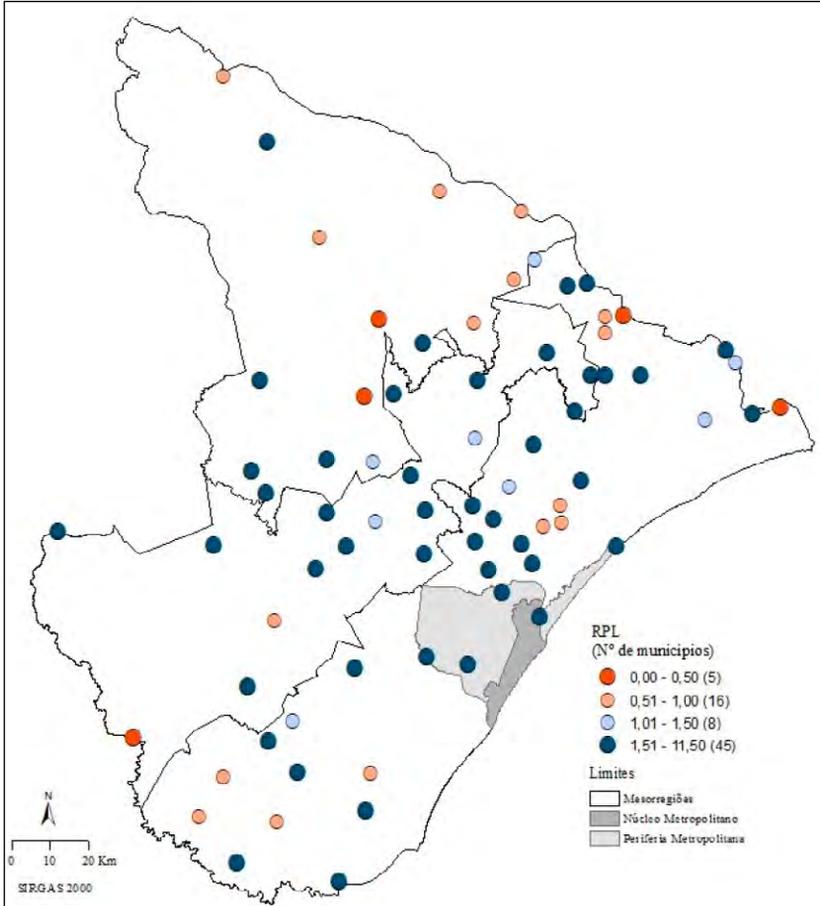
Figura 5: Pendularidade para trabalho dos municípios na Região de Influência de Aracaju, 2010



Fonte: Censo Demográfico de 2010 (dados da amostra).

Essa notoriedade na atração de trabalhadores pendulares parece confirmar quando comparadas as observações feitas Oliveira (2011), ao analisar especificamente os fluxos migratórios em Sergipe. De acordo com esse autor, nesse mesmo trabalho, o caráter espacialmente concentrado dos investimentos industriais na região da Grande Aracaju consolidou seu papel como principal vetor econômico e de intensos fluxos migratórios (OLIVEIRA, 2011). Utilizando informações sobre o lugar de residência em uma data fixa, contida nos dados amostrais dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e considerando como equivalente a informação referente aos migrantes com menos de cinco anos no local de residência no Censo de 1980, Oliveira (2011) observa que a região da Grande Aracaju não apenas se manteve como a principal área de imigrações, como passou a ser origem de quase metade da emigração em Sergipe no quinquênio 1995-2000. Esse processo de concentração espacial pelo crescimento na absorção da força de trabalho migrante ou pendular, como apresentado nos resultados desse trabalho, parece reflexo da própria setorial da economia sergipana, e em que pese a expansão observada das atividades terciárias, especialmente concentradas nos grandes centros urbanos.

Figura 6: Razão Pendularidade laboral (RPL) nos municípios na Região de Influência de Aracaju, 2010



Fonte: Censo Demográfico de 2010 (dados da amostra).

Considerações finais

Entre o conjunto de variáveis que servem como parâmetro para a identificação do grau de integração intermunicipal metropolitana, os movimentos pendulares têm significado particular, dada sua capacidade de avaliar a interação entre os lugares. Em muitos países

foram e são utilizados como critério de delimitação dos limites das próprias regiões metropolitanas, regulamentadas por meio de legislação específica. Além da intensidade e direção dos fluxos regulares da população no espaço metropolitano, essa forma de mobilidade, altamente flexível aos elementos estruturais, ou mesmo, conjunturais, reflete a dinâmica e organização da estrutura do mercado laboral/educacional. Nesse aspecto, a mobilidade pendular configura-se como um indicador sensível ao grau de coesão no espaço regional, refletindo a própria densidade social do espaço metropolitano e não metropolitano.

No caso da Região de Influência de Aracaju, em que ainda prevalece um de padrão concentrador, a arranjo espacial dos fluxos de mobilidade parece não ser muito distinto de que ocorre em outras metrópoles e grandes centros regionais do país. Embora com alto nível de interação regional com o núcleo metropolitano, dado pelo número de vetores de pendularidade intermunicipal, que envolvem quase todos os municípios da região, configurando alta conectividade com o núcleo metropolitano, a intensidade dessa mobilidade ainda é relativamente baixa. Em boa parte dos municípios da região a chamada razão de pendularidade ainda é baixa. Os valores ficam mais expressivos apenas quando analisados especificamente os municípios metropolitanos, que conseqüentemente apresentam alta proporção de pendulares para a capital do estado.

Ainda há muitas questões em aberto, que merecem ser investigadas em maior profundidade. No caso de regiões como a da capital sergipana sobre a qual ainda são escassos estudos que abordam as formas de mobilidade espacial da população, muitas perguntas merecem ser analisadas de forma mais detalhada. Aqui foram apresentadas apenas algumas evidências, em um retrato limitado no tempo e no espaço. Novas informações devem ser trazidas com a produção do próximo censo demográfico, agora transferido para 2021. Tam-

bém não serão traduzidas em evidências conclusivas, dada a natureza dinâmica dos processos sócio-espaciais. Notadamente no que se refere aos estudos de mobilidade espacial da população, elaborados por meio de uma análise no âmbito regional em rede de cidades, abre-se um amplo leque de possibilidades. Para a Geografia essas possibilidades são particularmente férteis, considerando sua histórica “vocaçãõ” regional, bem como sua tradição nos estudos de população.

Referências

ARANHA, V. Mobilidade pendular na metrópole paulista. **São Paulo em perspectiva**. São Paulo, v. 19, n. 4, pp. 96-109, 2005.

CASTELLO BRANCO, M. L. G.; FIRKOWSKI, O. L. F. C.; MOURA, R. **Movimento pendular: abordagem teórica e reflexões sobre o uso do indicador**. In: XI ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 2005, Salvador. Anais... Salvador, 2005.

CORRÊA, R. L. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 336 p.

CORRÊA, R. L. Identificação dos centros de gestão do território no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, v.57, n.1, 1995, p.83-102.

CORRÊA, R. L. **A rede urbana**. Rio de Janeiro: Ática, 1989. 96p.

DURANTON, G. **Delineating metropolitan areas: measuring spatial labour market networks through commuting patterns**. Processed, Pennsylvania, 2013.

FREY, W. H.; SPEARE, Jr., A. Metropolitan areas as functional communities: a proposal for a new definition. **Population Studies Center**, University of Michigan/USA, Research Report, July 1992, p. 92-245.

IBGE. Regiões de influência das cidades 2007 – REGIC. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

JARDIM, A. de P. **Reflexões sobre a mobilidade pendular**. In: OLIVEIRA, L. A. P. de e OLIVEIRA, A. T. R. Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil. Rio de Janeiro, IBGE, 2011.

JARDIM; EVERATTI. **Migração pendular intrametropolitana no Rio de Janeiro: a condição de renda das pessoas que trabalham ou estudam fora do município de residência em 1980 e 2000**. Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambu. 2006.

LENCIONI, S. Cisão territorial da indústria e integração regional no estado de São Paulo. In: BRANDÃO, C., GALVÃO, A.C., GONÇALVES, M. F. (orgs.) **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia. A noção de região no pensamento geográfico**. In: CARLOS, Ana F. A. (Org.) *Novos Caminhos da Geografia*, São Paulo: Contexto, 1999.

LIMONAD, E. Urbanização dispersa mais uma forma de expressão urbana? **Revista Formação**, n. 14, v.1, 2007, p. 31-45.

LOBO, C.; CARDOSO, L.; ALMEIDA, I. L. de Mobilidade pendular e integração regional: uma metodologia de análise para as regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 20, n. 41, pp. 171-189, jan/abr, 2018.

LOBO, C. Mobilidade pendular e a dispersão espacial da população: evidências com base nos fluxos com destino às principais metrópoles brasileiras. **Caderno de Geografia**, v. 26, n. 45, p. 285-298, 2016.

MATOS, E. N. e ESPERIDIÃO, F. Desconcentração Produtiva Regional e Fluxos Migratórios: O Caso de Sergipe. **Informe Gepec**, Toledo, v. 15, número especial, p. 525-545, 2011.

MOURA, R.; BRANCO, M. L. G. C. e FIRKOWSKI, O. L. C. de F. Movimento pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 4, pp. 121-133, 2005.

OLIVEIRA, K. F de Migração e desigualdade regional em Sergipe. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.121, p.167-188, jul./dez. 2011.

ROCHEFORT M. **Determination des types de villes d'un reseau urbain – méthode d'analyse de la population active.** In: UGI (Union Géographique Internationale). Les comptes rendus du XVIII^{ème} Congrès International de Géographie. Rio de Janeiro: UGI, Comité du Brésil, 1959, III, pp. 426-431.

ROCHEFORT, M. **O problema da regionalização no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 1967.

PROTEGER ÁREAS PARA PERMITIR QUE A TERRA (E O SERGIPE) RESPIREM: RESERVAS DE BIOSFERA SERIAM UMA SAÍDA?

Bernardo Machado Gontijo
gontijob@geo.igc.ufmg.br

Na oportunidade que me foi oferecida para colocar algumas ideias neste espaço privilegiado de diálogo, gostaria de aproveitar o momento emblemático que estamos vivendo para tentar amarrar alguns elementos que, aparentemente, não estariam diretamente relacionados com os demais artigos que constam nesta publicação. Estou falando de deterioração ambiental, da necessidade de se proteger áreas a qualquer custo, do ritmo perverso desta devastação e de nossa crescente vulnerabilização enquanto espécie. Tomarei o exemplo da devastação da Mata Atlântica tanto como elo biômico de ligação entre os três estados abrangidos pelo projeto em tela¹, e que motiva esta publicação, como enquanto elo vegetacional que simboliza aquele elemento da paisagem que primeiro é alterado quando a espécie humana, especialmente em seu modelo capitalista de produção do espaço, se apropria do mesmo – e vale ressaltar que protegê-lo (o espaço) poderia ser até uma nova (?) forma (urgente?) de ressignificá-lo. A colocação entre parêntesis, no título deste artigo, do estado do Sergipe, por sua vez, surge para realçar o caso específico deste estado como uma maneira de avaliar suas relações escalares tanto em relação à Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

1 Novos usos de territórios no campo: impactos e renovação de materialidades, ressignificações e emergência de novas ruralidades um estudo comparativo entre Sergipe, Goiás e Minas Gerais

(RBMA)², como em relação aos outros dois estados em tela, quais sejam, Minas Gerais e Goiás.

Tomar o exemplo da Mata Atlântica surge naturalmente na medida em que ela constitui o único bioma comum aos três estados, embora o percentual de ocupação territorial original em cada um deles seja desigual – apenas 3% em Goiás (1,1 milhão ha), 47% (27,6 milhões ha) em Minas e 47% (1,02 milhão ha) em Sergipe (Figura 1).

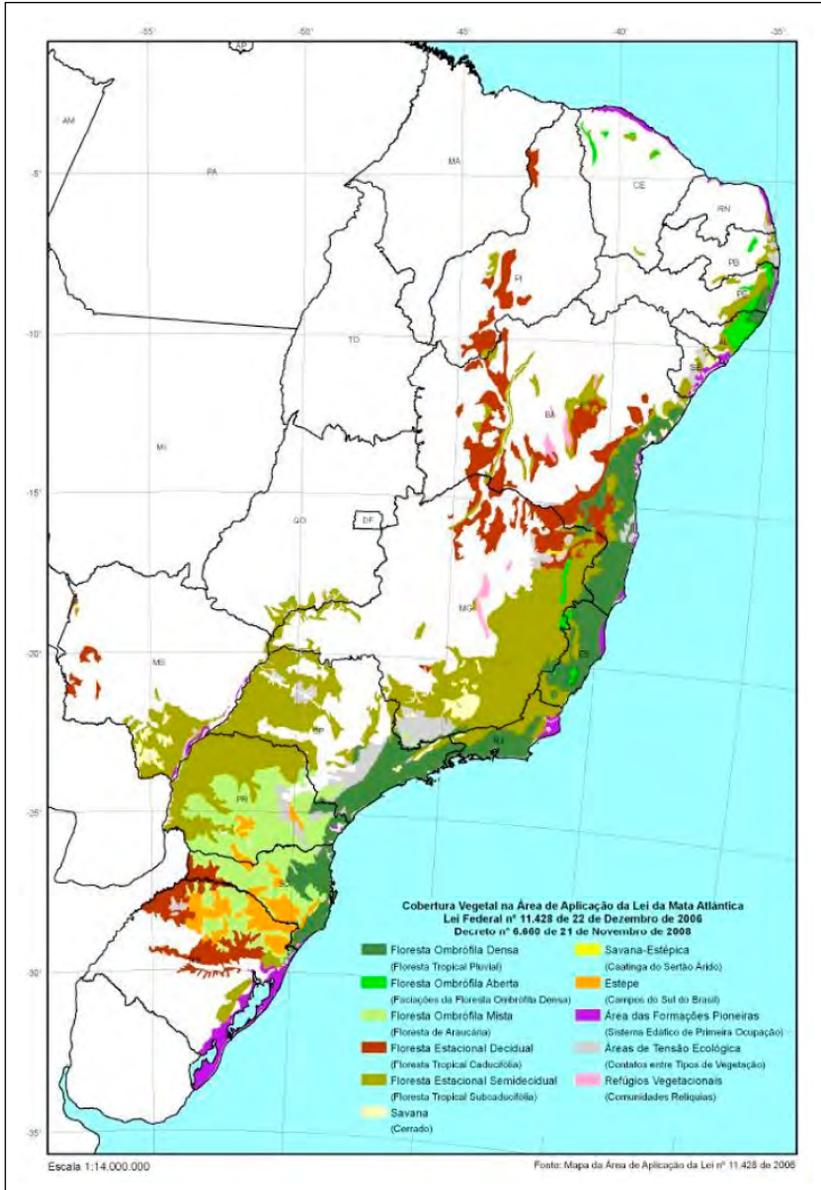
Ainda não estamos nos referindo ao estágio atual de devastação, mas tais dados já sugerem uma correlação interessante: o percentual de Mata Atlântica no Sergipe é igual ao de Minas, mas a quantidade total é menor do que em Goiás, ou seja, interessa aqui analisar este quadro levando em consideração as diferenças escalares dos três estados³.

Considerando o termo Mata Atlântica, é importante diferenciar aqui seu componente puramente biômico (1), ou seja, aquele fruto da resultante ecológica das interações entre os diversos fatores físicos e bióticos do espaço; do seu componente vegetacional (2), ou seja, aquele fruto de seus aspectos puramente fitofisionômicos e que têm a ver com as componentes/variações vegetacionais que eventualmente ocorrem em seu seio; e, finalmente, de seu componente cultural (3), ou seja, aquele que estaria relacionado à maneira como o termo se popularizou e passou a ser apropriado pelos diversos setores da sociedade brasileira e estrangeira.

2 Criadas a partir de 1972 no âmbito do programa “Man and the Biosphere” da UNESCO, as Reservas da Biosfera correspondem a espaços onde “se conciliam a conservação da diversidade biológica e cultural com o desenvolvimento econômico e social, por meio de parcerias entre pessoas e a natureza. Elas também contribuem para a transição para sociedades verdes, por meio de experimentos com opções de desenvolvimento verde”. <http://www.unesco.org/new/pt/rio-20/sites-for-sustainable-development/biosphere-reserves/>.

3 Dados do Relatório Técnico 2017-2018 do Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica

Figura 1 – Cobertura original de Mata Atlântica no Brasil



Fonte: LINO et al. (2009)

Certamente, a Mata Atlântica que reside na base do conceito de sua Reserva de Biosfera carrega um pouco desses três componentes, importando aqui a necessidade da luta permanente para a conscientização sobre a sua importância, do aprofundamento de seu conhecimento, da urgência de sua proteção, conservação, preservação e recuperação, quando possíveis. Importa, enfim, ampliar o alcance da relevância da Mata Atlântica buscando popularizar o uso do termo de forma a não banalizá-lo, mas inserindo-o de maneira precisa e coerente nos diversos âmbitos – políticos, sociais, educacionais, econômicos, culturais, e agora epidemiológicos –, que se fizerem necessários. Neste sentido, é preciso, antes de prosseguir em nossa discussão, refletir rapidamente sobre o processo de devastação vegetal pelo qual esses três estados vêm passando – afinal de contas, a cobertura vegetal é a primeira a ir embora quando se trata de se revelar o lado mais perverso do modelo de ocupação humana do espaço. Em termos darwinianos, seria a marca evidente, na paisagem, da forma de adaptação contemporânea do maior contingente de indivíduos *Homo sapiens* no planeta.

Uma retrospectiva devastadora

Em Minas, a devastação no bioma da Mata Atlântica, ou seja, de sua floresta estacional semidecidual (IBGE, 2012) precedeu, em muito, a atual devastação que se verifica no bioma do Cerrado. Como já bem detalhado na obra seminal de Warren Dean (1996), tratou-se da continuação de um processo iniciado desde o litoral e que avançou pelo leste e centro-sul mineiro, especialmente durante o período imperial e, notadamente, a partir do período republicano. Já em Goiás, o que se verificou foi a deterioração da vegetação do cerrado, nas suas diversas fitofisionomias, a partir do movimento de interiorização deflagrado com a construção de Brasília e com o

avanço das pesquisas agrícolas que possibilitaram a exploração e posterior intensificação do uso de seus solos, até então considerados altamente limitantes em função de sua oligotrofia. Os remanescentes florestais de Mata Atlântica em Goiás resumem-se às faixas que cobrem rochas dos grupos Araxá e São Bento, entalhadas pelo leito do Paranaíba em seu trecho divisório com o Triângulo mineiro, no extremo sul do estado. O que não foi afogado pela série de barragens hidrelétricas que represaram aquele rio vai, aos poucos, cedendo espaço para o avanço de atividades agro-silvo-pastoris.

Quanto ao Sergipe, a degradação da Mata Atlântica é tão histórica quanto o próprio processo de ocupação colonial daquele território. Se não se avançou mais para a estreita faixa do agreste e para o sertão, isso se deveu muito mais em função das limitações ecológicas do que em função da ausência de motivação econômica ou política – em outras palavras, o modelo de ocupação humana fora do bioma da Mata Atlântica sergipana é muito menos agressivo em termos ambientais, o que se reflete na praticamente ausência de unidades de conservação (UCs) nestas duas faixas (agreste e sertão/caatinga) naquele estado.

Independente da região, ou até mesmo do bioma no caso, o denominador comum entre os três estados resume-se sempre no avanço inexorável de nosso modelo de ocupação enquanto espécie supostamente bem adaptada e que impõe seu modo de vida (outros diriam “pegada ecológica”) por onde passa e onde se instala. O resultado espacial é uma paisagem alterada, muitas vezes degradada, na qual seu componente biótico natural (ou original) está praticamente ausente. Isto implica num quadro lúgubre não só em termos vegetacionais, como também sanitário, cujo exemplo extremo o planeta viveu- e vive-, a partir do primeiro semestre de 2020. Estamos vivendo, agora, em escala planetária, uma das consequências mais nefastas advindas da supressão sistemática da biodiversidade.

de (sobre a nossa vulnerabilização enquanto espécie, voltaremos a problematizar adiante).

Ao considerarmos a nós mesmos como sendo o centro de referência da biodiversidade planetária, e tentar fazer com que toda ela gire em torno de nossa espécie, estamos cometendo um terrível erro ecológico e isto vai se refletindo num quadro crescente de degradação ambiental, de erosão e deterioração genética, de redução da biota remanescente e de mediocrização paisagística. Daí a necessidade de se proteger áreas a qualquer custo. Esta não é uma ideia nova, mas ela vem sendo sistematicamente negligenciada ou, no mínimo, não sendo considerada com a importância que merece. É sobre isso que discutiremos a seguir.

Tentando proteger o que resta...

Para além do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)⁴ e do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP)⁵, incluindo o rol de categorias de manejo de UCs e das demais áreas supostamente protegidas lá elencadas, interessa aqui questionar as resistências suscitadas pela demarcação, criação e eventual institucionalização dessas áreas.

Por mais óbvia que seja a necessidade de se manter porções do território a salvo da porção nefasta da pegada ecológica humana, as UCs e demais áreas protegidas regulamentadas por lei seguem sendo questionadas e criticadas, independente da origem (e dos interesses velados) de tais ataques. Desnecessário retomar, aqui, as discussões suscitadas, por exemplo, com a reformulação do Código Florestal levada a cabo em 2012 – as quais, por si só, já refletem muito dos inte-

4 Lei 9.985, 18/07/2000. Decreto nº4340, 22/08/2002

5 Decreto nº 5758, 13/04/2006

resses subjacentes às eventuais iniciativas de revisão/atualização de leis que toquem na ferida aberta da proteção ambiental *lato sensu*. Marques (2016) refere-se a Manuela Carneiro da Cunha que, já em 2008, relatava que as terras indígenas e as UCs⁶ estavam mais do que nunca ameaçadas. Segundo Marques (*op. cit.*), desde 1981 ocorreram 48 processos de redução, desclassificação (*sic*) ou reclassificação de áreas protegidas, a maior parte deles após 2008. Em 2016, prossegue, havia ao menos 20 projetos de lei para a eliminação ou flexibilização de áreas de proteção ambiental (MARQUES, 2016)

Scalco e Gontijo (2017) aprofundaram nesta temática e referiram-se ao que classificaram como uma verdadeira epidemia de diminuição, recategorização e/ou desafetação das UCs até então existentes, mesmo que a duras penas, no âmbito do cadastro geral de UCs brasileiras (BRASIL, MMA). Trata-se de novos termos, alguns eufemísticos, que se traduzem, no espaço, como áreas protegidas vulneráveis, juridicamente tênues (“parques de papel” como muitos críticos diriam), alvos de uma cobiça infundável por parte do capital – pois como diria Marques (2016, *op. cit.*), reservas ambientais representam, ou fazem aflorar, o *horror vacui* suscitado pelos espaços esvaziados de significação mercadológica, como é o caso das áreas protegidas de uma maneira geral, independente de serem UCs, terras indígenas ou quilombolas, áreas de preservação permanente (APPs), reservas legais (RLs), ou qualquer outra categoria territorial que caiba. Independente do formato legal é triste constatar que, não fosse justamente por tais mecanismos de proteção, todo o espaço geográfico estaria a mercê ou já transformado pela busca insaciável humana para manutenção de sua pretensa superioridade adaptativa (por superioridade, entendendo-se apenas um “auto-salvo conduto” para livre exercício de sua arrogância ecológica).

6 Segundo Marques, e concordando com ele, mantidas fora do mercado.

Todas estas colocações aqui manifestadas procuram apenas realçar a importância de se buscar sempre a demarcação, no espaço geográfico, de áreas livres da cobiça do capital. Este é um dos sentidos, ou nexos, da ação de se proteger. No meu entender, protege-se a biodiversidade pelo que ela representa, num sentido puramente biológico-ecológico, e não pelo que ela eventualmente valha⁷. Atribuir-lhe valores é cair na mesma armadilha (ou esparrela?) do capital, justamente aquele agente que demanda sua alteração/redução/substituição⁸. Biodiversidade incólume demanda espaço que, por sua vez, tem se tornado território em função das cobiças implícitas nos modelos de apropriação / produção humana das áreas adjacentes aos mesmos – lembremos que os tais vazios de capital que as áreas protegidas representam são inconcebíveis diante dessa lógica mercantilista.

Por vezes pode parecer incompreensível a necessidade de se proteger espaços e ecossistemas sem que se apresente uma argumentação que dialogue com a lógica do capital, ou do mercado, ou financeira. A importância da biodiversidade reside, justamente, em sua existência/permanência enquanto tal. Esquecemos, enquanto *Homo sapiens*, que somos, apenas, parte dela. Ela (a biodiversidade) é fruto de um longo processo evolutivo que está em curso no planeta há, pelo menos, 3,5 bilhões de anos. Nossa existência enquanto espécie humana é de menos de 300 mil anos. E a percepção de nossa presença (e ação/impactação) neste planeta é ainda mais recente. Em pleno início de novo milênio, o *Homo sapiens* está suficientemente informado quanto aos reflexos ambientais de sua pe-

7 Estou plenamente ciente que há toda uma literatura que entende a criação de UCs como uma estratégia mercantilista partida de setores privilegiados do capital. Entendo que esta é uma concepção bem distante do imperativo ecológico que reside na necessidade intrínseca de se proteger a biodiversidade.

8 Das áreas protegidas.

gada ecológica. Mesmo assim, não abrimos mão de nossa soberba – e seguimos perpetrando verdadeiros horrores ambientais como se isso fosse o preço a ser pago para a manutenção de nosso “estilo de vida”, “estilo” que implica numa desigualdade crescente em função de que 8,4 % da humanidade detinham 83,3 % da riqueza global em 2013 (MARQUES, 2016, op.cit.).

Delimitar áreas protegidas seria o mínimo a ser feito diante de um quadro ambiental deteriorado e tão conflagrado. Se retomarmos o exemplo da Mata Atlântica que nos guia neste artigo, veremos que ela, juntamente com o Cerrado, constitui um dos dois únicos *hotspots* da biodiversidade, elencados pela Conservation International (CI) já em 2000⁹, que ocorrem no Brasil. Relembrando que, por definição, *hotspots* são áreas (biomas e/ou biorregiões) com grande diversidade biológica, principalmente com a ocorrência de um elevado número de espécies endêmicas, mas que encontram-se extremamente degradadas/reduzidas considerando sua área original. No nosso caso, Mata Atlântica e Cerrado, enquanto *hotspots* da biodiversidade traduzem bem a realidade hodierna em Minas Gerais e Goiás. Em Sergipe não é diferente, sendo que a deterioração da Mata Atlântica é reveladora dessa condição. Embora nesse estado não ocorra o Cerrado, são as condições ecológicas limitantes para a plena ocupação da espécie humana da Caatinga que têm permitido ao sertão sergipano uma “eventual sobrevivência”. De acordo com a própria CI (2003), a Caatinga brasileira é considerada, ainda, como uma das poucas áreas silvestres remanescentes do planeta. Mais uma vez percebe-se, aqui, a razão de não haver tantas áreas protegidas delimitadas enquanto tal, no bioma da Caatinga e no agreste sergipanos.

9 Em 2000 eram 25 *hotspots* da biodiversidade elencados pela CI. Onze anos mais tarde, já eram 35. Mata Atlântica e Cerrado seguiram como os dois únicos representantes brasileiros nesta lugubre estatística!

E porque existem tantas UCs no bioma da Mata Atlântica? (e isto vale tanto para Minas Gerais como para o Sergipe – no caso de Goiás, a ideia é, justamente, lutar para a criação de UCs no pouco que resta de Mata Atlântica no extremo sul do território estadual). Não deixando de se louvar a iniciativa de se criar tais UCs, não há como negar que isso deva à perda contínua de ecossistemas e manchas vegetacionais associadas a este grande bioma. O aspecto fragmentário, hoje identificável em qualquer escala e em qualquer imagem de satélite que se refira ao espaço original ocupado pela Mata Atlântica brasileira, denuncia o arranjo espacial decorrente de um modelo de produção espacial que perde a visão de conjunto e acaba por reproduzir as consequências espaciais de uma luta/busca contínua pela fixação da espécie humana no território. Os mapas que reproduzem as perdas espaciais do bioma da Mata Atlântica, qualquer que seja a sua escala, retratam uma porção infinita de pequenas “manchas verdes”, algumas maiores, a maioria minúsculas, que representam uma profusão evanescente de APPs, RLs, UCs (na sua maior parte sendo de proteção integral), e eventualmente até algumas terras indígenas e/ou quilombolas.

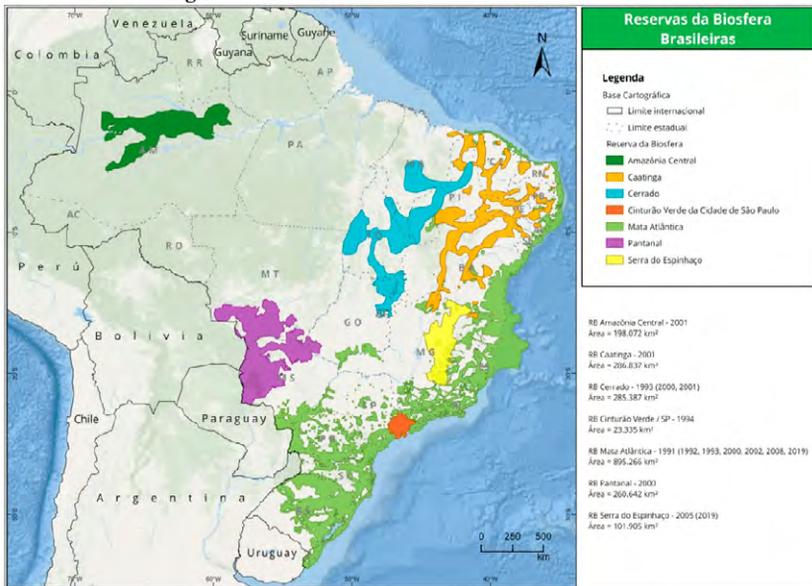
E onde entram as Reservas de Biosfera?

Uma das ideias por trás da concepção e criação de reservas de biosfera (RBs) é, justamente, a de romper com esta lógica espacial fragmentária e buscar a conectividade entre as diversas áreas protegidas (não somente UCs) de modo a estabelecer corredores ecológicos e resgatar algo da relevância ecológica perdida em função da fragmentação. Nas reservas de biosfera, busca-se garantir o fluxo gênico entre espécies e indivíduos eventualmente isolados ao mesmo tempo em que propõe-se uma convivência minimamente harmoniosa entre tais ilhas de biodiversidade e as sociedades e gru-

pos humanos distribuídos em meio aos seus grandes territórios. Ao observarmos a figura 2, relativa ao arranjo espacial das reservas de biosfera hoje existentes no Brasil, percebe-se alguns pontos dignos de nota, mesmo considerando a escala de pouco detalhe em tela.

À exceção do pampa gaúcho, periférico em sua porção brasileira em relação ao core platino deste grande bioma extratropical, todos os demais biomas brasileiros encontram-se contemplados com uma reserva de biosfera.

Figura 2 – Áreas das Reservas da Biosfera Brasileiras



Fonte: <https://museucerrado.com.br/acoes/reserva-da-biosfera/>

O grau de implementação das mesmas, e poder de influência em termos de gestão e governança territoriais, não será alvo de considerações aqui – pois interessa-nos mais analisar seus arranjos espaciais e a lógica e o significado de suas existências. O fato da RB Amazônia Central encontrar-se afastada das demais revela o grau

de isolamento deste grande bioma em relação ao modelo do avanço de nossa fronteira de ocupação. Dir-se-ia que o espaço interior da grande Amazônia brasileira ainda está por ser produzido, sendo que existe até uma estratégia, por parte de ambientalistas, de salvaguardá-la espacialmente criando-se uma barreira de áreas protegidas de modo a tentar impedir o avanço do capital (a tal da “fronteira de ocupação”). O grande vazio de RBs entre a RB Amazônia Central e as demais corresponde, emblematicamente, ao grande arco de fogo da Amazônia (“arco do desmatamento”), a faixa que vai de Rondônia ao Pará que é teatro das rápidas transformações espaciais inerentes ao avanço do capital.

As demais RBs brasileiras instalam-se, então, onde o fato consumado do avanço do capital sobre o território já se manifesta. Assim como a Caatinga, o Pantanal brasileiro também é considerado pela CI como um das últimas grandes áreas silvestres do planeta (CI, 2003, *op. cit.*). As limitações ecológicas de ambos, ainda que por fatores diametralmente opostos, provocam uma densidade de ocupação humana menor aí, implicando igualmente numa preservação ambiental menor do capital sobre os recursos naturais, criando condições mais favoráveis para a implementação de uma eventual gestão territorial, compatível com a proposta do programa das Nações Unidas “Man and the Biosphere”, a qual inspirou a criação e difusão das RBs pelo planeta. O mesmo não pode se afirmar em relação ao Cerrado brasileiro – cuja área – core é hoje a principal fonte provedora de *commodities* exportadas pelo agronegócio nacional. Emblemática é a inexistência de RB Cerrado nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais; e sua ausência em Goiás, praticamente.

Vale ressaltar que a degradação da paisagem dificulta, mas não impede, a proposição do modelo de gestão das RBs. E é sugestivo notar que, no caso do Cerrado, as pressões contrárias se fazem sen-

tir em sua própria área - *core*, sendo que a faixa onde a RB está localizada, estendendo-se do Maranhão ao nordeste goiano, é periférica em termos da exploração econômica neste bioma. Já a RB Serra do Espinhaço abrange a grande cadeia montanhosa em sua porção mineira, sendo que, tal como as próprias montanhas, a RB funciona como uma grande “zona tampão” entre os dois *hotspots* em Minas Gerais - constituindo o conjunto da serra um ambiente que também oferece limites à prática intensiva de atividades degradantes, embora os problemas ambientais aí não deixem de ser significativos.

Chegamos à Reserva da Biosfera da Mata Atlântica!

Finalmente, ao nos atermos ao grande arranjo espacial da RB Mata Atlântica, a mais antiga das RBs brasileiras, verificamos a busca de ampliação da abrangência espacial ao longo de sua história, o que pode ser rastreado a partir das seis fases de implementação já cumpridas (a porção goiana, a título de exemplo, apenas foi incorporada à RBMA na sua última fase - Fase VI -, em 2009). Funcionando como um alerta continuado em relação ao processo histórico de devastação do bioma, o trabalho desenvolvido no âmbito da RBMA ajudou a alçar o componente cultural da Mata Atlântica, e acabou por incorporar, simbolicamente, muitos instrumentos de luta para a própria sobrevivência do bioma. Interessante notar que o próprio Cinturão Verde da Cidade de São Paulo, de fundamental importância sub-regional, foi incorporado pela RBMA por questões práticas de governança e congregação de esforços protetivos, mesmo conservando um sistema de gestão autônomo.

Para além da criação da primeira RB brasileira poucos anos depois da homologação da constituição federal de 1988, a Mata Atlântica mereceu uma lei própria em função do estado (crítico) de sua conservação apenas 18 anos depois de seu reconhecimento como

“Patrimônio Nacional” por aquela mesma constituição. A luta continuada de ambientalistas e ONGs levada a cabo ao longo de todo este tempo resultou na regulamentação e aprovação final da lei apenas em 2006. A morosidade de todo o processo é emblemática do universo complexo de interesses em jogo, os mesmos interesses que, historicamente, acarretaram na diminuição de sua área original para os atuais 7,84%, de acordo com dados da Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida – APREMAVI (2020). A depender da localização territorial, ou da fitofisionomia decorrente dessa mesma localização, o rosário de impactos sofridos pela Mata Atlântica não muda muito – desmatamento; introdução de espécies exóticas; expansão urbana; expansão agro-silvo-pastoril; exploração mineral; extrativismo caça e pesca predatórios; poluição; queimadas; implementação de obras de infra-estrutura diversas; turismo de massa, para nos atermos apenas aos mais recorrentes. O que vale para Minas Gerais e Goiás vale para o Sergipe, guardadas as diferenças óbvias considerando a história antiga e os ecossistemas litorâneos desse último estado.

Neste coquetel geográfico (e escalar), as UCs acabam por representar um importante instrumento de salvaguarda para o pouco que resta da Mata Atlântica, ainda que não mais primária/original. É interessante observar, a propósito, que enquanto áreas protegidas, ainda que em menor número, as UCs tendem a representar superfícies maiores que APPs e RLs, sendo sempre ecologicamente mais interessantes na perspectiva da obtenção de um mínimo de resultado positivo em termos de conservação do *pool* gênico das manchas de biodiversidade eventualmente protegidas. No zoneamento proposto para qualquer RB, as UCs de proteção integral funcionam, sempre, como zonas núcleo, eventualmente conectadas a outras UCs por meio das assim chamadas zonas de amortecimento. APPs (e RLs) poderiam, por sua vez, exercer uma função crucial ao proporcionar

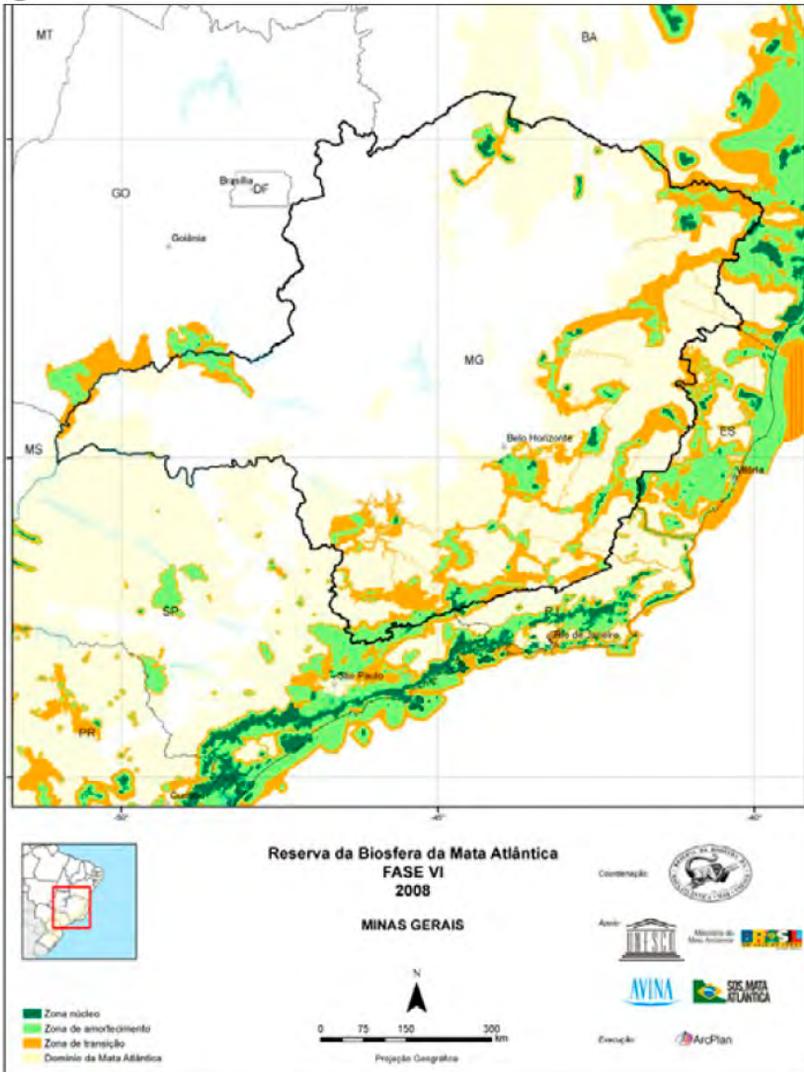
conectividade entre vários ecossistemas e, supostamente, permitir a ligação entre áreas fragmentadas. Mas a resultante espacial acaba por revelar uma paisagem deteriorada e comprometida em termos genéticos, já que as espécies ecologicamente mais exigentes são as primeiras a sucumbirem diante de perturbações continuadas. APPs e RLs, de resto, são áreas mais vulneráveis às pressões do capital, com dinâmicas espaciais mais voláteis que superam em muito a morosidade ecológica e adaptativa da biota envolvida.

Em Minas Gerais, a área abrangida pela RBMA (Figura 3) incorporava, em 2009¹⁰, 95 UCs distribuídas ao longo dos vetores espaciais identificáveis como a Serra da Mantiqueira, o Quadrilátero Ferrífero, trechos das bacias dos rios Doce, Jequitinhonha, Pardo, São Francisco, Paranaíba, da bacia da represa de Furnas além de algumas zonas-núcleo¹¹ isoladas. Desse total, tinha-se oito Estações Ecológicas (ESECs), cinco Parques Nacionais (PARNAs), 23 Parques Estaduais (PEs), 11 Parques Naturais Municipais (PNMs), nove Reservas Biológicas (REBIOS), dois Refúgios de Vida Silvestre (RVSS) e 37 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs). Trata-se de um número significativo de UCs, explicável pela longa história de criação dessas áreas no estado e pelo grau de amadurecimento de seus órgãos de gestão.

10 Ano da publicação da “Revisão e Atualização dos Limites e Zoneamento da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica em Base Cartográfica Digitalizada” (LINO, DIAS E AL-BUQUERQUE, 2009), fruto da Fase VI (a mais recente...) de implementação da RBMA.

11 Por serem de proteção integral, estas UCs correspondem àquelas cuja proteção ambiental é mais eficaz, independente de serem federais, estaduais e municipais. As zonas núcleo incluem também as RPPNs e as Zonas de vida Silvestre de APAs definidas em seus zoneamentos. Terras indígenas e UCs de uso sustentável são consideradas no âmbito das zonas de amortecimento.

Figura 3 – Área da RBMA em Minas Gerais e Goiás



Fonte: LINO et al., 2009

Esse quadro reflete também, paradoxalmente, a situação precária de conservação do bioma, já que o grande número de UCs, no

caso mineiro, traduz um histórico antigo de lutas ambientais deflagradas a partir de intervenções históricas e continuadas vinculadas ao desmatamento sistemático em função de atividades agro-silvo-pastoris (bacia leiteira e cultivo do café) e minerárias – uma porção significativa do desmatamento em Minas Gerais estando vinculada à cadeia produtiva e exploratória da extração mineral (exploração mineral, incluindo frentes de lavra, barragens de rejeito, pilhas de estéril; abertura de vias de escoamento; instalação de matriz energética: pequenas, médias e grandes centrais hidrelétricas e linhas de alta tensão; silvicultura para produção de carvão vegetal; extrativismo vegetal vinculado também à produção de carvão, insumo básico para siderurgia).

Percebe-se, ao longo do vale do Paranaíba, no Triângulo Mineiro, a contiguidade com a porção goiana da RBMA. Nesse estado, inexistem as áreas-núcleo em função da ausência de UCs no bioma da Mata Atlântica. Mas a incorporação recente de Goiás no âmbito da RMBA revela-se como incentivo para a eventual criação de UCs aí, ainda que de uso sustentável.

Tirando os parêntesis do Sergipe...

O histórico de conservação no Sergipe, por outro lado, é bem mais recente. Dados de Melo, Santos e Rafael (2019) apontavam para a existência de 21 UCs até aquela data em todo o estado, mas é possível identificar números ligeiramente diferentes dependendo dos critérios de levantamento de dados utilizados (GOMES *et al.*, 2006; SILVA & SOUZA, 2009 e 2013; GOMES *et al.*, 2010; BRAGHINI & VILAR, 2013, 2015 e 2019; FERREIRA *et al.*, 2015; SANTOS *et al.*, 2018)¹². Cruzando as informações disponíveis identifiquei 26 UCs para todo

12 Um novo Parque Estadual foi criado no início de 2020, o PE Aquífero Marituba.

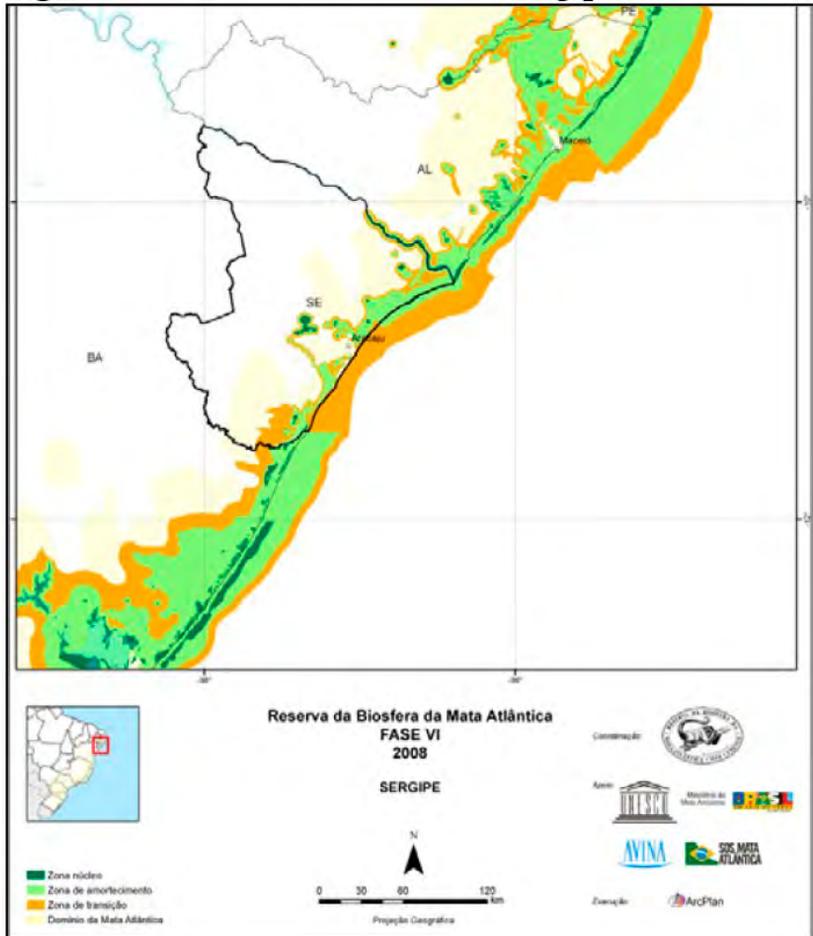
o estado, mesmo que alguns casos de recategorização ainda estejam em aberto, refletindo localmente sintomas daquela “epidemia” a que nos referimos no início deste texto (SCALCO & GONTIJO, 2017, *op. cit.*). O rol de UCs sergipanas inclui uma Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), três APAs, uma FLONA, dois Monumentos Naturais (MONAs), três PNMs, um PARNA, um PE, uma REBIO, uma RVS, uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e onze RPPNs.

Silva & Souza (2013, *op. cit.*) chamam a atenção para um aspecto digno de nota, da realidade: o cenário das UCs de Sergipe não é diferente da tendência abordada no contexto nacional. Ao longo do processo de territorialização, esse estado foi altamente desmatado para atender às necessidades socioeconômicas, restando-lhe na contemporaneidade apenas alguns fragmentos de vegetação extremamente desconectados, uma parcela dos quais está inserida em UCs. Grande parte desses fragmentos, incluídos no perímetro das APAs, pertencem a proprietários particulares, onde parcela das fazendas ainda está em bom estado de conservação. Ainda para essas autoras, privilegia-se aí a criação de UCs de uso sustentável, notadamente APAs, uma vez que os custos que envolvem o processo de criação e implementação são inferiores aos custos de outras categorias que necessitam de desapropriação fundiária. E na prática, “essa característica acaba contemplando vários tipos de usos envolvendo diversos atores, razão pela qual se desembocam os conflitos, descaracterizando as finalidades estabelecidas pelo SNUC” (SILVA & SOUZA, 2013, *op. cit.*)

Na publicação referente à fase VI de implantação da RMBA (LINO *et al.*, 2009), de onde foi extraída a Figura 4, enumeravam-se apenas seis UCs nas zonas-núcleo da reserva e duas UCs enquanto zonas de amortecimento. E ressalte-se que se observa, claramente, um esforço recente no sentido de criação de novas áreas protegidas no estado, embora a grande maioria encontra-se distribuída pelo

bioma da Mata Atlântica. Corre-se atrás do prejuízo da devastação pretérita, ininterrupta desde a chegada dos europeus há mais de 500 anos.

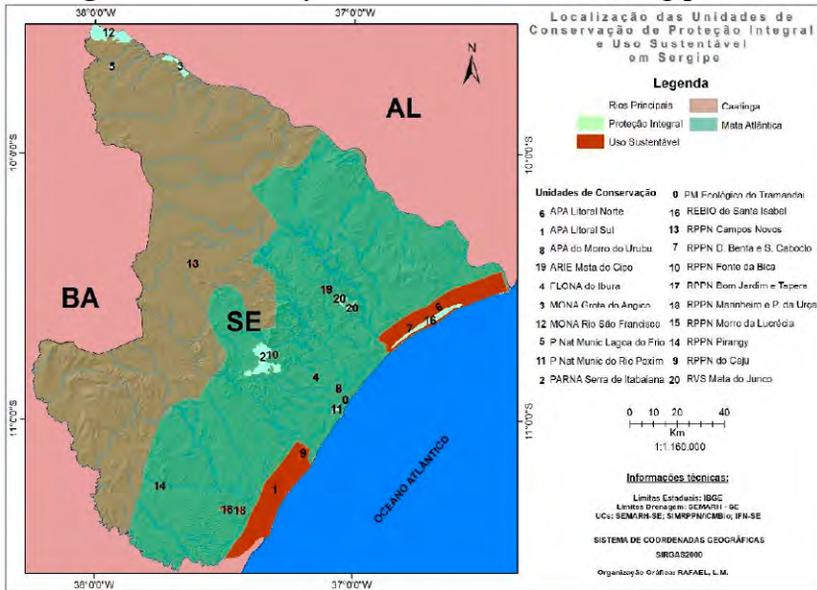
Figura 4 – Área da RBMA em Sergipe



Fonte: LINO et al., 2009

De acordo com Lino *et al.* (2009, *op. cit.*), restam poucos corredores ao longo da extensão litorânea do Estado, ocupando cerca de 40 km² de largura do território sergipano, com formações de diferentes ecossistemas, que incluem as faixas litorâneas com suas associações das praias e dunas, com ocorrência das formações florestais perenifólias latifoliadas hidrófilas costeiras, que ocorrem ao longo do todo o litoral sergipano sob a forma de pequenas manchas, exceto na porção sul do estado, onde algumas fazendas particulares se apresentam mais preservadas, localizando-se normalmente nos topos das colinas mais elevadas ou nas encostas que apresentam declividades acentuadas. Nos locais onde foi fortemente devastada, aparecem os cultivos perenes e temporários e, posteriormente, as pastagens. Fora do bioma da Mata Atlântica, no Sergipe, é possível identificar apenas quatro UCs, como pode ser verificado na Figura 5, extraída de Melo *et al.* (2019, *op. cit.*). Trata-se dos dois MONAs, de uma RPPN e de um PNM. Observe-se que enquanto um MONA está diretamente relacionado ao espelho d'água da represa de Xingó, o outro refere-se ao sítio da emboscada que resultou na morte de Lampião e seus companheiros – a Caatinga agradece pela preservação, embora ela não seja a razão principal para a criação dessas duas UCs. Já quanto ao PNM Lagoa do Frio, o mesmo é considerado no estudo de Ferreira *et al.* (2015, *op. cit.*) como sendo mais um “parque de papel”.

Figura 5 – Localização das UCs do estado de Sergipe



Fonte: MELO et al. 2019

O que salta aos olhos é que 84,6 % das UCs sergipanas estão localizadas no bioma da Mata Atlântica, justamente aquele de maior histórico de degradação, reproduzindo-se, na escala estadual, o flagelo de devastação que justifica que tal bioma seja considerado o segundo *hotspot* mais ameaçado de extinção do mundo, perdendo apenas para as quase extintas florestas da ilha de Madagascar (APREMAVI, *op. cit.*, 2020). Outro elemento digno de nota é o pequeno percentual abrangido pela RBMA em relação à área original do bioma da Mata Atlântica no âmbito do estado Sergipe. Comparando-se as figuras 4 e 5, percebe-se o quão restrita está a área da reserva, isto em função do pequeno número de UCs de proteção integral (aquelas consideradas como zona-núcleo para efeito de zoneamento), e da pequena extensão territorial de cada uma delas. Em termos de conectividade, destaque-se apenas a estreita faixa

correspondente ao baixo curso do rio Vaza Barris e a toda faixa litorânea – e observando-se que a própria extensão costeira sergipana é pensada como um grande elo de conexão ecológica entre o litoral norte baiano e a faixa nordestina de Mata Atlântica ao norte da foz do rio São Francisco.

Ponta de iceberg . . .

Microcosmo da tragédia em curso que se constata através dos números que apontam para a redução histórica da Mata Atlântica, a situação no Sergipe não é diferente da que se observa no restante do Brasil, variando-se apenas alguns coloridos locais em função das flutuações conjunturais, ora pesando a favor da criação e fortalecimento de UCs, ora ignorando-as, ora enfraquecendo-as. Essa tragédia ambiental se revela de forma peculiar nos três estados aqui colocados como referência analítica. A Mata Atlântica em Goiás é praticamente ignorada politicamente, sendo aquele o último estado a ser incorporado na RBMA. Sintomaticamente, lá não há UCs que salvaguardem este bioma. Mesmo no Cerrado, o bioma que por excelência domina a paisagem estadual, poucas são as UCs que se destacam, e apenas uma pequena porção no nordeste do estado encontra-se abraçado por uma Reserva de Biosfera. Com relação a Minas Gerais, já tive a oportunidade de qualificá-lo como “epicentro de um grande terremoto ambiental” (GONTIJO, 2008), já que é aí que se dá o contato entre os dois únicos *hotspots* brasileiros, Cerrado e Mata Atlântica, numa alegoria lúgubre à mesma “tectônica de placas” que inspirou o termo. O contato biômico que se observa em Minas proporciona uma riqueza única em termos de biodiversidade, mas o estado teima em seguir no rumo da devastação, processo iniciado com a descoberta e exploração de suas jazidas minerais desde meados do século XVIII. Dominado pelo que seria a Mata Atlântica

original, por sua vez, o estado do Sergipe assiste a um recuo histórico deste bioma, largando atrás no movimento de criação de UCs, algo que se observa apenas a partir do final do século passado. O menor dos três estados em tela ainda possui poucas UCs, mesmo considerando sua concentração no bioma atlântico. Mas isto pode ser entendido como uma motivação a mais para que se busque valorizar o pouco que resta sem se perder de vista a beleza e a importância da riqueza ecológica do agreste e do sertão; e as distâncias menores, no caso sergipano, atuariam como elementos favoráveis aos eventuais programas de restabelecimento, aí, de conexões ecológicas e de recuperação de áreas degradadas

A supressão vegetacional e o comprometimento de ecossistemas inteiros, de resto, é algo verificável em qualquer escala, e isso não é novidade para quem lida com a Geografia. O que acontece no nosso bairro, ou na nossa cidade, ou no nosso município, em sua zona rural, acontece numa proporção que incorpora outros elementos da paisagem na medida em que ampliamos a área geográfica até se atingir espaços maiores, em escalas micro, meso, macrorregionais, continentais e, por fim, globais. O caso da expansão da COVID-19 é um exemplo triste desta macabra dança impactante de nossa intervenção descuidada nos ecossistemas. Ao destruímos *habitats* de espécies silvestres que jamais teriam seus nichos ecológicos em contatos com o nosso, criamos condições para que microorganismos como os vírus se adaptem rapidamente, por meio de seleção natural, a novas condições de parasitose até encontrar novos meios ideais para se multiplicar e se espalhar, no caso, pelo planeta! Paisagens cada vez mais homogêneas e/ou padronizadas apenas aceleraram a velocidade com que fenômenos como este aconteçam, pois a falta de diversidade ambiental, em todos os sentidos, torna muito mais fácil a vida e a ação de nossos potenciais predadores- quaisquer que eles sejam-, de onde quer que eles venham.

Waack & Rennó (2020) referem-se à pandemia do coronavírus como sendo apenas a ponta de um *iceberg* em relação ao que se apresenta como todo um conjunto de fatores, alguns crônicos, que agem sem fazer alarde no sentido de desencadear processos agudos como o que o planeta viveu no primeiro semestre de 2020. Chamam a atenção, para que a pandemia não seja entendida enquanto mais um evento (um desastre!) midiático, mas que seja, ao contrário, percebida no contexto em que ela se manifestou. Concordo com ambos quando afirmam que grande parte das tragédias está relacionada à progressiva ocupação de áreas, territórios ou regiões por diferentes atividades humanas. São alterações de paisagens, combinações sutis de desequilíbrios, muitas vezes com efeitos não intencionais, imperceptíveis. O entendimento desse processo não é trivial. Como “sapos que morrem cozidos em fogo brando”, a percepção de lentos desequilíbrios não ocorre (WAA-CK & RENNÓ, 2020, *op. cit.*). Apliquemos esta reflexão ao longo processo de devastação da Mata Atlântica e identificaremos um enorme e preocupante (sufocante, no caso!) *iceberg*, alegoria do que eu considero como uma tragédia em curso. Não estamos diante de uma crise ambiental, que sugere por si só uma ciclicidade. O que estamos vivendo está mais relacionado a uma espiral vertiginosa, sem caminho aparente de retorno. Escolhemos, enquanto cultura hegemônica, esgotar o planeta enquanto ele puder nos prover o que passamos a denominar como “recursos naturais”. Trata-se de um eufemismo que procura aplicar a toda a natureza planetária uma lógica valorativa e econômica totalmente incompatível com a lógica evolutiva da biodiversidade.

Muito se falou, e ainda se fala, do valor da biodiversidade em termos de sua utilidade/utilização pelo *Homo sapiens*, ou tomando-se nossa espécie como referência, como se ela fosse algo como o ápice de uma suposta criação. As ideias da teoria da evolução, de resto,

por mais que tenham sido aceitas pela parcela séria da comunidade científica ao longo do século XX, ainda não são compreendidas em toda a sua essência pela grande maioria da população planetária (a título de exemplo, apenas no alvorecer do século XXI, a Igreja Anglicana pediu perdão a Charles Darwin por ter ela reagido com hostilidade às suas teorias à época!). No editorial do último número da revista *Sustainability in Debate*, Bursztyn *et al.* (2020), definindo 2020 como um “*Annus Horribilis*”, afirmam, a propósito, que arautos do atraso conseguem considerável audiência e legitimidade política graças a gestos e argumentos demagógicos e que geram desinformação, veiculados graças à formidável capilaridade e velocidade dos meios de comunicação, muitos dos quais não dispõem de filtros morais ou científicos. E no contexto mundial, o Brasil aparece como exemplo particularmente negativo da relação estabelecida entre o “mundo da política” e o mundo real. Vale lembrar que quase um terço dos brasileiros entre quinze e sessenta e quatro anos é “analfabeto funcional”, o que significa que eles lutam para ler mais do que palavras-chaves na maioria dos textos escritos (BURSZTYN *et al.*, 2020, *op. cit.*). E é sugestivo verificar ainda que, segundo esses mesmos autores, o mundo viveu, de forma generalizada, a partir do final dos anos 70 (do século XX), uma onda de redução da ação reguladora do Estado, que teve como fundamento a ideia de que o mercado “se auto-regula”. Mas hoje estamos vendo que sem o Estado e seus mecanismos de proteção (da economia, das pessoas, do meio ambiente) a tendência é “disruptiva” (BURSZTYN *et al.*, 2020, *op. cit.*). E trazendo para o nosso caso, com SNUC e PNAP enfraquecidos, pouco resta de esperança para a sobrevivência dos biomas brasileiros. Iniciativas como a criação, gestão e fortalecimento de Reservas de Biosfera surgem como um fio de consolo. Pois, em contraposição a tais tendências, dependendo da conjuntura político-econômica, ações de conservação são levadas a cabo, apesar dos governos...

Haverá fôlego para continuarmos respirando?

Se nosso modelo adaptativo, baseado na lógica do capital, foi decisivo para nosso sucesso na ocupação de todos os espaços potencialmente habitáveis do planeta, isto vem trazendo um custo ecológico, ausente dos parâmetros de mensuração econômica, cujo efeito se faz sentir diante de situações como a pandemia do COVID-19. Tal vírus é apenas mais um “ator legítimo” que atua no palco de nossa luta pela sobrevivência. Seu poder de fogo foi muito mais expressivo do que imaginávamos em meio a nossa empáfia e imersão arrogante no teatro da vida. O custo econômico é passível de ser coberto, o que irá depender das regras que nós próprios criarmos para nós mesmos. Mas o custo biológico não estará vinculado a qualquer filigrana ou subterfúgio, fruto de qualquer racionalidade econômica. Dessa incompatibilidade entre lógica do capital e lógica da vida emerge, ou pode ser ressignificada, a importância de se reservar áreas para que sejam protegidas “de nós mesmos”. Reservas da Biosfera que possibilitem (por que não?) um fluxo mínimo de oxigênio que permita nossa sobrevivência enquanto espécie. O que vale para o Sergipe, também vale para o Brasil e para o planeta!

Referências

BRAGHINI, C. R & VILAR, J. W. C. Gestão territorial de áreas protegidas no litoral sergipano: primeiras incursões. **Ambivalências**, v. 01, n. 1, jan.-jun. 2013.

_____. As unidades de conservação no contexto do ordenamento territorial do litoral do estado de Sergipe, Brasil. **Anais do XV EGAL**. Havana, 2015.

_____. **Unidades de conservação e conflitos ambientais no litoral sergipano, Brasil, Confins** [Online], 40 | 2019, posto online no dia 02 junho 2019, consultado em: 27/04/20. <http://journals.openedition.org/confins/20465>

BRASIL. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Lei 9.985, 18/07/2000. Decreto nº4340, 22/08/2002

_____. **Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas**. Decreto nº 5758, 13/04/200

_____. **Lei 11.428, de 22/12/2006**. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.

BURSZTYN, M.; LITRE, G. L.; CURI, M. & SAITO, C. H. Annus Horribilis - 2020 (editorial). **Sustainability in Debate**, Brasília, v. 11, n.1, p. 10-14, apr. 2020

CONSERVATION INTERNATIONAL. **Grandes regiões naturais** - as últimas áreas silvestres da Terra. Cidade do México: CEMEX, 2003.

DEAN, W. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

FERREIRA, D. J. S.; SOUZA, I. A.; ECKERT, N. O. S.; COELHO, A. S. Caracterização das unidades de conservação de proteção integral do estado de Sergipe. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, Aquidabã, v. 6, n. 2, p.121-143, 2015.

GOMES, L. J.; SANTANA, V. & RIBEIRO, G. T. Unidades de conservação no estado do Sergipe. **Revista/ Fapese**, v. 2, n.1, p.101-112, jan./jul. 2006.

GOMES, L. J.; OLIVEIRA, I. S. S; COSTA, C. C. & MAROTI, O. S. Percepção ambiental como estratégia de planejamento e gestão em unidades de conservação. In: AGUIAR NETTO, A. O. & GOMES, L. J. (orgs.). **Meio Ambiente, distintos olhares**. São Cristóvão: UFS, 2010.

GONTIJO, B. M. Uma geografia para a Cadeia do Espinhaço. **Megadiversidade**, v. 4, n.1-2, dez. 2008.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Manual técnico da vegetação brasileira**. 2 Ed. Rio de Janeiro: FIBGE, 2012.

LINO, C. F.; DIAS, H. & ALBUQUERQUE, J. L. R. (orgs.). **Reserva da Biosfera da Mata Atlântica**: revisão e atualização dos limites e zoneamento da Re-

serva da Biosfera da Mata Atlântica em base cartográfica digitalizada: fase VI. São Paulo: Cons. Nac. RBMA, 2009.

MARQUES, L. **Capitalismo e colapso ambiental**. 2 Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

MELO, B. A.; SANTOS, I. N. M. & RAFAEL, L. M. Distribuição espacial das unidades de conservação no estado de Sergipe. **Anais do XVIII SBGFA**. Fortaleza: UFC, 2019.

SANTOS, E. A. P; LANDIM, M. F; OLIVEIRA, E. V. S. & SILVA, A. C. C. D. Conservação da zona costeira e áreas protegidas: a Reserva Biológica de S. Isabel (SE) como estudo de caso. **Natureza Online**, v. 15, n. 3, p. 41-57, 2018

SCALCO, R. F. & GONTIJO, B. M. Possibilidades de desafetação e recategorização em unidades de conservação de proteção integral: as UCs da porção central do Mosaico do Espinhaço (MG/ Brasil). **Revista ANPEGE**, v. 13, n. 22, p. 246-276, set./ dez. 2017.

SILVA, M. S. F. & SOUZA, R. M. Unidades de conservação como estratégia de gestão territorial dos recursos naturais. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 241-259, jul./ dez. 2009.

_____. Territórios protegidos e arenas de conflito nas Unidades de Conservação de uso sustentável em Sergipe, Brasil. **Scripta Nova**, Barcelona, v. XVII, n. 445, jul. 2013.

WAACK, R. S. & RENNÓ, F. Desastres crônicos e agudos: sapos cozidos e engolidos. Página 22 - **Revista Eletrônica**, 2020.<https://pagina22.com.br/2020/05/01/desastres-cronicos-e-agudos-sapos-cozidos-e-engolidos/>

<https://apremavi.org.br/mata-atlantica/biodiversidade/>

<https://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs>

<https://www.conservation.org/priorities/biodiversity-hotspots>

<http://www.unesco.org/new/pt/rio-20/sites-for-sustainable-development/biosphere-reserves/>

A SOCIOBIODIVERSIDADE NO SERTÃO DAS GERAIS

Josy Dayanny Alves Souza
jdgeografa@gmail.com

Introdução

O debate a respeito da conservação da natureza tem sido apresentado no Brasil desde o século XVIII, conforme menciona Diegues (2002), ao apresentar a discussão referente à Carta Régia, de 13 de março de 1797, que ensaiava as primeiras preocupações com a conservação das matas no Brasil. Mais adiante, no início do século XIX, o autor contextualiza como os argumentos científicos de José Bonifácio frente à destruição da natureza e à luta antiescravagista de André Rebouças junto à proposta de instituição dos primeiros parques nacionais, evidenciavam conflitos fundiários e a exploração da natureza.

A sofisticação das práticas exploratórias da biodiversidade são faces de um acúmulo histórico no Brasil, quando, à época da colonização, fundamentava-se na economia de Colônia – baseada na produção agrícola, na exportação de matéria-prima e no trabalho escravo. No período contemporâneo a modernização da agricultura, que operacionaliza a expansão do agronegócio, disputa cada fragmento de espaço, inclusive com a intensificação e a apropriação de áreas antes desprezadas “tanto do ponto de vista natural como sociocultural” (CASTILHO; CHAVEIRO, 2010, p. 42).

São múltiplas as possibilidades de abordagens em relação à sociobiodiversidade: conceitual, jurídica, vivida, dentre outras. A dis-

cussão em torno da sociobiodiversidade evidencia a aproximação histórica e relacional existente entre os grupos tradicionais e a natureza. A abordagem jurídica propõe, a partir de leis e decretos, uma equiparação entre a conservação da biodiversidade e a valorização dos povos e comunidades tradicionais. A experiência produzida nas relações entre o sujeito e o território precede as abordagens teóricas e jurídicas, ao mesmo tempo em que entrelaçam essas novas configurações ao território.

No presente trabalho se propõe analisar como a gestão de um território institucionalizado como mosaico encontra, no território da 'convivialidade' (ALMEIDA, 2008), os saberes-fazeres para coalisão de uma gestão que seja efetivamente participativa na conservação da biodiversidade e na valorização das culturas tradicionais. O entendimento da convivialidade perpassa pela interação do sujeito com a biodiversidade e releva como as identidades são definidas nas raízes, concepções e alicerces do território.

O modo como os parques e mosaicos foram criados no Brasil inspiram algumas reflexões constantes neste artigo. Como referência, utiliza-se o Parque Nacional Grande Sertão Veredas, criado por meio do Decreto nº 97.658/1989 e classificado como unidade de conservação de proteção integral, e o Mosaico Unidades de Conservação Grande Sertão Veredas-Peruaçu (MSVP), reconhecido por meio da Portaria nº 128, de 24/04/2009.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) estabelece, a partir da Lei nº 9.985, de 18/07/2000, como principal objetivo de um parque,

a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. (BRASIL, 2000).

A mesma legislação, em seu Art. 26, define que poderá ser criado e implementado um Mosaico,

quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional (BRASIL, 2000).

Nos 20 anos que se passaram entre a delimitação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, em 1989, e o período de delimitação territorial do Mosaico Grande Sertão Veredas-Peruaçu, em 2009, diversas categorias foram acrescentadas aos grupos de unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável nas esferas federal, estadual e municipal, pública e/ou particulares, conforme prevê a legislação do SNUC.

O Mosaico Grande Sertão Veredas-Peruaçu, localizado à margem esquerda do rio São Francisco, situa-se geograficamente nas mesorregiões Norte e Noroeste de Minas Gerais e no Extremo Oeste Baiano, no bioma Cerrado. Sua configuração é organizada em três núcleos territoriais, denominados: Sertão Veredas, Pandeiros e Peruaçu. O núcleo territorial Sertão Veredas é o recorte espacial analisado neste texto.

O percurso metodológico deste trabalho foi registrado por meio de fontes orais, fotográficas, diário de campo e observações levantadas no decorrer da presença da pesquisadora nas edições 2018 e 2019 da festa Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas, no município de Chapada Gaúcha (MG).

Mosaico de Unidades de Conservação: uma proposta de gestão integradora?

A primeira referência à criação de mosaicos no Brasil ocorreu em 1994, a partir da experiência de gestão nas áreas protegidas dos Parques Estaduais Turístico do Alto Ribeira, Intervales e Carlos Botelho e da Estação Ecológica Xitués, situados em São Paulo, no bioma Mata Atlântica. Os princípios desse modelo de mosaico somente puderam ser implementados a partir da legislação de criação do SNUC e do Decreto nº 4.340, de 22/08/2002, que o regulamenta (PINHEIRO, 2010).

Após essa primeira experiência na esfera estadual – que se efetivou somente em 2002, com a criação do Mosaico Tucuruí, no Pará – foram implementadas, no período entre 2005 e 2018, 17 portarias de reconhecimento federal a mosaicos no Brasil. São 17 organizações territoriais distribuídas por todas as regiões do País que buscam promover uma interação equilibrada entre conservação, valorização, gestão e organização dos recursos naturais, dos povos e comunidades tradicionais, da população local e do território.

O Mosaico Capivara-Confusões, criado em 2005, e o Mosaico da Serra do Espinhaço - Quadrilátero Ferrífero, de 2018, foram, na instância federal, respectivamente, o primeiro e o mais recente modelo de mosaico implementados no Brasil. Neste ínterim, foram reconhecidos, estão em processo de discussão e/ou reconhecimento mosaicos nas instâncias estadual e federal.

O Ministério do Meio Ambiente – MMA – define a divisão das Unidades de Conservação (UC) em dois grupos:

- a) Unidades de Proteção Integral, em que a proteção da natureza ocorre através de medidas restritivas ao uso indireto dos recursos naturais. As seguintes categorias pertencem às unidades de Proteção Integral: **Estação Ecológica**; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural; Refúgio de Vida Silvestre;

- b) Unidades de Uso Sustentável: o uso sustentável dos recursos deve ser conciliado à conservação da natureza. São as categorias: Área de Proteção Ambiental (APA); Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista (RESEX); Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS); Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

Importante salientar que, dentre as 12 categorias de unidades de conservação, somente os grupos de uso sustentável de Reserva Extrativista (RESEX) e de Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) permitem, no interior da área protegida, a presença de populações tradicionais. Permissão que suprime – parcial ou totalmente –, por meio de relações institucionais de controle, modos de vida tradicionais e que incorre em iminente ameaça de apagamento do processo interativo com a biodiversidade. No núcleo territorial Sertão Veredas consta a existência da RDS Veredas do Acari.

A partir da análise do mapa¹, elaborado pelo Projeto Turismo Ecocultural de Base Comunitária do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu, apreende-se a abrangência da biodiversidade neste mosaico da seguinte maneira:

Núcleo Sertão Veredas: Parque Nacional Grande Sertão Veredas, Parque Estadual Serra das Araras, RDS Veredas do Acari, RPPN Arara Vermelha e RPPN Veredas do Pacari;

- a) Núcleo Pandeiros: Parque Nacional Cavernas do Peruaçu (sede), APA do Pandeiros, APA Estadual do Cochá e Gibão, RPPN Fazenda Porto Cajueiro; Refúgio Estadual de Vida Silvestre do Pandeiros, Comunidade Gaim.

1 A versão digital pode ser acessada pelo site: <https://mosaicospv.com.br/travessias/>.

- b) Núcleo Peruaçu: Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, Parque Estadual Veredas do Peruaçu, Parque Estadual da Mata Seca, APA Cavernas do Peruaçu.

Ressalta-se que a delimitação territorial do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu abrange categorias de unidades de conservação de instâncias federal e estadual.

O Mosaico de Unidades de Conservação como delimitação jurídica do território

A instituição de um mosaico de unidade de conservação se configura como uma gestão jurídica do território, reconhecida a partir de modelos definidos como “reservas da biosfera, os corredores ecológicos e os mosaicos de áreas protegidas” (PINHEIRO, 2010, p. 18). Em sua constituição o mosaico representa uma projeção normatizadora de gestão do território. Neste sentido, faz-se necessário considerar que as relações entre povos, comunidades tradicionais e a biodiversidade precedem a legislação, o que torna imprescindível a valorização dos saberes-fazeres presentes no território.

O Mosaico de Unidades de Conservação Sertão Veredas-Peruaçu está demarcado dentro dos municípios das mesorregiões Norte e Noroeste de Minas Gerais: Chapada Gaúcha, Formoso, Arinos, Urucuia, Cônego Marinho, Januária, Itacarambi, Bonito de Minas, São João das Missões, Miravânia e Manga; e também no município de Cocos, mesorregião do Extremo Oeste Baiano.

De acordo com as informações do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013, os municípios que integram o citado mosaico possuem um total de 204.447 mil habitantes. Destes, 113.143 vivem na zona urbana e 91.304 na zona rural. Os municípios de Urucuia, Cônego Marinho Bonito de Minas, São João das Missões, Miravâ-

nia e Cocos apresentam maior percentual de população vivendo na zona rural. O Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios, juntos, somaram, em 2017, R\$ 2.255.237,37. A principal atividade econômica decorre do setor agropecuário, com exceção dos municípios de Januária e Itacarambi, onde, apesar da evidência de valores aproximados entre agropecuária e indústria, esta última atividade sobressai. Os números relativos ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Minas Gerais e da Bahia foram enquadrados, respectivamente, como: alto (0,700-0,799) e médio (0,600-0,699). Os municípios inseridos no mosaico apresentam, em sua maioria, IDHM médio. Com exceção de São João das Missões, Miravânia e Cocos, com 0,529; 0,593; e 0,596, sequencialmente, pois o IDHM entre 0,500-0,599 é considerado baixo.

Ainda considerando o mapa elaborado pelo Projeto Turismo Ecocultural de Base Comunitária, o Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu abrange uma diversidade de atores sociais representados por associações, agências, cooperativas, coletivos, povos e comunidades tradicionais, da seguinte maneira:

- a) Núcleo Sertão Veredas: Associação de Bordadeiras de Rurais da Serra das Arraras, Ponto de Cultura Seu Duchim: Espaço Geral de Folias, Instituto Cultural e Ambiental Rosa e Sertão, Cooperativa Sertão Veredas, Centro de Referência em Tecnologias Sociais do Sertão (Cresertão), Cooperativa de Agricultura Familiar Sustentável com base na Economia Solidária (Copabase), Central Veredas Artesanato, Fiandeiras do Urucuia, Associação de Artesãos do Urucuia, Travessias Ecoturismo, Banco Comunitário Chapadense, Agência de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Vale do Urucuia (ADISC), Comunidades Quilombola Barro Vermelho, Morro do Fogo, Buracos e Buraquinhos;
- b) Núcleo Pandeiros: Quebradeiras de Coco, Cooperativa de Pequenos Agricultores Agroextrativistas de Pandeiros (Coopae),

Comunidade de Olaria, Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas do Vale do Peruaçu (Cooperuaçu), Ponto de Cultura Centro de Artesanato da Região de Januária, Associação de Agentes Ambientais do Vale do Peruaçu, Vale dos Sonhos Ecoturismo;

- c) Núcleo Peruaçu: Terra Indígena Xakriabá: Aldeia Sumaré I, Aldeia Barreiro Preto, Aldeia Caatinginha, Associação dos Artesãos e Produtores Caseiros de Itacarambi (Artesita).

A elaboração do Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu, em 2008 – executado pela Fundação Pró-Natureza (Funatura), em parceria com: Agência de Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Chapada Gaúcha (ADISC), Agência de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Vale do Rio Urucuia (ADISVRU), Caritas de Januária, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA/MG), Instituto Estadual de Florestas (IEF/MG), Prefeitura e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapada Gaúcha (MG) e SESC Januária (MG) –, estabelece diretrizes, objetivos e possibilidades para o desenvolvimento do mosaico a partir de uma gestão que propõe: a) gerir de maneira integrada as unidades de conservação; b) promover o extrativismo sustentável de produtos do cerrado; c) fomentar o turismo ecocultural, com ações que estimulem a geração de renda no território.

A demarcação do mosaico supõe uma proposta integradora entre a conservação natural e a valorização cultural no território. As ações em áreas protegidas e as práticas desenvolvidas por comunidades, povos tradicionais e a população local atuam dentro dos princípios de uma gestão que se pretende participativa. Mas que de fato somente será efetivada quando a proteção de espécies e ambientes se mostrar tão relevante quanto as ações de valorização cultural no território, conferindo elo indissociável à sociobiodiversidade.

Diegues (2002) lembra que, em 1989, quando da criação do Ibama e da proposta de revisão do Sistema Nacional de Unidade de Conservação: Aspectos Conceituais e Legais, foi

uma ocasião histórica de serem reverem as várias categorias de unidades de proteção mais bem adaptadas às realidades dos países subdesenvolvidos que apresentam grande diversidade de culturas não-industriais (populações indígenas, de seringueiros, pescadores, extrativistas, etc). A única inovação incluída, ainda que desconfortavelmente, nessa proposta é a da reserva extrativista, na verdade uma categoria que brotou da luta das populações de seringueiros da Amazônia. (DIEGUES, 2002, p. 122).

Diegues (2005) argumenta que as práticas de proteção da biodiversidade reconhecem o meio natural como campo de preservação e manutenção das espécies, no entanto, negligenciam que,

o Brasil é também um país de megadiversidade sócio-cultural, representada por 215 povos indígenas diferentes, com mais de 170 línguas diversas, além de uma dezena de populações tradicionais, fruto da miscigenação entre índios, colonizadores e negros, com línguas e quase dialéticos distintos (caipira, caiçara, sertanejo, caboclo, ribeirinhos, entre outros). Essas populações distribuídas em todo território nacional tem um conhecimento aprofundado do mundo natural, conhecendo e manejando um grande número de espécies da flora e fauna. Sem esse conhecimento seria impossível sobreviver em ambientes complexos e distintos como a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, o Cerrado, rios e mares. (DIEGUES, 2005, p. 306-307).

O mesmo autor considera que, dentre os objetivos para conservação da biodiversidade, estavam centralizadas a “manutenção dos processos ecológicos essenciais; preservação da diversidade genética; e utilização sustentada das espécies e ecossistemas” (DIE-

GUES, 2005, p. 305). Apenas em 1988 os documentos da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) começaram a mencionar a importância da interação entre a diversidade biológica e a diversidade cultural, reconhecendo a importância dos saberes-fazeres das populações tradicionais no processo conservação da biodiversidade.

Os ministérios do Meio Ambiente (MMA), do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em parceria com a sociedade civil, elaboraram em 2009, o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNBSB). Nele se reconhece a sociobiodiversidade como expressão das relações estabelecidas entre a diversidade de sistemas socioculturais e a diversidade biológica.

No campo da ciência geográfica, o projeto² Desenvolvimento Territorial e Sociobiodiversidade: perspectivas para o mundo do Cerrado, desenvolvido sob a coordenação do professor Eguimar Felício Chaveiro, da Universidade Federal de Goiás (UFG), tem se empenhado em pesquisas que visam elaborar contornos teóricos-conceituais³ para o tema da sociobiodiversidade. A sociobiodiversidade se refere às práticas constituídas no território a partir das relações estabelecidas entre povos, comunidades tradicionais, população local e o uso das técnicas de domesticação da natureza como instrumentos de manutenção e conservação de modos de vida e não como o “mito moderno da natureza intocada” (DIEGUES, 2002).

Até o momento o foco de apresentação do mosaico como território neste artigo esteve relacionado à sua referência jurídica, com

2 Projeto aprovado no âmbito do Programa de Apoio à Pós-Graduação e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Desenvolvimento Socioeconômico no Brasil (PGPSE/CAPES). Período de vigência do projeto: 01/03/2016 a 28/02/2021.

3 O conceito de sociobiodiversidade pode ser consultado sob diferentes perspectivas em uma abordagem geográfica no trabalho de Marques e Souza (2019).

a finalidade de apresentação da importância atribuída à conservação da biodiversidade. Na próxima seção a abordagem sobre território será direcionada para a apresentação da diversidade de atores sociais que ocupam e produzem o território em um período que antecede a ação estatal de implementação do Mosaico de Unidades de Conservação.

O território como representação dos saberes-fazeres

O destaque na literatura de João Guimarães Rosa aciona um dispositivo para o imaginário que elabora ideias do devir sertão – o vir a ser; a poética de sua narrativa projeta paisagens, identidades, modos de vida e imagens que marcam relações de conflitos e de encantamentos do sertão. A literatura rosiana é considerada relevante porta de entrada para este diálogo, mas não sua centralidade.

A sociodiversidade é abordada a partir da investigação da cultura, da representação, dos saberes-fazeres que envolvem as relações entre povos, comunidades tradicionais, população local e biodiversidade. A festa Encontro dos Povos do Grande Sertão, que ocorre há 19 anos, durante o mês de julho, no município de Chapada Gaúcha (MG), foi o principal percurso no processo de compreensão da sociobiodiversidade no sertão das gerais.

Brandão (1998), na obra *Memória sertão: cenários, cenas, pessoas e gestos nos sertões de João Guimarães Rosa e de Manuelzão*, apresenta uma profusão de referências para pensar a diversidade cultural no sertão das gerais. O citado autor tece, com Walter Benjamin, Susan Sontag, Ecléa Bosi, A. J. Greimas, Robert Bales, Michael Taussing e Manuel Guitiérrez, narrativas de adentramento e “sete visitas à morada da memória” (BRANDÃO, 1998, p. 25), entrada que conduz ao passado, à lembrança, à experiência, ao sentimento, ao sonho, à colheita das memórias, das ‘coisas’ e dos ritos. O au-

tor não encerra o diálogo nas setes visitas de diálogos teóricos; ele envereda por outras travessias, visita fragmentos da obra Grande sertão: veredas, de João Guimarães Rosa, e nos insere nos rastros das memórias do personagem-narrador Riobaldo, de suas próprias memórias e do sujeito Manuelzão, para além de um personagem. O sujeito que vive o sertão está envolvido por suas relações de convivência com a família, com a terra, com o sertão/cerrado, com suas crenças e festividades.

Em outro texto, Brandão (2009), ao narrar a visita de um antropólogo à geografia, propõe viver um tempo, habitar um espaço; para isso, textualiza o fragmento de uma experiência à beira do Rio São Francisco, em Pirapora (MG), e apresenta o trecho da seguinte cantiga de roda:

Esta casa não tem nome
Pois agora eu vou por
Com licença da senhora
Ela chama “linda flor”.
Morena tem dó de mim (refrão)⁴.

Ao atribuir significado à cantiga, como marca de imagens e lembranças entrelaçadas com “citações um pouco mais acadêmicas e complexas” (BRANDÃO, 2009, p. 15), o autor amplia o horizonte de debate, porque considera a interação entre cultura e geografia, entre espaço e antropologia, entre as ciências e os sujeitos. Brandão (2009) ainda traz para a conversa o personagem Riobaldo, voz narradora na obra Grande sertão: veredas, e convida para uma interlocução entre os saberes-fazer, a literatura e a ciência.

A referência de Brandão (2009) – ao apresentar a cantiga de roda como uma imagem e uma lembrança simples, inocente e rústica so-

4 Consultar a referência desta cantiga de roda em Brandão, 2009.

bre o sertão, associada aos fragmentos da literatura de João Guimarães Rosa, inscrita na linguagem de saberes populares, junto à referência conceitual de sistema de objetos e sistemas de ações de Milton Santos –, leva ao ritmo de pensar o sujeito que habita o espaço em diferentes tempos. O autor explica que as ações sobre objetos,

Regeria[m] todos os sistemas de socialização da natureza através da qual nós nos apropriamos da superfície da terra e a transformamos em territórios, em espaços conquistados, transformados e ocupados. Sim, nas paisagens e lugares habitados. Porque entre nós, os seres sociais do salto da natureza à cultura, a experiência histórica e biográfica de não vivermos coletivamente em e entre espaços naturais dados, mas de *criarmos socialmente* os nossos espaços da vida e da partilha social da vida, significa, antes de qualquer coisa, o fundar uma habitação. (BRANDÃO, 2009, p. 8).

A complexidade do sertão está ‘geo-grafada’ em seu estado de literatura, de saberes-fazer, de ciência e em todas as formas de representação; a complexidade é uma referência intrínseca ao sertão, o que se altera são as lentes de análises e interpretações deste espaço social.

O Mosaico de Unidades de Conservação Sertão Veredas-Peruaçu pode ser interpretado como essa referência complexa, quando sintetiza, no território, elementos que coadunam análises e interpretações a partir de diferentes ramos do conhecimento como: saberes-fazer, literatura e ciência. No que se refere a este último, e particularmente à ciência geográfica, Moreira (2007) orienta que,

são três geografias na prática a se atualizar, cada qual correndo habitualmente em paralelo à outra: a geografia real (da realidade existente fora de nós), a geografia teórica (da leitura desse real) e a geografia institucional (a dos meandros insti-

tucionais). Há uma realidade externa a nós, que é o fato de a humanidade existir sob uma forma concreta de organização espacial. E há a representação dessa realidade capturada por meio de sua formulação teórica. Isso estabelece na geografia uma diferença entre realidade e conhecimento, com a tradução dupla do real e do lido, que nem sempre se relacionam numa consonância. Ainda existe, porém, a geografia materializada institucionalmente e prisioneira do seu cotidiano. (MOREIRA, 2007, p. 65).

Para o citado autor, a ciência geográfica deve estar atenta ao seu propósito de representação da organização espaço-temporal. Logo, uma ciência que concentra esforços nas categorias analíticas e na teorização, não pode perder de vista as realidades apreendidas e representadas de maneiras diversas. As linguagens, por exemplo, são códigos de leitura, de interpretação e de discurso no/do território; há, na dimensão axiológica do saber, um significado político, cultural, social, econômico, que aciona signos e significados já apresentados e também signos e significados que estão por vir.

O dizer literário de João Guimarães Rosa conduz por narrativas geográficas do sertão. A literatura apresentada na esfera de sua textualidade é uma escrita que recorta um tempo-espaço, ou seja, vive-se um tempo e habita-se um espaço no sertão, com símbolos e manifestações que são revelados, assim como outros são ocultados. A ciência e a literatura, enquanto dizeres, assumem lugares de poder. Ciência e literatura são marcadas pela forma escrita, sendo que a primeira, institucionalizada, configura-se no fazer burocrático, e a seguinte é objetivada como possibilidade de um diálogo que possa vir a ressignificar os dizeres do mundo.

Entende-se esse processo de valorização dos saberes-fazeres tradicionais e sua relação com a biodiversidade como uma prática construída no processo interativo com o território. Reconhecer as

múltiplas linguagens de representação do território significa considerar os símbolos e códigos linguísticos dos povos e comunidades tradicionais, da população local, da ciência e da literatura como referências importantes para o processo colaborativo de manutenção, manejo e conservação da biodiversidade e de valorização da cultura.

Souza (2013, p. 88), ao questionar “por que razões se deseja territorializar um espaço e manter o controle sobre ele?”, argumenta que existem significados culturais, de cobiça por recursos naturais, de valor estratégico-militar, de ligações afetivas e de identidade que são atribuídos ao controle de um espaço. O território estruturado em uma concepção política de poder não exclui a dimensão cultural, simbólica, tecida ao longo de sua formação.

O território pressupõe relações de poder. São diversos os atores que atuam sobre o mosaico, sendo que o Estado atua juridicamente sobre o território por meio da regulação da biodiversidade. Os povos, as comunidades tradicionais e a população local representam a sociodiversidade, que vivenciam, no cotidiano, a interação com a natureza.

Sem o propósito de afirmar uma tipologia, Almeida (2008, p. 317) propõe quatro principais grupos identitários para os sertanejos, “os cerradeiros e/ou geraizeiros, os catingueiros, os barranqueiros e vazanteiros e irrigantes modernos”. A identidade sertaneja representa, em suas raízes, profundas relações com as práticas associadas à biodiversidade e à terra, seja nos ritos religiosos, nos festivos, no cultivo ou no extrativismo, dentre outros. A autora argumenta que

O território é, antes de tudo, uma convivialidade, uma espécie de relação social, política e simbólica que liga o homem a sua terra e, simultaneamente, estabelece sua identidade cultural. Nestas condições, compreende-se de que maneira o significado político do território traduz um modo de recorte e de controle do espaço, garantindo sua especificidade, e

serve como instrumento ou argumento para a permanência e a reprodução dos grupos humanos que o ocupam. (ALMEIDA, 2008, p. 318).

Consta no Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu, de 2008, um levantamento de informações realizadas pelo Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES). De acordo com este documento, vivem, na delimitação territorial do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu, os seguintes povos e comunidades tradicionais: um grupo indígena, o Povo Xacriabá⁵, localizado no município de São João das Missões; e 37 comunidades quilombolas, localizadas nos municípios de Chapada Gaúcha, Formoso, Arinos, Urucuia, Januária, Bonito de Minas e Manga. De acordo com o levantamento, entre as identidades sertanejas,

nos vales do Urucuia e do Acari, incidências geográficas incluídas nos limites do MSVP, verificou-se a convivência e mescla de categorias quilombolas e tradicionais. O grande contingente quilombola da região, quando não identificado exclusivamente como quilombolas, é identificado como quilombolas/ribeirinhos, quilombolas/vazanteiros, nos municípios de Manga e Januária, e, quilombolas/chapadeiros, em outros municípios da margem esquerda do São Francisco. Como comunidades tradicionais constam os geraiseiros, os caatingueiros, os vazanteiros, os chapadeiros e os ribeirinhos. (PLANO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DE BASE CONSERVACIONISTA DO MOSAICO SERTÃO VEREDAS-PERUAÇU, 2008, p. 19).

O avanço jurídico proposto com a criação do mosaico se mostra como uma possibilidade de reconhecimento dos povos, das comunidades tradicionais e da população local como agentes participati-

⁵ Localizado no núcleo territorial denominado Peruaçu, do Mosaico Unidades de Conservação Grande Sertão Veredas-Peruaçu.

vos do território. Todavia, a construção da identidade atravessa um processo dinâmico revelado não por legislações e decretos, mas nas raízes, rotas e rumos de uma construção relacional entre o sujeito e as múltiplas dimensões do território.

Ailton Krenak, indígena do Povo Krenak, evidencia que

os únicos núcleos que ainda consideram que precisamos ficar agarrados nessa terra são aqueles que ficaram meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos, na África ou na América Latina. São caixas, índios, quilombolas, aborígenes – a subumanidade. (KRENAK, 2019, p. 21).

A perspectiva de Ailton Krenak não está reduzida à condição desumanizada em que são inseridos os núcleos por ele nomeados, mas na centralidade de como povos e comunidades tradicionais tecem ideias e ações para ‘adiar o fim do mundo’⁶. A análise do autor sinaliza um percurso de narrativas e perspectivas de sujeitos que não se reconhecem separados da natureza.

No Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu os povos originários, as comunidades tradicionais e a população local produzem um cotidiano relacional com a biodiversidade. A configuração da festa do Encontro dos Povos Grande Sertão Veredas, que acontece desde o ano de 2002 no município de Chapada Gaúcha (MG), representa um encontro síntese da sociobiodiversidade no sertão, na medida em que não separa natureza e cultura. É na interação entre povos, comunidades tradicionais, população local e a biodiversidade do sertão/cerrado que a vida acontece e pode ser representada.

6 Uma referência à obra de Ailton Krenak.

A festa Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas

Nesta subseção realiza-se duas descrições da festa: a primeira, etnográfica, e a seguinte associada aos sentidos e significados – momento em que se procura destacar os elementos componentes da festa e indagar suas razões de ser. As fontes de dados usadas foram a descrição etnográfica documentada na pesquisa de campo e registros fotográficos. A dimensão da festa apresenta diversos elementos de análise, aqui são apresentados alguns deles.

A festa é organizada como uma síntese daquilo que Almeida (2008) denomina de ‘convivialidade’: a representação das práticas vivenciadas no território; e que Martins (2008) denomina como ‘sociabilidade’: momento em que o sujeito produz representações de sua interação com o território.

O encontro dos povos representa as relações estabelecidas no território e amplia os significados das identidades de cerradeiros/as, geraizeiros/as, vazanteiros/as, quilombolas, indígenas. A cultura, a biodiversidade, os conflitos e as possibilidades são manifestadas na representação folclórica, mítica, artística, culinária, musical e artesanal, nas quais os modos de vida e as relações de trabalho são as próprias práticas de interação com a biodiversidade. Em razão da dimensão da festa, neste texto são apresentados apenas alguns elementos de interação entre a sociodiversidade e a biodiversidade do sertão.

A apresentação do Povo Xacriabá (FIGURA 1) representa, em palcos preparados para isso, danças e canções tradicionais das comunidades participantes. Este tipo de festa existe como sinal diacrítico da cultura, tem como razão de ser, expressar e viabilizar a diferença cultural de cada povo.

Figura 1 - Apresentação do Povo Xacriabá



Fonte: J. D. A. SOUZA (2019).

A dança e a canção tradicional são acionadas, neste caso, para testemunhar uma cultura maior da qual elas fazem parte e onde foram criadas. Estes rituais servem de sinal diacrítico, não porque sejam tomadas como a cultura, mas porque são testemunhas da existência de uma cultura muito maior que não pode ser expressada de forma breve.

As vestimentas e os instrumentos musicais, específicos de cada comunidade, são também exibidos neste momento. Pela paisagem visual e pela paisagem sonora são criadas paisagens que representam os sentidos e interações com o território. São também fruto das criações culturais das comunidades – neste caso como cultura material – trazidos à visibilidade neste momento. Estas apresentações não deixam de ser, evidentemente, momentos de celebração e fruição, pelo divertimento e pelo sentido de prazer estético que proporcionam aos participantes da festa.

Na comunidade quilombola Retiro dos Bois (FIGURA 2) a ancestralidade pulsa no movimento do corpo com a terra. A dança comunica. O batuque comunica. A oralidade é ‘comunica-ção’.

Figura 2 – Comunidade Retiro dos Bois, remanescente de quilombola



Fonte: J. D. A. SOUZA (2019).

O quilombo é a organização coletiva que atua como resistência diante das reminiscências de uma escravidão histórica e da luta por emancipação social dos povos afrodescendentes. Povos estes que não se curvaram às ordens da violência escravagista, e que ressignificam as territorialidades e reafirmam identidades marcadas por raízes profundas com as práticas associadas à terra.

O rio Carinhanha serpenteia, no movimento do corpo-dança, o caminho das interações e da pertença ao território. As danças tradicionais são gestos, cenas e pessoas tecendo, na habitação do corpo/ espaço, o tempo das lembranças, das memórias, dos sonhos e das experiências daqueles que vieram antes, para aqueles estão agora e para os que serão continuidade.

O mutirão das fiandeiras (FIGURA 3) é o terceiro elemento no qual se estrutura a festa: a visibilização do trabalho de tear das mulheres sertanejas. Toda cultura é criada por um povo em relação com o ambiente material em que vive. Na festa há um encontro único na história universal: a criatividade e o engenho do povo sertanejo com a biodiversidade do sertão.

Figura 3 - Apresentação Mutirão das Fiandeiras



Fonte: Facebook do Encontro dos Povos Grande Sertão Veredas (2019). Disponível em: <https://www.facebook.com/encontrodospovos/>. Acesso em: 07 jul. 2020.

Na biodiversidade o elemento terra oferece o algodoeiro. Em si, obra da natureza. As mulheres sertanejas realizam o trabalho de trazer o algodoeiro da natureza e convertê-lo à cultura. Transformam-no em fio, para depois transformá-lo em vestimenta. Este processo é mostrado em um momento específico da festa destinado somente para essa finalidade. Onde a análise deve concluir pela importância sentida pelas comunidades de visibilizar este trabalho manual, como é realizado e a dimensão de sua importância no território e na reprodução do modo de vida das comunidades.

O próprio tear é obra a ser exibida. Por mais que ele seja somente instrumento, meio para um fim, ele também é criação e produção cultural destas comunidades, que vivenciam a ancestralidade enraizada no cotidiano do pisar a terra e, com este pisar, pertencer. Neste elemento da festa, a exibição do ato de tear, há o vínculo imamente entre cultura e natureza. O material de trabalho é o algodão, o instrumento de trabalho é o tear criado a partir da madeira. Ambos

pressupõem uma relação constante com a biodiversidade: no cultivo do algodoeiro, para colher o algodão; na relação respeitosa com a árvore da qual se extrai a madeira para fazer o tear, o que pressupõe conhecer seu ciclo de vida, para que a extração da madeira seja realizada de modo e num ritmo que não comprometa a continuidade da espécie. O desenvolvimento do conhecimento para o cultivo e para a extração não predatória também são parte da cultura sertaneja e são condições inerentes à existência de seus territórios.

As mulheres do Candeal gestam, no barro, a forma artesanal (figura 4) a partir das memórias e dos ensinamentos que atravessam gerações e criam as relações e os sentidos de saberes-fazeres no território.

Figura 4 – Peças criadas por oleiros do Candeal, em Cônego Marinho (MG)



Fonte: J. D. A. SOUZA (2019).

As interações com a biodiversidade, com a casa e a Associação dos Pequenos Produtores Rurais e Artesãos da Comunidade de Olaria e Adjacentes são consequências das relações de trabalho, de habitação e das relações criadas no território.

O trabalho manual produzido a partir de conhecimentos ancestrais são realizados no manejo da coleta de barro, do tempo de espera de secamento, da criação das formas artesanais, da queima no forno e da pintura das peças. Experiências que são da dimensão de viver um tempo, habitar um espaço e de criar convivialidades e sentidos no território.

A biodiversidade tem, em si mesma, riqueza e possibilidades. A cultura sertaneja vai além de extrair a riqueza inerente à biodiversidade, a cultura sertaneja cria riqueza onde antes não havia. A criação de utensílios de barro é, literalmente, a criação de riqueza, de instrumentos e de beleza a partir do barro. É preciso ter em mente, para uma compreensão geográfica acurada, a dimensão dos saberes-fazer que são necessários para transformar barro em louças, em artefatos culturais, que dão novas possibilidades à vida doméstica e comunitária.

Produzir uma fonte de fogo dentro de casa não é tarefa fácil (Figura 5). O fogo pode ser facilmente criado na natureza, mas não é facilmente controlado. Colocar uma fonte de fogo dentro de casa exige um artefato cultural complexo, que envolve, no mínimo, o forno de barro e a lenha. Lembrando que lenha já é uma criação cultural: não é de qualquer madeira, em qualquer estado e de qualquer tamanho que se faz fogo. A domesticação do fogo é um fazer cultural.

A casa sertaneja e seus utensílios exibem proporções matemáticas bastante determinadas entre bambu e barro – este em uma densidade e proporção de água e madeira também determinada, dispostos no terreno de forma igualmente calculada para sustentar um telhado com uma palha específica; toda essa geometria é produto de um arcabouço de conhecimentos acumulados e transmitidos de geração em geração.

Figura 5 - Imagem parcial de representação da Casa do Sertanejo



Fonte: J. D. A. SOUZA (2019).

Buscou-se, nesta seção, fazer uma descrição etnográfica da festa, ressaltando elementos que a compõem: exposições de diferentes elementos das culturas comunitárias, canções, danças, objetos e utensílios criados. Em todos eles a biodiversidade do sertão/cerado é incorporada, resultando em uma cultura que representa a união entre natureza e saberes-fazeres do sertanejo.

Conclui-se reconhecendo que a festa do Encontro dos Povos do Grande Sertão tem dois sentidos distintos e interligados, que, apesar de diferentes, não se anulam, ao contrário, fortalecem-se. Primeiro: a festa tem um sentido político. Este sentido é voltado, em última instância, para o objetivo da defesa e permanência das comunidades no território. Para atingir este objetivo, concretiza-se, na festa, um ato de visibilização da vida, do cotidiano e das criações culturais dos povos do sertão. Diante da presença imponente de realidades territoriais e estatais ditadas por meio de unidades de conservação e do mosaico, os povos e as comunidades tradicionais procuram inverter a coadjuvância e invisibilização em que são colocadas com a visibilização de sua cultura e de suas criações civilizatórias de vida.

O segundo sentido da festa é a convivialidade. A festa nasce com carácter político, de visibilização das comunidades, de defesa do território, de viabilização das criações culturais, todavia, é convertida em momento de vida interno às comunidades, em momento de partilha e celebração. A festa se torna, para além de seu sentido político, que continua existindo, um momento interno de encontro, trocas e aprendizados entre povos, comunidades tradicionais e população local que ali convivem e o público visitante.

Últimas considerações

Assim como são múltiplas as possibilidades de abordagem em relação à sociobiodiversidade, são múltiplas as suas respostas. A respeito de sua proposta jurídica, a criação do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu articulou uma rede de conexões entre representantes de natureza governamental e civil com o propósito de desenvolvimento de geração de renda para os povos, comunidades tradicionais e população local de modo simultâneo à conservação da biodiversidade no sertão. Dentre as propostas, destaca-se ações para o desenvolvimento do extrativismo vegetal sustentável e o turismo ecocultural de base comunitária.

O elo estabelecido entre povos, comunidades tradicionais e biodiversidade expressam as conexões materiais e imateriais da vida. As quais podem ser observadas no trabalho das fiandeiras, na representação da casa sertaneja e nas vestimentas – estes como códigos de identificação dessas relações mediadas com a natureza.

O grupo que produz o território não é necessariamente aquele que vivencia seu cotidiano. As relações de organização do território estão situadas no domínio jurídico de leis e decretos como também nas relações estabelecidas pelos povos, comunidades tradicionais e população local. Esta rede de interações se reconhece nas pessoas e

nas instituições. O povo Xacriabá, os povos quilombolas, a justaposição de identidades quilombolas/ribeirinhos, quilombolas/vazanteiros e quilombolas/chapadeiros, as agências, cooperativas, coletivos e associações representam as convivialidades no território/mosaico.

A festa Encontro dos Povos do Grande Sertão representa realidades multidimensionais: envolve celebração, religiosidade, memória, visibilidade na esfera pública, reprodução material e defesa territorial. A evidenciação das tradições culturais e a divulgação de cenários naturais são também referências para promoção do turismo ecocultural desenvolvido no Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu.

Em suma, registra-se dois apontamentos finais: a) as relações existentes no território passam a ser regulamentadas por articulações entre o Estado – na forma de unidades de conservação e de mosaicos, legitimadas por legislações e decretos – e as organizações civis; b) o Encontro dos Povos do Grande Sertão representa, na sua manifestação, o elo indissociável das relações estabelecidas nas trocas materiais e imateriais entre povos, comunidades tradicionais, população local e biodiversidade.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Referências

ALMEIDA, MG. Uma leitura etnográfica do Brasil sertanejo. In: SERPA, A., (orgs.). **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações [online]**. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 313-336. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/bk/pdf/serpa-9788523211899.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2020.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Memória Sertão: cenários, cenas, pessoas e gestos nos sertões de João Guimarães Rosa e de Manuelzão**. São

Paulo: Editoral Cone Sul; Uberaba: Editora da Universidade de Uberaba, 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Viver um tempo, habitar um espaço - a visita de um antropólogo à Geografia. In: **“No rancho fundo”. Espaços e tempos no mundo rural**. Uberlândia: EDUFU, 2009. p. 15-31.

BRASIL. Decreto nº 97.658, de 12 de abril de 1989. Cria nos Estados da Bahia e de Minas Gerais, o Parque Nacional Grande Sertão Veredas, com limites que especifica e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D97658.htm. Acesso em: 14 fev. 2020.

BRASIL. Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4340.htm. Acesso em: 14 fev. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.885, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 14 fev. 2020.

BRASIL. Portaria nº. 128, 24 de abril de 2009. Reconhecimento do Mosaico de Unidades de Conservação Sertão Veredas-Peruaçu. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: https://www.mma.gov.br/estruturas/240/_arquivos/portaria_mosaico_serto_veredas_240.pdf. Acesso em: 14 fev. 2020.

CASTILHO, Denis; CHAVEIRO, Eguimar Felício. **Por uma análise territorial do Cerrado**. In: PELÁ, Márcia; CASTILHO, Denis (orgs.). Cerrados: perspectivas e olhares. Goiânia: Editora Vieira, 2010. p. 35 -50.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O mito da natureza intocada**. 4ª ed. - São Paulo: Annablume: Hucitec: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2002.

DIEGUES, Antonio Carlos San'Ana. Sociobiodiversidade. In: **Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) e coletivos educadores**/ Luiz Antonio Feraro Júnior (orgs.). Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005. p. 305-311.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MARQUES, Ana Carolina de Oliveira; SOUZA, Josy Dayanny Alves Souza. Desenvolvimento Territorial e Sociobiodiversidade: contornos teóricos-conceituais e diretrizes metodológicas de um projeto guarda-chuva. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, 17(1), p. 225-240, jan./jun. 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/14237>. Acesso em: 10 abr. 2020.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história da modernidade anômala**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MOREIRA, Ruy. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. **Etc, espaço, tempo e crítica**, Niterói, v. 1, n. 1 (3), p. 55-70, 2007.

Fundação Pró-Natureza. Plano de Desenvolvimento Territorial de base Conservacionista do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu (2008). Brasília: FUNATURA, 2008.

Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade. 2009. Disponível em: http://www.seaf.mt.gov.br/documents/195721/287027/PLANO_NACIONAL_DA_SOCIOBIODIVERSIDADE_2009/04deedce-d8e7-4ae3-8999-2bd6655c16c8. Acesso em: 26 abr. 2020.

PINHEIRO, Marcos Roberto (Org). **Recomendações para reconhecimento e implementação de mosaico de áreas protegidas**. Brasília: GTZ, 2010. 83 p.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013**. Disponível em: <http://www.atlas-brasil.org.br/perfil>. Acesso em 13 set. 2019.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

ASPECTOS DO CENSO AGROPECUÁRIO DE 2017: UMA LEITURA PRELIMINAR DO NORDESTE

José Eloízio da Costa
eloizio@ufs.br

Introdução

A publicação dos dados definitivos do esperado Censo Agropecuário de 2017 no final de outubro de 2019 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), apresentou aspectos interessantes, mas também preocupantes em relação a região Nordeste na medida em que supostamente rebateu teoricamente, por exemplo, em uma das teses defendidas por estudiosos brasileiros da “*impossibilidade de sobrevivência da agricultura familiar nordestina*”, por não acompanhar as inovações tecnológicas no âmbito da agricultura de alto rendimento de outras regiões do Brasil, particularmente do Centro-Oeste e Centro-Sul. Desse modo, para estes autores, é provável o desaparecimento em futuro bem próximo e que teria como maior consequência o esvaziamento demográfico, em especial da faixa etária mais jovem, com tendência inexorável a migração forçada (BUAINAIN e et alli, 2014).

Por outro lado, a publicação do Censo Agropecuário estar dentro de um contexto conjuntural de destruição de órgãos e empresas tradicionais responsáveis pela publicação de documentos de grande envergadura como este, de importância central na construção do planejamento vinculado ao desenvolvimento da agricultura brasileira. Assim, talvez não tenhamos mais publicações dessa natureza

face a esse quadro de afinamento institucional. Esperamos que essa avaliação preliminar não se processe nos próximos anos, valorando publicações em amostra como a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio), mas limitada, por ser não universal e não apresentar em termos gerais microdados. Bem diferente dos Censos, tendo o IBGE como protagonista de grande legado na trajetória de publicações de dados e informações sobre a realidade brasileira.

Desse modo, o texto em tela procura inserir dados e indicadores em relação a realidade da agropecuária nordestina a partir do Censo vigente, levando em consideração alguns aspectos que concebemos relevantes para entender o quadro, sem qualquer pretensão de esgotarmos as temáticas nas quais escolhemos para realizar uma leitura apenas preliminar.

Para isso, dividimos nosso trabalho a partir dessa introdução, seguindo pelos fundamentos teóricos e metodológicos, e dos resultados e discussões extraídas de algumas temáticas que consideramos importantes sobre a agropecuária nordestina e fechando com as considerações finais e referência bibliográfica escolhida.

Nessa toada, temas como a determinação do índice de concentração fundiária, através do cálculo de Gini, a questão das mudanças do sistema de transporte e do acesso as novas tecnologias de comunicação e naturalmente dos indicadores relacionados ao sistema de produção, como as novas tecnologias inseridas no processo de produção, das práticas de uso mais racional da água (como poços, cisternas e as práticas de irrigação). Agregando-se a importante relação com a existência de nascentes, rios e riachos, adicionando também a questão do baixo nível de organização dos atores sociais (produtores agropecuários), um dos maiores entraves do fortalecimento coletivo, por exemplo, da agricultura familiar.

Finalmente destacamos a questão do número de estabelecimentos que cultivam a agricultura orgânica, bem como do alcance da

orientação técnica destinada aos agricultores, ainda como um dos maiores problemas que persiste na região. A escolha dessas temáticas a partir do Censo Agropecuária de 2017 deu-se em função de alguns aspectos dos dados e indicadores, por serem inéditos e apresentarem elementos interessantes que refletem uma agricultura nordestina que merece ser estudada e dos desafios como uma região autenticamente produtora de alimentos, talvez seja a maior estratégia para as próximas décadas.

Nas considerações finais apontamos questões discutidas e analisadas e de fazer relação com a tese dos problemas enfrentados pela agricultura no Nordeste e sua inviabilidade econômica, com suposto desaparecimento, abrindo um quadro ainda indefinido.

Fundamentos Teóricos e Metodológicos

Um primeiro aspecto que referenciamos relaciona-se ao alcance da agricultura familiar no Nordeste. É evidente que seu conceito está mais que claro e pacífico no Brasil, inclusive como preceito normativo consolidado no ordenamento jurídico nacional. Porém, para o Nordeste a questão é mais complexa na medida em que a agricultura familiar envolve um conjunto de situações capitalistas e não capitalistas nos sistemas produtivos, e de sua importância enquanto atividade que ainda representa parte expressiva da população ativa regional; e não podemos desprezar quando o tradicional ainda convive com a expectativa do moderno que efetivamente ainda não chegou para a maioria dos agricultores familiares no Nordeste.

Mais relevante relaciona-se da importância da divisão tipológica do Censo de 2017, que exclui o velho modelo de “minifúndio”, “latifúndio”, “empresa rural”. Desde o Censo de 2006, essa tipologia foi particularizada na base da agricultura familiar, da não-agricultura familiar, e da agricultura familiar vinculada ao crédito, como o

Pronaf B e o Pronaf Variável, além da agricultura familiar não profaniana, complementando-se do Pronamp ou não-Pronamp, estes voltados ao financiamento dos médios produtores rurais. É evidente que essa classificação não escamoteia a velha grande propriedade e o aspecto da concentração fundiária, como podemos observar do índice de Gini dos estados do Nordeste.

Desse modo, a agricultura familiar é uma categoria consolidada, e que de certa forma, capturada institucionalmente e por uma determinada literatura da Geografia Agrária, em que despreza simplesmente por não apresentar as reais contradições do mundo agrário brasileiro, isso sob o rótulo de “recriação do campesinato”. Entretanto, auferimos a categoria por revelar intrinsecamente o caráter complexo e heterogêneo que efetivamente não se configura como classe social. Dentro dessa abordagem, essa questão não seria em torno de confusão conceitual ou de desprezo que alguns estudiosos tenham em relação a agricultura familiar, ou do vetusto conceito de “agricultura de subsistência” ou da “pequena produção familiar”, mas articular, mesmo de forma incipiente, o conceito que pudesse contemplar o típico enquadramento da agricultura familiar no Nordeste. Desse lado, observamos o disposto dos preceitos normativos da lei em vigência dessa categoria insculpida no art. 3º da Lei 11.326/06, conhecida como a lei da agricultura familiar; mas também da abordagem extraída de GUAZIROLI, SABBATO e VIDAL (2011) em seu trabalho quando compara a dinâmica da categoria socioeconômica entre os censos de 1995/96 e 2006, estes na tentativa de superar o enquadramento pelo tamanho da unidade produtiva ou pelo valor da produção, como colocado,

A concepção básica que norteou o estudo foi de caracterizar os agricultores familiares a partir de suas relações sociais de produção o que implica superar a tendência de atribuir um limite

máximo de área ou de valor de produção à unidade familiar, associando-a, equivocadamente, à “pequena produção”.¹

Desse lado, o interesse é apenas fazer uma leitura preliminar do Censo Agropecuário vigente, valorando alguns indicadores e que tem como base o domínio da agricultura familiar.

Convém destacar o polêmico artigo de ALVES e ROCHA (2010), quando agrega uma leitura controversa em relação aos dados do censo de 2006 e do desmonte da narrativa que mais parece um mantra, de que “a agricultura familiar produz 75% dos alimentos no país” como defende muitos autores há algum tempo, principalmente entre os geógrafos. Para estes autores, com uso do tratamento estatístico dos microdados do citado censo, prova que, dos 5,2 milhões de estabelecimentos agropecuários, pouco mais de 4 milhões são considerados como de agricultura familiar e destes apenas 500 mil são considerados “economicamente viáveis”. Mais grave, que pouco mais de 300 mil estabelecimentos agropecuários estão integrados ao aspecto modernizante e que incorporam tecnologia de ponta, ganhos de produtividade, e forte capilaridade dos produtos nos mercados internos e externos e que representam mais de 60% da produção de alimentos no Brasil, inclusive produtos oriundos não exclusivamente dos agricultores familiares. A tese busca justamente contrapor a versão hegemônica e como dissemos, baseado nos dados do censo de 2006.

Na mesma toada de alguns autores vinculados a um grupo de economistas rurais conservadores, vinculados a diversas instituições acadêmicas (envolvendo mais de três dezenas de pesquisado-

1 https://www.researchgate.net/publication/274699309_EVOLUCAO_DA_AGRI-CULTURA_FAMILIAR_NORDESTINA_UMA_ANALISE_COMPARATIVA_ENTRE_OS_DOIS_CENSOS_AGROPECUARIOS_Evolution_of_northeast_family_farm_a_comparative_analysis_between_two_agricultural_census. Acesso em 21/01/2020.

res) enquadrados em seus consistentes artigos inseridas nas chamadas *sete teses do mundo rural brasileiro* delineando um novo arranjo da agricultura brasileira que aponta como o setor *high tech* (o agro é pop) que integra a vanguarda de um país desindustrializado, focado nos novos padrões produtivos, desde a gestão até as inovações aplicadas no processo de produção. Um dos resultados desse processo de “desaparecimento da agricultura de baixo rendimento” no Nordeste, seria a existência de uma *agricultura bifronte*, que paulatinamente esmagaria o segmento tradicional e atrasado. Ou seja, o desenvolvimento dualista é justamente por existir dois tipos de agricultura, um moderno e outro mais tradicional de baixa produtividade; e a relação perversa vincula-se da incapacidade desses agricultores integrarem a um mercado cada vez mais competitivo e com isso de seu inexorável processo de desaparecimento, onde o Nordeste seria a região mais impactante (BUAINAIN, e outros; 2014).

A pretensão do trabalho em tela é desenvolver a partir de uma abordagem exploratória e principalmente com uso do procedimento descritivo dos dados, tentando realizar uma leitura mais contextualizada do Censo Agropecuário de 2017, não esgotando a análise, mas extraindo dados para construção de alguns indicadores, mostrando o quadro da agropecuária nordestina. Como dissemos, o objetivo é preliminar, mas que efetivamente houve mudanças substanciais na agricultura nordestina, particularmente no espectro da agricultura familiar.

Resultados e Discussões

1 - Uma primeira leitura do meio rural do Nordeste com os dados do Censo Agropecuário de 2017 relaciona-se com o *nível de concentração fundiária* e comparamos esse processo com o Censo de 2006, como mostramos na Tabela 1 em relação ao índice de Gini.

Os números mostram ainda forte concentração fundiária, não havendo praticamente nenhuma modificação em relação ao Censo de 2006, mesmo que tenha diminuído na maioria dos estados, porém uma diminuição irrelevante. A exceção dos estados do Maranhão e da Bahia, que obtiveram leve concentração, mas em geral o Nordeste apresenta índice de concentração muito elevado.

Tabela 1 - Índice de Gini dos Estados do Nordeste e da relação com o Brasil (2006 e 2017)

	2006	2017
Maranhão	0,866	0,875
Piauí	0,856	0,85
Ceará	0,862	0,844
Rio Grande do Norte	0,824	0,784
Paraíba	0,821	0,808
Pernambuco	0,825	0,797
Alagoas	0,871	0,855
Sergipe	0,822	0,805
Bahia	0,839	0,846
Brasil	0,856	0,86

Fonte: Hoffmann, R. e Ney, M.G.2010 e Hoffmann, R. Outubro de 2018. GASQUES (SOBER Nordeste - 2018).

Desse lado, em termos de *número de estabelecimentos agropecuários e área dos mesmos*, entre os dois censos, houve diminuição em número e em área. Praticamente todos os estados do Nordeste diminuíram, destacando o Maranhão e Rio Grande do Norte, reduzindo 23,4% e 23,7%, respectivamente, em número de estabelecimentos, Pernambuco (- 17,7%) e Alagoas (- 22,6%) em total de área. O único estado que realmente cresceu foi o Piauí, ainda assim com números inexpressivos, crescendo 1,0% em número de estabelecimentos e 5,1% por área dos estabelecimentos. Esses indicadores apontam processos relacionados a compra e venda dos próprios estabelecimentos rurais, da incorporação em outros estabelecimentos, mas também por processos relacionados a heranças e que

rebatem no desinteresse das novas gerações continuarem com as atividades laborais de seus genitores.

2 - Destaca-se também, e este seria um dos fenômenos mais relevantes, com a mudança no padrão do uso dos meios de transporte no meio rural no Nordeste. O uso de semoventes praticamente desapareceu, como equinos, asininos e muares, tornando-se secundariamente como objetos utilizados no processo de trabalho ou ainda como *efeito demonstração* de atores sociais rurais de maior poder aquisitivo e possuidores de ativos fundiários. Nessa linha, o *uso da motocicleta* tornou-se um dos maiores símbolos vinculados diretamente aos agricultores familiares, tanto no transporte de produtos, como também de pessoas ou até mesmo no uso como meio de transporte de passageiros, face a nova forma de trabalho informal no meio rural: o *moto-boy*. Essa categoria é representada pelos filhos dos agricultores familiares ou não, sendo a única opção de trabalho na medida em que não mais aspiram migrarem para centros urbanos ou quando realizam, processam de forma irregular, em migração sazonal ou pendular.

Um aspecto interessante no que se refere ao *uso generalizado das motocicletas* é a perda da importância dos transportes por tração animal, é calcularmos esses dois indicadores de transporte no Nordeste a partir dos dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017. Na Tabela 2, calculamos a proporção entre o efetivo de equinos, asininos e muares e o número de motocicletas existentes nos estabelecimentos agropecuários. Determinamos esses rebanhos por ser os mais tradicionais meios de transporte dos agricultores no Nordeste até mesmo em sua trajetória. Ou seja, calculamos entre o total de animais e o total do número de motocicletas existentes nos estabelecimentos agropecuários, ou seja, estabelecer o indicador a partir do número de animais por cada motocicleta existente nos estabelecimentos agropecuários.

O que se constatou foi a diminuição acentuada dessa proporção em praticamente todos os estados do Nordeste. E essa diminuição, por exemplo, pode ser observada nos estados do Piauí, Ceará e da Paraíba, onde praticamente teríamos pouco mais de dois animais/por motocicleta. *O que aponta a consolidação da motocicleta como principal meio de transporte no meio rural, inclusive como estratégia mais racional de custo/benefício, face a simplicidade na manutenção e das facilidades de acesso, até pela existência de crédito vinculo a aquisição.*

Tabela 2 - Nordeste: Proporção entre efetivos Equinos, Muare, Asininos e Motocicletas existentes nos estabelecimentos agropecuários - 2006/2017

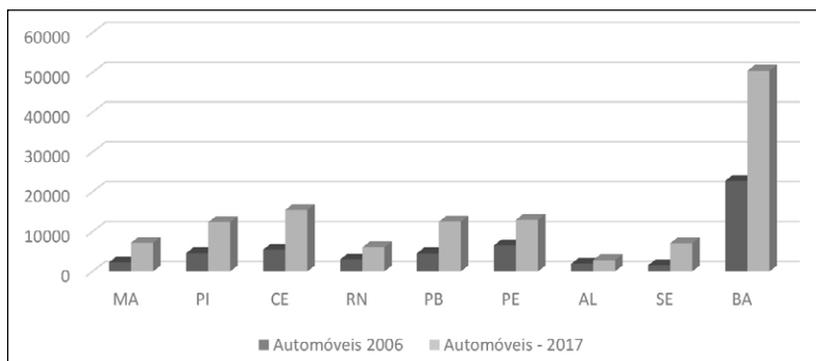
ESTADOS	Proporção animais/moto	
	2006	2017
Maranhão	38,7	8,6
Piauí	12,9	2,4
Ceará	10,4	2,1
Rio Grande do Norte	10,0	5,3
Paraíba	8,4	2,5
Pernambuco	14,8	4,2
Alagoas	16,5	8,9
Sergipe	18,2	4,0
Bahia	24,8	6,1

Fonte: SIDRA/IBGE. Censo Agropecuário (2006/2017). Tabelas 952, 6624 e 6642.

Agrega-se também a *expansão dos automóveis acima de 10 anos de uso*, fenômeno que pode ser explicado, de certa forma, pelo crescimento da renda familiar de parte dos agricultores, isso durante o interregno entre os dois censos agropecuários. Desse lado, podemos destacar também o uso de caminhões de transporte de cargas de menor porte, conhecidas em alguns estados nordestinos como “mercedinhas” para a realização de transporte com alcance máximo de 100 km de deslocamento, com a finalidade de escoamento dos produtos oriundos principalmente dos agricultores familiares.

A título de ilustração, apresentamos a Figura 1 no que se refere ao total de automóveis existentes nos estabelecimentos agropecuários no Nordeste, e observamos nitidamente o crescimento absoluto desse meio de transporte no meio rural.

Figura 1 - Nordeste: Número de Automóveis existentes nos estabelecimentos agropecuários - 2006 e 2017

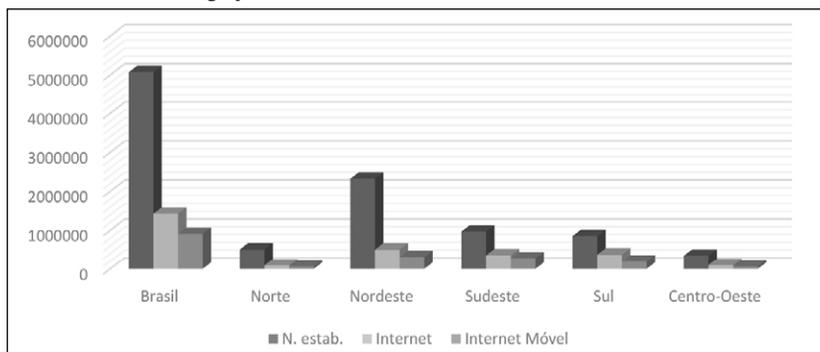


Fonte: SIDRA/IBGE. Censo Agropecuário (2006/2017). Tabelas 862 e 6642.

3 - Em relação a *inserção das novas tecnologias de comunicação* nos estabelecimentos agropecuários no Nordeste, levamos em consideração três indicadores construídos a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017: *telefone, internet e internet móvel*. Observar que esses indicadores não foram inseridos no Censo de 2006, o que demonstra a importância dessas ferramentas decorrente de processos de desenvolvimento tecnológico de grande alcance territorial, e a presença desses instrumentos que aproxima os atores sociais que operam e desenvolvem atividades rurais, facilitando assim o acesso à informações e conhecimento, de certa forma, dirimindo a velha dicotomia urbano-rural. No nosso entendimento, esse seria um novo fenômeno de grande impacto no meio rural, e os dados demonstram esse processo, se compararmos, por exemplo, entre as grandes regiões brasileiras.

Destarte, observamos na Figura 2 em relação ao acesso à internet e à conexão à internet nos estabelecimentos agropecuários no Brasil. Acesso à internet é o procedimento mais comum podendo ser no uso de wi-fi (sem fio) ou em cabo de conexão e se caracteriza por ser residencial. A conexão à internet seria o acesso via telefonia móvel, uma combinação, de certa forma, virtuosa para quem atua em áreas relativamente externa aos centros urbanos. Na figura levamos em consideração o total dos estabelecimentos agropecuários e a existência dessas formas de comunicação. O interesse não seria observar a proporção entre esses estabelecimentos e aqueles que realmente compõem essas tecnologias. O caso do Nordeste é emblemático, que, representando mais de 2,3 milhões de estabelecimentos agropecuários, mas em números absolutos e desses mais de 500 mil estabelecimentos tem acesso as essas tecnologias, representando 35,3% do total no país, seguindo do Sul (26,2%) e Sudeste (25,1%). Na mesma linha relaciona-se com a conexão à internet em telefonia móvel, em que o Nordeste representa pouco mais de um terço do total do país entre os estabelecimentos agropecuários (34,4%), o sudeste com 30,6% e o sul com 21,3%. É evidente que o Nordeste representa quase a metade do total de estabelecimentos agropecuários (precisamente 45,8%), mas o acesso a essas formas de comunicação mostra um processo inexorável que certamente crescerá nos próximos anos, articulando que presumidamente a agricultura familiar tem um papel estratégico de, talvez, universalizar a internet como principal meio de comunicação, pelo baixo custo e facilidade de acesso.

Figura 2 - Brasil/Grandes Regiões – Acesso à Internet e Conexão à Internet em relação ao total dos estabelecimentos agropecuários – 2017



Fonte: IBGE/SIDRA. Censo Agropecuário 2017. Tabela 6643.

Seguindo os indicadores de comunicação, segmentamos estritamente a região Nordeste por estados, levando em consideração a relação entre o percentual de telefone (fixa e móvel), existência de internet e conexão à internet móvel por estabelecimento agropecuário, tendo como lastro a percepção do potencial e do alcance dessas formas de tecnologia de comunicação no meio rural. A Tabela 3 representa esse processo, em que percebemos (destacando em **negrito**), que os estados do Rio Grande do Norte (0,65), Paraíba (0,61) e Sergipe (0,59) são os que apresentam a melhor proporção por estabelecimento em telefone, claro, presumidamente por telefone móvel. Em relação à internet, um processo ainda menor por estabelecimento, destacam-se também os estados de Sergipe (0,38), seguindo do Rio Grande do Norte (0,30) e Paraíba (0,28). Finalmente a conexão à internet móvel, dois desses estados destacam-se: Sergipe e Paraíba, seguindo da Bahia e Paraíba. O mais interessante nesse processo em que observamos os três estados citados em supra são os que apresentam maior presença de tecnologias de comunicação, sendo o maior destaque o estado de Sergipe, o “mais conectado de todos”.

Tabela 3 - Nordeste: Proporção de Telefone, Internet, Conexão Internet Móvel por Estabelecimento Agropecuário - 2017

Estados	Telefone	Internet	Conexão internet móvel
Maranhão	0,31	0,12	0,10
Piauí	0,49	0,13	0,08
Ceará	0,51	0,20	0,07
Rio Grande do Norte	0,65	0,30	0,14
Paraíba	0,61	0,28	0,16
Pernambuco	0,47	0,19	0,10
Alagoas	0,47	0,22	0,13
Sergipe	0,59	0,38	0,35
Bahia	0,57	0,24	0,16

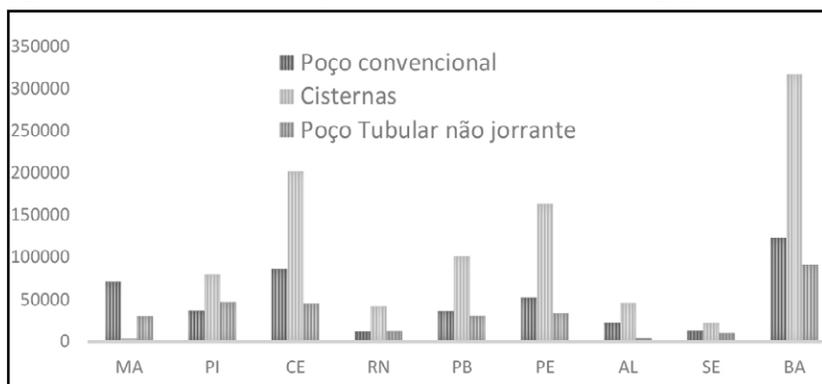
Fonte: IBGE/SIDRA. Censo Agropecuário 2017. Tabela 6643.

4 - Na questão do uso racional da água para o desenvolvimento da agricultura no Nordeste, destacamos *a construção de poços artesianos e de cisternas*, estratégias praticamente consolidadas da convivência com o seca na região e os números mostram esse vigor, e esse processo estar associado a algumas políticas públicas operacionalizadas por mais de dez anos, particularmente a partir de 2003. Observa-se que o Nordeste representa, pelos dados do censo de 2017, 89,1% do número de poços e cisternas construídos no país, reflexos desse processo e centrado na aquisição de recursos hídricos escassos, principalmente na região do semi-árido, presente em todos os estados da região.

Na Figura 3 os estados que se destacam são os três mais importantes (Bahia, Ceará e Pernambuco), e as cisternas sobressaem, por uma simples constatação: são produtos das políticas públicas e isso relaciona-se com os baixos custos de construção e ter maior capilaridade principalmente entre os agricultores familiares, superando as grandes obras de combate à seca em que sua maioria beneficiavam os grandes proprietários de terra. Desse lado, os poços convencionais são mais restritos na medida em que operam em

unidades particulares e muitas vezes os custos operacionais não são executados pelo poder público. Os poços tubulares não jorran-tes tem as mesmas características que os demais poços, na medida em que são operações realizadas por particulares, mas também por empresas públicas, mesmo que eventualmente atuam no segmento dos recursos hídricos.

Figura 3 - Nordeste - Número de Poços e Cisternas nos Estabelecimentos Agropecuários - 2017



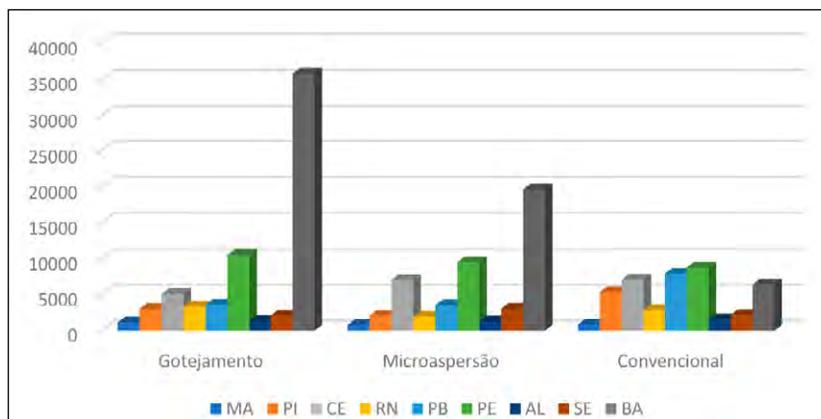
Fonte: IBGE/SIDRA. Censo Agropecuário 2017. Tabela 6655.

A guisa da abordagem da obtenção da água pelo uso desses recursos, importante observar que a exploração intensiva de poços nos últimos dez anos tem gerado problemas, face ao rebaixamento dos lençóis freáticos e da baixa qualidade da água explorada, desequilibrando a relação custo/benefício e da impossibilidade do uso por parte da maioria dos agricultores familiares. Isso em função justamente, que, em médio prazo essas operações seriam economicamente inviáveis. O que deduz que a questão da água através das operações via poços artesianos ou poços tubulares não jorran-tes, ainda não se tornou uma ação universal, ao lado também da percepção de que a qualidade da água sempre foi um problema. Ainda mais grave quando esses poços não são jorran-tes, o que

lhe torna um indicador de irregularidade no fornecimento da água subterrânea.

Em relação aos métodos de irrigação desenvolvidos no Nordeste, esse processo se coaduna também com uma necessidade inexorável de ampliar e aperfeiçoar esses métodos na medida em que a questão da água na região é estratégica e o uso regular oferece positiva admissibilidade no desenvolvimento da agricultura, mesmo em áreas de baixo nível pluviométrico. Nessa linha, a Figura 4 mostra os estados do Nordeste onde são operacionalizados três métodos de irrigação: *gotejamento*, *microaspersão* e *convencional*.

Figura 4 - Nordeste: Métodos de Irrigação nos estabelecimentos agropecuários - 2017



FONTE: IBGE/SIDRA. Censo Agropecuário de 2017. Tabela 6764.

Observa-se que o método dominante é o de gotejamento, refletido por uma região que enfrenta intermitentemente problemas relacionadas a falta da água, presentes em praticamente todos os estados do Nordeste, inclusive onde apresenta maior número de estabelecimentos agropecuários que utilizam esse método, destacando os estados da Bahia, Pernambuco e Ceará. É pertinente observar que dos três métodos destacados, o de gotejamento tem uma

característica particular: menor uso da água em relação aos demais métodos de irrigação, sendo admissível sua universalidade na região Nordeste, até mesmo pelos custos operacionais serem relativamente baixos.

Em seguida destaca-se o método de irrigação da microaspersão, agregando mais tecnologia e naturalmente mais investimentos na aquisição dos equipamentos, bem como nos custos operacionais. O outro método, o convencional, é o menos importante, porém é o mais tradicional e com menor número de estabelecimentos em relação aos demais, e uma de suas características é o abundante uso da água na irrigação, desproporcional a uma região que enfrenta regularmente esse problema. Por outro lado, a questão do uso da irrigação ainda não é um processo disseminado no Nordeste, mas apresenta potencialidade em ampliar, mas dependendo da articulação de processos que ainda travam, como a questão da organização dos atores sociais do meio rural e de uma política de fomento mais disseminada, e que teria forte impacto entre os agricultores familiares.

5 - Aspecto interessante dos dados do Censo Agropecuário de 2017 relaciona-se da importância de processos relacionados a questão *da água no Nordeste, particularmente das áreas de proteção de nascentes e dos cursos de água (rios e riachos)*. Para este estudo, levou-se em consideração da existência de *áreas protegidas e não protegidas por matas* nestas duas áreas que necessitam de proteção ambiental, isso comparando com as demais regiões brasileiras e com os estados do Nordeste. Observar que essa proteção abrange áreas do alto curso (nascentes e áreas próximas), do médio e baixo curso (os rios e riachos propriamente ditos) e que drenam estabelecimentos agropecuários conforme a disposição dos dados garimpados no censo de 2017 para a construção do referido indicador.

Foi tomado como parâmetro o indicador **1 (um) como área não protegida por mata**. O que significa que valores acima de um indi-

cam áreas mais protegidas, ou seja, quanto maior o indicador maior a proteção das matas, tanto nas nascentes como nos cursos dos rios e riachos existentes nos estabelecimentos agropecuários. Próximos a um ou menor que um, aponta para áreas com problemas de proteção de recursos hídricos existentes nesses estabelecimentos. Na Tabela 4 foram calculados esses indicadores de proteção das matas por região brasileira das nascentes, dos rios e riachos a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017 e observamos que os menores indicadores estão presentes na região Nordeste, apontando problemas nos recursos hídricos no que se refere a preservação das nascentes e dos cursos de água presentes nos estabelecimentos agropecuários. Desse modo, o Nordeste representa 51,3% dos estabelecimentos agropecuários no Brasil que não possuem áreas protegidas por matas nas nascentes, rios e riachos.

Os maiores indicadores de maior preservação das matas, um tanto surpreendente, estão concentrados nas regiões sul e centro-oeste, muitos maiores que os indicadores nacionais. Assim, as regiões com maiores indicadores de proteção de matas nas nascentes e rios e riachos, não significa que estejam as maiores áreas de proteção ambiental. Quando na verdade os indicadores são específicos e restringem apenas nos estabelecimentos agropecuários. Áreas públicas ou devolutas, ou até em assentamentos rurais da reforma agrária, não estão inseridos. Um aspecto interessante a ser colocado, é que foi a primeira vez que o Censo Agropecuário construiu esses dados, inferindo uma nova dimensão na relação entre os estabelecimentos agropecuários.

Tabela 4 - Brasil e Grandes regiões: Relação entre Nascentes e Rios/Riachos Protegidos e Não Protegidos por Matas nos estabelecimentos agropecuários - 2006/2017

Brasil e Grandes Regiões	Nascentes	Rios e Riachos
Brasil	5,7	3,0
Norte	8,8	5,1
Nordeste	1,7	1,3
Sudeste	4,3	2,1
Sul	11,2	14,7
Centro-Oeste	22,7	21,0

Fonte: IBGE/SIDRA - Censo Agropecuário 2017. Tabela 6655.

Em relação a esses indicadores por estados do Nordeste, conforme apresentado na Tabela 5, os mesmos dispõem da realidade de uma região com sérios problemas em seus recursos hídricos, ou seja, com baixa proteção das matas nas nascentes e nos cursos hídricos, sendo uma relação de indicadores ainda baixo na maioria dos estados. A exceção dos estados mais próximos da região amazônica - Maranhão e Piauí - os demais sofrem problemas de baixo índice protetivo desses importantes mananciais, tendo até mesmo situações bem críticas onde a proteção é praticamente inexistente.

Ou seja, o volume de recursos hídricos protegidos por matas, quantitativamente, é menor que aqueles desprotegidas, mostrando um fenômeno que ainda pode apressar com o desmatamento generalizado. Destarte, convém também observar que as secas nos primeiros anos da década de 10 do século em curso foi determinante no aumento não apenas do desmatamento, mas da diminuição desses mananciais, impactando fortemente no desenvolvimento da agricultura, particularmente dos territórios do semi-árido.

Tabela 5 - Nordeste - Relação entre Nascentes, Rios/Riachos Protegidos e Não Protegidos por Matas nos estabelecimentos agropecuários

Estados	Nascentes	Rios/Riachos
Maranhão	6,2	4,3
Piauí	5,4	2,5
Ceará	1,9	1,2
Rio Grande do Norte	1,9	1,3
Paraíba	1,0	0,9
Pernambuco	0,6	0,7
Alagoas	0,7	0,6
Sergipe	2,0	2,0
Bahia	2,2	1,3

Fonte: IBGE/SIDRA. Censo Agropecuário 2017. Tabela 6655.

6 - A *questão da organização dos agricultores no Nordeste* é um dos elementos centrais que obstaculariza o fortalecimento, principalmente do sistema de produção, em particular entre os agricultores familiares. É uma questão complexa face a fragmentação social desses agricultores que não vislumbram interesses de participar em institucionalidades ou em entidades representativas. No Nordeste esse é um fenômeno social comum e mostra as contradições para um segmento que representa o menor poder econômico em Valor Adicionado Bruto (VAB), bem como da frágil capilaridade social. Estruturalmente existe uma indiferença substancial desses agricultores em relação a essas organizações e a Tabela 6, a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017 mostra o baixo grau de participação desses atores sociais.

Os sindicatos dos trabalhadores rurais, de base municipal, é a entidade mais relevante, em que o número de filiados é mais numeroso. Isso pode ser explicado por processos sociais tradicionais do meio rural nordestino, além de oferecer serviços assistenciais. Em termos gerais, o sindicato está inserido como a entidade de maior confiança e capilaridade entre eles, não necessariamente em função

do papel político como organização que represente os interesses de seus filiados, isso dentro do marco da luta da categoria, que efetivamente inexistente. Entretanto, a função dos sindicatos estaria restrita no atendimento a questões de natureza social entre seus filiados, como é o caso, por exemplo, do acesso a efetividade de aposentadorias e de encaminhamentos das pensões, bem como do acesso ao sistema único de saúde, além da oferta de pequenos serviços como transporte gratuito a seus filiados e até assistência médica.

Tabela 6 - Nordeste - Percentual dos estabelecimentos agropecuários de produtores vinculados à Cooperativas, Sindicatos e Associação de Moradores no Nordeste - 2017

Estados	Associação do produtor a cooperativa	Associação do produtor a entidade de classe - sindicato	Associação do produtor a associações de moradores
Maranhão	1%	32%	9%
Piauí	1%	41%	8%
Ceará	1%	27%	19%
Rio Grande do Norte	2%	30%	13%
Paraíba	2%	32%	12%
Pernambuco	1%	17%	14%
Alagoas	3%	9%	6%
Sergipe	2%	11%	6%
Bahia	2%	19%	12%

FONTE: IBGE/SIDRA. Censo Agropecuário de 2017. Tabela 6707.

Logo, na referida tabela entre os estados do Nordeste, a questão das filiações entre sindicatos aparece díspares. O que surpreende na medida em que temos níveis baixos de associação do produtor em entidade de classe (sindicato), como Alagoas (9%) e Sergipe (11%), mas por outro lado, os níveis mais altos de filiação estão concentrados em estados mais ao norte, Maranhão (32%) e Piauí (41%, o maior da região). Destaca-se também a Paraíba (32%) e Rio Grande do Norte (30%).

Em seguida observa-se a importância de entidades em forma de associações de moradores de base rural e que representam, por exemplo, agricultores e os próprios moradores dos aglomerados ou de povoamento dessas zonas, e com níveis de articulação menores em relação aos sindicatos, destacando o estado do Ceará (19%).

Para completar, colocamos a questão central no que se refere ao nível de organização dos agricultores no Nordeste que aponta a cooperativa como imperativo. Tornar-se sócio a cooperativa talvez seja um dos maiores problemas do ponto de vista organizativo e vem de uma tradição historicamente negativa. Observando a tabela, os números são inexpressivos e expõe a tragédia da organização dos agricultores na região Nordeste, certamente com resultados que rebatem nos gargalos da comercialização e da formação da renda desses agricultores.

7 – Outro aspecto interessante observado nos dados do Censo relaciona-se com o desempenho da *agricultura orgânica*. Empiricamente percebemos que a expansão desse modelo de agricultura tem crescido nos últimos anos e nos parece que atingiu níveis mais amplos entre os agricultores. Os dados mostram justamente o contrário, comparando os Censos Agropecuários de 2006 e 2017 do IBGE/SIDRA por número de estabelecimentos agropecuários, em que a cultura da agricultura orgânica é desenvolvida, como apresentado abaixo em variação (em %)

Maranhão	- 55,8
Piauí	- 94,9
Ceará	- 91,0
Rio Grande do Norte	- 17,4
Paraíba	- 44,0
Pernambuco	+ 12,6
Alagoas	+ 60,0
Sergipe	+ 15,0
Bahia	- 90,0

Fonte: Censos Agropecuários 2006 e 2017. IBGE. 2019.

Observamos que o suposto “sucesso” da agricultura orgânica no Nordeste, em número de estabelecimentos agropecuários, não existe, é uma fantasia. Os dados são surpreendentes, com redução acentuada desses estabelecimentos em seis dos nove estados do Nordeste, observando forte diminuição nos estados do Piauí (-94,9%), Ceará (-91,0), Bahia (-90%) e Maranhão (-55,8%); seguido da Paraíba (-44%). Excetuando-se apenas três estados (Pernambuco, Alagoas e Sergipe) onde houve aumento, destacando Alagoas com aumento acentuado (60%) e que certamente pode estar explicado pela maior organização das entidades ligadas a agricultura familiar (principalmente as cooperativas) e estarem inseridas como responsáveis pela emissão do selo da agricultura orgânica. Assim, a questão desse cultivo ainda opera como um gargalo observado apenas no mundo empírico, mas que os dados não mostram esse vigor. Talvez a explicação esteja na metodologia aplicada. O que merece um estudo mais aprofundado.

8 – Para completar a nossa leitura parcial dos dados do Censo Agropecuário de 2017, optamos pelo fenômeno do alcance da *orientação técnica destinada aos agricultores*, e com maior relevância, destinada aos agricultores familiares, ou seja, quais os estabelecimentos que realmente receberam esses procedimentos técnicos fundamentais no desenvolvimento da agricultura na região. Em percentual, em relação ao total dos estabelecimentos agropecuários, temos entre os estados do Nordeste, dos que realmente receberam esse apoio, como apresentamos em seguida:

Maranhão	4,2%
Piauí	3,4%
Ceará	6,3%
Rio Grande do Norte	16,1%
Paraíba	17,3%
Pernambuco	6,7%
Alagoas	6,2%
Sergipe	8,9%
Bahia	7,7%

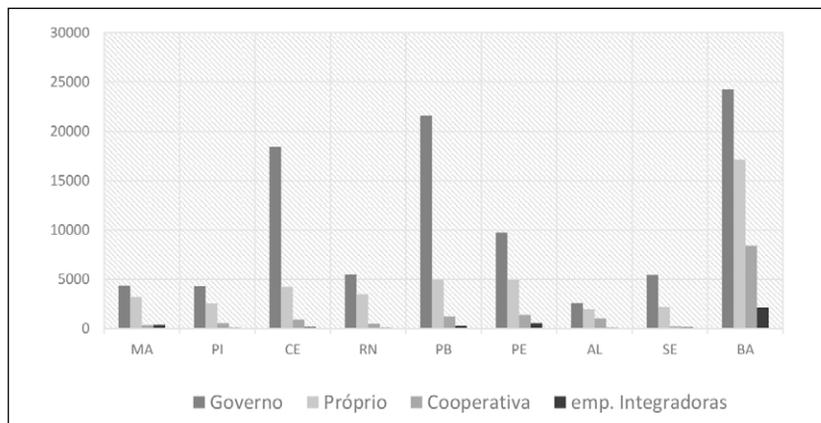
Destarte, a questão do acesso a orientação técnica, um dos pilares ao desenvolvimento rural que rebate no aumento da produtividade, principalmente entre os agricultores familiares, é um problema no Nordeste, sendo de natureza estrutural e os dados mostram essa questão. Desse modo, destacam-se apenas dois estados como os melhores em assistência técnica (Paraíba, 17,3% e Rio Grande do Norte, 16,1%) e ainda assim com números inexpressivos. Os demais estados estão abaixo de 10% dos estabelecimentos agropecuários que receberam apoio técnico, apontando um quadro extremamente frágil de articulação dessa importante política pública, uma das mais tradicionais no meio rural nordestino.

Por estados, tomando como parâmetro a origem da orientação técnica, podemos extrair alguns elementos particulares. Na Figura 5 observamos essa origem por número de estabelecimentos agropecuários, e a assistência técnica dominante é do poder público em todos os estados do Nordeste, mesmo apresentando números de estabelecimentos diferenciados, sendo que os estados da Bahia, Paraíba e Ceará, são aqueles que apresentam maior número de estabelecimentos beneficiados com o apoio da assistência técnica, com a presença determinante da orientação institucional. Por outro lado, a assistência técnica é realizada pelos próprios agricultores familiares e que são importantes no estado da Bahia, além do papel, nesse estado, das cooperativas nesse processo. Quanto as empresas integradoras, a assistência é inexpressiva na região, mais uma vez, excetuando o estado da Bahia que apresenta maior número de estabelecimentos agropecuários que recebem apoio dessas empresas

Em síntese, a questão da assistência técnica (que pode ser complementada com a “extensão rural”) ainda permanece como um grande entrave, e os dados do censo mostram esse quadro, apontando que efetivamente não temos qualquer perspectiva de avanços, na medida em que o desmonte do Estado nos últimos anos em

torno das políticas públicas ataca de morte essas ações, com tendência até mesmo do desaparecimento.

Figura 5 - Estados do Nordeste - Número de estabelecimentos agropecuários por Origem de Orientação Técnica - 2017



Fonte: IBGE/SIDRA. Censo Agropecuário. 2017 Tabela 6708.

Considerações Finais

É evidente que a leitura de dados e construção de indicadores a partir de publicações institucionais, como aqueles produzidos pelo IBGE, tem sentido quando analisado em sua totalidade ou por recorte temático; além da necessidade de contextualizar ou até mesmo para efeito comparativo, além desses dados serem contributos para estudos específicos para análises mais profundas.

O artigo em tela apenas segmentou dados e indicadores, aleatoriamente, mas que tiveram relevância em seus aspectos particulares, para fazer essa leitura do mundo rural nordestino, mostrando um quadro, ainda que parcial, do meio rural nordestino e com ele podemos extrair algumas considerações.

A primeira, com base teórica apresentada em relação a inviabilidade da agricultura no Nordeste, efetivamente não percebemos

esse quadro tenebroso, mesmo enxergando contradições e problemas de natureza estrutural. Por outro lado, não dá para forçar que o Nordeste ainda é uma região de “camponeses” que cultivam a “agricultura de subsistência”. Os indicadores do padrão de transporte e acesso as tecnologias de comunicação, além dos sistemas de irrigação e a construção significativa de poços e cisternas mostram essa evolução. Por outro lado, mesmo com problemas como à fragilidade da proteção dos recursos hídricos e ligados ao processo de produção como o baixo acesso a orientação técnica e o pouco alcance da agricultura orgânica.

Desse modo, a existência de um sistema “bifronte” da agricultura, entre um modelo de sucesso e eficiência e aqueles que não acompanham a “modernização da agricultura”, como a observada no Nordeste, estaria fadada ao desaparecimento. No nosso entendimento, essa tese tem que ser questionada, na medida em que a agricultura nordestina nunca e jamais será concorrente a agricultura de forte adensamento tecnológico, principalmente daquela cultivada em unidades da agricultura familiar. Por uma questão simples: ela não está voltada para a exportação (exceção do agro-negócio já presente em alguns estados do Nordeste) e certamente a agricultura de alta performance produtiva não poderá ser um indicador de importância central, até pela resiliência da agricultura tradicional, de base familiar, mesmo com baixo rendimentos e com forte possibilidade de esvaziamento demográfico, porém não tão grave como o suscitado entre os protagonistas das setes teses do novo mundo rural brasileiro.

Referências

BUAINAIN, Antônio Márcio e outros. **O mundo rural no século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: editores técnicos – EMBRAPA, 2014.

ALVES, E.; ROCHA, D.P. Ganhar Tempo é Possível? In GASQUES, J.G.; VIEIRA FILHO, J.E.R.; NAVARRO, Z. (Org.). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios, perspectivas**. Brasília, DF: IPEA, 2010. p. 275-290.

GASQUES, José Garcia. “O que revelam os dados do Censo Agropecuário de 2017 sobre o Nordeste”. Aula Magna do XIII SOBER NORDESTE, Juazeiro/BA, Novembro de 2018.

GUANZIROLI, C. E.; DI SABBATO, A. VIDAL, M. F. Agricultura familiar no Nordeste: uma análise comparativa entre dois censos agropecuários. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2011. 172p.

IBGE. Rio de Janeiro. 2019. <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em 02/01/2020, às 10:19.

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto. **História Econômica de Sergipe (1850-1930)**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 1985.

– CENSO AGROPECUÁRIO 2017 (https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf).

REN – SUPLEMENTO ESPECIAL AGRICULTURA FAMILIAR (<https://ren.emnuvens.com.br/ren/issue/view/63>)

REVISTA DA SOBER – SUPLEMENTO ESPECIAL AGRICULTURA FAMILIAR (http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0103-200320140006&lng=pt&nrm=iso)

REVISTA REDES – SUPLEMENTO ESPECIAL AGRICULTURA FAMILIAR (<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/issue/view/362>)

UMA PROBLEMATIZAÇÃO SOBRE REALIDADES DO MUNDO AGRÁRIO E SOBRE A GESTAÇÃO DE PAISAGENS CULTURAIS ALTERNATIVAS NO VALE DO JEQUITINHONHA/ MG

José Antônio Souza de Deus
jantoniosdeus@uol.com.br

Introdução

Este trabalho foi concretizado com a utilização de categorias conceituais de análise e paradigmas de interpretação nítida e explicitamente geográficos, viabilizando um diálogo/ interlocução entre abordagens das Geografias Cultural e Agrária.

Os procedimentos metodológicos adotados com forma de operacionalização da pesquisa incluíram: pesquisas bibliográfica, cartográfica e documental; inventário toponímico; trabalhos de campo¹; sistematização e contextualização dos dados primários e secundários obtidos; (re)interpretação e reflexão críticas sobre os conceitos e temas investigados.

A pesquisa bibliográfica agregou contribuições de geógrafos (sobretudo, culturais), antropólogos, historiadores, etc.- subsidiadas por abordagens de geólogos, arquitetos, turismólogos-, caracterizando uma abordagem interdisciplinar. Tiveram fundamental importância na pesquisa abordagens da Geografia Cultural², univer-

1 Com estudo de caso da sede municipal e do bucólico distrito de Extração (Currallinho), em Diamantina/ MG.

2 Por vezes, em diálogo com a Geografia Política e Geografia das Representações/ Percepção Ambiental.

sal- como as de Claval (2004, 2014), Cosgrove (2012) e Tuan (2012, 2013); e brasileira- como as de Almeida (2008, 2010 a/ b, 2012, 2014), Amorim Filho (1999), Hasbaert (2013) Menezes (2013, 2014); bem como contribuições adicionais nas áreas da Antropologia e História Social como as de Paraíso (1998), Ribeiro (1996), Ricardo & Ricardo (2017) e Soares (2000).

O recorte territorial investigado foi o Vale do Jequitinhonha, situado no nordeste de Minas Gerais e extremo sul da Bahia. A área do Vale localizada em território mineiro tem aproximadamente 85.000 km² e população de um milhão de habitantes, distribuídos por 80 municípios. A região caracteriza-se por intenso fluxo migratório, pequena oferta de emprego e baixa taxa de urbanização (DEUS & CASTRO, 2014; DEUS *et al.*, 2018 a). É relevante assinalar, contudo, que o Vale é uma das regiões de formação territorial e identidade cultural mais significativas e marcantes de Minas Gerais (SOARES, 2000). Observamos, aí, uma realidade cultural densa e vívida, continuamente reelaborada pelos atores sociais locais.

Marco Teórico- o estudo da paisagem na perspectiva da Geografia Cultural

Para Maria Geralda de Almeida “a paisagem é uma construção, um produto da apropriação e da transformação do ambiente em cultura” (ALMEIDA, 2008, p. 47), enquanto que para Roberto Lobato Corrêa, a paisagem é, de um lado, o resultado de determinada cultura que a modelou e, de outro, constitui uma matriz cultural (CORRÊA, 1995), expressando diversos aspectos culturais e representando sua dimensão funcional e simbólica. E deste modo, as paisagens culturais serviriam “como mediação na transmissão de conhecimentos, valores ou símbolos”, colaborando para “transferir de uma geração a outra o saber, crenças, sonhos e atitudes sociais”.

Corrêa (1995), aliás, caracteriza a paisagem como uma vitrine permanente de todo o saber, expressando a cultura em seus diversos aspectos, possuindo uma faceta funcional e outra simbólica. E deste modo, as paisagens culturais serviriam “como mediação na transmissão de conhecimentos, valores ou símbolos”, colaborando para “transferir de uma geração a outra o saber, crenças, sonhos e atitudes sociais”. Já segundo Corrêa e Rosendahl (2004, p. 8), a paisagem teria sido descrita pelos viajantes e geógrafos do passado que a consideraram como interface de processos naturais e sociais, tendo sido analisada a partir de representações cartográficas e um olhar geográfico.

As leituras sobre a paisagem são inúmeras, incluindo uma leitura funcional, outra na perspectiva arqueológica e outra segundo uma abordagem cultural, em relação à qual foi notável a contribuição de Carl Sauer. E de acordo com Claval (2004, p. 71) a paisagem como índice diz muito sobre a sociedade que a produziu. Gandy (2004, 86), por exemplo, enfatiza que a paisagem é um fator determinante do caráter social e cultural das sociedades. Entende-se como paisagem cultural um conjunto de formas materiais dispostas e articuladas entre si no espaço. Como observa Meneses (2004, p. 26) “é provável que, se fizermos uma pesquisa em qualquer cidade do mundo, veremos que a população urbana guarda carinho especial com lugares que quer preservar e que busca vivenciar”.

O estudo da paisagem cultural está, aliás, relacionado a um “complexo geográfico específico, no qual são manifestadas as escolhas feitas e as mudanças realizadas pelos homens enquanto membros de uma comunidade cultural” (WAGNER & MIKESELL, 2003). A paisagem cultural poderia ser definida ainda como “[...] o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todos os testemunhos resultantes da interação do Homem com a Natureza, e, reciproca-

mente, da Natureza com o Homem” (SANTILLI, 2009, p. 393). E dessa interação, que subsidia a sobrevivência e reprodução sociocultural desses grupos é que surge um patrimônio coletivo historicamente herdado da presença/ atuação das comunidades em um território ancestral, que se revela, principalmente na paisagem.

Cosgrove (2012), um dos maiores expoentes das linhas interpretativas da “escola anglo-saxônica” da Geografia Cultural contemporânea (DEUS, 2005, 2010, 2019), destaca por sua vez que, “há muito trabalho interessante a ser realizado sobre paisagens do passado e seus significados contemporâneos, e é um bom ponto de partida sua recriação em museus e parques temáticos”. O autor entende a paisagem como uma maneira de ver, uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma cena, em uma unidade visual.

Como resultado das relações de poder, a paisagem se apresentaria como um produto de diferentes momentos históricos que se cristalizam no espaço, consolidando marcas ou rugosidades, às quais são atribuídos valores socialmente construídos a partir das percepções e experiências vividas de um tempo presente. A paisagem, desse modo, se constituiria com base numa unidade orgânica que congrega natureza e cultura, materialidades e imaterialidades, relatos históricos e histórias de vida, constatações e percepções que, considerados em sua totalidade, configuram uma paisagem cultural.

Paisagens Culturais Alternativas no Vale do Jequitinhonha

Cosgrove (2012), em sua abordagem das paisagens culturais alternativas, localiza como elemento residual mais presente na paisagem europeia, o edifício da igreja medieval. Já em Minas Gerais e Goiás, a religiosidade católica, o fascínio pelo ouro, o desejo de afirmação e autonomia unidas num só sentimento explicam, nos

planos psicológico e social, a criação, aí, da arte acoplada a uma singular paisagem barroca (ALVES & DEUS, 2019; CASTRO & DEUS, 2011; BRITO, 2009).

Assumimos conseqüentemente, aqui, como hipótese de trabalho, que esta paisagem cultural barroca das Minas do século XVIII, composta por vários elementos simbólicos que incluem a arquitetura civil e religiosa, a história cultural, as manifestações artísticas, os rituais sagrados e profanos, o sincretismo religioso, etc. constituiria um exemplo de “paisagem cultural subordinada e residual”- na perspectiva de Denis Cosgrove (CASTRO & DEUS, 2011), pois como sinalizam autores como Ávila, Gontijo e Machado (1996, p. 9), cidades mineiras como Ouro Preto, Mariana, Diamantina, Tiradentes, Serro, São João Del Rei ou Sabará, dentre outras, “ostentam ainda hoje, quase intocada, a paisagem própria do século XVIII”³. No Espinhaço- como observamos *in loco*-, tal paisagem é visualizada/vivenciada, também, em distritos “emblemáticos” de Diamantina (como Currealinho e São João da Chapada) e Serro (como Milho Verde). Aliás, vale ressaltar que o espaço rural pode ser apontado como um cenário em que paisagens culturais residuais são comumente registradas e identificadas.

É relevante assinalar que o Barroco é uma manifestação visual e estética (BOTELHO & REIS, 2001, p. 23)- um estilo, que corresponde direta e indiretamente a uma “estrutura mental” (MACHADO, 2003), marcado pela exuberância das formas e pela pompa litúrgico ornamental e que surge na Europa a partir do século XVII e se estende até parte do século XVIII, “correspondendo historicamente à ação con-

3 Batista (2003, p. 116) também classificou as paisagens de Pirenópolis/ GO como paisagens culturais residuais, pontuando inclusive que, nessa cidade goiana, tais paisagens vêm se tornando mais visíveis pelo uso que o turismo faz delas (e nesse processo, “pode ser observado que muitos elementos da paisagem vêm perdendo significado original em função de atender aos interesses direcionados ao mercado e ao consumo turístico”).

tra-reformista da Igreja Católica e também à expansão colonizadora de Portugal e Espanha” (ÁVILA, GONTIJO & MACHADO, 1996, p. 131).

O Barroco, segundo Ávila, Gontijo e Machado (1996, p. 5), aliás, compreenderia “um fenômeno bem amplo, vinculado tanto às lutas religiosas entre reformistas e contra-reformistas, quanto à expansão mercantilista decorrente das grandes navegações”. Distribuído por um espaço geográfico muito amplo (compreendendo Itália, França, Espanha, Inglaterra, Alemanha, México, Brasil, dentre outros países), o estilo evoluiu diferentemente em cada lugar, assumindo dinâmica própria, do que resultaram formas e modelos particulares e originais em cada região (CIVITA, 2000). Na verdade, “mais do que um estilo artístico, o Barroco designa uma cultura entendida como uma visão de mundo constituída historicamente” (ROMEIRO & BOTELHO, 2003, p. 50).

Amorim Filho (1999, p. 143) visualiza de forma bastante sugestiva essas representativas paisagens mineiras, para ele geradoras na população regional, de fortes relações e sentimentos topofílicos (TUAN, 2012, 2013), ao demarcar que:

Minas Gerais possui o maior percentual de bens tombados no Brasil desde unidades espaciais de considerável dimensão como é o caso de cidades inteiras (Ouro Preto, Mariana, Diamantina, por exemplo)... Esses bens tombados possuem valores que caracterizam a mineiridade, além de serem portadores de algumas das mais caras aspirações mineiras e nacionais. São, por outro lado, marcos de uma civilização que trazia para as montanhas de Minas simultaneamente, os valores paradoxais da busca da riqueza, da religião, da arte e da espiritualidade.

Outras pesquisas que realizamos no Jequitinhonha⁴ nos permitiram, por sua vez, observar que o exercício de protagonismo

4 Ao longo dos últimos anos, realizamos pesquisas de campo junto a comunidades quilombolas do Vale nos municípios de Diamantina (Quartel do Indaiá), Minas Novas

de quilombolas⁵ e indígenas aí domiciliados (FIABANI, 2005; REIS & GOMES, 1996; SANTOS & CAMARGO, 2008), envolve processos coletivos e intersubjetivos de sociabilidade, reciprocidade e solidariedade vivenciados no cotidiano⁶; a manutenção de saberes tradicionais como práticas alimentares⁷, etnoambientais/ etnobotânicas⁸ (DEUS, 2012; DEUS & CASTRO, 2014), produção artesanal, etc. a construção de elos topofílicos (TUAN, 2012, 2013) com o meio

(Macuco, Quilombo...), Chapada do Norte (Gravatá, Moça Santa...) e Angelândia (Alto dos Bois). Também realizamos pesquisas com comunidades indígenas e quilombolas noutros rincões de Minas Gerais (ALVES, DEUS & GOMES, 2013; DEUS, 2010, 2011 a; DEUS & CASTRO, 2011; DEUS & SILVA, 2015; SILVA & DEUS, 2017) e da Amazônia brasileira (DEUS, BARBOSA, TUBALDINI, 2011).

5 Trata-se de agricultores familiares e artesãos, em sua maioria.

6 Traçando-se um paralelo com os quilombolas goianos, vale ressaltar que Almeida (2010 b, p. 43), ao investigar os Kalunga do norte de Goiás, se remete a “uma convivialidade, uma espécie de relação social, política e simbólica que liga o homem à sua terra e, ao mesmo tempo, constrói sua identidade cultural”. E vale ressaltar que a autora retrabalhou tais questões noutras publicações recentes a exemplo de Almeida (2010 a, 2012, 2014).

7 Da mesma forma que observou Sônia Menezes em suas pesquisas sobre as espacialidades festivas em Sergipe e sobre o consumo, nestes eventos, de alimentos tradicionais, sobretudo quando a autora pontua que permanece aí “[...] o consumo de comidas tradicionais que são valorizadas e produzidas em espaços no interior das residências alicerçadas pelas relações de proximidade, sociabilidade, reciprocidade[...]”, embora deva se registrar que ela tenha também identificado mudanças socioeconômicas e culturais nos processos que ela analisou e que interferem diretamente nas práticas religiosas investigadas nesse estado do Nordeste brasileiro (MENEZES, 2014, p. 274).

O íntimo e estreito relacionamento e o detalhado conhecimento da Natureza, pelas comunidades tradicionais, revelam-se nos registros toponímicos aplicados aos lugares onde elas se domicíliam- alusivos, por exemplo, a elementos da fauna e flora nativas aí incidentes como o porco do mato (Alto Caititu e Caititu do Meio- Berilo), roedores (Mocó dos Pretos), aves (Macuco- Minas Novas) e abelhas nativas (Mumbuca- Jequitinhonha), bromeliáceas (Gravatá- Chapada do Norte), gramíneas (Capim Puba- Virgem da Lapa), etc. Observe-se que a Toponímia corresponde ao estudo interdisciplinar e etimológico dos nomes lugares e, vale ressaltar, que os registros toponímicos correspondem a importantes testemunhos históricos da vida social de um povo em termos históricos, geográficos e etnológicos. Deve se assinalar que a Toponímia é uma herança preciosa das culturas passadas. Trata-se de uma verdadeira tomada de posse- simbólica ou real-, do Espaço. Ela corresponderia a um traço da Cultura e a uma herança cultural (CLAVAL, 2014). A Toponímia constitui “relevante marca cultural expressando uma efetiva apropriação do Espaço” por determinado grupo cultural. Ela constituiria, portanto, “poderoso elemento identitário” (CORRÊA, 2003, p. 176).

físico e social⁹; a preservação das espacialidades festivas (DEUS *et al.*, 2016; SOUSA, 2016); etc. E é sugestivo notar que, como aponta Simão (2001), o passado e suas referências marcadas no território, as manifestações culturais tradicionais, repassadas de geração em geração, o saber fazer local (objetos, alimentos, festas), volta, na atualidade, a ser valorizado.

Postulamos que, na ótica da Geografia Cultural, poderíamos classificar como culturas emergentes, as paisagens vinculadas a este protagonismo das comunidades tradicionais, como índios “resurgidos” e quilombolas, que encontram-se em processo de reafirmação da identidade cultural e étnica - no Brasil e noutros países da América Latina (BENAVIDES, TORERO & VALDIVIA, 2006; PORZECANSKI & SANTOS, 2006; REYNA, 2015) -, e que em nosso país, vivenciam ainda processos (mesmo que embrionários e contraditórios) de reterritorialização (DEUS *et al.*, 2018 b)- problemática bastante debatida, noutros recortes territoriais e temáticos, na literatura científica contemporânea, por autores como Haesbaert (2013).

Trata-se de comunidades cujo aporte à cultura nacional brasileira é extremamente expressivo (AUBRÉE, 2000), que se colocam hoje como protagonistas “na cena dos direitos insurgentes” (CHAGAS, 2001, p. 223) e cuja identidade encontrar-se-ia em processo de construção (FERREIRA, 2004). Esta emergência identitária ocorre mediante uma politização dos costumes, viabilizada por meio da

⁹ Observáveis, por exemplo, em registros toponímicos locais como Água Limpa (denominação de duas comunidades quilombolas localizadas no município de Berilo). O procedimento clássico de análise toponímica conjuga o levantamento de determinado recorte através de cartas com pesquisa documental. Para Seemann (2005, p. 207), a tarefa da Geografia Cultural “seria investigar, comparar e interpretar o significado dos nomes dos lugares e as diferentes versões e visões de sua topogênese, para contribuir para uma melhor compreensão da relação entre Espaço e Cultura, no passado e no presente”. Para o autor “pesquisar a toponímia inevitavelmente inclui investigações históricas” e estudá-la significa adotar uma perspectiva histórica da Geografia Cultural (SEEMANN, 2005, p. 220).

construção de uma consciência costumeira do resgate e da ressignificação das identidades, “processo que, ao mesmo tempo as direciona para o passado, buscando nas tradições e na memória, sua força; e aponta para o futuro, sinalizando para projetos alternativos de produção e organização comunitária, bem como de afirmação e participação política” (CRUZ, 2007, p. 96).

Uma discussão particular a ser desenvolvida, nesse contexto, diz respeito à realidade vivenciada pelos povos indígenas “ressurgidos”, como os *Aranã(s)*¹⁰- que correspondem a sociedades autóctones brasileiras que se julgava extintas há décadas ou séculos, e que têm sido “redescobertas”, a partir de novas pesquisas etnológicas e/ ou da necessidade ou conveniência de certos grupos- até então ocultos, imersos ou indistintos dentro do complexo sociocultural da sociedade regional e vivendo um processo de “desterritorialização aparente”-, em reassumir sua identidade étnica.

Verifica-se que tais comunidades que optaram longamente por ocultar suas identidades para subsistir ao preconceito (SANTILLI, 2000), buscam hoje resgatar sua identidade étnica e, aparentemente-

10 Presumivelmente descendentes dos antigos “Botocudos” de Minas Gerais- índios notabilizados pela postura combativa/ aguerrida adotada, frente à invasão dos seus territórios por não-índios, nos períodos colonial e imperial (PARAÍSO, 1998; RIBEIRO, 1996). Sua presença no Jequitinhonha foi registrada por viajantes e cronistas como Spix & Martius (2005), Von Tschudi, Maximilian e Saint-Hilaire (DUARTE, 2002; SAINT HILAIRE, 2000, 2004; TSCHUDI, 2006); podendo ser resgatada também pela presença de topônimos (nos vales dos rios Doce, Mucuri e Jequitinhonha) como Aí-morés, Cachoeira do Aranã e Joaíma. Os *Aranã(s)* estão hoje domiciliados no Vale, nas áreas urbana e rural dos municípios de Araçuaí e Coronel Murta, totalizando cerca de 300 indivíduos (RICARDO & RICARDO, 2017). Estabelecemos contato com suas lideranças em pesquisas de campo que empreendemos, anteriormente, aí. Domiciliam-se, atualmente, no Jequitinhonha, também segmentos dos povos indígenas *Pankararu* e *Pataxó* que para aí migraram, vindos da região Nordeste do país. Os “Botocudos” (autodenominados *Borun* ou *Guerén*) e os *Pataxó(s)* integram o Tronco *Macro-Jê* (índios do interior do Brasil sediados, sobretudo, nas áreas do Cerrado, da Caatinga e dos campos do sul do Brasil e apontados pelos etnólogos como notáveis exemplos de resistência sociocultural- GONÇALVES, 1983). São *Macro-Jê(s)* também os *Kayapó(s)*, *Karajá(s)*, *Timbira(s)*, *Apinayé(s)*, *Xavante(s)*, *Kaingáng(s)*, *Bororo(s)*, etc.

te rompem, assim, com uma “lógica da invisibilidade”, eficiente por séculos. E é nesses grupos que se julgava extintos ou que permaneceram longamente submersos sob o rótulo ou a aparência de caboclos que muitas vezes se observa, atualmente, maior empenho no sentido da valorização da sua identidade étnica- em termos de resgate de seus traços culturais tradicionais-, processo contraditoriamente também acompanhado, de uma apropriação de linguagens e comportamentos da sociedade envolvente, como determinadas formas de organização política.

Considerações Finais

O Vale do Jequitinhonha é, indiscutivelmente, uma região emblemática do estado de Minas Gerais, sob diferentes óticas ou perspectivas: geológico-geomorfológica¹¹, histórico-cultural, político-territorial, socioeconômica (SOARES, 2009), etc. E em termos socioculturais e etnopolíticos verifica-se, inclusive, uma grande dinamização e ressignificação de aspectos da realidade regional, nos últimos anos/ décadas, acoplada ao protagonismo, aí exercido, pelas comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, artesãos...)- e ressalte-se, com uma participação expressiva das mulheres, no processo (SILVA, 2013). A decodificação de tais fenômenos e processos suscita o interesse de pesquisadores vinculados a linhas interpretativas da Geografia Cultural¹², que trabalham com os métodos etnográfico, fenomenológico, etc. É sugestivo notar que a riqueza cultural do Vale faz um contraponto à precariedade econômica e

11 Destacando-se, nessa perspectiva, os estudos pioneiros do Barão de Eschwege (ESCHWEGE, 1996, 2002). Já uma abordagem recente (acessível e sintética...) sobre a geologia regional pode ser encontrada/ acessada na obra dos geólogos Uhlein, Moreira e Uhlein (2012).

12 Hoje em nítido processo de revalorização e revitalização, inclusive no âmbito da Geografia Escolar (BARBOSA & DEUS, 2018).

ambiental deste recorte territorial, salientada por muitos pesquisadores. A cerâmica típica da região, por exemplo, hoje é notabilizada no contexto extrarregional, nacional e internacionalmente (MASCELANI & BEUQUE, 2008; NAME & YASSUDA)¹³. E tal pujança em termos socioculturais é mostrada pela possibilidade de identificação, aí- sobretudo no espaço rural-, de diferentes categorias de paisagens culturais alternativas¹⁴- analisadas na perspectiva de Cosgrove (2012)-, a saber: paisagens culturais residuais e emergentes, como nos propusemos tentativamente a fazer nesta investigação, retrabalhando inclusive questões que já havíamos problematizado em pesquisas anteriormente desenvolvidas na região (BRAGA, SILVA & DEUS, 2018; CARMO, SILVA & DEUS, 2018; DEUS, 2012, 2015; DEUS & CASTRO, 2014; DEUS *et al.* 2018 a/ b; DEUS & BARBOSA, 2017; DEUS, SILVA & BARBOSA, 2019), bem como orientandos nossos no Programa de Pós-Graduação em Geografia- IGC/ UFMG, a exemplo de Alves & Deus (2019) e Sousa (2016).

Referências

ALMEIDA, Maria Geralda. Dilemas territoriais e identitários em sítios patrimonializados: os Kalunga de Goiás. In: **Cerrados**: perspectivas e olhares. Goiânia: Editora Vieira, 2010 a, p. 113-130.

_____. Diversidades paisagísticas e identidades territoriais e culturais no Brasil Sertanejo. In: **Geografia e Cultura**: os lugares da vida e a vida dos lugares. Goiânia: Editora Vieira, 2008, p. 47-74.

_____. Etnodesenvolvimento e Turismo nos Kalunga do nordeste de Goiás. In: **Etnodesenvolvimento & Gestão Territorial**: comunidades indígenas e quilombolas. Curitiba: Editora CRV, 2014, p. 195-212.

¹³ O que suscita pesquisas, in loco, na ótica da Etnopedologia.

¹⁴ Também designadas como subordinadas ou subdominantes (COSGROVE, 2012).

_____. Territórios de quilombolas: pelos vãos e serras dos Kalunga de Goiás - patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado. **Ateliê Geográfico**, Goiânia: IESA/ UFG, v. 4, n. 1, p. 36-63, fev. 2010 b.

_____. **Troca de saberes no Cerrado, valorização dos quintais, segurança alimentar e cidadania nas comunidades Kalunga em Teresina de Goiás**. Goiânia: IESA-UFG/ FUNAPE, 2012.

ALVES, Aline Neves Rodrigues.; DEUS, José Antônio Souza; GOMES, Nilma Lino. Comunidades quilombolas: uma possível interpretação do Lugar com o uso de Mapas Mentais. In: **Cá e Acolá: Experiências e debates multiculturais**. Fortaleza: UFC, 2013, p. 27-57.

ALVES, Rahyan de Carvalho; DEUS, José Antônio Souza. Os patrimônios de Diamantina/ MG e suas nuances na formatação da identidade local. In: **InterEspaço**, v. 5, n. 17, Grajaú (MA): UFMA, mai./ ago. 2019.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Topofilia, Topofobia e Topocídio em Minas Gerais. In: **Percepção Ambiental: a experiência brasileira**. São Carlos (SP): EdUFSCAR/Studio Nobel, 1999, p. 139-152.

AUBRÉE, M. L'Apport africain dans la culture nationale brésilienne. **Hérodote**, Paris: Institut Français de Géopolitique, n. 98, p. 148-160, 2000.

ÁVILA, Affonso; GONTIJO, João Marcos Machado; MACHADO, Reinaldo Guedes. **Barroco Mineiro: glossário de arquitetura e ornamentação**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996.

BARBOSA, Liliane de Deus; DEUS, José Antônio Souza. Reflexões metodológicas sobre os estudos culturais no âmbito da Geografia Escolar: relato de experiência e proposta de ação. **Revista Ciranda**, v. 01, n. 02, Montes Claros (MG): UniMontes, p. 03-13, jan./ dez. 2018.

BATISTA, Ondimar. Pirenópolis: uma paisagem, ora vivida, ora contemplada. In: **Paradigmas do Turismo**. Goiânia: Editora Alternativa, 2003, p.113-12.

BENAVIDES, Martín; TORERO, Máximo; VALDIVIA, Néstor. **Pobreza, discriminación social e identidad: El caso de la Población Afrodescendiente en el Perú**. Washington D. C.: *The World Bank*, 2006.

BOTELHO, Ângela Viana; REIS, Liana Maria. **Dicionário histórico-** Brasil: Colônia e Império. Belo Horizonte: Botelho, A. V. & REIS, L. M., 2001.

BRAGA, Liliane Rodrigues de Oliveira; SILVA, Ludimila de Miranda Rodrigues; DEUS, José Antônio Souza. A prática do Geoturismo no Vale do Jequitinhonha como alternativa de valorização do patrimônio geominero e etnodesenvolvimento regional. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 525-539, set./dez., 2018.

BRITO, Otávio Elísio Alves. Um olhar sobre a paisagem cultural de Minas: ouro, diamante, rochas para construção. In: **Rochas e histórias do patrimônio cultural do Brasil e de Minas**. Rio de Janeiro: Editora Bem-Te-Vi, 2009, p. 34-450.

CARMO, Luciana do Carmo; SILVA, Ludimila de Miranda Rodrigues; DEUS, José Antônio Souza. REDETUR- rede de apoio integrado ao turismo quilombola de base comunitária no médio Jequitinhonha/ MG. **Revista Expressão Científica**, Aracaju, edição especial Comtur, 2018.

CASTRO, Henrique Moreira; DEUS, José Antônio Souza. Uma abordagem geohistórica e etnogeográfica do Barroco mineiro aplicada aos Estudos da Paisagem nas regiões de antiga mineração do Brasil. In: **Ateliê Geográfico**, Goiânia: IESA/ UFG, v. 5, n. 3, p.

CHAGAS, Míriam de Fátima. A Política do reconhecimento dos “Remanescentes das Comunidades dos Quilombos”. **Horizontes Antropológicos**, v. 7, n. 15. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – IFCH/ UFRGS, jul. 2001. 57-80, dez. 2011.

CIVITA, Victor. **Os grandes artistas** - Barroco e Rococó. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2000.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. 4 Ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2014.

_____. A paisagem do geógrafo. In: **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, p. 13-74.

CORRÊA, Roberto Lobato. A dimensão cultural do Espaço: alguns temas. In: **Espaço e Cultura**, v.1, n. 1. Rio de Janeiro: UERJ, out. 1995.

_____. A Geografia Cultural e o Urbano. In: **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2003, p. 167-186.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Paisagens, textos e identidade: uma apresentação. In: **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, p. 07-11.

COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda a parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: **Geografia Cultural: uma antologia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, p. 219-237.

COSTA, Joaquim Ribeiro. **Toponímia de Minas Gerais com estudo histórico da divisão territorial e administrativa**. 2 Ed. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1997.

CRUZ, Valter do Carmo. Povos e Comunidades Tradicionais. In: **Dicionário da Educação no Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde de Joaquim Venâncio - Fiocruz/ Expressão Popular, 2012, p. 594-600.

DEUS, José Antônio Souza. **Geografia Cultural do Brasil/ Etnogeografia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

_____. Identidade, etnicidade e paisagens culturais alternativas no Vale do Rio Doce/ Minas Gerais- Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, no. especial, San José (Costa Rica): EGAL 2011, p. 1-14, 2º. sem. 2011a.

_____. Linhas interpretativas e debates atuais no âmbito da Geografia Cultural, universal e brasileira. In: **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte: PUCMinas, v. 15, n. 25, p. 45-59, 2º. sem. 2005.

_____. Inventário toponímico e abordagem etnogeográfica do mundo agrário e alimentos tradicionais no Quadrilátero Ferrífero e vales do Jequitinhonha e Mucuri/ MG. **Geografias**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 6- 22, dez. 2015.

_____. O legado de Cosgrove discutido em produções científicas recentes: uma contribuição ao debate sobre as idéias do autor. In: **Metamorfoses possíveis compartilhadas- leituras em Geografia Cultural**. Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento, 2019, p. 28-37.

_____. Paisagens culturais alternativas e protagonismo etnopolítico de comunidades tradicionais no *hinterland* brasileiro. In: **Agricultura familiar, cultura camponesa e novas territorialidades no Vale do Jequitinhonha**: gênero, biodiversidade, patrimônio rural, artesanato e agroecologia. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2012, p. 35-50.

DEUS, José Antônio Souza; BARBOSA, Liliane de Deus. Uma contribuição ao Estudo da Paisagem nas regiões de antiga mineração do Brasil na ótica das Geografias Cultural e Histórica. **Geografias**, Belo Horizonte, v. 15, n. 02, p. 38-49, jul./ dez. 2017.

DEUS, José Antônio Souza; BARBOSA, Liliane de Deus; CASTRO, Henrique Moreira. **Mesopotâmia mineira**: toponímia, identidades e cultura dos sertões. Belo Horizonte: Sangre Editorial, 2019.

DEUS, José Antônio Souza; BARBOSA, Liliane de Deus; TUBALDINI, Maria Aparecida dos Santos. O papel das Geociências no contexto “pós-moderno” de revalorização da Cultura. In: **Para aprender com a Terra**- memórias & notícias de Geociências no espaço lusófono (Cap. 41). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, p. 393-402.

_____. Realidades Culturais na Organização do Espaço: lutas pela terra e emergência de identidades coletivas no contexto da Amazônia sul-americana e brasileira. **Geografia**, Rio Claro, v. 36 (nº. especial), p. 157-167, set. 2011.

DEUS, José Antônio Souza; CASTRO, Henrique Moreira. Abordagem iconográfica dos processos de genocídio e confinamento territorial indígenas gerados pela cafeicultura no Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, no. especial, San José (Costa Rica): EGAL 2011, p.1-15, 2º. sem. 2011.

_____. Protagonismo político, etnodesenvolvimento e processos de reterritorialização de comunidades quilombolas, em curso, no Vale do Jequitinhonha/ MG. In: **Etnodesenvolvimento e gestão territorial**: comunidades indígenas e quilombolas. Curitiba: Editora CRV, 2014, p. 141-153.

DEUS, José Antônio Souza *et al.* Metodologias qualitativas aplicadas ao Estudo da Paisagem no Vale do Jequitinhonha/ MG- Brasil. In: **Tempos**

& Espaços da pesquisa qualitativa. Aracaju, Criação Editora, 2018a, p. 279-304.

_____. Os processos comunitários de reafirmação identitária e a constituição de paisagens culturais alternativas nos vales dos rios Doce e Jequitinhonha/ MG – Brasil. In; **GeoNordeste**, São Cristóvão/ SE: UFS, v. 24, n. 1, p. 73-90, jan./ jun. 2018b.

_____. Territorialidades de festas populares: Espaço/Tempo cognitivo, conectivo e conflitivo. In: **Revista ANPEGE**, v. 12, n. 18. Rio Claro/ SP: Especial GT/ XI ENANPEGE, p. 347-362, 2016.

DEUS, José Antônio Souza; SILVA, Ludimila de Miranda Rodrigues. Reinvenção da identidade cultural, protagonismo etnopolítico e interações com o Turismo dos índios Pataxó(s) de Carmésia (estado de Minas Gerais, Brasil). n.º especial (Turismo em Terras Indígenas), **Agália**, Santiago de Compostela: AGAL (Galiza), p. 203-223, out. 2015.

DEUS, José Antônio Souza; SILVA, Ludimila de Miranda Rodrigues; BARBOSA, Liliane de Deus. Processos socioculturais e geohistóricos do Vale do Jequitinhonha e sua (re)interpretação/ decodificação através do inventário toponímico. In: **Metamorfoses possíveis compartilhadas**- leituras em Geografia Cultural. Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento, 2019, p. 303-313.

DUARTE, Regina Horta. Olhares estrangeiros: viajantes no vale do rio Mucuri. **Revista Brasileira de História**, v. 22, n. 44, São Paulo: ANPUH, 2002.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig. **Brasil**, Novo Mundo. Tradução de Domício F. Murta. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996. Original Alemão.

_____. **Jornal do Brasil: 1811/ 1817**- Relatos Diversos do Brasil Coletados Durante Expedições Científicas. Tradução de Friedrich E. Renger, Tarcísia L. Ribeiro e Günter Augustín. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002. Original Alemão.

FERREIRA, Ricardo Franklin. **Afro-descendente**: identidade em construção. São Paulo: EDUC/ Pallas Editora, 2004.

FIABANI, A. **Mato, palhoça e pilão**. O Quilombo - da escravidão às comunidades remanescentes (1532/ 2004). São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GANDY, Matthew. Paisagem, estéticas e ideologia. In: **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, p. 75-90.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A resistência cultural dos Apinayé. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro: ICH, v. 1, n. 4, p. 70-75, fev. 1983.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: **Geografia Cultural: uma antologia (Vol. II)**. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2013, p. 233-244.

MACHADO, Lourival Gomes. **Barroco mineiro**. São Paulo, Editora Perspectiva, 2003.

MASCELANI, A.; BEUQUE, L. **Caminhos da arte popular** - o Vale do Jequitinhonha. Rio de Janeiro: Museu Casa do Pontal, 2008.

MENESES, José Newton Coelho. **História & Turismo Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. Alimentos identitários: uma reflexão para além da cultura. **GeoNordeste**, São Cristóvão/ (SE): Edição especial/ 30 anos do NPGEO- UFS, Ano XXIV, n. 02, 2013.

_____. Comida: identidade, tradição e cultura enraizada nas manifestações do catolicismo em Sergipe. **Ateliê Geográfico**, Goiânia: IESA/ UFG, v. 8, n. 2, p. 274-289, ago. 2014.

NAME, D.; YASSUDA, S. **Espelho do Brasil** - A arte popular vista por seus criadores. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2008.

PARAÍSO, Maria Hilda B. Os Botocudos e sua trajetória histórica. In: **História dos índios no Brasil**. 2 Ed. São Paulo: Companhia das Letras/ Secretaria Municipal de Cultura/ FAPESP, 1998, p. 413-430.

PORZECANSKI, Teresa; SANTOS, Beatriz. **Historias de exclusión** - afrodescendientes en el Uruguay. Montevideú: Librería Linardi y Risso, 2006.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REYNA, Citlali Quecha. La movilización etnopolítica afrodescendiente en México y el patrimonio cultural inmaterial. In: **Anales de Antropología**, v. 49-II. Cidade do México: Instituto de Investigaciones Antropológicas/ Universidad Nacional Autónoma de México, jul. 2015.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização** - a integração das populações indígenas no Brasil moderno. 7 Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RICARDO, Beto; RICARDO, Fany. **Povos indígenas no Brasil**- 2011/ 2016. São Paulo: Instituto Ambiental, 2017.

ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Ângela Viana. **Dicionário histórico das Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2003.

SAINT HILAIRE, Auguste. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Tradução de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000. Original Francês.

_____. **Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil**. 2 Ed. Tradução de Leonam A. Penna. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2004. Original Francês.

SANTILLI, Juliana. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. São Paulo: Editora Peirópolis, 2009.

SANTILLI, Márcio. **Os brasileiros e os índios**. São Paulo: SENAC, 2000.

SANTOS, Maria Elisabete Gontijo, CAMARGO, Pablo Matos. **Comunidades quilombolas de Minas Gerais no século XXI** - história e resistência. Belo Horizonte: CEDEFES (Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva)/ Autêntica Editora, 2008.

SEEMANN, Jörn A. Toponímia como construção histórico-cultural: o exemplo dos municípios do estado do Ceará. In: **Vivência**, Natal: UFRN, n. 29, p. 207-224, 2005.

SILVA, Ludimila de Miranda Rodrigues; DEUS, José Antônio Souza. Os processos de resistência e a emergência etnopolítica dos Borun do Watu. **Terra Livre**, São Paulo: AGB, v. 1, n. 48, p. 46-79, 2017.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Camponesas, fiandeiras, tecelãs, oleiras. In: **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Editora Alternativa, 2013, p. 163-183.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001.

SOARES, Geralda C. Vale do Jequitinhonha: um vale de muitas culturas. **Cadernos de História**, Belo Horizonte: PucMinas, v. 5, n. 6, p. 17-22, jul. 2000.

SOARES, Weber. **Diagnóstico socioeconômico do Vale do Jequitinhonha** (Volume I): confiança, redes sociais, inovação, desenvolvimento local. Belo Horizonte: ProEx/ UFMG, 2009.

SOUSA, Patrício Alves Pereira. Os lugares da festa: narrativas de espaço, tempo e etnicidade no Congado mineiro. **Geografias**, v. 13, n. 02, Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Geografia- IGC/ UFMG, p. 39-56, jul./ dez 2016.

SPIX, Johann Baptist; MARTIUS, Carl Friedrich Phillip. **Viagem pelo Brasil - 1817/ 1820- Volume II**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 2005. Original Alemão.

TSCHUDI, Johann Jacob. **Viagens através da América do Sul**. Tradução de Friedrich E. Renger e Fábio Alves Júnior. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2006. Original Alemão.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço & Lugar- a perspectiva da experiência**. Tradução de Livia de Oliveira. Londrina: EdUEL, 2013. Original Inglês.

_____. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do Meio Ambiente**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: EdUEL, 2012. Original Inglês.

UHLEIN, Alexandre; MOREIRA, Gabriel de Castro; UHLEIN, Gabriel Jubé. **Geologia e Política de Recursos Minerais e Naturais**. Belo Horizonte: CAED/ UFMG, 2012.

WAGNER, Philip L.; MIKESELL, Marvin W. Temas da Geografia Cultural. In: **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2003, p. 27-62.



PARTE 2

VIVÊNCIAS NA MOBILIDADE ACADÊMICA
NOS ESPAÇOS RURAIS E URBANOS - PROMOB



A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NOS ESPAÇOS CIRCUNSCRITOS DA CASA E A COMERCIALIZAÇÃO NOS CIRCUITOS CURTOS¹

Sônia de Souza Mendonça Menezes
soniamenezes@academico.ufs.br

Maria Geralda de Almeida
mgdealmeida10@gmail.com

Introdução

Evidenciaram-se, nas travessias realizadas durante o Projeto Promob, as transformações perceptíveis no espaço rural com a territorialização e expansão do agronegócio e o uso da terra para as mercadorias (soja, cana-de-açúcar, milho). Essas mudanças, fundamentadas no paradigma da Revolução Verde, tinham como alvo o aumento da produtividade e alicerçavam-se no uso intensivo de insumos químicos, sementes selecionadas, irrigação, mecanização. Trata-se de alterações embasadas em políticas públicas com a liberação de crédito, investimento em pesquisa e no serviço de extensão. A ampliação da fronteira agrícola refletiu e reflete na concentração fundiária e no êxodo rural, acelerando o processo de urbanização. Atualmente, o processo de produção de alimento no espaço rural está vinculado não só ao seu valor de uso, mas ao seu valor de troca, visto que o espaço é utilizado prioritariamente para produzir mercadorias.

Assim, a especulação imobiliária no distrito de Currealinho, em Diamantina, é representada por uma demanda acentuada dos moradores

¹ Artigo elaborado nas atividades de pesquisas realizadas durante o Projeto Promob no estado de Minas Gerais em 2018 e no Estágio Pós-Doutoral na UFG 2019-2020.

da sede municipal que buscam no lugar um refúgio, as paisagens rurais, o espaço bucólico características da ruralidade. Igualmente tais características da demanda do espaço foram identificadas no distrito de Fazenda Velha, em Três Lagoas, MG. Nesse caso, observou-se a construção de condomínios horizontais ocupados prioritariamente por moradores de Belo Horizonte, que se utilizam das segundas-residências nos finais de semana, feriados e outros, após as aposentadorias, para residirem no lugar, além das chácaras também daqueles de fora do lugar. Nas andanças pelos dois distritos, foi possível verificar o número de casas, chácaras fechadas e os moradores vivendo em espaços reduzidos, com uma arquitetura que denota aqueles do lugar, diferenciando-os daqueles de fora.

Todavia, também se constataram, nas visitas às comunidades rurais e urbanas, as atividades realizadas pelas mulheres, ruralidades, ancoradas no modo de vida, na identidade territorial das comunidades camponesas. Essas atividades contraditoriamente não ocupam grandes espaços, pois estão assentadas nos quintais, denominados por Almeida (2018, p. 333) como um “microcosmos produtivo, onde a mulher é o sujeito principal”. O trabalho de domínio feminino tem sido ratificado como essencial para a reprodução familiar, embora seja, geralmente, pouco valorizado no espaço externo e muitas vezes no âmbito familiar, tendo em vista não proporcionar renda elevada. Almeida (2016, p. 3), por meio de suas pesquisas, define os quintais como um “[...] espaço singular do entorno das moradias no qual se produz a vida, pelo que se cria, pelo que se cultiva, pelo cuidado em sua manutenção e pelas várias atividades do labor e da socialização ali desenvolvidas [...]”. Nesses espaços a produção destina-se ao consumo familiar, a despeito da constatação de que, em outros espaços, para além do autoconsumo, as mulheres, e/ou elas juntamente com outros membros familiares, participam de circuitos curtos e comercializam esses alimentos.

Ao tecer considerações a respeito do uso dos espaços naqueles visitados surgiram vários questionamentos como por exemplo: em que medida a produção agrícola está direcionada para a produção de alimentos ou de mercadoria? O trabalho e a produção das mulheres nos quintais são valorizados para a reprodução das famílias? A produção tem valor de uso e/ou tem também valor de troca? Quando comercializada essa produção é computada nos rendimentos familiares?

Ao considerar-se as transformações no espaço rural dos três estados com o avanço do agronegócio e com o propósito de recobrar a permanência das ruralidades, o presente artigo tem como objetivo analisar a apropriação do espaço de dentro – os quintais – pelas mulheres, para a produção de hortaliças, frutas, ervas medicinais, criação de pequenos animais, destinados ao consumo familiar e à comercialização nos circuitos curtos. Para tanto, foram realizadas revisões bibliográficas a respeito da temática e utilizou-se de pesquisa de campo, com a observação dos quintais e a realização de entrevistas com as mulheres nas comunidades rurais de Curalinho e Fazenda Velha, distritos localizados nos municípios de Diamantina e de Sete Lagoas, Minas Gerais, e com as mulheres feirantes nos municípios de Iporá e de Pirenópolis, Goiás, na comunidade quilombola de Sítio Alto e no povoado Lagoa da Volta nos municípios de Simão Dias e Porto da Folha em Sergipe.

O artigo está organizado em três seções, além desta introdução. A primeira seção tem por objetivo contextualizar aspectos relacionados às transformações do espaço rural e o debate referente à produção de mercadorias. Em seguida, a discussão estará circunscrita às experiências que marcam as ruralidades no espaço rural relacionadas à produção de alimentos nos quintais agroecológicos e, na terceira seção, abordaremos os circuitos curtos.

Transformações do espaço rural e a configuração socioespacial da produção de mercadorias

No Brasil, o espaço rural, desde a década de 1960, é alvo de intensas transformações fundamentadas no paradigma da Revolução Verde e alicerçadas em pesquisas, assistência técnica e apoio financeiro do Estado, suscitando as alterações no padrão tecnológico, provocando mudanças no uso da terra e proporcionando a concentração da estrutura fundiária, que se refletiram na mobilidade e no crescimento da população urbana. Essas mudanças, inseridas no modo tradicional de uso da terra cravado no aumento da produtividade, traduzem-se em um rastro de destruição no meio ambiente, com a discrepante desigualdade social econômica, para além dos impactos na vida com “[...] a destruição de culturas (formas de conhecimento e visões do mundo) e, especialmente, a superexploração dos solos, água, e energia, a redução da biodiversidade, a poluição dos agrotóxicos e a modificação de processos ecológicos [...]” (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2010, p. 63).

Entre as alterações no mundo rural, ocorre a expansão de paradigmas modernos que alteram o uso da terra e, por consequência, geram rupturas, dentre elas, os movimentos migratórios. Com a escassez de terra para a prática do seu cultivo e de postos de trabalho no campo, emergem as dificuldades financeiras que logo impulsionam a mobilidade populacional. Esses deslocamentos não acontecem de forma natural, despontam constrangimentos, à medida que se engendra o abandono da terra natal motivado pelos referidos processos que resultam na exclusão e desterritorialização.

Nos estados de Minas Gerais, Goiás e Sergipe, aprofundam-se as ameaças às comunidades tradicionais provocadas pelo avanço do agronegócio da soja, da cana-de-açúcar e do milho, nos citados estados, e a despeito disso, paulatinamente, reduzem-se os espaços

para a produção dos alimentos. Esse arrefecimento pode ser constatado ao se analisar as informações do último censo agropecuário e evidenciar o avanço dos produtos destinados ao mercado externo. Tais transformações, como já citado anteriormente, estão fundamentadas no modelo agroexportador e no avanço do paradigma moderno como foi retratado em pesquisas por geógrafos, as quais enfatizam as transformações no espaço geográfico e a expansão da fronteira agrícola. Soares *et al.* (2005, p. 225) criticam as modificações econômicas e as contradições socioespaciais na região do Triângulo Mineiro e enfatizam:

Curiosa região. A natureza deu-lhe tudo menos o mar. Porém, deu-lhe o cerrado que após 1950 foi transformado em “mares de soja, café, milho” e campos de brachiaria” para o “boi verde”. O mar não lhe é mais necessário, pois o agronegócio cria os portos secos e os caminhos para o escoamento da produção, que a cada década aumenta, fazendo do sertão um lugar bem-sucedido na economia capitalista moderna.

Com a instalação dos Complexos Agroindustriais nessa região após a década de 1970, avança a produção/produktividade da soja, impulsionando o crescimento de alguns centros urbanos. Embora o desenvolvimento econômico seja alardeado, este não é evidenciado nos municípios que conformam a região do Triângulo. Soares *et al.* (2005, p. 226) afirmam que “a realidade é de precárias condições para alguns centros urbanos e a riqueza produzida nos cerrados da região não é igual, pois o capital não possui tal prática”. Logo, por trás do desenvolvimento há uma discrepante realidade.

Pessoa e Inocêncio (2014) discutem a atuação a partir dos anos de 1980 do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), denominado projeto Cerrado ou JICA (JAPAN INTERNACIONAL COOPERATION AGENCY), como parte de um acordo internacional

para a produção de grãos. As autoras ainda assinalam no processo de expansão, apropriou-se das novas áreas e transformou-as em função de seus interesses, alterando sua estrutura e conteúdo. [...] a agricultura passou, a partir da atuação de grupos monopolistas, a ser subordinada à indústria e ao capital financeiro. (PESSOA; INOCÊNCIO, 2014, p. 5).

A escolha dos Cerrados está atrelada à geografia do lugar, favorável ao uso de tecnologia e maquinário, sem contar o baixo valor das terras e a facilidade de escoamento da produção, com a inserção das redes técnicas de comunicação e transportes.

A soja como principal cultura alastra-se e a sua produção tem por objetivo o mercado internacional, e no mercado interno, embora não esteja vinculada à alimentação básica dos brasileiros, a sua transformação em óleo de soja, aliada a uma expressiva campanha publicitária, repercutiria nas alterações nos hábitos alimentares e na redução dos óleos vegetais e de origem animal existentes. Segundo Oliveira (1994, p. 50), “de uns tempos para cá, o óleo de soja tornou-se o produto básico na preparação de alimentação. Até campanhas publicitárias e ‘médicas’ foram feitas ressaltando seu valor em relação aos demais do gênero”. O autor assevera a mundialização da economia brasileira e o domínio do capital internacional com as transformações no espaço rural, assim como nos hábitos alimentares.

O Prodocer I iniciou-se no oeste do estado de Minas Gerais no ano de 1980. A devastação do Cerrado continuou a expandir-se a partir de 1987, em direção aos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Bahia. Pessoa e Inocêncio (2014, p. 19) ao avaliar o PRODECER asseveram: “não há como negar o seu papel na transformação econômica iniciada com a soja e, posteriormente, com a possibilidade de outros cultivos como o café, a cana-de-açúcar e o “ressuscitar” do eucalipto, que enriqueceu muitos empresários na década de 1970”.

Os autores ressaltam o papel da política de reflorestamento, porém, essas transformações no espaço rural interferiram diretamente na vida dos “povos cerradeiros” no que tange aos aspectos ambientais, sociais e culturais.

Santos (2008) afiança que o processo de implantação da monocultura da soja no Cerrado mineiro transforma o espaço da produção, estabelece novas conexões sociais e altera as relações do homem com a natureza. No processo produtivo das modernas lavouras de cereais, faz-se o cercamento das propriedades tradicionais dos mineiros: “o tempo de produção tornou-se linear. O represamento dos cursos d’água e o uso do pivô central são técnicas decisivas para obtenção da linearização do tempo” (SANTOS, 2003, p. 141).

Esse avanço dos monocultivos propaga-se nos mesmos moldes e na mesma temporalidade no estado de Goiás, alicerçado por “incentivos fiscais, disponibilidade de créditos, baixo custo da terra, a topografia plana das chapadas, o clima favorável, a disponibilidade de água, a infraestrutura construída pelo poder público e os diversos programas estatais” (MENDONÇA, 2004, p. 28). As transformações no espaço com o objetivo de aumentar a produtividade estão aliadas à reprodução do capital de forma excludente, uma vez que não estão direcionadas a todos que estão no lugar, mas àqueles que detêm o capital, ampliando-o por meio do processo em que estão imbricadas a modernização da agricultura, a industrialização e a urbanização. Para Castilho (2017, p. 55), estas se conformam como “marcadores de discursos sobre o território goiano, balizaram importantes temporalidades da modernização em Goiás”. Mas essa modernização é seletiva, visto que não atinge a sociedade como um todo, mas parte dos investidores externos, elites locais. Enquanto isso, a sociedade é excluída desse processo. Mendonça (2004, p. 169), alude essas “elites alardearam a ‘civilização da soja’, que viabilizou o aproveitamento econômico do Cerrado, já que essas terras

eram ‘improdutivas’ e não apresentavam qualquer possibilidade de ‘progresso’, quando cultivadas por esses nativos”, o que evidencia concepções fundamentadas na lucratividade do capital de diferentes escalas. Almeida (2005, p. 327) assinala que “a expansão da monocultura da soja, embora venha favorecendo a balança comercial brasileira, está afetando, sensivelmente, o ecossistema e as populações locais”. A produção está destinada à demanda externa, sendo levada para fora e transformada em mercadorias leiloadas, comercializadas nos pregões das bolsas. Enquanto isso a população local é desterritorializada, empurrada para as periferias urbanas.

As transformações verificadas nos espaços rurais brasileiros nos impulsionam a recordar as discussões de Galeano (2010, p. 2), a respeito do avanço do capital transnacional na América Latina. O autor afiança que, “em nome da modernização e do progresso, os bosques industriais, as explorações mineiras e as plantações gigantes arrasam os bosques naturais, envenenam a terra, esgotam a água e aniquilam pequenos plantios e as hortas familiares”. Diante dessa expansão do agronegócio, Almeida (2018, p. 346) menciona que a “sociedade brasileira desprezou os conhecimentos de vários grupos tradicionais, como os indígenas, os quilombolas e os povos cerradeiros [...]”.

As pesquisas realizadas por Neves e Mendonça (2020) apontam na última década a expansão do agronegócio canavieiro no sul do estado de Goiás, evidenciando a territorialização desse *commoditie* e a substituição dos espaços ocupados anteriormente pela soja, pelo milho. Porém, os autores assinalam que a expansão da cana-de-açúcar não refletirá na produção de alimentos, haja vista a redução da produção de arroz, de trigo e da mandioca.

Igualmente às discussões sobre o avanço do agronegócio nos estados de Minas Gerais e Goiás, em Sergipe a expansão dos monocultivos ocorreu desde o período colonial, com a cana-de-açú-

car, na região da Cotinguiba. Entretanto, na década de 1970, observou-se o avanço da citricultura na região centro-sul do estado, por meio da intervenção pública aliada à industrialização do suco destinado ao mercado externo. A propalada modernização agrícola e o avanço da citricultura fundamentada no uso de insumos, incentivos financeiros e apoio das instituições públicas atingem o período áureo nos anos 1990 e em 2006 o estado alcança o *ranking* de segundo maior produtor. Porém, por se tratar de uma monocultura, a incidência de pragas e doenças reduz a produção. A concorrência com o suco de outras frutas e a redução do consumo em nível mundial provocaram o desmonte da ideia de modernização agrícola, razão por que a citricultura atualmente é uma atividade em decadência. As informações censitárias (2017) atestam a queda da produção da laranja e Sergipe passou a ocupar a sexta posição no Brasil nesse tipo de atividade.

Enquanto isso, nas últimas décadas observa-se o avanço da cana-de-açúcar, inclusive em espaços anteriormente ocupados com pastagens e/ou com sítios. Mas, para além desses monocultivos da cana-de-açúcar e da laranja, observam-se a expansão do milho no semiárido e espaços de transição entre agreste e semiárido. No último censo agropecuário foi comprovado que o estado de Sergipe ocupa a posição de sexto maior produtor de milho forrageiro no Brasil. Conforme discutimos em artigo anterior, (MENEZES *et al.*, 2019), o avanço, no estado de Sergipe, da produção do milho, da laranja, da cana-de-açúcar rebate na redução dos cultivos de alimentos como o feijão, o arroz e a mandioca. Somado a isso, verifica-se a expansão da carcinicultura nas comunidades tradicionais litorâneas, atividade que se apropria do território e dos recursos naturais existentes nas restingas e manguezais e dos espaços utilizados anteriormente para o cultivo de arroz. A criação de camarão provoca o arrefecimento de áreas utilizadas para as atividades extrativas pes-

queiras, com a redução do território, e reflete na soberania alimentar, alterando os hábitos alimentares e repercutindo na insegurança alimentar nutricional dos povos tradicionais pesqueiros.

Constata-se assim que nos três estados avança o paradigma atual hegemônico direcionado à produção de *commodities* ou de mercadorias. Isto é, esses produtos ostentam como mercadorias tratadas pelo seu valor de troca, comercializadas nas bolsas de valores, e o destino não é a alimentação humana. Acerca disso refere Galeano (2010, p. 3):

Agora é a vez da soja transgênica, dos falsos bosques da celulose e do novo cardápio dos automóveis, que já não comem apenas petróleo ou gás, mas também milho e cana-de-açúcar de imensas plantações. Dar de comer aos carros é mais importante do que dar de comer às pessoas. E outra vez voltam as glórias efêmeras, que ao som de suas trombetas nos anunciam grandes desgraças.

O avanço dos cultivos dessas mercadorias reflete na diminuição da produção de alimentos, como citado anteriormente. Além disso, os conglomerados transnacionais controlam a produção e o mercado de alimentos com uma dieta padronizada, pobre em nutrientes, provocando o aumento de várias doenças e resultando no domínio e aumento dos lucros dessas corporações, como bem assinalou Pollan (2007).

A despeito desse modelo e contrapondo-se a este, verificaram-se a permanência, a continuidade e a relevância dos cultivos pelos agricultores familiares camponeses em espaços reduzidos, vinculados aos diversos movimentos sociais, assim como nas comunidades tradicionais por grupos familiares, com suas trajetórias na terra como espaço de vida e de trabalho. Também, os pesquisadores descobrem e colocam em evidência o papel das mulheres. As mulheres nos quintais cultivam uma terra que pode ser considerada um “nanoterritório” (SOUZA, 2015), visto que elas são as responsáveis

pela comida e a segurança alimentar da família. Articular uma discussão no tocante à relevância dos quintais diante da experiência vivenciada durante as atividades do Promob em Minas Gerais, Goiás e Sergipe, nas quais foi evidenciada a produção de alimentos, despertou-nos a análise dessas estratégias criadas pelas mulheres. É com essa perspectiva que o presente estudo busca compreender a apropriação material e simbólica do espaço denominado quintal. Com isso, desvenda-se esse espaço e seu uso para a reprodução familiar e dá-se visibilidade ao trabalho das mulheres.

A produção de alimentos agroecológicos nos quintais: ruralidades sob domínio feminino

Nas visitas realizadas em diversas comunidades rurais os quintais aparecem como um espaço apropriado pelas mulheres, sendo utilizado para o cultivo de alimentos, ervas medicinais e criação de animais. Diante da expansão do agronegócio e da concentração da terra na mão de poucos proprietários, em várias comunidades, sobretudo em Sítio Alto (SE) e Curralinho (MG), as mulheres aproveitam os diminutos espaços. Almeida analisa a relação da mulher com o quintal afirmando configurar “espaço de reprodução da mulher, por excelência, sobretudo com as atividades consideradas como da mulher: cozinhar, cuidar da ordem e limpeza do lar, dos filhos e marido”. A autora ressalta ainda que as mulheres se empenham em municiar “a saúde, a educação, o vestuário, e a segurança alimentar da família” (2016, p. 147).

Um traço semelhante nos estabelecimentos rurais concerne à divisão sexual do trabalho, nas práticas cotidianas, na ocupação, divisão do espaço e na organização do tempo. As atividades desenvolvem-se cotidianamente de tal forma que se assemelham a algo natural, e a diferença biológica entre masculino e feminino surge para justificar uma diferença que é socialmente construída. O território de traba-

lho dessas mulheres está sedimentado na casa, nas cercanias como o quintal, considerado como “espaço de dentro” ou “espaço privado” (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997), onde as atividades laborais estão investidas de zelo. Observa-se nas comunidades visitadas a divisão sexual do trabalho definida pelo homem, cabendo à mulher o domínio do espaço circunscrito à casa e às cercanias.

A administração/organização do quintal está sob sua responsabilidade, assim como a tarefa de transformar os produtos do roçado ou os mantimentos em alimentos comestíveis. Woortmann e Woortmann (1997, p. 37) afirmam que, contrapondo-se à posição masculina, a mulher ocupa um lugar determinado: “a casa, núcleo simbólico da família”. Nessa direção, Claval (1999, p. 85) assinala: “a carga afetiva da casa é forte. Ela aparece como um território onde a presença feminina é particularmente forte. Ao homem cabe controlar os espaços produtivos externos à casa, cabe à mulher o governo da mesma”.

Ao subtrair do sexo feminino o valor do seu trabalho de forma quase exclusiva, restando os espaços do lar ou suas cercanias, a atividade feminina é considerada geralmente como ajuda, por estar vinculada às tarefas domésticas pouco valorizadas. Quaresma (2015, p. 35) ressalta: “As mulheres não se reconhecem nem são reconhecidas como trabalhadoras, pois essa divisão invisibiliza o trabalho feminino nas atividades produtivas, sempre considerado como uma ‘ajuda’ ao trabalho do homem na roça”. Embora as atividades realizadas nos quintais sejam relevantes para a segurança alimentar, geração de renda e conservação da biodiversidade, esse espaço é desvalorizado também pelo sexo masculino, como evidenciou Almeida (2018, p. 348) em suas pesquisas sobre quintais produtivos nas comunidades Kalungas no estado de Goiás: “Na visão masculina, trata-se de um espaço amorfo, indiferenciado, dependente. É o espaço do não trabalho, um espaço à margem da economia, o espaço dos ‘inativos’. Aparece com um espaço sem valor”.

Em estudo realizado com as produtoras do queijo de coalho caseiro no Sertão Sergipano por Menezes (2014) foram evidenciadas a divisão social do trabalho e a desvalorização do trabalho das mulheres. Nele, foi considerada a produção da mulher como uma ajuda com os recursos financeiros obtidos provenientes da comercialização do queijo produzido pelas mulheres nos espaços circunscritos à casa. Igualmente a essas mulheres guardiãs do queijo de coalho, aquelas que cultivam alimentos, ervas medicinais e criam animais de pequeno porte nos quintais não têm o reconhecimento do valor do seu trabalho. A desqualificação do trabalho feminino foi discutida por Radl-Phillipe (2010, p. 93) e, alicerçada em suas pesquisas, a autora adverte:

Las funciones sociales de las mujeres no se centran en el desempeño de actividades por parte de éstas en el área laboral-extra doméstico, sus actividades no se entendían como actividades de trabajo, aún cuando las mujeres desde hace ya mucho tiempo asumían tales funciones de facto e irrecientemente en la mayoría de nuestras sociedades. Así, por ejemplo, era habitual el trabajo femenino en el ámbito de la agricultura y de la producción económica semidoméstica, actividades que, no obstante, incluso hasta nuestros días, a menudo no figuran en los índices de la actividad económica a nombre de éstas trabajadoras femeninas.

A depreciação do trabalho feminino para além do espaço doméstico é também verificada no âmbito institucional. O resultado da labuta diária não é computado nas pesquisas realizadas pelos órgãos vinculados ao Estado, o que denota a invisibilidade das mulheres. Essa não validação do trabalho das mulheres no Brasil foi retratado nos estudos realizados por Heredia e Cintrão (2006), que apontam a falta do cálculo da renda gerada pelas mulheres nos quintais como uma problemática evidenciada no Censo Agropecuário e nas pes-

quisas do PNAD. Ainda a respeito dessa invisibilidade do trabalho das mulheres, Silliprandi (2015, p. 132) assevera que nas “estatísticas oficiais (censos, pesquisas) não é possível obter informações sobre a sua contribuição econômica à unidade familiar, pois embora sejam contabilizadas como força de trabalho, aparecem como ‘membros não remunerados da família’”. Essas constatações denotam a invisibilidade do trabalho feminino no citado “nanoterritório”.

Para além da elaboração da comida diária, dos afazeres no quintal com as plantas e o trato dos animais, algumas mulheres ainda encontram tempo para dedicar-se às tarefas artesanais como a produção de queijo, bordados, costura, artesanato. Geralmente, cultivam pequenas roças, nos espaços circunscritos à casa; portanto, a jornada de trabalho da mulher é tripla. Saffioti (2013), em suas pesquisas, assevera que nas sociedades pré-capitalistas a mulher ocupava diferentes funções no campo, nas oficinas, assim como nas tarefas domésticas. A autora assegura: “A mulher das camadas diretamente ocupadas na produção de bens de serviços nunca foi alheia ao trabalho. Em todas as épocas e lugares tem ela contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social” (SAFFIOTI, 2013, p. 61). As conversas com as mulheres nas comunidades rurais comprovam a afirmativa da autora.

Essas evidências do modo de vida e do trabalho das mulheres em diferentes comunidades rurais nos remetem, outrossim, às discussões realizadas por Shiva (2016, p. 98): “Las mujeres dan de comer a sus familias y sus comunidades, pero non tienen un puesto de trabajo; sin embargo trabajan más que los demás”. De fato, é perceptível a extensa carga de trabalho e, concomitantemente, o não reconhecimento como geradora de renda essencial para a reprodução familiar. A despeito da parca valorização pelos de fora e também pelos de dentro, a apropriação do espaço dos quintais está permeada por relações simbólicas, culturais e identitárias, utilizadas prioritariamente para a produção de alimentos.

A divisão desse “nanoterritório” é calculada milimetricamente. Embora não seja utilizado nenhum instrumento de medição, as mulheres o fazem com o objetivo de aproveitar ao máximo o espaço para a inserção dos cultivos: alimentos, hortaliças, ervas medicinais, temperos, árvores frutíferas e a criação de animais.

Para separar os cultivos da criação utilizam restolho de madeira mediante a coleta, ou utilizam diversos materiais recicláveis com o aproveitamento de pedaços de ferro, flandres, plásticos entre outros.

A quantidade e diversidade de espécies vegetais e de pequenos animais, ainda que alguns ocupem espaços reduzidos, lembram-nos o conceito da agrobiodiversidade, como discutido por Santilli (2009, p. 94): trata-se de um [...] “produto de intervenção do homem nos ecossistemas: de sua inventividade e criatividade na interação com o ambiente natural”. Ao analisar os quintais, verificam-se a inventividade e a criatividade como uma constância, assim como um orgulho para as mulheres. Apresentá-lo aos visitantes (amigos, parentes ou até desconhecidos após uma prosa) é uma peculiaridade das mulheres nas comunidades rurais.

Os componentes-chave da agrobiodiversidade evidenciada nas discussões realizadas por Santilli (2009, p. 94) – “processos culturais, os conhecimentos, práticas e inovações agrícolas, desenvolvidos e compartilhadas pelos agricultores” – são evidenciados nas comunidades visitadas nos três estados.

Dentre os processos culturais, a conservação das sementes crioulas é definida por Petersen (2007, p. 260) como “bens naturais e culturais ao mesmo tempo, possuindo características genéticas moldadas por processos de escolha consciente realizados pelos agricultores”, o que foi identificado pelas agricultoras nas comunidades rurais visitadas.

Nos quintais elas plantam produtos da roça como o milho, feijão, quiabo, abóbora, fava e anualmente fazem a seleção de sementes após

o cultivo, das espécies cultivadas nos quintais, para no ano subsequente utilizarem em seus cultivos. Nessas comunidades, especialmente Sítio Alto (SE) e Curralinho (MG), foi conformado um banco de sementes nas residências, criado graças ao envolvimento nos movimentos sociais e na luta em defesa das sementes crioulas. Essas mulheres participam de práticas como as trocas das sementes e de espécies vegetais, ancoradas nas relações de sociabilidade permeadas no modo de vida das comunidades tradicionais, como foi constatado nas narrativas enfáticas das mulheres nas trilhas pelos quintais. De fato, a circulação das plantas na comunidade é uma prática explicada pelas mulheres como uma forma de difusão de conhecimentos, mediante os resultados alcançados com a espécie, seja alimentar ou as ervas medicinais.

A lida com as plantas e com os animais está imbuída por uma relação direta com a natureza, no que diz respeito aos ciclos dos astros. Igualmente às discussões apresentadas por Toledo e Barrera-Bassols (2015, p. 98), “[...] os saberes tradicionais de numerosos grupos culturais incorporam a observação e a interpretação da abóboda celeste à sua práxis produtiva”. As observações dos astros – lua, sol, estrelas, dos planetas, constelações – são interpretadas, e esses conhecimentos, transmitidos por várias gerações, são utilizados na escolha do tempo de cultivo e trato com os animais. Ainda são observadas as alterações na vegetação como a floração e frutificação de plantas, alterações no comportamento dos animais, aparecimento e movimento dos insetos, tudo isso relacionado ao regime das chuvas, constituindo saberes que são evidenciados nas práticas cotidianas nas comunidades tradicionais.

Entretanto, os espaços dos quintais não permanecem estáticos, visto que as mulheres estão sempre experimentando novas variedades de espécies. Com os intercâmbios concretizados, têm-se como resultados a diversidade visual, o colorido, a quantidade de espécies vegetais em espaços reduzidos.

Para além da agrobiodiversidade, comprova-se a relação íntima com o meio ambiente: as mulheres aproveitam os resíduos de alimentos, os restolhos das cascas de frutas, legumes e verduras para alimentar os animais (aves e suínos). Nada se deteriora, tudo se aproveita, o que denota a contribuição e a defesa da sustentabilidade ambiental.

As árvores frutíferas, além da sombra para outros cultivos, produzem as frutas consumidas no âmbito familiar, mas também apresentam valor de troca, quando comercializadas nas feiras semanais.

Em Engenho Velho (MG) e nas feiras de Iporá (GO) e Pirenópolis (GO) foram identificadas mulheres que se apropriam dos seus saberes-fazer e elaboram com as frutas existentes no quintal uma variedade de doces caseiros: bananada, goiabada cascão, marmelada, iguarias com a laranja, jabuticaba. Foi rememorada a relação da elaboração desses doces, geralmente, com as estações do ano, o que nos remete às discussões a respeito da comida e calendário evidenciadas por Montanari (2013). Todavia, as doceiras ressaltam que, além dos doces tradicionais, elas foram criando novas iguarias com frutas como a acerola, doces para as festas, e no momento que não têm as frutas no quintal elas utilizam as frutas adquiridas com as vizinhas, amigas ou outras pessoas na comunidade.

Rememora-se aqui o conceito de saber-fazer (*savoir-faire*), entendido por Certeau (1998) “como um saber não dissociado do fazer, um saber em constante transformação, pois apropria-se de elementos externos, os transforma e absorve”. Nessas comunidades, verificou-se a inserção de frutas como a acerola, novos tipos de doces com chocolate, coco industrializado, refutando a ideia do conhecimento tradicional como algo engessado, fechado, acabado (CARNEIRO DA CUNHA, 2007). Esses conhecimentos foram transmitidos de geração a geração, logo, o saber-fazer é mantido, contudo, ocorrem atualizações. A produção de doces é comercializada na

comunidade, mas também por meio de redes informais, os doces de Curralinho chegam a Belo Horizonte e outras cidades.

Condimentos (temperos) como alecrim, salsa, coentro, cebolinha, manjerição, hortelã graúdo são utilizados no preparo dos alimentos, sobretudo para proporcionar ou enriquecer o sabor dos alimentos. Todavia, nas comunidades de Lagoa da Volta, em Sergipe, Iporá e Pirenópolis, em Goiás, esses temperos são comercializados também nas feiras livres.

O espaço ainda é ocupado com ervas medicinais como saião, capim-cidreira, erva-doce, mastruz, capim-santo entre outras espécies. Entretanto, dona Josefa na comunidade Sítio Alto, em Sergipe, ressaltou que o uso das ervas medicinais tem sido reduzido se comparado com o passado, em decorrência da difusão do uso de medicamentos adquiridos no setor comercial nas sedes dos municípios. O avanço do setor farmacológico e a difusão da medicina alopática provocaram o esgarçamento de saberes e fazeres vinculados ao uso das ervas medicinais e resultou na dependência da indústria. No entanto, a erosão das práticas transmitidas por diferentes gerações relacionadas aos remédios caseiros não conseguiu devastar o conhecimento das comunidades. Foi constatada a utilização de algumas ervas medicinais, cultivadas nos quintais e usadas para os chás, emplastos, banhos entre outros. De igual modo ao do Sítio Alto, em Sergipe, as mulheres da comunidade de Curralinho e Engenho Velho, em Minas Gerais, Iporá e Pirenópolis, em Goiás, e da Lagoa da Volta, em Sergipe, destacaram a importância do cultivo das ervas medicinais nos seus quintais e o consumo para o alívio das enfermidades.

As folhagens são encontradas juntamente com as verduras como o quiabo, o ora-pro-nobis, o hibisco, o maxixe, o chuchu e a couve. Em alguns municípios encontramos cenoura, como em Lagoa da Volta em Porto da Folha, porém nos demais não a identificamos.

A depender da dimensão espacial do quintal, também são cultivados produtos típicos da roça como o milho, feijão, fava e mandioca. Esses recintos são separados, como dito anteriormente, com cercas de madeiras ou restolho de construção.

Os pequenos animais são criados nesse ambiente, constituindo a principal fonte de proteína. Aves e suínos dominam a área. Igualmente aos resultados das pesquisas realizadas por Mesquita (2019), nos assentamentos de Mambai, em Goiás, nos quais foi evidenciada “[...] a criação de pequenos animais (suínos e galináceos) que fornecem carne, banha e ovos, são fontes de nutrientes e proteínas que enriquecem a alimentação diária das famílias”. Essa realidade foi identificada em outras comunidades de Goiás e Minas Gerais. Em Sergipe, embora a criação de aves e de suínos conforme também os pequenos animais criados nesse espaço, a banha foi totalmente eliminada dos hábitos alimentares, como evidenciado por Oliveira (1994).

Os suínos criados nos quintais são considerados como uma “poupança feminina” (MENEZES, 2001) pelas mulheres que produzem queijo de coalho caseiro no sertão e pelas mulheres das demais comunidades sergipanas visitadas. Elas ressaltam a importância da criação desses animais no seu modo de vida. A renda é utilizada para a compra de utensílios domésticos, vestuário, e nas emergências é empregada para a compra de remédios e assistência médica. Mas qual é o destino da criação dos pequenos animais e demais produtos cultivados nos quintais? De acordo com a dimensão espacial a produção é direcionada ao autoconsumo e também aos circuitos curtos.

A comercialização dos alimentos nos circuitos curtos

A produção das mercadorias no agronegócio está vinculada aos circuitos longos, direcionados ao mercado externo, como já foi discutido anteriormente. Enquanto isso, os circuitos curtos são carac-

terizados pela venda direta feita pelo agricultor ou de forma indireta por meio de um intermediário, entre produtor e o consumidor (CHAFFOTE; CHIFFOLEAU, 2007). Certo é que algumas mulheres ocupam os nanoterritórios dos quintais, e a produção está direcionada de forma exclusiva ao autoconsumo, como é o caso do Sítio Alto, em Simão Dias, Sergipe. Os quintais, como referido, são espaços milimetricamente ocupados com a criação de aves, verduras, hortaliças e frutas, para o consumo familiar. Igualmente a Sítio Alto, em Sergipe, em Curralinho, Minas Gerais, também foi constatado o uso do quintal para a produção de alimentos destinados ao consumo familiar. Enquanto isso, nas nas comunidades de Iporá e Pirenópolis as mulheres organizam os alimentos (queijos, quitandas, doces, ovos, aves abatidas, verduras, frutas) e comercializam diretamente aos consumidores na denominada feira da agricultura familiar.

Em Sergipe, na comunidade de Lagoa da Volta as mulheres comercializam de forma direta, uma vez que os consumidores adquirem os produtos nas residências. Contudo, é importante ressaltar a comercialização dos pequenos animais e ovos, feita diretamente junto aos intermediários que conformam redes informais e visitam regularmente as comunidades rurais. Eles adquirem os produtos, pagam em espécie no ato da compra, ou no caso dos suínos às vezes efetuam o pagamento combinado com um prazo de quinze dias. Em Sergipe, as aves e seus ovos são consumidos pela família, todavia, havendo excedente, fazem uso da venda dele para os mercados locais, e juntamente com o suíno conformam, geralmente, a principal renda advinda do quintal agroflorestal. E para esses grupos familiares a comercialização dos alimentos nas feiras dos municípios, com as entregas diretas aos consumidores, contribui para o aumento da renda familiar.

Os quintais apresentam tamanhos variados, alguns chegam a medir quinhentos metros, outros ocupam até dois hectares. Quando a área ocupada é maior, a exemplo de alguns quintais em Lagoa

da Volta, Sergipe, em Iporá e Pirenópolis, Goiás, a produção é destinada para além do consumo familiar aos circuitos curtos, como foi destacado anteriormente.

Em Iporá, Goiás, a feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária ocorre a partir das 14 horas, às quintas-feiras, até as 20 horas. De acordo com Silda, articuladora do núcleo Médio Araguaia, a feira surgiu com as reuniões ocorridas no processo da política e desenvolvimento territorial. A comercialização é realizada pelos agricultores e agricultoras dos municípios de Iporá, Moiporá, Diorama, Palestina, de Caiapônia, Arenópolis e Amorinópolis de Goiás.

Vários produtos comercializados pelas mulheres são advindos dos quintais como frutas, verduras, hortaliças, conservas de pimentas elaborados nas cozinhas, além de alimentos processados como queijos, pamonhas, tapioca, pastel, rapadura, melado. Também foi identificada a produção de artesanato como pinturas e crochês feitos pelas mulheres. Para essas mulheres produzir alimentos nos quintais, na cozinha e vender diretamente aos consumidores é importante porque elimina o intermediário, gera renda fundamental para a reprodução da família, e também nesse lugar se dá a troca de conhecimentos, de saberes entre quem produz e quem compra (Figuras 1 e 2).

Figuras 1 e 2: Feira da agricultura familiar e economia solidária no município de Iporá/GO



Fonte: As autoras, mar. 2020.

Em Pirenópolis a feira é realizada aos domingos, a partir das 6 horas, em uma praça central, e apresenta produtos semelhantes àqueles comercializados em Iporá, com o acréscimo da diversidade de quitandas, queijos, hortaliças, frutas, verduras, ervas medicinais, temperos, queijos, leite, embutidos, doces, bolos e artesanatos.(Figuras 3 e 4).

Figuras 03 e 04: Feira da agricultura familiar em Pirenópolis (GO)



Fonte: As autoras, nov. 2019.

Os produtos advindos de plantios, que são comercializados nessa feira, são cultivados nos quintais pelas mulheres. Elas ressaltam a diversidade de produtos plantados de acordo com o calendário, e, durante o ano estão presentes na feira em decorrência da diversidade da produção. De acordo com d. M” *“No meu quintal tem de tudo um pouco, uso para a comida da família, o que sobra trago para a feira, ainda faço os meu queijinho, e assim com o dinheiro que consigo na feira, compro outras coisas que não tem em casa”* (Nov, 2019). Nessa narrativa observa-se a importância da renda obtida com a venda dos alimentos na feira para a reprodução familiar.

Considerações finais

No decorrer das atividades realizadas no Projeto Promob, nas visitas realizadas nos espaços rurais foram constatadas a latente

transformação nos espaços vinculadas ao uso da terra para a produção de mercadorias, assim como a apropriação dos espaços rurais com a especulação imobiliária e a construção de condomínios horizontais e/ou as segundas-residências individualizadas, quer seja uma casa rural para uso nos finais de semana, quer sejam as chácaras. Mas o que nos chamou mais a atenção foi a dedicação das mulheres aos espaços circunscritos a sua residência – os quintais – para a produção de alimentos, preocupadas com a segurança alimentar da família. Tal fato impulsionou-nos a estabelecer uma relação com espaços que apresentam produções similares visitados no âmbito desse projeto em Minas Gerais, Goiás e Sergipe.

Os quintais conformam espaços onde os saberes são transmitidos por diferentes gerações, expressam as vivências, os fazeres cotidianos, a organização, divisão e aproveitamento da terra para o cultivo de hortaliças, frutas, roça, e criação de pequenos animais. A produção, embora pouco valorizada, é relevante para a segurança alimentar dos membros familiares. Em algumas comunidades o excedente é comercializado nos circuitos curtos, como as feiras livres nos municípios, ou vendido a intermediários, sobretudo os pequenos animais, e no caso do suíno é a poupança da mulher. Esses recursos financeiros no cômputo familiar das comunidades de Iporá, Pirenópolis, Lagoa da Volta e no caso das doceiras de Engenho Velho são essenciais para a reprodução familiar. Nas demais comunidades a produção é utilizada como valor de uso para o autoconsumo familiar. Portanto, os quintais configuram os saberes e fazeres, as relações de sociabilidade, e geram renda para a família em várias comunidades. Valorizar os quintais significa valorizar o conhecimento transmitido por diferentes gerações, as tradições, a cultura em um espaço que é lugar de vida e de trabalho!

Referências

ALMEIDA, Maria Geralda de. A captura do Cerrado e a precarização dos territórios: um olhar sobre sujeitos excluídos. In: ALMEIDA, Maria Geralda de (org.). **Tantos Cerrados**. Goiânia: Vieira, 2005. p. 321-347.

ALMEIDA, Maria Geralda de; CHAVEIRO, Eguimar Felício; BRAGA, Helaine da Costa (org.). **Geografia e cultura**: os lugares da vida e a vida dos lugares. Goiânia: Vieira, 2008. p. 47-74.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Comunidades tradicionais quilombolas do nordeste de Goiás: quintais como expressões territoriais. **Confins** [on-line], n. 29, 2016. Disponível em: <http://confins.revues.org/11392>. Acesso em: mar. 2017.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Quintais rurais e a visibilidade do trabalho e saberes das mulheres quilombolas e assentadas – Goiás. In: ALMEIDA, Maria Geralda de. **Geografia Cultural**: um modo de ver. Goiânia: Ed. UFG, 2018. p. 343-470.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. **Revista da USP**, São Paulo, n. 75, p. 76-84, 2007.

CERTAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: as artes de fazer. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAFFOTTE, Lydie; CHIFFOLEAU, Yuna. Vente directe et circuits courts: évaluations, définitions et typologie. **Cahiers de l'Observatoire CROC**, Montpellier, n. 1-2, fev.-mar. 2007.

CLAVAL, Paul. A Geografia Cultural: o estado da arte. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p. 59-97.

CASTILHO, Denis. **Modernização territorial e redes técnicas em Goiás**. 2. ed. Goiânia: Ed. UFG, 2017.

GALEANO, Eduardo. **Veias abertas da América Latina**. Tradução: Sérgio Faraco. Montevideo: LPM, 2010. Disponível em: <http://www.mpsp.org.uy/>

mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/. Acesso em: 27 jul. 2020.

HEREDIA, Beatriz; CINTRÃO, Rosângela. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista NERA**, Presidente Prudente, SP, ano 9, n. 8, p. 1-28, jan./jun. 2006.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 448 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, SP, 2004.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; SILVA, Paulo Adriano Santos; SILVA, Heberly Ruan Conceição. Configuração espacial da geografia alimentar em Sergipe. **Confins** [on-line], v. 40, 2019. URL: <http://journals.openedition.org/confins/20412>; DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.20412>. Acesso em: 10 set. 2020.

MENEZES, Sônia de S. M. **As fabriquetas de queijo**: uma estratégia de reprodução camponesa no município de Itabi, SE. 2001. 161 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2001.

MESQUITA, Livia Aparecida Pires de. **Saberes e fazeres das mulheres assentadas**: relações de gênero e os processos de empoderamento no território do Vão de Paranã (GO). 2019. 279 f. Tese (Doutorado) – PP-GEO/IESA/UFG, 2019.

MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura**. 2. ed. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2013.

NEVES, Pedro Dias Mangolini; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Expansão do agronegócio canavieiro no sul goiano e os efeitos na produção de alimento. **Confins** [on-line], v. 44, 2020. URL: <http://journals.openedition.org/confins/26199>; DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.26199>. Acesso em: 19 maio 2020.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, João P. **A questão agrária hoje**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994. p. 45-67.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar; INOCÊNCIO, Maria Erlan. O PRODECER (RE)visitado: as engrenagens da territorialização do capital no Cerrado. **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de Geografia Agrária. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-22, jun. 2014.

PETERSEN, Paulo. Editorial. **Agriculturas**: experiências em agroecologia, v. 4, n. 3, out. 2007.

POLLAN, Michael. **O dilema do onívoro**: uma história natural de quatro refeições. Tradução: Cláudio Figueiredo. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2007.

QUARESMA, Amanda Paiva. Mulheres e quintais agroflorestais: a “ajuda invisível” aos olhos que garante a reprodução da agricultura familiar camponesa amazônica. In: HORTA, Karla; REZENDE, Marcela; MACE-DO, Gustavo (org.). **Coletânea sobre estudos rurais e gênero**: Prêmio Margarida Alves. 4. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015. p. 35-43.

RADL-PHILIPP, Rita M. Direitos humanos e gênero. **Cadernos CEDES**, v. 30, p. 135-156, 2010.

SAFFIOTI, Heleith. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2013.

SANTILLI, Juliana. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. São Paulo: Peirópolis, 2009.

SANTOS, Rossevelt J. A dimensão cultural das paisagens rurais do cerrado mineiro. In: ALMEIDA, Maria Geralda; RATTTS, Alecsandro. **Geografia**: leitura culturais. Goiânia: Alternativa, 2003. p. 133-158.

SANTOS, Rossevelt J. **Gaúchos e mineiros no Cerrado**: metamorfose das diferentes temporalidades e lógicas sociais. Uberlândia, MG: EDUFU, 2008.

SHIVA, Vandana. **Quién alimenta realmente al mundo?** El fracaso de la agriculturaindustrial y la promesa de la agroecología. Traducción: Amelia Pérez de Villar. Madri: Artes Gráficas Cofás, 2016.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015.

SOARES, Beatriz Ribeiro; CAMACHO, J. F.; LOURENÇO, L. A. B.; MELO, N. A. BACELAR, W. K. A. Triângulo mineiro: modificações econômicas e suas contradições socioespaciais. In: ALMEIDA, Maria Geralda de. **Tantos Cerrados**. Goiânia: Vieira, 2005. p. 225-250.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

TOLEDO, Victor M.; BARRERA-BASSOLS, Narciso. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. In: SILVA, Valdeline Atanzio da; ALMEIDA, Alyson Luiz Santos; ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino. **Etnobiologia e Etnoecologia**: pessoas & natureza na América Latina. 1. ed. Recife: NUPEEA, 2010. p. 13-36.

TOLEDO, Victor M.; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A memória biocultural**: a importância ecológica dos saberes tradicionais. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klaus. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília, DF: Ed. UnB, 1997.

A GEOGRAFIA DOS MAPAS MENTAIS SALTA AOS OLHOS: A PAISAGEM E O LUGAR FAZENDA VELHA

Maria Augusta Mundim Vargas
amundim@ufs.br

A Geografia pode ser apreendida cotidianamente livre de baliza-mentos teóricos e metodológicos sem que sua utilidade seja posta em xeque. Mas, quando nos colocamos na posição de pensar a Geo-grafia há de se considerar o posicionamento das palavras/concei-tos no *córpus* teórico e, conseqüentemente, atinar para a coerência de seus desvelamentos, com especial atenção aos procedimentos e instrumentos metodológicos.

Assim, ao solicitarmos que os alunos da 5ª série da Escola Mu-nicipal Aurete Pontes Fonseca, situada no povoado Fazenda Velha, município de Sete Lagoas, desenhassem o percurso que fazem de suas casas à escola, pudemos vivenciar dois sentimentos distintos.¹ Da parte dos estudantes, eufóricos, observamos demonstração de alegria pela pausa das atividades rotineiras e expectativa de poder expressar, ludicamente, o percurso cotidiano para a escola, com a perspectiva de representá-lo em um desenho “todo seu”! Para nós, que aportamos intencionalmente na Escola como uma instituição

¹ O trabalho de campo ocorreu como atividade da disciplina Instrumental e Técnicas em Pesquisa Qualitativa, ministrada em abril de 2019 no Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, no contexto do Projeto de Mobilidade Acadêmica, Edital nº 10/2016-Capes/Fapitec: “Novos usos de territórios no campo: impac-tos e renovação de materialidades, ressignificações e emergência de novas ruralida-des um estudo comparativo entre Sergipe, Goiás e Minas Gerais”. As oficinas foram conduzidas em duas turmas com a participação das discentes Ludimila de Miranda Rodrigues Silva, Mariana Rodrigues da Costa Neves e Liliane de Deus Barbosa.

referente do lugar visitado, nossa expectativa era que os desenhos, tomados como instrumento de nossa pesquisa, fornecessem conteúdos representativos do lugar, ou seja, imagens que nos fornecessem meios para conhecer a realidade.

Observa-se, então, o encadeamento de ações que se distinguem pela utilidade. Os estudantes produziram seus desenhos com atenção, cuidado e diligência sem, contudo, demonstrarem o sentido de utilidade que nos moveu, repousado na oportunidade, no interesse, no prestígio e no benefício de seus desenhos para nossas análises. Ora, como coloca Barthes (2006), os desenhos podem retratar símbolos que nos remetem a um significado, no nosso caso (pela expectativa do pesquisador) de que eles pudessem criar para nós um recorte espacial do povoado Fazenda Velha de forma a nos proporcionar ressignificações, por exemplo, da paisagem, de como eles percebem a paisagem.

O desenho, portanto, como um meio para os estudantes comunicarem suas experiências ambientais cotidianas foi, para nós, instrumento de pesquisa e motivação para procedermos a uma análise de percepção. Amorim Filho (2018, p. IX) é assertivo ao frisar a importância “não somente da individualidade dos lugares, mas, também, do sentido de lugar e da imagem do lugar das pessoas em suas percepções e preferências ambientais”. Foi com esse intuito de apercebemos o lugar que nos movemos para a escola e definimos os mapas mentais como instrumentos passíveis de interpretação da imagem do povoado.

Comungamos com Cosgrove ([1983] 2003, p. 104) ao apreendermos o mundo vivido como um construto simbólico e material cuja objetividade não deve ser negada, pois ele (o mundo vivido) “é precisamente o encontro coletivo de sujeito e objeto, da consciência do mundo material”. A paisagem dos mapas mentais que alinhavam o percurso da casa à escola expõe simbolismos e

mostra, de certa forma, um modo de ver o mundo, num sentido mais amplo de que a cultura, viva, é transposta como marcas da paisagem e, como refere Berque (1998), “a paisagem é marca e a paisagem é matriz”.

Valemo-nos de Berque (1998) para a compreensão da paisagem como um inventário de suas marcas ou materialidades e como um esquema de percepção, ação e concepção. Neste alinhavo de olhares e leituras, inserimos no diálogo as escalas de análise observadas por Frémont (1980) entre “o espaço de alienação e o espaço vivido”. O espaço de alienação é aquele cujas ações esvaziam os valores do espaço de tal maneira que sua leitura só é possível pela compreensão das formas de apropriação e o espaço vivido como a possibilidade de leitura pela dimensão afetiva do vivido e, com ele, traçamos um paralelo com os olhares de Cosgrove (2012). Este observa, num contexto de alienação, a tradução de uma “paisagem dominante” como aquela que expressa a imposição de uma classe sobre a outra, definida, dentre outros, por suas marcas. Em contraposição ao espaço hegemônico das paisagens dominantes, observa as “paisagens alternativas”, menos visíveis, por serem “emergentes ou excluídas ou, ainda, residuais”, as quais nos permitem uma aproximação pela afetividade e pelo pertencimento aos lugares.

Por ser uma construção cultural, a paisagem carrega simbolismos, como demonstra Bonnemaïson (2002), que podem ser manifestados e expostos pela arte, dentre as quais, desde as pinturas artísticas até os mapas mentais das crianças, objeto deste texto. Trata-se de uma ancoragem pelo “ponto de vista” de quem executou o desenho; do que “compõe” a sua obra e, particularmente, o que “expôs” como sua forma de ver o mundo.²

² A esse respeito ver Gomes (2013). Ao tratar os elementos para uma geografia da visibilidade pelo “ponto de vista”, descerra questões analíticas advindas de nosso olhar geográfico.

Vale, todavia, inserir no conteúdo introdutório deste texto nosso alinhamento com a abordagem fenomenológica da percepção ancorada em Tuan (1980, 1983) e Dardel (2015). Com efeito, o sentido de topofilia (e seu reverso topofobia) exposto por Yi-Fu Tuan afina-se com o entendimento de Eric Dardel de que as pessoas, ao estabelecerem relações espaciais com o mundo vivido, traduzem suas geograficidades com o lugar. O alinhamento finda com a pontuação de Merleau-Ponty (1999, p. 40-41), para quem a percepção originária “se precede a si mesma” e, nesse contexto, a paisagem percebida é vivida e envolve o conhecimento (preconcebido) que temos sobre o espaço.

Pelas pegadas de Cosgrove (2012, p. 235), apreendemos como importante procedimento para a leitura das paisagens a execução de trabalhos de campo, a elaboração e interpretação de mapas e a busca de “evidências”, que, segundo ele, podem corresponder a “qualquer fonte que possa nos informar os significados contidos na paisagem”, para os que a fizeram, alteraram-na, mantiveram-na, visitaram-na, e assim por diante (SILVA, 2019, p. 56).

E, por conseguinte, desenvolvemos o texto em três partes além dessa introdução. Na segunda, o povoado Fazenda Velha é apresentado pelos “de fora”, ou seja, por nós, os pesquisadores que planejaram o campo e definiram-no como lócus da pesquisa. Procuramos mostrar nossa “visão” oriunda dos levantamentos secundários feitos previamente bem como nosso olhar pelos registros fotográficos com a intenção de atá-los ao texto em articulação com “a construção do discurso científico” (GURAN, 2011, p. 81), isto é, a apreensão da paisagem. A visão dos “de dentro” foi captada pela fala de alguns dos entrevistados que relataram sobre o processo de ocupação, os fatos marcantes do passado e do presente e, principalmente, sobre seus referentes – pessoas, signos, lugares, prédios, dentre outros.

Na terceira parte a geografia dos mapas mentais salta aos olhos pela exposição da paisagem percebida pelos estudantes, ressaltan-

do os lugares e os aspectos culturais subjetivos de cada um. Uma exposição individualizada e coletiva procura mostrar a paisagem e o lugar Fazenda Velha. Em seguida, nas considerações finais, reafirmam-se as oficinas como procedimento relevante nas pesquisas qualitativas, mas, igualmente, como prática de ensino, pois, “ao lidar com coisas, fatos, processos, na prática social cotidiana, os indivíduos vão construindo e reconstruindo uma geografia e um conhecimento dessa geografia” (CAVALCANTI, [1998] 2002, p. 33).

2 O Lugar Fazenda Velha

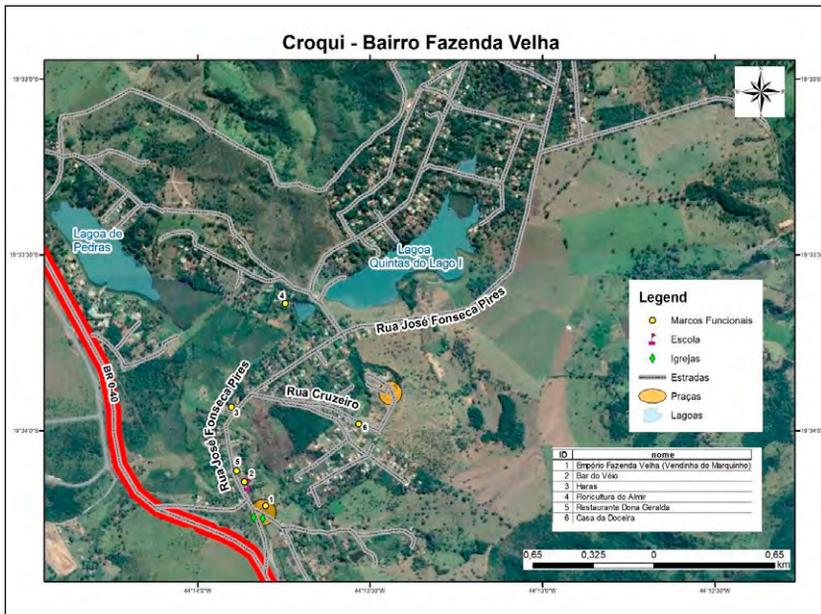
A definição pelo trabalho de campo no povoado Fazenda Velha foi motivada pela proximidade, cerca de 60 quilômetros do Campus Universitário, e pela exposição de Liliane de Deus Barbosa ao relatar sua experiência como professora, por dois anos, da Escola Municipal Aurete Pontes Fonseca, quais sejam: (i) a maioria das crianças que frequentam a escola reside na Fazenda Velha (ii) a grande maioria é de família de baixa renda, cujos pais são empregados das casas dos condomínios e das chácaras que predominam no povoado.

Essas informações foram complementadas pelo levantamento em fontes secundárias (Figura 1), valiosas sobretudo para comporem uma imagem do lugar: (i) parece que está muito próximo de Esmeraldas, um lugar estigmatizado pela violência em razão das constantes notícias de “desova de cadáveres e esconderijos”; (ii) o arruamento que se vê pela imagem de satélite denota um relevo acidentado e uma ocupação dispersa; (iii) a proximidade da sede, Sete Lagoas, e o acesso pela BR 040, possivelmente, justificam a instalação de condomínios, bem como de serviços como bar, restaurante, armazém, floricultura e associação de moradores.

Durante o trabalho de campo alguns elementos referenciais foram destacados na Figura 1, como o armazém/empório situado na

praça da entrada do povoado (identificado com o número 1), juntamente com a Igreja católica, posto de saúde, Correios e sede da Associação dos Moradores. A Escola visitada está destacada com o símbolo da bandeirola vermelha, ao lado do bar do Veio, sujeito de referência do lugar tanto quanto o Sr. Marquinho do Empório. Ainda no início da rua José Fonseca Pires chama a atenção a majestosa sede de um haras e, mais para o interior, a rua se alonga em direção aos lagos onde estão instalados dois condomínios. A rua do Cruzeiro, todavia, define o local de residência dos “mais antigos” ou do “povo do lugar”, expressões dos moradores para se distinguirem dos chacareiros e donos de casas nos condomínios, mormente, segunda residência de pessoas “de fora”.

Figura 1 - Aproximações cartográficas: o povoado Fazenda Velha pelo satélite



Fonte: Pesquisa de campo, 2019. Elaboração: Jéssica P. dos Santos.

Diz o Sr. Marquinho, proprietário do empório:

A povoação mais próxima daqui teve início a uns dois quilômetros em direção a Sete Lagoas, no antigo Posto Fiscal, denominada Das Pedras. Lá tinha escola rural Leonídio Pires Fonseca e aqui, perto do armazém de meu pai, tinha uma sede abandonada por Leonídio, cujo lugar era chamado de Fazenda Velha. Com o fechamento do Posto Fiscal, a localidade Das Pedras começou a diminuir e parar de crescer, e aqui perto da casa da Fazenda Velha começou a crescer pela influência do Sr. Leonídio, inclusive dando o nome de sua neta Aureta à Escola que se transferiu para cá.

Assim, a localidade Das Pedras (na Figura 1, entre a lagoa de igual nome e a BR 040) fica com o nome na história e essa localidade começa a crescer e a ser conhecida como bairro Fazenda Velha. Sr. Marquinho complementa: *“Tem muita gente de fora que tem terra, chácara e casa nos condomínios. O movimento dessas pessoas não é certo, mas são eles que fizeram Fazenda Velha crescer. A sede do povoado é o Haras Fazenda Velha, onde acontece a Festa do Cavalo há 8 anos”*. As Figuras 2a e 2b mostram alguns aspectos do povoado.

Figura 2 - Aspectos do povoado Fazenda Velha: balcão do empório, Igreja de São Sebastião. Figura 2a: Aspectos do povoado Fazenda Velha: Balcão do Empório; Igreja de São Sebastião.



Fonte: Pesquisa de campo, abril 2019. Organização: Maria Augusta Mundim Vargas

Figura 2b: Aspectos do povoado Fazenda Velha: Quadro de aviso no Posto de saúde; Outdoor da Festa do Cavalo.



Fonte: Pesquisa de campo, abril 2019. Organização: Maria Augusta Mundim Vargas

Com relação à sede da Fazenda Velha (Figura 3), denominada Haras pelos moradores, trata-se de uma casa do século XIX que foi desmontada na cidade de Diamantina e transportada e montada para a parte central do povoado há poucos anos, com a intenção de agregar valor ao haras, bem como servir de *marketing* para a Festa do Cavalo, cuja oitava edição já havia ocorrido no ano de 2019.

Figura 3 - Sede do Haras e vista de sua varanda



Fonte: Pesquisa de campo, abril 2019. Organização: Maria Augusta Mundim Vargas

Pretendemos, portanto, reforçar o caráter relacional da paisagem, seja pela observação/percepção do olhar do pesquisador, seja pelo papel ativo que a comunidade exerce na transformação da paisagem posicionando-a como seu referente, tal como salienta Paola

Sabbion (2016) com relação ao processo de definição da paisagem, ao reforçar como inseparável a ligação entre o ambiente circundante e a experiência.

Figura 4 - Povoado Fazenda Velha: moradores na rua do Cruzeiro e entrada de condomínio



Fonte: Pesquisa de campo, abril 2019. Organização: Maria Augusta Mundim Vargas

E, nesse contexto, objetivamos, pela realização da oficina, tomar os desenhos dos estudantes como instrumento da pesquisa na expectativa de inseri-los na produção de informações sobre Fazenda Velha, ou seja, aceitar os mapas mentais como meio para se conhecer a realidade. E, pela experiência subjetiva com o lugar e sua paisagem, consideramos a análise de mapas mentais proposta por Kozel (2001, 2018) como norteadora de nosso diálogo com Fazenda Velha e sua paisagem como representação das vivências e dos valores de seus habitantes, sujeitos de nossa pesquisa.

3- Marcas da Paisagem, Paisagem que marca

A realização de uma oficina foi prontamente aceita pela direção da Escola quando de nossa visita no período da manhã. Foi sugerida sua execução com as duas turmas do 5º ano no período da tarde e, ao retornarmos, eles já haviam preparado folhas de tamanho A4 com o seguinte cabeçalho: Escola Municipal Aurete Pontes Fonseca

– Trabalho UFMG, o que foi apreendido como um gesto de acolhimento de nossa proposta.

A alusão ao texto “Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural” de Augustin Berque (1998) é proposital, pois remete diretamente aos limites e intenções da oficina “O percurso de minha casa à escola”. Para esse autor, a paisagem-marca é aquela que é vista pelo olhar e experienciada pela consciência; aquela que é valorizada de acordo com suas utilidades, mas também regulamentada por normas de uso e por políticas. Já para paisagem-matriz o autor estabelece um duplo sentido, ao atribuir a esse construto que, na condição de matriz, a paisagem determina o olhar, a consciência, a valorização e as políticas.

A esse respeito há de se considerar a evolução da noção de espaço e da percepção de sua composição e constituição em que pese a idade dos alunos (10 a 14 anos), que frequentavam o 5º ano quando da realização da oficina. Almeida e Passani (1989, p. 26-27) traçaram um relato sobre as relações espaciais das crianças tomando como referentes a percepção do espaço vivido, percebido e concebido. Para elas, o espaço vivido é experienciado “através do movimento e do deslocamento”, o espaço percebido “não precisa mais ser experimentado fisicamente. Assim a criança é capaz de lembrar-se do percurso de sua casa à escola”, e a noção de espaço concebido dá-se quando “é possível estabelecer relações espaciais entre elementos através de sua representação”, no caso, a proposta de representar “o percurso de minha casa à escola”.

Por conseguinte, procuramos expor os níveis de percepção dos alunos ao tempo em que mostramos as marcas da paisagem e o que a paisagem marca para eles, como um dos caminhos para compreender o modo como percebem a paisagem, como apreendem e se relacionam com o meio. Com essa ancoragem, acrescenta-se ainda que pautamos a condução da oficina nos procedimentos propostos

por Vargas (2017, p. 19), ao considerar a interação do oficineiro com os sujeitos pelas exposições do “conhecimento” e “reconhecimento” que eles têm sobre o objeto de estudo, nesse caso a paisagem, pois “a paisagem pode ser apreendida como um sistema visual holístico tanto quanto marcos geossimbólicos individualizados na paisagem”. Desse modo, a oficina é entendida como uma construção, pois “esse conjunto de atividades possibilita a interpretação sob diferentes ‘olhares’ e sob diferentes leituras e, assim, não se espera a sua apreensão como procedimentos que engessem a pesquisa” (VARGAS, 2017, p. 26).

Como exposto, solicitamos aos estudantes que representassem o percurso cotidiano para a escola por intermédio de um desenho “todo seu”, com preleção motivacional sobre o que mais chama a atenção no percurso, se longo ou curto, se a pé, de carro ou no ônibus da prefeitura, na expectativa de produzirem mapas mentais que possibilitassem nossa análise sobre seus conhecimentos e suas percepções. A esse respeito, comungamos com Cavalcanti (2002, p. 60-61), ao ressaltar que a percepção de crianças e jovens pela observação da paisagem “possibilita distinguir os lugares de consumo, os lugares interditados, os lugares permitidos”, lugares esses que expressam “os aspectos culturais e subjetivos: uma dimensão estética, uma dimensão afetiva, que tem a ver com a identificação emocional das pessoas com esses lugares”.

E, pela experiência subjetiva com o lugar e sua paisagem, consideramos a análise de mapas mentais proposta por Kozel (2001, 2018) como norteadora de nosso diálogo com o povoado Fazenda Velha e sua paisagem como representação das vivências e dos valores de seus habitantes, sujeitos de nossa pesquisa. É o que mostra o Quadro 1. Sua proposta de análise é balizada pelas características da representação (i) dos elementos da paisagem natural; (ii) dos elementos da paisagem construída; (iii) dos elementos humanos, au-

xiliados pela observação dos signos que se repetem, da forma de implantação e distribuição dos ícones nos desenhos. Ressalta-se, a Metodologia Kozel considera os mapas mentais como construções sógnicas e, como tal, requerem interpretação.

Dentre os 28 mapas mentais produzidos por 12 meninas e 16 meninos com idade entre 10 e 14 anos apreendemos com relação à implantação que: (i) ocuparam a folha de forma dispersa; (ii) representaram os elementos com linhas, ícones e letras; (iii) apenas três mapas representaram humanos e um estudante implantou com a folha na vertical. De pronto a exposição da paisagem de dois povoados: Fazenda Velha e Varzinhas, este “fora” de nosso alcance de observação! Surpreendentemente, 11 estudantes residem em Varzinhas, pertencente ao município de Esmeraldas, e seus mapas mentais mostraram, com maior ou menor detalhe, a travessia da BR 040, situando o povoado para além desta via.

Todavia, observam-se semelhanças entre a percepção das crianças dos dois povoados pelo predomínio de ícones urbanos, tais como igreja, bar/vendas, o ônibus, postes, placas, ruas com detalhamento de asfalto, calçamento, terra, e até buracos! Os mapas de Fazenda Velha se distinguem, nesse sentido, pela representação da escola e os de Varzinhas pela representação da BR 040 e do Posto Fiscal, sinalizando, pela nossa solicitação de representação do percurso, que eles são os “de lá”, posto que a centralidade (ou o ponto final) está dada pela escola. Esses aspectos são comentados a seguir.

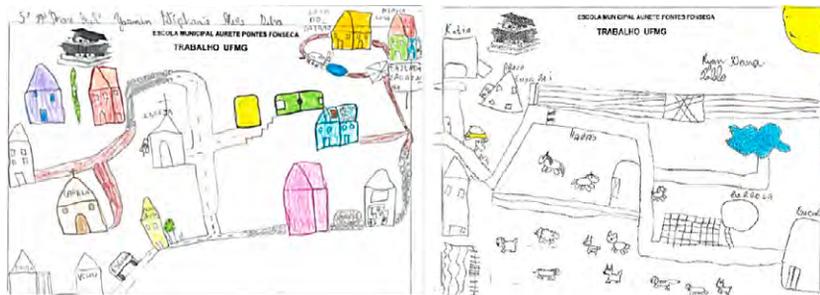
Quadro 1- Matriz semiótica interpretativa dos mapas mentais

Forma de representação e elementos sógnicos identificados																													
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	T
	Turma A meninas							Turma B meninas							Turma A meninos							Turma B meninos							
ELEMENTOS DA PAISAGEM NATURAL																													
Árvores																													15
Sol																													11
Nuvem																													9
Pasto/Plantação																													10
Lagoa																													6
Animais																													6
Aves																													3
Subtotal	2	4	2	2	4	4	4	3	3	3	1	1	0	3	2	3	3	3	0	0	3	0	1	0	1	1	4	4	
ELEMENTOS DA PAISAGEM CONSTRUÍDA																													
Casa																													24
Escola																													25
Estradas e ruas																													19
BR 040																													17
Pedágio																													9
Placas/postes																													9
Carros/ônibus																													10
Comércio																													13
Igreja																													4
Fazenda																													3
Cerca/muro																													4
Portão/porteira																													4
Subtotal	7	4	6	2	3	10	8	4	5	2	5	4	4	6	6	1	3	4	6	4	3	8	3	8	5	6	8	6	
TOTAL DE ELEMENTOS NO MAPA																													
Total	9	8	8	4	7	14	12	7	8	5	6	5	4	9	8	4	6	7	6	4	6	8	4	8	6	7	12	10	

Fonte: Oficina “O percurso de minha casa à escola”. Escola Municipal Aurette Pontes Fonseca, Povoado Fazenda Velha, abril, 2019. Baseado na metodologia Kozel (2001, 2018). Organização: Maria Augusta Mundim Vargas

A menina 6 e o menino 27 expõem em seus mapas (Figura 5) o maior número de elementos conforme verificado no Quadro 1, mas também, com clareza na representação do espaço: o rural pela fazenda, pelo Haras, pelas cercas e presença de animais; o urbano pela indicação de prédios funcionais como Posto de Saúde, Escola, templos, praça, empório do Marquinho e mercearia do Veio/Velho, como referiram nos mapas e na oralidade.

Figura 5 - Povoado Fazenda Velha: representação do urbano e do rural



Fonte: Oficina, abril 2019. Organização: Maria Augusta Mundim Vargas.

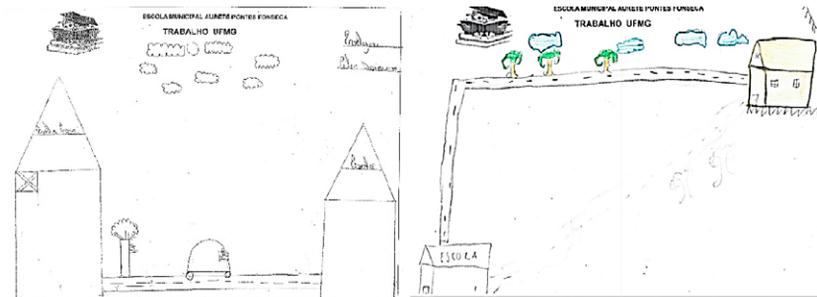
Obs.: No Quadro 1: menina 6 e menino 27.

O deslocamento casa-escola-casa faz parte de seus cotidianos, experienciado dia a dia e, como referido por Almeida e Passini (1989), as relações espaciais que representam o espaço vivenciado estão expressas nos elementos da paisagem percebidos. A menina 6 detalha o tipo de acabamento das vias: com a cor marrom, as vias em piçarra; com a cor cinza, as vias em paralelepípedo; e as com sinalização horizontal, as vias asfaltadas. Ela mora na área rural do povoado, numa fazenda em que se distinguem a porteira, uma lagoa, cercas, um “boi” indicando a criação, sua casa e a casa do patrão. No percurso, feito no ônibus escolar da prefeitura, alguns referentes além daqueles já anunciados: um campo de futebol indica uma das possibilidades de se chegar à fazenda e, abaixo, à direita, um carro na garagem indica a residência de um Senhor que teve seu veículo reformado pelo programa de TV Caldeirão do Hulk. Assim o lazer e a pessoa “famosa” são referentes de sua percepção. O menino 27 traz em seu mapa registros de muitos animais. Gatos e cachorros são representados em número significativo tanto quanto chamam a atenção os cavalos entre as cercas do Haras, com a ressalva de que foi o único que o representou, assim como, também, foi o único que posicionou a barroca e a Praça de “seu” bairro como elementos de

destaque da paisagem³. O Haras é um referente da Festa do Cavalo que “movimenta” o povoado.

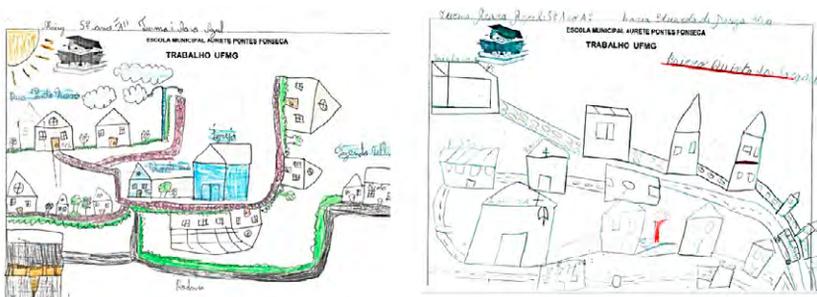
A estreita relação com a família é notória. Suas casas foram sinalizadas em 25 mapas e apenas suas casas e a escola em 10, denotando um alinhamento objetivo do percurso – a casa e a escola –, como mostram os mapas mentais das figuras 6 e 7.

Figura 6 - Povoado Fazenda Velha: representação do percurso casa-escola



Fonte: Oficina, abril 2019. Organização: Maria Augusta Mundim Vargas.
Obs.: No Quadro 1: menina 8 e menino 21.

Figura 7 - Povoado Varzinhas: representação do percurso casa-escola



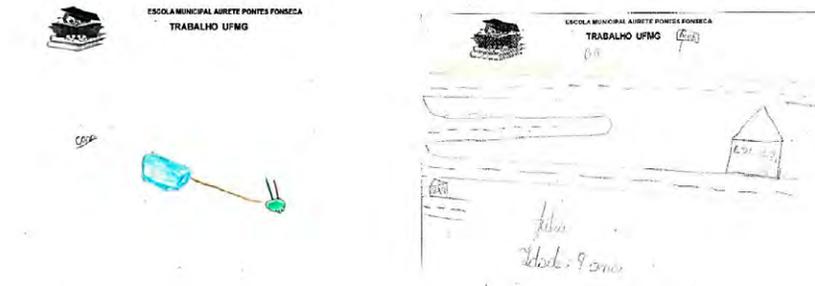
Fonte: Oficina, abril 2019. Organização: Maria Augusta Mundim Vargas.
Obs.: No Quadro 1: menina 1 e menina 7.

³ A barroca é um termo de uso local. Refere-se a uma depressão significativa do terreno que ao contrario das lagoas ocorrentes, permanece úmida e recebe águas temporariamente. Ver área desocupada abaixo da Rua Cruzeiro na Figura 1.

Na Figura 6 assinalamos a objetividade das representações ao destacarem o percurso realizado em vias asfaltadas, com detalhes da paisagem natural fornecidos pelas nuvens e árvores observados da janela, pois na oralidade informaram que fazem o percurso com o ônibus da prefeitura e a menina 8 “às vezes de carro”, tal como expresso em seu mapa. Já os mapas da Figura 7 trazem o domínio dos elementos da paisagem urbana, com ruas calçadas e de piçarra, posicionando Varzinhas acima da folha, com destaque para suas casas, e Fazenda Velha abaixo da folha, evidenciando a escola e o bar do “Veio/Velho”. Entre os povoados a BR 040, salientando o ônibus escolar que por ela transita, no mapa da Figura 1, e o posto de pedágio, no mapa da Figura 7.

Algumas especificidades verificadas nos mapas merecem ser expostas, com a ressalva de que não são tidas como singularidades ou exceções, mas sim como elementos integrantes do conjunto perceptivo das crianças. No Quadro 1 é possível distinguir os estudantes por sexo e visualizar que os carros são objetos da observação prioritária dos meninos e somente as meninas desenharam o ônibus escolar. Sinalizamos para o mapa da menina 4, em especial. Ele foi cuidadosamente construído mostrando “apenas” uma lagoa, uma árvore e a palavra “casa”. Com efeito, ela expressou verbalmente que mora perto da lagoa. Já a menina 12 não desenhou nenhum elemento natural, mas expressou a palavra “água” compondo o conjunto dos elementos da paisagem construída de seu mapa do povoado Varzinhas (Figura 8).

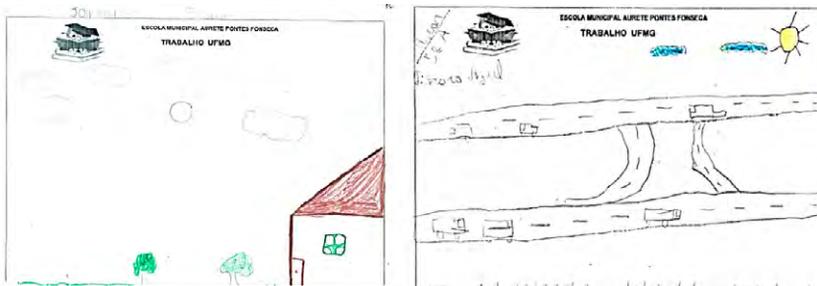
Figura 8 - Representações de marcas da paisagem natural: lagoa do povoado Fazenda Velha – expressão da palavra água no povoado Varzinhas



Fonte: Oficina, abril 2019. Organização: Maria Augusta Mundim Vargas
 Obs.: No Quadro 1: menina 4 e menina 12.

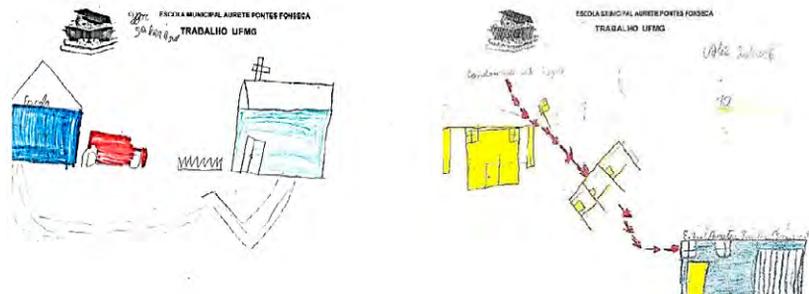
Ademais, o mapa da menina 10 foi o único que implantou a chuva como elemento da natureza. O mapa do menino 16 tem apenas sua casa e do menino 17 apenas a BR 040 (Figura 9); o menino 20 trouxe o percurso da igreja à escola e não da casa à escola, informando que mora ao lado da igreja pentecostal do povoado Varzinhas e seu pai é o pastor; o menino 25 implantou setas bem marcadas para representar o percurso (e o sentido) de sua casa até a escola (Figura 10).

Figura 9 - Representações de marcas da paisagem construída: a BR 040



Fonte: Oficina, abril 2019. Organização: Maria Augusta Mundim Vargas
 Obs.: No Quadro 1: menino 16 e menino 17.

Figura 10 - Representações dos sentidos: o percurso com setas e a origem da igreja



Fonte: Oficina, abril 2019. Organização: Maria Augusta Mundim Vargas

Obs.: No Quadro 1: menino 20 e menino 25.

Assim, nota-se que os elementos da paisagem natural mostraram-se bem menos numerosos que aqueles da paisagem construída e, também, mais observados – e conseqüentemente, mais representados – pelas meninas. As representações trouxeram árvores, sol e nuvens preponderantes, mas, especificamente, chamaram a atenção aquelas que imprimiram a distinção entre o urbano e o rural – com cercas, animais e pastos –, observando-se que uma menina e quatro meninos expressaram somente elementos da paisagem construída. As etnogeograficidades que, para Silva (2019), traduzem a paisagem cultural pela apreensão do cotidiano e exposição da relação com o meio estão representadas pela estreita relação com a família (muitos sinalizam minha casa, minha escola), pela significativa representação associada ao ônibus escolar; pela percepção das ruas, placas e animais que são vistos no percurso.

A Geografia salta aos olhos nos mapas mentais ao observarmos a organização e a estrutura dos povoados Fazenda Velha e Varzinhas, com a disposição dos referentes urbanos e rurais. Sobretudo, a toponímia de Tuan (1980) salta aos olhos com a disposição “da minha casa e da escola” como ponto de partida e chegada e dos animais no contexto de pastos entre cercas e árvores.

O conhecimento e/ou concepção que demonstram com relação ao espaço expõem múltiplas visões do percurso: de simplistas e objetivas a complexas e detalhadas, mas que em última instância traduzem, pelo ir e vir à escola, a observação do mundo cotidiano (o real), pela janela do ônibus ou a pé. Como representação fruto da observação, eles nos fornecem códigos a serem analisados. Uns implantaram muitos detalhes (postes com lâmpadas, pássaros, número das casas, dentre outros); outros, uma “linha” entre a casa e a escola. Porém, todos representaram a paisagem gravada, ou seja, os elementos que são lembrados e, nesse sentido, os elementos da paisagem construída sobressaíram nas lembranças e na memória das crianças (cf. OLIVEIRA, 2002). Como refere Kozel (2018, p. 30), “compreender a subjetividade requer considerar as representações do mundo construído pelos seres humanos, pressupondo conhecimento e ação, e não somente os processos cognitivos”.

Pelo olhar de Cosgrove (2012) e pela sensibilidade de Cavalcanti (2002), foi possível identificar que a BR 040 constitui barreira e segregação espacial, assim como os portões assinalam os condomínios e as cercas das fazendas e dos sítios denotam a paisagem dos dominantes. Com efeito, os mapas mentais mostraram o que fazem, os lugares permitidos e os “proibidos”. E a lagoa, a barroca, o bar do Veio/Velho e até mesmo a escola são apreendidos como elementos pertencentes à paisagem alternativa residual, onde lhes é permitido adentrar, consumir, brincar e estudar. Os mapas trouxeram-nos, pois, as “evidências” da paisagem na percepção dos estudantes.

Considerações finais

Os aspectos da paisagem sublinhados como desencadeadores deste texto, de fato, encontraram chão na incursão ao povoado Fazenda Velha com o “exercício” da observação participativa e a reali-

zação de oficina na escola do lugar. A paisagem confirma seu caráter pluridimensional, ao possibilitar a aproximação dos fenômenos observados em campo com aqueles expressos pelos estudantes em seus mapas mentais, ou seja, a paisagem proporcionou nosso olhar a diversos fenômenos inter-relacionados no espaço e no tempo de suas materializações no povoado. Alinhamo-nos com Cosgrove (2003) e entendemos que a paisagem faz-nos lembrar (e ter a consciência) de nossa posição na e com a natureza.

Os aspectos positivos da realização de oficina em pesquisa de percepção da paisagem são relevados pelos procedimentos empreendidos com as metodologias de Vargas (2017) e Kozel (2018). Estas não apenas nos forneceram elementos de análise morfológica e distributiva no espaço, como, fundamentalmente, mostraram-nos o “modo do olhar dos estudantes”. Trata-se de uma paisagem construída que traduz “pontes” pelo acesso à escola de crianças de um povoado vizinho, “barreiras” geográficas pela BR 040, que impede maior aproximação entre os estudantes e convívio restrito à escola, bem como “barreiras” sociais nítidas entre suas casas e dos padrões, entre a situação de suas casas com relação aos condomínios fechados.

Como elementos/produtos a serem utilizados nas análises de estudos da paisagem, destacamos a possibilidade de os mapas mentais serem úteis: (i) para a realização de inventários de materialidades e imaterialidades; (ii) para a compreensão da dimensão afetiva do espaço vivido – as topofilias e as topobobias, por exemplo; (iii) para a apreensão das formas de apropriação dos espaços; (iv) para a apreensão das lembranças e das memórias, das subjetividades individuais e coletivas, tomando os mapas mentais como representações de uma narrativa sociocultural; daquilo que os sujeitos, no nosso caso os estudantes, reconhecem naquilo que consideramos um percurso etnogeográfico.

Embora tenhamos sublinhado a oficina como um procedimento a ser considerado na pesquisa, há de se pontuá-la como precioso recurso didático, atividade que rompe com o ensino por conteúdos postos mecanicamente e, ainda, fragmentados. Nesse sentido, a oficina constitui prática interdisciplinar passível de ser compartilhada por várias disciplinas e como atividade integradora no planejamento das escolas. E como destacado por Kozel (2018, p. 62), “apesar de ceulemas e dificuldades encontradas pelos pesquisadores”, referindo-se à aplicação da metodologia, o que não foi nosso caso, as oficinas com a construção de mapas mentais “nos instigam a refletir e ampliar a discussão visando sua aplicação nas pesquisas geográficas”.

Entendemos as orientações da oficina como um dos possíveis caminhos a serem percorridos numa pesquisa, sendo “tomados como norteadores, inspiradores e motivadores para a definição das técnicas e dos instrumentais da pesquisa” (VARGAS, 2017, p. 26). Por certo, não se espera que as oficinas sejam aplicadas como procedimentos que engessem a pesquisa e tampouco os procedimentos didáticos. Apreendemos, pois, as motivações da oficina como um espaço dialógico que proporciona uma experiência vivenciada entre o pesquisador/professor e os “seus” sujeitos.

Referências

ALMEIDA, Rosângela D.; PASSINI, Elza Y. **O espaço geográfico**: ensino e representação. (Repensando o ensino). São Paulo: Contexto, 1989.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Prefácio. In: KOZEL, Salette. **Mapas mentais**: dialogismo e representações. Curitiba, PR: Appris, 2018.

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: VERI, 1998. p. 84- 91.

BARTHES, Roland. **Elementos da semiologia**. 16. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Geografia Cultural**: um século. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002. p. 83-131.

CAVALCANTI, Lana de S. **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia: Alternativa, 2002.

COSGROVE, Denis [1983]. Em direção a uma Geografia cultural radical. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 135-146.

COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Geografia cultural**: uma antologia. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012. p. 219-238.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2015.

FRÉMONT, Armand. **A região, espaço vivido**. Tradução de Antonio Gonçalves. Coimbra, Portugal: Livraria Almedina, 1980.

GOMES, Paulo César da Costa. **O olhar do lugar**: elementos para uma geografia da visibilidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

GURAN, Milton. Considerações sobre a constituição e a utilização de um *corpus* fotográfico na pesquisa antropológica. **Discursos Fotográficos**, Londrina, v. 7, n. 10, p. 77-106, 2011.

KOZEL, Salette. **Das imagens às linguagens do geográfico**: Curitiba, a capital ecológica. 2001. Tese (Doutorado) – USP, São Paulo, 2001.

KOZEL, Salette. **Mapas mentais**: dialogismo e representações. Curitiba: Appis, 2018.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cidade**: história e desafios. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

SABBION, Paola. **Paesaggio come esperienza**. Firenze: Franco Angeli, 2016.

SILVA, Ludimila de M. R. A. **“Chancela de Paisagem Cultural Brasileira” e sua contextualização no Vale do Jequitinhonha**: a constituição identitário-regional da emergência quilombola e o patrimônio vivido do sítio histórico-geográfico de Alto dos Bois. 2019. Tese (Doutorado) – PPGEO/IGC/UFMG, Belo Horizonte, 2019.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

_____. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

VARGAS, Maria Augusta Mundim. Desvelando heranças, tradições e práticas de jovens de Japaratuba, SE, Brasil. **Revista Cerrados**, Montes Claros: Unimontes, v. 15, p. 3-29, 2017.

GEOGRAFICIDADES DOS ALTOS: TOPONÍMIA E RURALIDADES DOS QUILOMBOS DE ALTO DOS BOIS (MINAS GERAIS) E SÍTIO ALTO (SERGIPE)

Ludimila de Miranda Rodrigues Silva
ludimilardrigues86@gmail.com

Introdução

A ciência geográfica, desde o seu período clássico, nas escolas francesas e americanas, tem se voltado à compreensão das realidades por meio da conexão entre homem e meio, das suas relações, interações ou transgressões. Em diversas correntes do estudo geográfico esta busca tem sido realizada a partir de diferentes olhares, lentes e concepções teóricas e metodológicas.

No contexto brasileiro, os estudos sobre comunidades tradicionais, em suas mais diversas perspectivas, viabilizaram uma proximidade ainda maior dos pesquisadores com tais conexões homem-meio, tão próprias do cotidiano dessas comunidades. A tradicionalidade desses povos e comunidades pode ser compreendida por meio de uma concepção de realidade geográfica muito próxima aos pressupostos teóricos do geógrafo Éric Dardel (2011) – a geograficidade. Cunhado pelo autor no início dos anos 1950, o conceito de geograficidade elucidada, primordialmente, esta relação espaço-temporal do homem com o seu meio, com o seu mundo vivido. Interações que se expressam por meio da paisagem, do território, das ruralidades, da construção e desconstrução dos lugares e regiões ao longo do tempo. Tais concepções do espaço geográfico apreendido

por meio da conexão e de uma vivência espaço-temporal é que me levam a estas reflexões em torno de duas realidades tão distintas – Alto dos Bois e Sítio Alto, mas que, ao mesmo tempo, carregam em sua essência tantas outras similaridades.

O diálogo se inicia por meio do teor histórico-geográfico da toponímia dessas duas localidades. A toponímia que, como bem resalta Dick (1990), vai além da dimensão linguística, é responsável pela preservação do patrimônio histórico dos lugares, tendo em vista que o seu significado marca os aspectos geo-históricos, socioeconômicos e antropoculturais de uma geograficidade. As histórias, memórias e vivências vinculadas aos nomes dos lugares elucidam relações de uma sociedade com o espaço, suas paisagens, territorialidades e um modo de viver. O estudo da toponímia pode, inclusive, revelar diversas variações desta função de denominar no âmbito espacial, social e cultural.

Este artigo tem como objetivo realizar uma análise etnogeográfica das comunidades quilombolas de Alto dos Bois e Sítio Alto, sob a perspectiva histórico-geográfica da toponímia, buscando elucidar suas semelhantes e distintas espacialidades e ruralidades a partir das vivências, diálogos e olhares sobre a sua realidade.

A escolha pelo método etnogeográfico, defendido por Paul Claval (2003, p.20-21), me indica possíveis caminhos de se “alcançar as geografias que compõem a vida dos homens e os conduzem a interiorizar ao mesmo tempo o que seu entorno lhes ensina, e o que a experiência lhes trás”. Para a pesquisadora goiana Maria Geralda de Almeida, os estudos etnogeográficos buscam adentrar “na intimidade dos grupos culturais, o vivido pelos homens, concretizado em crenças, valores e visão de mundo” (ALMEIDA, 2008, p.332).

No intuito de alcançar as experiências e visões de mundo de tais comunidades, meu olhar sobre a comunidade quilombola de Alto dos Bois, localizada no município de Angelândia (Minas Gerais), é

fruto de uma construção coletiva de vivências, trocas de experiências, relatos de vida, aprofundamento histórico e geográfico sobre documentos antigos oficiais (encontrados no Arquivo Público Mineiro) e pessoais (acervo particular de alguns comunitários) realizado durante a construção de minha tese de doutorado (SILVA, 2019). Já as percepções construídas sobre a comunidade também quilombola de Sítio Alto, localizada no município de Simão Dias (Sergipe) são fruto de leituras, pesquisa bibliográfica, trocas de experiências e de uma visita de campo realizada pela disciplina de “Estrutura Agrária”, oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (UFS)¹.

A partir das reflexões e indagações realizadas após os trabalhos de campo, análise documental, pesquisa bibliográfica teórico-conceitual, este artigo se consolida a partir de duas principais perspectivas de análise: a da toponímia, elencando sentidos e significados que são atribuídos aos nomes destas localidades; e sob o olhar das ruralidades vinculadas a um modo de vida específico dessas comunidades, materialidades e imaterialidades que tramam diversas similaridades e diferenças entre Alto dos Bois e Sítio Alto.

Na construção textual, descrições e análises se entremeiam no intuito de apresentar ao leitor as geograficidades dessas duas comunidades por meio da identificação de algumas de suas paisagens e territorialidades, que emanam diversos aspectos de suas antigas e novas ruralidades.

¹ Minha participação em tais discussões e vivências sobre a comunidade quilombola de Sítio Alto na Universidade Federal de Sergipe foi viabilizada pelo Programa de Mobilidade Acadêmica (PROMOB) do qual foi bolsista no período de novembro-dezembro de 2018.

Toponímia dos altos: sentidos e significados histórico-geográficos de Alto dos Bois e Sítio Alto

O estudo da toponímia, segundo Sauer (2000, p.141-142) constitui um “substrato particular de aprendizagem”, o qual nos permite obter a “identificação de variações do fenômeno” e “visões culturais alternativas”, que nos aproximariam ainda mais das relações de afetividade dos sujeitos para com a terra.

É sugestivo observar que apesar de, inicialmente, fundamentar-se, principalmente, sobre a enumeração e catalogação dos topônimos, atualmente estes estudos são desenvolvidos também no âmbito da antropologia linguística, da etnolinguística e da Geografia, articulando as bases culturais (fatos, crenças e valores) aos remanescentes históricos dos lugares, no intuito de reconstruir uma espécie de crônica toponímica. É nesse sentido que, passado e presente se conectam para narrar as “marcas da história social”, a “formação étnica, os processos migratórios, o sistema de povoamento de uma região”, “a vegetação, a hidrografia, a geomorfologia, a fauna” e toda uma gama de simbologias “que permanecem mesmo quando não se tem mais a motivação que levou o denominador a nomear um lugar” (SEABRA, 2010, p.83).

E é nessa perspectiva que a toponímia, no âmbito da etnogeografia revela-se como uma ferramenta substancial, uma vez que, se remete não apenas à identificação de uma história pretérita, mas sim, a um elo fundamental da interação dos homens com o meio, de suas formas de ocupação e uso do território, assim como do estabelecimento da própria relação em seus espaços de vivência e paisagens, configurando-se, nesse sentido, como um patrimônio cultural importante dessas populações. Como ressalta ainda Seabra (2010, p.95):

De fato, o homem escreve sua história ao denominar os lugares em que vivencia suas experiências e essa história só

se perpetuará e se manterá armazenada na memória de seu povo, se o topônimo passar a ser visto e preservado como um patrimônio cultural, ou um patrimônio linguístico-cultural de uma sociedade. Acreditamos que este é o compromisso da Toponímia com a linguagem: o nome do lugar é voz, ferramenta e fundamento da experiência humana já que é um signo linguístico que transmite informações e reflete a história dos povos.

Para Dick (1990) a análise toponímica deve compreender, principalmente, o conteúdo motivacional da atribuição daquele nome. Para além dos significados é preciso buscar as fontes geradoras, os aspectos físico-geográficos e sua estruturação sociocultural. Sob o viés da “metodologia Dick”, uma primeira caracterização para Alto dos Bois e Sítio Alto seria dentro da taxonomia de geomorfotopônimos, uma vez que se referem a uma forma topográfica. Em Alto dos Bois, há uma referência à chapada, formação geomorfológica culturalmente utilizada pelas populações da região como lugar para criar o gado solto, coletar frutos do cerrado e ainda ervas e plantas de trato medicinal. Tal percepção foi, inclusive, ressaltada em uma correspondência oficial sobre os tratos militares da região, como pode ser observado no seguinte trecho: “*entre a antiga aldêa da Penha e a Cidade de Minas Novas existe um chapadão conhecido pelo nome de Alto dos Bois*” (APM, 1924, p.14). Vale ressaltar que Alto dos Bois passou a ser uma importante referência geográfica para tropeiros e destacamentos militares, assim como para a denominação de diversas outras localidades, tais como fazendas, povoados e comunidades ao longo dos séculos XIX e XX. Assim, a toponímia permaneceu com seu sentido taxonômico referencial, sendo ainda atribuída a outras formas de ocupação e uso do território regional.

Associado a esta representação fisicogeográfica, outros sentidos e geograficidades foram se consolidando conjuntamente à sua re-

apresentação. A primeira referência retrata a aldeia de Alto dos Bois, destacando a presença dos indígenas na etnia *Malali* e *Macuni*, que posteriormente passaram a conviver com o português Gomes Leal no aldeamento formado por eles, por volta de 1787. Vale destacar que muitos desses indígenas deixaram suas aldeias e passaram a viver nos aldeamentos, em decorrência dos frequentes confrontos com os índios da etnia *Borum*, também denominados pejorativamente de botocudos.

Até 1787, os malalis formavam uma tribo com mais de 500 indivíduos. Naquele ano, ao serem forçados pelos botocudos a se deslocar para o oeste, depois de uma guerra devastadora, não chegaram mais que 150 indivíduos à região do Quartel. Quando se reuniram na fazenda de Antônio Gomes Leal [pai], depois do retorno à floresta e da nova derrota, eram apenas 26 (TSCHUDI, 2006, p.198-199).

Do aldeamento, tem-se também a referência ao destacamento de Alto dos Bois, um quartel que faria parte da 5ª Divisão de quartéis estabelecidos nas regiões ainda não desbravadas do leste e nordeste de Minas Gerais, a fim de controlar os ataques dos botocudos. Sobre os conflitos que ocorreram nas regiões das divisões militares, *Saint-Hilaire* (1975, p.211), narra uma situação, que marca, inclusive, a chegada de um grupo de índios *Borun* nos arredores de Minas Novas:

Até o momento em que foi estabelecido o posto militar de Passanha, os Botocudos não tinham ainda aparecido nas cercanias de Alto dos Bois; mas, perseguidos pelos soldados da 5ª divisão (a de Passanha), refluíram para as Minas Novas, devastaram campos de milho e mataram alguns habitantes. Os portugueses e índios abandonaram as matas; retiraram-se em 1809, para o planalto em que está atualmente a aldeia, e lá não mais tiveram a receiar os Botocudos, que jamais atacam de frente um inimigo armado e numeroso.

As ações governamentais e militares sobre as populações indígenas, justificadas pela perseguição dos botocudos, na verdade fundamentavam a perseguição e escravização das etnias indígenas que ainda ocupavam este território. Muitas dessas nações além de serem incorporadas ao trabalho agrícola nos aldeamentos eram ainda inseridas no corpo de soldados dos quartéis, uma vez que detinham total conhecimento do território, ainda inóspito para a maioria dos militares portugueses. Neste período, constava no quadro do destacamento um efetivo de vinte soldados, e dentre eles, estavam seis indígenas, em grande parte filhos de pais incógnitos (oriundos dos aldeamentos da região). Segundo Mattos (2006, p.11) as “divisões militares eram compostas de mestiços e indígenas que, além de guiarem as expedições de guerra e bandeiras, também trabalhavam em obras públicas, sobretudo na abertura de estradas”.

E foi neste quartel, em meio a esta vivência de miscigenações entre índios, negros e portugueses, que um português, casou-se com uma índia e deu início a um novo sentido atribuído ao Alto dos Bois. Agora não mais como quartel, mas como uma importante fazenda, pouso de tropeiros, ponto de comercialização durante muitas décadas. O quartel por meio de suas interações econômicas e de sua importância regional foi se transformando em uma importante colônia agrícola.

Esta constatação pode ser reforçada a partir do seguinte trecho do relato de um Comandante de outro quartel do leste mineiro, sobre alguns dos feitos do comandante do quartel de Alto dos Bois: “estendeu-se consideravelmente a sua Colônia do Alto dos Bois até o Suaçuí Grande: deo-se-lhes mais uma guarda de 10 homens nas cabeceiras do Sapé e Mucuri” (APM, 1825, p.1). Neste contexto, o grande feito de expansão territorial de Alto dos Bois ressalta uma série de representações e paisagens que revelam relações de poder, subserviência e exploração.

Esses tantos significados atribuídos ao topônimo Alto dos Bois em distintos contextos históricos foi também evidenciado pelo naturalista Johann Emanuel Pohl (médico, mineralogista e botânico, que esteve na região em 1820). Em sua descrição, Pohl (1976) refere-se ao Alto dos Bois enquanto: uma região (“viagem ao Alto dos Bois”; “chapada do Alto dos Bois”); uma aldeia indígena (“onde residem os *macumis*”); uma fazenda (“a Fazenda Alto dos Bois que pertence ao sacerdote de Fanado”) e um quartel (“o Quartel do Alto dos Bois”). Tais distinções, ressaltadas pela dinâmica da paisagem descrita pelo viajante, revelam que esta referência toponímica do Alto dos Bois, já na primeira metade do século XIX, representava não apenas um lugar – o quartel ou o aldeamento (que são referências mais antigas), mas também uma região mais vasta, concebida, neste contexto, enquanto um “espaço de referência, conteúdo e contingência” (BEZZI, 2004, p.211). O Alto dos Bois incorpora, nesse sentido, a dimensão da “região espaço vivido” (FRÉMON, 1980, p.18) definido de acordo com a percepção, incorporando os tempos da natureza e da sociedade, nos quais as diferenças se delinham progressivamente. Segundo Castro (1992, p.33) “a delimitação da região jamais poderá ser rígida, pela própria dinâmica do espaço e pela dificuldade de segmentar linearmente sua complexidade”. Ênfase que para se compreender a complexidade do processo de formação das paisagens culturais de Alto dos Bois foi preciso buscar nessa conexão dos relatos históricos, das distinções geográficas e das percepções pretéritas e presentes, suas referências, conteúdos e complexidades compreendidas, aliás, por meio da interação de distintos atores sociais nas realidades local e regional, a partir de elementos próprios de sua coletividade.

Coletividade esta que se manifesta em modo singular de se viver na comunidade de Alto dos Bois, nas tradições de plantio, de cantos de mutirão, de trocas de dia, de benzedoiras e raizeiros, de bate-

deiras de tacho, de lavadeiras de beira do rio. Um modo de vida que remonta a este encontro étnico e cuja presença do negro, na história e na tradição se dá de modo muito sutil na memória recente. Enquanto a historiografia elenca uma séria de relatos e registros sobre a vivência indígena até o período do quartel. A presença do negro e seu entremear nesta comunidade se dá, ainda hoje, em “vagas” lembranças dos negros escravizados que trabalhavam na fazenda de Alto dos Bois.

[...] meu avô era cativo, mas eu acho que ele não trabalhou naquela fazenda. Meu avô, do lado de mamãe. Ele trabalhava numa outra fazenda, uma tal fazenda dum...dum... Joaquim Camargo. Mas lá na fazenda de Alto dos Bois dizem que teve escravo, mas eu não sei nem se meu avô trabalhou lá. Mas o escravo é feito um animal, boi ou um cavalo de serviço, o que for, que vendia, ou eu acho que emprestava, eu sei lá, às vezes até aconteceu dele ter trabalhado. Mas é só porque eu não posso falar, não [sei se] o meu avô trabalhou ali, que meu avô morreu no dia 06 de agosto de 1935 (Sr. Tião, Barra do Capão, setembro de 2018).

É interessante ainda evidenciar a configuração de uma identidade regional que se configurou em torno dessa toponímia, principalmente no século XX, quando a maior parte das comunidades rurais deste recorte regional entre os municípios de Capelinha, Minas Novas e Água Boa se reconheciam, inclusive nas correspondências, como pertencentes à região de Alto dos Bois. Sobre esta construção regional em torno da toponímia, da identificação regional, vale destacar as concepções de Frémon (1980), ao discutir o conceito de região como espaço vivido. Para o este autor:

O espaço vivido em toda a sua espessura é complexidade, aparece assim como o revelador das realidades regionais; es-

tas têm certamente componentes administrativos, históricos, ecológicos, econômicos, mas também e, mais profundamente, psicológicos (FRÉMON, 1980, p.17).

Ao destacar os componentes reveladores das realidades regionais, Frémon (1980) realça a importância de se considerar a dinâmica existente entre esses diversos fatores. Os nomes dos lugares são signos que elencam essas trocas de sentidos e significados quando são associados e analisados conjuntamente aos componentes históricos, ecológicos, econômicos e psíquicos formadores daquela realidade. E é por este motivo que volto, neste momento inicial, meu olhar e discussão para compreender os signos e significados que se apresentam emaranhados à toponímia desses Altos: Alto dos Bois e Sítio Alto.

Enquanto em Alto dos Bois, o componente econômico vinculado à pecuária se faz elucidativo, em Sítio Alto a ausência da pastagem e dos bois é uma marca fortemente destacada pela memória daqueles que vivem por lá. Desde que o trabalho nas fazendas tornou-se escasso pelo avanço da monocultura do milho, principalmente, o boi tornou-se um elemento muito distante da realidade local, como podemos observar nesta fala de D. Josefa, uma das lideranças da comunidade, retratada na pesquisa de MENEZES; GOMES (2016, p.26):

Hoje em dia a gente vê muito chapéu e poucas cabeças e muitas brigas, nação contra nação, e vê muitas crianças verem o osso do boi e perguntar o que é, porque hoje só tem milho, milho, milho, tudo envenenado. Antes tinha muito boi, muita vaca. Nessas duas fazendas criavam mais ou menos umas dez mil cabeças de gado, isso tudo desapareceu.

Em Sítio Alto, o Alto não era dos bois, pois estes ficavam, principalmente, no espaço das fazendas, associados aos lugares do trabalho dessas populações. Sendo assim, o Alto, que antes não se

chamava Sítio Alto, era o “Alto da Moléstia”, “Alto do Galo Assanhado”, “Cacete Armado”, toponímias de caráter depreciativo associado às populações que ocupavam aquele espaço. Populações estas que eram apelidadas de “negros do prumpum”, “negros do Beбето”, “Negros do Maroto” ou “Negros do Totó”. Em Sítio Alto, a toponímia revela uma série de relações de preconceito, rejeição e depreciações dos sujeitos e do seu espaço vivido. As histórias de vivência de escravidão e das relações de subserviência revelavam-se na nomenclatura e, mesmo em meados do século XX, nas memórias dos mais velhos que diziam para seus filhos não resistirem caso o senhor de escravos voltasse para buscá-los. Segunda D. Josefa, seu pai dizia que: *“se apresentar esse documento, vocês não são judiados, e esse documento dizia com qual coronel a gente ia ficar. O pai falava que devia obedecer os senhores”* (entrevista concedida a nós durante o trabalho de campo). Este medo também pode ser observado e evidenciado nas histórias locais de tantos outros lugares remotos do Brasil, aonde a abolição efetiva da escravidão ainda hoje não chegou, uma vez que muitas relações de trabalho permanecem na mesma perspectiva da exploração.

Todavia, a história e os processos sociais de transformação dos lugares, vão aos poucos revelando as mudanças de contexto e concepções de uma sociedade. E neste caso, o fator religioso em Sítio Alto propiciou a mudança do nome para Alto do Cruzeiro, quando um velho negro, chamado Anísio, construiu o cruzeiro na comunidade em pagamento a uma promessa.

A promessa surgiu porque os negros da comunidade sofriam perseguição por parte da polícia, recrutando-os, inclusive, para irem à guerra. Para não participarem dessas atividades, eles se escondiam em Sítio Alto, cuja vegetação era formada por mata fechada, e nas vertentes entre as colinas, comumente denominadas de grotas (MENEZES; GOMES, 2016, p.49).

É importante ressaltar a estratégia de resistência que se apresenta por trás deste fato religioso. O reconhecimento do Alto do Cruzeiro, para além de sua materialidade, elenca, em sua história, as marcas da resistência de um povo, a luta por liberdade, que se materializa no cruzeiro, na promessa, mas que se enraíza no contar desta história, que encoraja e inspira tantas outras maneiras de resistir consolidadas pela comunidade no contexto atual.

E foi também por meio desse reconhecimento, das reuniões da comunidade ao redor do cruzeiro e da presença do outro, externo aos comunitários, mas que possuía um olhar sensível àquela realidade, que incentivados pelo padre Dárcio, a comunidade passou então a ser chamada de Sítio Alto. Desse modo, o reconhecimento da comunidade como Sítio Alto passou pela organização comunitária, que propiciou a valorização das pessoas, do lugar e das paisagens, por meio do resgate da sua história de luta e resistência aos processos de segregação, exclusão e marginalização sociocultural.

Ao elucidar toda essa geofricidade no nome, suas vivências, histórias e relatos, os signos e significados que envolvem este topônimo passam a se configurar não apenas como um elemento geomorfológico, mas também sociológico, de formação de uma identidade de resistência que, segundo Castells (1999, p.24) é:

[...] criada por atores que se encontram em posição/condição desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostas a estes últimos.

Uma identidade permeada de valores e crenças que resistem e permanecem no cotidiano dessas populações que, pelo reconhecimento de sua história de lutas, se reconhece e quer ser reconhecida pela sua grandiosidade comunitária. O termo sítio se refere a um

lugar de convívio familiar, de produção, de sociabilidade. Já o vocábulo alto, se refere tanto ao alto de uma colina como ao auge de sua história de luta e resistência, a um momento atual, no qual todos os comunitários do sítio querem ser ouvidos e reconhecidos por sua trajetória. Percurso este também valorizado pela população de Alto dos Bois, que reconhece na sua história e no seu modo de vida, valores comunitários fortemente vinculados à permanência de suas ruralidades. Muitos desses aspectos identitários, de um modo de vida rural, são marcados pela memória e pela permanência de estruturas tradicionais de moinhos, pilões, cabaças e casarões, que atravessam séculos e gerações resistindo à força destrutiva do tempo. Assim como, também elucidam outras dinâmicas sociais, que ao mesmo tempo se renovam e se resignificam em meio às novas ruralidades e sentidos que lhes são atribuídos pelas gerações mais atuais.

Ruralidades e Novas Ruralidades dos Altos: signos e permanências da tradição

A partir das vivências e relatos nas duas comunidades alguns marcos de suas ruralidades e novas ruralidades se apresentam facilmente nos signos paisagísticos de suas realidades. As casas, os utensílios, os discursos e as paisagens elencam em diversos momentos uma luta identitária pela continuidade de um rural, que passará, no entanto, a agregar outros tantos significados de preservação e permanência.

Ao tratar da categoria rural, Kayser (1990, p.13) a ressalta como “um modo particular de utilização do espaço e de vida social”, compreendendo assim, os contornos, as especificidades e as representações de um espaço. Para ele, esta espacialidade pode ser concebida como física (quando se relaciona à ocupação do território e seu simbologia); como o lugar onde se vive (quando as particularidades

do seu modo de vida se configuram em referenciais identitário) ou ainda como o lugar de onde se vê e se vive o mundo nas escalas da cidadania, dos sindicatos e da sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade.

Para Mendras (1976) o rural se constrói a partir das relações de interconhecimento, resultantes da dimensão e da complexidade restritas das coletividades rurais. Destas relações resultam práticas e representações particulares a respeito do espaço, do tempo, do trabalho e da família. Processos dinâmicos de reestruturação constante dos elementos da cultura local, da incorporação de novos valores, hábitos, técnicas, significados e sentidos de um modo de se viver no rural, da sua ruralidade. Para Carneiro (1998, p.61), a ruralidade deve ser compreendida como:

[...] um processo dinâmico de constante reestruturação dos elementos da cultura local com base na incorporação de novos valores, hábitos e técnicas. Tal processo implica um movimento em dupla direção no qual identificamos, de um lado, a reapropriação de elementos da cultura local a partir de uma releitura possibilitada pela emergência de novos códigos e, no sentido inverso, a apropriação pela cultura urbana de bens culturais e naturais do mundo rural, produzindo uma situação que não se traduz necessariamente pela destruição da cultura local mas que, ao contrário, pode vir a contribuir para alimentar a sociabilidade e reforçar os vínculos com a localidade.

Posto isso, a compreensão da ruralidade perpassa pelo pertencimento e pelas representações dos sujeitos por meio da afetividade e do modo como desejam que tais características sejam evidenciadas. Em Sítio Alto, para receber os estudantes visitantes, em 2018/19 foi preparado todo um cenário que rememorava o patrimônio histórico, cultural, alimentar e social da comunidade. No quintal de

D. Josefa, a paisagem ao fundo das colinas, levemente onduladas, recobertas por gramíneas que cobriam suavemente o solo, se enquadrava com os ramos da estrondosa árvore do seu quintal que oferecia sombra aos visitantes. E como um verdadeiro altar, à margem da colina, estava uma bela mesa de forro florido com elementos representativos da cultura daquela comunidade (Imagem 1). Potes de barro, cabaças, correntes, candeeiros, ferros de passar roupa à brasa, chaleiras de ferro e o feijão colhido e armazenado na garrafa pet (Imagem 2). Lembranças e significados de um passado de dificuldades, de lembranças tristes (evidenciadas pelas correntes de ferro), mas também de histórias rememoráveis que eram contadas ao entardecer, à beira do fogão de lenha sob a luz do candeeiro. É interessante destacar que essa simbologia do altar revelou uma série de elementos vinculados ao modo de vida rural, apresentando aos visitantes as materialidades de um passado, elementos de uma ruralidade não mais vivida, mas que constitui o patrimônio histórico e cultural desta comunidade.

Figura 1: Cenário identitário – olhar de D. Josefa Figura 2: Elementos identitários de Sítio Alto



Fonte: A autora, dezembro de 2018.

Em Alto dos Bois tais ruralidades patrimoniais são também muito preservadas pelos moradores do Casarão. Lá, a “paisagem-marca” (BERQUE, 1998) se associa fortemente à imagem do casarão de pau-

-a-pique e telhas “de coxa”, cujos registros históricos datam de 1729 (Imagem 3). Para Berque (1998, p.84), este tipo de representação da paisagem é concebido quando uma realidade é “vista por um olhar, apreendida por uma consciência e valorizada por uma experiência”. Assim, para quem adentra em sua materialidade, o altar, como o de D. Josefa, se revela nas paredes branquinhas recobertas de tabatinga e enquadradas com a sacralidade dos quadros e imagens de santos e dos retratos pintados dos pais, tios ou avós. A concavidade das paredes, os quartos que saem em outros cômodos, fazendo um circuito que entrelaça o viver e o vivido, tramam as histórias e materialidades que vão construindo nos sujeitos uma consciência sobre aquele lugar.

Figura 3: Casarão de Alto dos Bois Figura 4: Candeeiro Figura 5: Feijão de Pet Alto dos Bois



Fonte: A autora, 2016.

A paisagem do casarão, vista do lado de fora, vai se desfigurando em lugares e mundos vividos, que no altar da existência, vão sendo retirados dos baús centenários de couro e desenrolados nas histórias do candeeiro, do pote de barro quebrado, do moinho manual de triturar o milho e fazer a canjiquinha. Ah, a canjiquinha! Essa merece um conto: comida forte, de sustância quando misturada a uma proteína. Come-se com o arroz, o feijão ou macarrão, mas também

pura, quando os acompanhamentos faltam, sempre tem a canjiquinha! E tome canjiquinha! Em tempos de falta e em tempos de fartura! Quando criança: “come menino”, não podia reclamar. Agora adulto, já não come de jeito nenhum! Muitos foram os relatos que ouvi sobre a canjiquinha, e este destaque atribuído aos alimentos tradicionais, como o bolo de fubá de moinho d’água, o biscoito de goma, o café adoçado com rapadura, o chá de amendoim, elementos que revelam o patrimônio dessa ruralidade que insiste e persiste na tradição dessas comunidades. É importante ressaltar que estes signos da ruralidade se mantêm e se associam aos caracteres da vida urbana, que também são encontrados nesses espaços, sem, no entanto, excluir ou contrapor às características tão intrínsecas deste modo de ser e viver no mundo rural.

Os instrumentos e artefatos tradicionais não são mais intensamente utilizados no dia a dia, como o descaroçador (Imagem 8), o moinho manual (Imagem 7) e a prensa de madeira (Imagem 6), muitos dos quais foram substituídos por máquinas elétricas. No entanto não são abandonados ao relento, permanecem preservados, seja como um elemento identitário a ser demonstrado e apreciado como parte da história local, ou ainda, para ser utilizado em ocasiões especiais, como quando os filhos ou amigos chegam para visitar, afinal, “o fubá do moinho d’água tem outro sabor”, “o caldo da cana passada no descaroçador, tem outro gosto”. Sabores e gostos que vão além do paladar, pois agregam ao processo da memória, uma lembrança que, mesmo com tantas dificuldades, ainda emana agradáveis essências de um tempo pretérito, mas que se deseja alcançar no futuro. Esta conexão entre passado-presente-futuro é também observada na preocupação de passar as tradições aos mais novos.

Figura 6: Prensa (Sítio Alto) Figura 7 e 8: Moinho manual Descaroador de Cana de açúcar (Alto dos Bois)



Fonte: A autora, 2016.

Figura 9: Pote de barro e pilão de D. Josefa (Sítio Alto) Figura 10: Pilão de D. Lia (Alto dos Bois)



Fonte: A autora, 2016.

O pilão de D. Josefa (em Sítio Alto) e o pilão de D. Lia (em Alto dos Bois) possuem formatos diferentes, porém muitas histórias em comum. A ausência do que pilar e, do para quem pilar, é um retrato que se configura nas duas e tantas outras realidades rurais do Brasil. O avanço da mecanização do campo e a transformação das fazendas, que deixaram de ser espaço de trabalho, gerou a falta de alimento na mesa dessas comunidades, assim como a perda de pessoas ao redor da mesa, uma vez que frente à inexistência de trabalho, precisaram deixar sua terra em busca de novas oportunidades. Com o avanço da monocultura do milho nos espaços circunvizinhos

a Sítio Alto e da monocultura do Eucalipto (nas chapadas do Jequitinhonha e do Alto dos Bois) muitas famílias perderam o emprego nas fazendas, assim como suas terras pelo avanço do latifúndio. Há ainda que se destacar os impactos causados pelo uso intensivo de agrotóxicos nessas plantações, o qual acabou contaminando suas terras e águas. Ao relatar sobre esta situação e o impacto na segurança alimentar da comunidade, D. Josefa ressaltou a importância dos plantios realizados nas pequenas propriedades, ou até mesmo nos quintais de suas casas, e ainda reafirmou o quão significativa era a presença de alguns “alimentos do mato”, os quais em períodos de seca, asseguram a alimentação, como o maxixe. Todavia, como bem destaca D. Josefa, “o maxixe só brota em terra sem veneno” (MENEZES; GOMES, 2016, p.41).

Em Alto dos Bois, e diversas outras regiões do Vale do Jequitinhonha, a monocultura do eucalipto tomou conta das chapadas, área de importância fundamental na colheita de frutos, ervas e alimentos do cerrado; assim como de recarga dos mananciais das terras mais baixas, denominadas de grotões. O predomínio do eucalipto, além de devastar a vegetação natural, há décadas, vem provocando a seca de nascentes, rios e lagos nos grotões, impactando diretamente o plantio e a sobrevivência dessas populações.

Uma das estratégias de manutenção da segurança alimentar que pode ser observada nas duas comunidades é a prática de preservação das sementes crioulas. Nas duas comunidades há uma consciência geral da importância dessas sementes na produção de alimentos mais saudáveis. Em Alto dos Bois em quase todas as famílias há o hábito de identificar as sementes crioulas, assim como de separar as melhores sementes para o plantio subsequente. Além de identificar e armazenar, cada família também preserva o costume de partilhar ou trocar com os outros membros da comunidade sementes que não tenham conseguido reservar em períodos anteriores. Já em Sítio Alto, por

meio da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) e da organização não governamental Sociedade de Apoio Sócio Ambientalista e Cultural (SASAC) foi construída uma casa de sementes em 2014 (MENEZES; GOMES, 2016). Segundo Menezes e Gomes (2016, p.83), ao retratar a casa das sementes algumas entrevistadas relataram os impactos decorrentes do uso do milho híbrido (como a dependência dos insumos e malefícios à saúde); a importância da segurança alimentar e das oportunidades de trabalho voltadas ao plantio das sementes crioulas para fixar os jovens na comunidade; e ainda a referência da casa de sementes como uma guardiã da cultura, tanto alimentar como sociocultural da comunidade: “nessa casa tem tudo, tem essas coisas quilombolas, aí eles trouxeram, tem esse pilões, naquela barraca tem outros pilões antigos, tudo é do tempo dos nossos antepassados, que viveram e moravam aqui na comunidade”.

Este vínculo forte da comunidade com práticas e ações que possibilitem a manutenção e preservação de um modo de vida, de uma história, de uma herança cultural conecta ruralidades e novas ruralidades que passam a atribuir sentidos ainda mais profundos da materialidade e imaterialidade dessas comunidades. Nos dois Altos, as novas ruralidades se manifestam por meio deste novo olhar e sentido que passam a ser atribuídos ao ferro à brasa, ao pilão, ao candeeiro, ao batuque, aos tambores, às cantigas, à receita de bolo de fubá de moinho d’água e ao biscoito de goma, ao mungunzá e à farofa de cuscuz. O rural deixa então de ter o sentido voltado apenas aos aspectos produtivos, agregando à sua concepção a perspectiva da troca de experiências e valores por meio da apresentação de suas manifestações culturais para a cultura urbana. Outras funcionalidades e possibilidades de renda se revelam neste contato com o outro, que pode ser turista, estudante ou pesquisador que busca respostas, sentidos e valores nas ruralidades que se resignificam no entremear das gerações.

Para Carneiro (1998, p.58), essas novas perspectivas e experiências do novo rural, passam a contribuir “para criar uma diversidade social e cultural que é também condição de existência da sociedade na medida em que alimenta as trocas ao enriquecer os bens (culturais e simbólicos) e ampliar a rede de relações sociais”. E é sob estas concepções que ressalto a importância do reconhecimento e valorização das antigas e novas ruralidades dos Altos. Afinal muitos dos signos e significados apresentados nesta análise revelam permanências, transformações e concepções de uma comunidade dinâmica, que se concebe por este novo olhar latente, e que deseja ser concebida também pelo outro, pelos de fora, sob um novo olhar de respeito à sua cultura e à sua tradição.

Considerações finais

A geografia dos altos dessas duas comunidades tão distantes geograficamente, mas tão próximas sob o olhar de suas ruralidades, revela aos leitores de suas territorialidades e paisagens os sentidos e representações da construção identitária. É importante salientar que a dinamicidade dos processos históricos, linguísticos, culturais, políticos e sociais constroi uma trama de significados que fortalece antigas ruralidades a partir dos novos olhares e funcionalidades atribuídos às novas ruralidades. A tradição, a história da comunidade, a resistência frente aos processos de expropriação socioterritorial e cultural se fortalecem pela alteridade. A presença do “Outro” externo à comunidade ou dos valores de uma sociedade urbanizada não destroem os signos de um modo de viver rural, e sim atribuem a eles novos significados.

Sob este olhar etnogeográfico, da escuta das falas das comunidades sobre suas experiências de vida, concepções de mundo e crônicas toponímicas, busquei elucidar suas formas de ocupação

do solo, usos do território, relações entre espaços de vivência e paisagens.

O aprofundamento da crônica toponímica, por meio da historiografia e da memória da comunidade revelou diversas dimensões de formação ética e cultural dessas populações, assim como seus conflitos socioambientais, políticos e culturais. Enquanto historicamente a manutenção do topônimo Alto dos Bois revelou distintos sentidos espaciais e geográficos que a história de formação territorial e social de uma população foi agregando a ele, a mudança do topônimo de Sítio Alto revelou toda uma trama de lutas pelo reconhecimento e valorização de uma comunidade historicamente marginalizada.

Com este estudo etnogeográfico, construído por meio dessa troca de vivências e experiências entre pesquisadores, comunidades, documentos oficiais, relatos orais, materialidades e imaterialidades, ora preservadas, ora sucumbidas pela dinâmica espaço-temporal, espero dar ouvidos a estas vozes que foram por muitas vezes silenciadas. Ao colocar-me neste lugar de diálogo entre os diferentes atores, entrelaçando os diversos discursos em busca de uma aproximação da realidade, espero que o patrimônio desses Altos seja verdadeiramente reconhecido e valorizado por aqueles que também configuram sua história, mas que ainda não a reconhecem como formadora e indutora de sua identidade cultural.

Referências

ALMEIDA, Maria Geralda. Uma leitura etnogeográfica do Brasil Sertanejo. In: SERPA, Ângelo (Org.). **Espaços Culturais: vivências, imaginações e representações**. Salvador: EDUFBA, 2008, p.313-336.

APM - Arquivo Público Mineiro. **CARTA, 25 MAR. 1825a, GUIDO TOMÁS MARLIÈRE (REMETENTE) - MARÇO, 23, S. TENENTE GENERAL. INFORMAÇÃO**. 1825. p.500-502.

_____. OPULENCIA DE MINAS GERAES. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, Vol. 20, 1924, p.11-55.

BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: elementos da problemática para uma Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p.84-91.

BEZZI, Meri Lourdes. **Região: uma revisão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2004, 292p.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: CPDA/ UFRRJ, n. 11, 1998.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 2ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.2). 344p.

CASTRO, Iná Elias de. **O mito da Necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1992, 247p.

CLAVAL, Paul. A evolução recente da geografia cultural de língua francesa. **Geosul**, Florianópolis, v.18, n.35, p.7-25, jan./jun. 2003.

DARDEL, Eric. **O homem e a Terra: natureza da realidade geográfica**. Tradução Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011. 159p.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo; Edições Arquivo do Estado, 1990.

FREMÓN, Armand. **A região, espaço vivido**. Tradução de Antônio Gonçalves. Coimbra: Livraria Almedina, 1980. 275p.

KAYSER, Bernard. **La renaissance rurale: sociologie des campagnes du monde occidental**. Paris: Armand Colin, 1990.

MATTOS, Isabel Missaglia. Formas e Fluxos Maxakali nas Fronteiras do Leste: a aldeia do Capitão Tomé (1750-1800). In: 25a. Reunião Brasileira

de Antropologia, 2006, Goiânia. **Saberes e práticas antropológicas: desafios para o século XXI**, Goiânia: ABA, 2006, p.1-17.

MENDRAS, Henri. **Sociétés paysannes**. Paris, A.Colin, 1976. 236 p.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; GOMES, Roberta de Jesus. **Tra- dições, saberes e fazeres do coração-de-negro Sítio Alto – Simão Dias Sergipe**. In: FAGUNDES, Andhressa; FAGUNDES, Rita; MENEZES, Sônia (Orgs.). **Cultura, tradições e segurança alimentar da comunidade de Sítio Alto**. Aracaju: J. Andrade, 2016. p.21-86.

POHL, Johann Emanuel. **Viagem no interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976. 417 p (Reconquista do Brasil ; v. 14).

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. São Paulo: 1975. 378p. (Coleção reconquista do Brasil;4).

SAUER, Carl O. A Educação de um Geógrafo. **GEOgraphia**, ano II, n.4, p.137-150, 2000.

SEABRA, Maria Cândida T. C. Toponímia do Vale: passado e presente. In: SOUZA, João Valdir Alves de; HENRIQUES, Márcio Simeone (Orgs). **Vale do Jequitinhonha: formação histórica, população e movimento**. Belo Horizonte: UFMG/ PROEX, 2010, p.83-96.

SILVA, Ludimila de Miranda Rodrigues. **A “Chancela de Paisagem Cultural Brasileira” e sua contextualização no Vale do Jequitinhonha: a constituição identitário-regional da emergência quilombola e o patrimônio vivido do sítio histórico-geográfico de Alto dos Bois**. 2019. 559f. Tese (Doutorado em Geografia -Organização do Espaço) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

TSCHUDI, Johann Jakob Von. **Viagens através da América do Sul**. Trad. de Friedich E. Renger e Fábio Alves Júnior. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2006.

ALIMENTOS TRADICIONAIS DERIVADOS DA MANDIOCA: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE RURALIDADES DE MINAS GERAIS E SERGIPE

Luciana Priscila do Carmo
lupriconsultoria@gmail.com

Introdução

Uma das mais recentes temáticas da Geografia Cultural, após a década de 1970, são os estudos da “Geografia dos Alimentos”. Os hábitos, as tradições e as predileções alimentares das populações indígenas, afro-brasileiras e europeias (que migraram para o Brasil) começaram a ser estudados a partir de um olhar sobre as identidades “georeferenciadas”. Os alimentos que constituem culturas são elementos de identidades diferenciadas de acordo com a conformação geohistórica local ou regional os quais pertence (WOORTMANN, 2017). Nesta mesma época, os estudos da Geografia Agrária reconheciam os aspectos da dimensão social da alimentação entre camponeses e pequenos produtores rurais, com atenção na importância nutricional e no combate à fome. Contudo, os alimentos são muito mais que ou produtos alimentícios e nutritivos para o corpo (WOORTMANN, 2017). De acordo com Santos (2012), o ‘alimento’ torna-se a ‘comida’, que é dotada de poder simbólico e o foco de análise passa a ocorrer sobre as relações de comensalidade - formas pelas quais o homem interage e se organiza socialmente em torno da comida, que alimenta a alma.

Consideramos que existe um limiar muito tênue entre o que se compreende como ‘comida’ e como um ‘produto’. Ao analisamos os

alimentos tradicionais de grupos ou localidades específicas, percebemos que as dinâmicas destes alimentos perpassaram por valores simbólicos e de uso para consumo da família, até chegarem aos valores de troca (MENEZES, 2009).

Após revisão bibliográfica, reconhecemos uma variedade de alimentos tradicionais derivados da mandioca como elementos constituintes de culturas distintas no país. Delimitamos um recorte territorial para a realização de uma contextualização do geohistórico destes alimentos em duas regiões: uma no sudeste e outra no nordeste do Brasil. Neste sentido, o objetivo deste artigo foi analisar algumas similaridades e diferenças entre ruralidades mineiras e sergipanas que envolvessem a permanência de alimentos derivados da mandioca enquanto estratégias de reprodução sociocultural de grupos familiares nos espaços urbano e rural.

Para isso, realizamos um estudo comparativo entre as distintas realidades: a) As “quitandas” reproduzidas por gerações pelas comunidades negras, rurais e quilombolas e comercializadas. As mesmas são comercializadas em bancas de “feiras livres”, organizadas por associações de pequenos produtores rurais e feirantes nos mercados municipais pertencentes aos municípios de Berilo, Chapada do Norte e Minas Novas, situados na mesorregião do Vale do Jequitinhonha, no Nordeste do estado de Minas Gerais, este pertencente à região Sudeste do Brasil; b) A produção e comercialização de “iguarias” tradicionais, como produtos feitos por grupos da agricultura familiar, em uma “Casa de Farinha” (localizada no centro urbano do município de Itabaiana) situada no Agreste Central do estado de Sergipe, este pertencente à região Nordeste do Brasil.

Além da revisão bibliográfica, realizamos entrevistas semiestruturadas durante os trabalhos de campo da pesquisa de mestrado (entre 2017 e 2019) e do intercâmbio proporcionado pelo Edital

PROMOB, realizado durante um mês de convívio em Sergipe, nos meses de novembro e dezembro de 2018.

Durante a análise comparativa identificamos como relevantes para este estudo os modos de fazer, os utilitários de cozinha e, principalmente, as receitas das ‘iguarias’ alimentícias sergipanas pesquisadas, denominadas localmente como: “pé-de-moleque” (de massa puba e cor clara), o “Beiju de Amendoins” (de tapioca com amendoins torrados e moídos) e o “Beiju Molhado” (de tapioca com leite de côco) - todos doces. Dentre as “quitandas quilombolas” - mineiras e “médio jequitinhonhenses” - identificamos o bolo “Cabo de Machado” (à base de fubá de milho e massa de mandioca também conhecido como “Bolo de Travesseiro”), o “Beiju de Toucinho”, o “Beiju de Manteiga de Requeijão” (ambos são salgados e à base de massa de mandioca) e o “Beiju de Rapadura” (doce).

Sublinha-se que trataremos aqui em especial o “pé-de-moleque” sergipano, pelo fato de ter uma mesma nomenclatura, porém com ingredientes e apresentação totalmente diversos do doce de “pé-de-moleque” mineiro que é feito de rapadura com amendoins. Contudo, há uma característica parecida com o bolo de fubá de milho, chamado no médio Jequitinhonha de “cabo de machado”, pelo fato de se enrolar a massa em folha de bananeira para assar.

Constatamos, entre outras características destes alimentos tradicionais, que existe a manutenção da tradição, transmitida de geração-a-geração, com algumas adaptações mais recentes nas formas de se fazer entre os valores de uso para alimentação familiar passando para valores de trocas comerciais, e que existem alimentos identitários, relacionados ao repasse dos saberes pela oralidade sobre os usos da goma (polvilho), da massa da mandioca (tapioca) e da forma tradicional de enrolar alimentos na folha de bananeira para se assar. Cada cultura traz especificidades no saber-fazer des-

tes alimentos tradicionais, no modo de comercializar e, também, nos valores simbólicos de enraizamento com seus territórios.

Para discutirmos estas especificidades o artigo desenvolve-se em três tópicos: 1) No primeiro contextualizamos geohistoricamente ‘As ‘Quitandas Quilombolas’ do ‘Médio Jequitinhonha’, realizando uma adaptação de trechos retirados da Dissertação de Mestrado da autora, intitulada “Quitandas Quilombolas: Identidades, Resistência e Etnodesenvolvimento em Paisagens Culturais do Médio Jequitinhonha”; 2) No segundo tópico discutimos com alguns autores sobre ‘O enraizamento de uma cultura em torno dos derivados da mandioca produzidos pela Casa de Farinha de Itabaiana/SE; 3) E, finalmente, no terceiro tópico realizamos uma análise comparativa sobre ‘Semelhanças e Diferenças de Ruralidades entre regiões de Minas Gerais e Sergipe’ sobre a produção de alimentos identitários, com os mesmos ingredientes, no intuito de atender ao objetivo deste artigo, gerar reflexões e sugestões para futuras pesquisas sobre os derivados da mandioca, alimento este tão importante para a conformação da alimentação tradicional de cada região do Brasil e do país como um todo.

As ‘Quitandas Quilombolas’ do ‘Médio Jequitinhonha’: mistura de saberes e sabores entre os derivados da mandioca

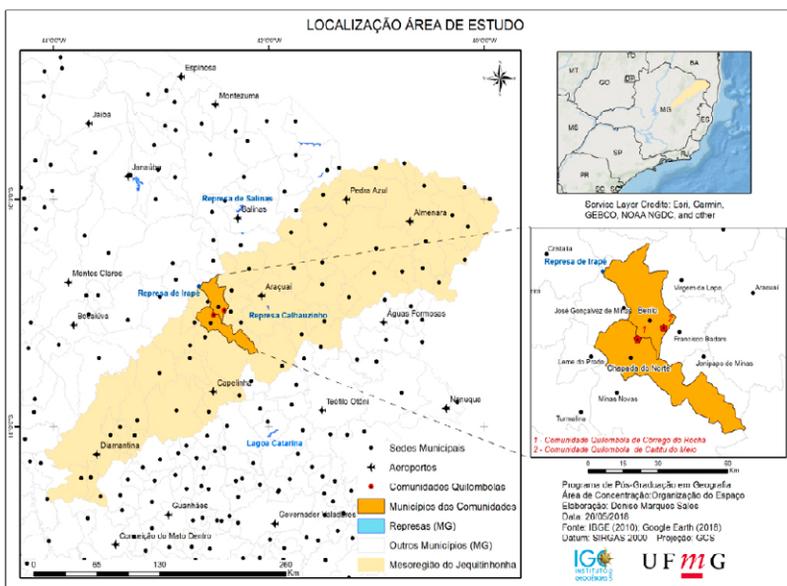
Os alimentos tradicionais, assim como a comida em geral, quando reconhecida enquanto manifestação cultural, ancorados em recursos territoriais e no repasse do ‘saber-fazer’ tradicional, se traduzem em culturas locais e regionais. Para Menezes e Cruz (2017, p. 18 -19) existem “experiências que se materializam em diferentes escalas geográficas, do local ao global”, valorizando processos de (re)criação, ressignificação e promoção de estratégias para a permanência e reprodução sociocultural de saberes

e fazeres diante dos cenários de globalização e de mudanças na sociedade.

Os lugares em que estas manifestações se expressam nas comunidades quilombolas dos municípios de Berilo, Chapada do Norte e Minas Novas, situadas no “médio” vale do Jequitinhonha, por meio da produção e também do consumo de alimentos. Por serem consideradas manifestações culturais tradicionais - ou “de tradição”-, revelam que a construção da identidade cultural é registrada primeiramente nos saberes coletivos.

Berilo, Chapada do Norte e Minas Novas são municípios que contêm a maior concentração de comunidades negras e rurais de todo o Vale do Jequitinhonha. Estas comunidades são auto reconhecidas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares como quilombolas ou de ‘remanescentes de quilombos’ como mostra a Figura 1. Ainda no século XVIII, essa ocupação do ‘Médio Jequitinhonha’ ocorreu à medida que os europeus ocupavam o Distrito Diamantino, na Mesorregião do ‘Alto Jequitinhonha’, para exploração aurífera (de pedras preciosas) e avançaram suas buscas por mais territórios potenciais para a mineração rumo às regiões das chapadas, fazendo também o ‘Norte’ e o ‘Nordeste’ de Minas Gerais alvos da Coroa Portuguesa no Brasil Colônia, já no final do século XVIII e durante os séculos XIX e XX.

Figura 1: Localização das comunidades pesquisadas e situadas nos municípios de Berilo, Chapada do Norte e Minas Novas no Médio Jequitinhonha/MG. (CARMO, 2019)



Com a ocupação contínua de novas terras adentrando o sertão mineiro, núcleos de população branca se formavam. Conseqüentemente, o mesmo acontecia com a população de negros escravizados e o surgimento de novos quilombos. A escravidão nunca foi aceita e nem tratada de forma passiva pelos africanos. De acordo com João Batista de Almeida Costa (2007), “novas formas de quilombo emergiram no cenário social mineiro: quilombos minerários, quilombos agrícolas e pastoris, quilombos de serviços e quilombos de pilhagem” (COSTA, 2007, p. 27).

Os modos de plantios afrodescendentes eram consorciados aos plantios indígenas já existentes e, por isso, a mandioca se tornou presente em toda a culinária mineira. Segundo os estudos de Silva (2008), na economia brasileira:

(...) dentre as culturas alimentares, a mandioca era a mais cultivada no Brasil colonial, superando em área e volume a cultura do milho. Esse predomínio era devido, principalmente, à produção do norte, região da colônia onde a farinha de mandioca era o principal gênero de subsistência das populações. Os instrumentos utilizados na produção da farinha eram a roda de ralar, a prensa – o engenho – e o forno para torrefação. Primeiro a mandioca era picada e descascada, para em seguida ser ralada. O resultado era uma massa que, imediatamente, era colocada na prensa, na qual perdia o excesso da umidade. Em seguida, podia ser moída de novo ou ia direto para o forno, onde era torrada e transformada em farinha. (SILVA, 2008, p. 84)

Essa produção da farinha de mandioca perdura até a atualidade como um dos alimentos básicos mineiros, principalmente combinados com comidas a base de feijão e carne de porco. O feijão e o milho também foram itens da produção contínua para subsistência das famílias em Minas Gerais, além do pão de trigo trazido do reino de Portugal (SILVA, 2008). O milho, era consumido basicamente como fubá e farinha. Essa farinha muitas vezes utilizada como '*ração para os negros*'. Segundo Silva (2008):

O fubá era obtido triturando-se o milho seco nos moinhos ou pilões, do que resultava uma farinha que era colocada de molho em cochos de água fria até amolecer para, em seguida, passar novamente pelo moinho antes de ser consumida. A farinha obtida através desse processo só recebia a denominação de fubá antes da etapa da torrefação – que era realizada em fornos de cobre ou tachos – depois da qual recebia a denominação de *farinha de milho*. (SILVA, 2008, p. 87)

Toda esta produção, mesmo após a abolição da escravatura no Brasil com a Lei Áurea (1888), era feita pelos negros antes escravi-

zados, que tiveram de buscar os quilombos para serem acolhidos. Muitos continuaram nas terras de seus “ex-senhores”, trabalhando em troca de moradia e alimentação existente. E foi com a produção agrícola e a criação de pequenos animais que os primeiros quilombos foram criados.

A partir do século XIX, antes da abolição, a ocupação por quilombos no ‘Médio’ e ‘Baixo Jequitinhonha’ se faz mais presente nesta região, já que ainda era “pouco ocupada pela população branca e para onde os quilombolas fugiam devido às dificuldades de sobrevivência nas regiões áridas do vale e da condição de escravo” (SANTOS & CAMARGO, 2008, p. 114). Assim, a história registra a presença de quilombos:

(...) Talvez o mais importante tenha sido o da Fazenda Bandeira Grande, de onde, mais tarde, os refugiados se transferiram para a povoação de Santa Cruz da Chapada (hoje, Chapada do Norte, cuja porcentagem da população negra é superior a 90%). (SILVA, 1999, p. 41)

Dando um salto na história, nos referenciando ao século XXI, ainda percebemos relações de exploração da mão de obra do trabalhador rural, negro e quilombola. A região é atingida por diversas consequências do trabalho sazonal fora dos territórios, tendo como realidade a migração anual que, a cada ano passa, a ser mais contínua do que sazonal. Os sujeitos do sexo masculino, a partir dos 16 anos de idade, passam de três (03) a nove (09) meses distantes das comunidades, e de suas manifestações culturais, em trabalhos informais realizados em fazendas de café e cana de açúcar nos estados de São Paulo, Goiás e no sul do estado de Minas Gerais.

As “viúvas de marido vivo”, ‘título’ auto atribuído pelas próprias mulheres negras, rurais e quilombolas do ‘Médio Jequitinhonha’, ficam responsáveis por todas as funções comunitárias durante o período de

trabalho sazonal dos homens. Elas são as mantenedoras da presença das famílias camponesas e quilombolas nos territórios, pela produção da agricultura familiar e sua reprodução sociocultural.

A produção de alimentos tradicionais denominados como ‘quitandas’ é uma tradição. Nas pesquisas histórico-gastronômicas de Bonomo (2015), a palavra “Quitanda” é de origem africana (quimbundo), correspondendo a uma palavra derivada de *Kitanda*, que representa o tabuleiro onde esses alimentos são expostos e vendidos nas feiras. Em Minas Gerais, é atualmente “utilizada para designar o conjunto da pastelaria caseira, tais como bolos, biscoitos, rosquinhas e broas” (BONOMO, 2015, p. 32). As quitandas estudadas são um tipo de alimento que, geralmente, se serve no café da manhã, café da tarde ou é levado como ‘merenda’ por crianças e jovens para serem consumidos na escola, ou pelos adultos para o lanche no meio do expediente de trabalho na “roça”. Podem ser servidas com café, chá ou suco.

A prática das quitandeiras foi disseminada em Minas Gerais, desde o século XIX, pelas “Negras de Tabuleiro”, e o termo quitandeiras, segundo Juliana Bonomo (2015) “na concepção atual, são mulheres que fazem e vendem quitandas. Marcado pela transmissão oral do conhecimento, o ofício é transmitido entre as mulheres da família, sendo considerado uma herança, uma memória dos antepassados familiares”. (BONOMO, 2015, p. 2)

Antes, nas Minas Gerais setecentistas e do século XVIII, o termo quitandeira era utilizado para “designar as negras vendeiras, também chamadas de negras de tabuleiro, que vendiam alimentos pelas ruas” (BONOMO, 2015, p. 33), em tabuleiros - bandejas feitas de madeira, apoiadas em estruturas para se formarem uma espécie de local de comércio, “tidas como quitandas”, como se fossem bancas de feirantes, ambulantes (SILVA, 2008). Em outros lugares do Brasil, lojas de venda e estabelecimentos comerciais podem ser reconheci-

dos pelo nome de “Quitanda” (associados também às denominações de “vendinha”, “sacolão”, “mercado”, “mercadinho”, “feira”, entre outras denominações locais/ regionais) (CARMO, 2019).

Vale lembrar que as quitandas são reconhecidas em várias regiões do estado de Minas Gerais (como ocorre com o termo de “iguarias” tradicionais reconhecidas no estado de Sergipe) e que as quitandas aqui pesquisadas, neste artigo, são a materialização de um conjunto de alimentos, com um ‘saber-fazer’ específico das práticas alimentares de comunidades negras e rurais, autodeterminadas enquanto quilombolas e que estão localizadas em uma região do semiárido mineiro e do Médio Jequitinhonha têm suas características socioambientais particulares. A produção de mandioca é uma constante nesta região, porém para fins de consumo da família e com dificuldades de irrigação.

Assim, a constituição identitária das quitandas enquanto alimento tradicional vem sendo construída historicamente de uma relação com/ de/ por mulheres, as ‘Quitadeiras’. De acordo com Maria Stella Libanio Christo (2006 [1924]), a origem da culinária típica mineira vem da senzala. As receitas surgiram com as “pretas velhas” e foram repassadas de mães para filhas através dos tempos. Mas dentro da constituição da região estudada, defende-se a presença de uma herança indígena muito forte nos quilombos formados e consequentemente no trato com a mandioca, o milho e os amendoins.

Tem-se, portanto, que as quitandas mineiras e jequitinhonhenses aqui analisadas possuem em primeiro lugar, como base de suas receitas, a goma (polvilho) e a massa da mandioca (tapioca), depois o fubá de milho e por último a farinha de trigo. Adoçam com rapadura e, mais recentemente, com o açúcar (cristal) industrializado. Temperam quitandas doces com coco seco, erva doce, cravo e amendoins. As quitandas são assadas em fornos de barro, aquecidos por brasas de lenha, e geralmente possuem consistência firme e seca.

No Médio Jequitinhonha não se come os tradicionais 'Beijus' "secos" como ocorre no Norte de Minas e em Sergipe. Os 'Beijus', são feitos da massa da mandioca ralada, prensada e depois peneirada (conhecida em Sergipe como tapioca) e são "fritos" em uma pedra colocada por cima de uma fornalha de barro também aquecida à lenha, na mesma pedra que se torra a farinha. Reconhecidos como quitandas salgadas, os 'Beijus' são passados na banha de porco, toucinho (torresmo) ou manteiga de requeijão, para que tomem sabor e, na fala das quitandeiras, fiquem "macios, molhados e dourados".

Nas comunidades pesquisadas, a quitanda mais produzida é o 'biscoito de goma' assado. A 'goma' é o que identificamos como o polvilho e vem do produto da decantação da água que umedece a massa da mandioca. Em Minas Gerais ela é descascada, ralada crua e "lavada", para depois ser prensada, diferentemente da massa puba sergipana que deixa a mandioca de "molho na água" - para que se realize uma espécie de fermentação natural. Após retirada a sua umidade é colocado o resíduo em decantação, gerando assim o polvilho. Segundo Rezende e Menezes (2013),

O processo de produção das iguarias é exaustivo. Eles principiam seu trabalho semanas antes, com a colheita da mandioca, e, em seguida, realizam o "pubamento". O ato de pubar consiste em deixar a mandioca fermentar em algum recipiente para que ela abraque, facilitando o seu descascamento, a retirada da manipueira e beneficiamento da tapioca (matéria-prima para a produção dos beijus). Caso esse líquido não seja totalmente retirado, "o doce estraga, ele fica com um gosto amargo!". (A.S.S. Itabaiana, entrevista realizada no mês de junho de 2012, no povoado Caraíbas). (REZENDE & MENEZES, 2013, p. 292)

As casas de farinha, visitadas no Médio Jequitinhonha, são de uso coletivo. O próprio plantio é feito de forma nucleada e familiar dentro

da mesma comunidade quilombola (Figuras 2 e 3). Alguns programas governamentais financiaram equipamentos elétricos para que houvesse maior facilidade dessas comunidades continuarem a produção da ‘farinha de mandioca’ e, conseqüentemente, da ‘goma’ (polvilho). Porém, a própria situação de uso de energia elétrica, que onera de certa forma a produção desses ‘mantimentos’ essenciais à culinária regional, incentivou que várias famílias mantivessem pelo menos algumas etapas, senão todo o processo de produção, manual e artesanal.

Figura 2: (esq.) Fornalhas dos Fornos de Torrar Farinha na Pedra



Figura 3: (dir.) Torrando Farinha de Mandioca na Casa de Farinha



Fonte: Arquivos de Luciana Priscila do Carmo - Comunidade Quilombola de Faceira em Chapada do Norte/MG (Abr./2014)

Tanto a farinha, quanto a ‘goma’ da mandioca, são produzidas com valor de uso para consumo da família. Porém, quando a produção bianual da mandioca gera excedente, algumas ‘medidas’ de farinha torrada são vendidas na feira livre para complementar o orçamento doméstico.

Trataremos também do bolo feito da junção de fubá (de milho) e da massa de mandioca, utilizado para dar a ‘sustança’ no trabalho da roça. Ele tem o nome específico de ‘cabo de machado’ exatamente por ter um formato alongado, já que é enrolado em uma folha de

bananeira na hora de assar. Pelo fato de ser realmente uma mistura de vários alimentos, temperos considerados ricos em carboidratos, açúcares e em propriedades que aceleram o metabolismo, resultam em mais ‘energia’ para o trabalho na roça.

O fubá de milho, utilizado para a base do ‘cabo de machado’, de preferência feito pelas próprias comunidades no processo de colocar o milho de molho e socar com o pilão – como era no período colonial –, é misturado à massa de mandioca (que antes foi ralada e espremida para se tirar a umidade). Nestas regiões se adoça com rapadura e se tempera com canela e/ ou o cravo. Usam ovos “caipiras” para dar a liga e o leite – que de preferência deve estar coalhado para dissolver os ingredientes. As quitadeiras também citam uma pitada de sal e o fato de que a folha de bananeira deve estar ‘bem verdinha’ para “dar o gosto no bolo”. Algumas adaptações nas receitas que foram citadas constavam coco ralado e/ ou leite condensado no preparo das massas (CARMO, 2019).

Passando para uma análise mais reflexiva, enfatizamos que para se reconhecer o valor destas ‘Quitandas Quilombolas’ e o ‘saber-fazer’ dos sujeitos, precisamos de se problematizar sobre as relações do ‘saber-fazer’ quitandas com as dimensões mais amplas da identidade, principalmente o protagonismo assumido no processo pelas mulheres agricultoras, com vistas à reprodução social e à continuidade de grupos familiares no meio rural, em território quilombola (CARMO, 2019)

Outro elemento identitário, que está contido no universo das quitandas, são os fornos de barro (Figura 4), inseridos no espaço rural. Em todas as comunidades, os mesmos ficam localizados em um anexo externo às cozinhas. O motivo de estar do lado de fora das casas é para que a fumaça não penetre nos demais cômodos do lar. Há um ritual de se varrer dentro dos fornos com folhas de ‘assa-peixe’ e de se retirar as cinzas antigas para se fazer sabão. A produção de quitandas concorre para o consumo da família de uma semana

inteira e, geralmente, as mulheres se reúnem para fazê-las de forma coletiva, aproveitando o uso da lenha.

Figura 4: Forno de Barro para Assar Quitandas – Comunidade Quilombola de Roça Grande, Berilo/MG.



Fonte: Luciana Priscila do Carmo (2017)

As quitandas são produzidas, por uma parcela significativa das mulheres quilombolas, com valor de uso para alimentação familiar, mas a cada dia se fortalecem em um movimento pela necessidade de geração de trabalho e renda e independência financeira feminina. Por isso, passam a utilizar as ‘quitandas’ como valor de troca comercial, vendendo nas feiras livres municipais (Figura 5 e 6).

Além disso, no tocante da reprodução social e cultural, exercida pelo papel das quitandeiras, isto acarreta na permanência desta cultura, na resistência da luta quilombola por seu reconhecimento de importância identitária, de seu território e das territorialidades festivas em que as *quitandas* estão inseridas como elementos identitários de relevância; para a salvaguarda da memória do Vale do Jequitinhonha, de Minas Gerais, e do Brasil (CARMO, 2019).

Figura 5: (esq.) Quitandeira vendendo a quitanda “cabo de machado”



Figura 6: (dir.) Quitandeira vendendo “pé-de-moleque”



Fonte: Acervo de Luciana Priscila do Carmo (Feira Livre de Minas Novas, 2017)

O enraizamento de uma cultura em torno dos derivados da mandioca: A Casa de Farinha de Itabaiana/SE e suas Iguarias

Os estudos aqui apresentados são frutos da revisão bibliográfica e uma visita técnica à Casa de Farinha de Itabaiana/SE em dezembro de 2018. Portanto, deixamos claro que as análises foram sobre percepções da vivência do campo, leitura de artigos e teses sobre a região de Itabaiana, mas não com a riqueza de detalhes de uma pesquisa de mestrado, que geralmente são realizadas durante dois anos. Por isso nos deteremos mais na comparação das iguarias tradicionais em si do que nos modos de fazer e contextos geohistóricos.

A Casa de Farinha em questão reúne em seu espaço, para quem é *outsider*, as experiências de assistir o ‘saber-fazer’, visto que tanto as receitas, quanto o preparo dos insumos, são feitas ao vivo e em tempo real: torra-se o amendoim, torra-se a farinha, assa-se o beiju em uma chapa de ferro, em cima da fornalha, assim como os

'pés-de-moleques' feitos de massa de puba enrolados na folha de bananeira, etc. Apenas a massa puba e a tapioca não são produzidas diretamente na Casa de Farinha, mas nas propriedades dos agricultores familiares.

Pudemos presenciar uma riqueza de variedades de iguarias doces e salgadas de derivados da mandioca: pé-de-moleque de massa puba, beiju malcasado, beijus de tapioca, sarioio, manauês, entre outros. Ao mesmo tempo em que se experiencia e se vê o fazer, podemos simplesmente escolher os produtos prontos, às vezes ainda quentes, expostos nas bancadas e prateleiras. Inclusive houve a possibilidade de se fazer algumas degustações e compras.

Figura 7: Localização do município de Itabaiana, no Agreste de Sergipe/SE (REZENDE & MENEZES, 2013, p. 288).



Logo que chegamos à Casa de Farinha, apresentada em uma arquitetura e mobiliário rústicos, percebemos o contraste das paredes da casa de “enchimento”, “adobe” ou “pau a pique” em meio ao centro urbano de Itabaiana. A sensação é de que existe um pedaço rural do século XIX funcionando, literalmente, a todo vapor no meio de uma cidade do século XXI (Figuras 8 e 9):

Figura 8: Lenha para acender a fornalha



Figura 9: Beiju e Pés-de-Moleque assando no Forno da Casa de Farinha de Itabaiana/SE



Fonte: Luciana Priscila do Carmo – Trabalho de Campo do PROMOB em dez/2018.

Percebemos pela vivência, através de conversas informais e pela forma dos agricultores familiares se organizarem, que ali funciona a produção das iguarias por grupos familiares e que, além de terem seus próprios plantios na zona rural, ainda compram os insumos (ingredientes) seus produtos alimentícios de outros grupos da agricultura familiar para conseguirem atender o tamanho da demanda da população urbana. O fluxo de comércio destas iguarias é intenso e percebeu-se que pessoas da própria região são as grandes consumidoras.

Essa geração de renda é importante para as famílias visto que, nos estudos de Menezes (2009, p.37), “a escassez de terra para praticar o seu cultivo e de postos de trabalho no campo, emergem as dificuldades financeiras que logo impulsionam a mobilidade populacional”. Por este motivo, as famílias muitas vezes utilizam de seu

patrimônio imaterial, o saber-fazer intergeracional e se organizam de forma estratégica para permanecerem no território.

Sabendo que a região de Itabaiana/SE se configura historicamente, desde o início do século XIX, como “celeiro de Sergipe”, a região é uma das maiores produtoras de mandioca do estado. O município já foi destaque na produção de cereais e algodão, mas é preocupante perceber nas pesquisas que ao longo dos anos a região vem sofrendo uma queda de produção da mandioca. Um dos fatores dessa queda seria a falta de assistência técnica rural para as famílias agricultoras (WOORTMANN, 1995). Pensamos que essa assistência técnica poderia ser um dos focos de atuação de políticas públicas devido tamanha identificação da cultura local com os alimentos derivados da mandioca e de como essa comercialização movimenta a economia local e regional.

Um dos reflexos disso são os grupos familiares que produzem na Casa de Farinha de Itabaiana enaltecerem “o prazer de permanecer a elaborar e comercializar essas comidas típicas, como assim o faziam seus antepassados, além de ressaltar a autonomia do trabalho, fato esse evidenciado nas falas dos produtores” (REZENDE & MENEZES, 2013, p. 292).

Procurando saber como os produtores locais entendem ou percebem o sucesso nas vendas das iguarias derivadas da mandioca na região de Itabaiana/SE, e durante os diálogos da pesquisa identificaram que existe um enraizamento destes alimentos identitários na cultura e nos modos de vida de homens e mulheres que permaneceram na região, assim como dos migrantes. Também acreditam que seja crescente a busca por alimentos não industrializados e que caracterizam a cultura local na realidade na sociedade pós-moderna.

Estudos já foram realizados descrevendo o processo de fabricação das ‘iguarias’ mais comuns com os ingredientes básicos: a tapioca (e/ou a massa puba), açúcar, sal, coco e as especiarias, como

o cravo e a canela. Pudemos perceber os “pés-de-moleques” são assados e colocados à venda em um tabuleiro, sendo enrolados nas folhas de bananeira. Na produção do ‘pé-de-moleque’ sergipano a mistura de ingredientes demonstra que houve na geo-história regional a miscigenação de culturas. Para Rezende & Menezes (2013, p. 293), “no preparo das iguarias derivadas da mandioca de origem indígena, percebemos a influência portuguesa, na utilização do cravo, e a africana, no emprego do coco seco”.

O enraizamento dessas iguarias nos modos de vida dos consumidores, “principalmente aqueles que participaram da produção dos derivados, quando distantes, buscam esse produto para alimentar o corpo e alma” (MENEZES, (2015, p.49). Momentos vivenciados no território de origem são lembrados ao se ter contatos com estes alimentos identitários: lembranças de festas, de encontros familiares, de pessoas idosas, de mortes, de nascimentos e de casamentos impulsionam esses migrantes a buscar no consumo desses alimentos uma aproximação com o seu lugar, seja por meio do sabor, textura, aroma ou forma de se acondicionar (MENEZES, 2015).

Semelhanças e Diferenças de Ruralidades: Onde se cozinha diferente do outro se produz alimentos identitários com os mesmos ingredientes

Iniciamos nossa análise comparativa das vivências e observâncias com foco em algumas possibilidades de leituras dos alimentos tradicionais pelos nomes reconhecidos popularmente pelos sujeitos envolvidos durante os trabalhos de campo.

Primeiramente, é interessante estabelecer que, realmente, o termo ‘quitanda’, utilizado na literatura e linguagem popular dos quilombolas e não-quilombolas do Vale do Jequitinhonha, não foi utili-

zado pelos produtores de ‘iguarias’ da casa de Farinha de Itabaiana em nenhum momento, e nem pelos pesquisadores sergipanos que acompanharam o trabalho de campo. Em Minas Gerais, pode-se dar o nome de ‘Quitandas’ a vários tipos de ‘iguarias’: bolos, broas, tortas, biscoitos (doces e salgados), e até alguns tipos de ‘quitutes’ mais refinados como a brevidade, os sequilhos, os pastéis, o cuscuz, o requeijão, os queijos ou um pedaço de rapadura podem ser enquadrados como uma ‘quitanda’ dependendo da região do estado e do valor de uso para alimentação familiar.

Como exemplo, vamos analisar o caso do ‘Beiju’, que possui a mesma nomenclatura em todas as localidades analisadas, para identificar um alimento tradicionalmente feito à base da massa da mandioca (espécie de farinha branca, fina, seca e peneirada), que é colocada com as próprias mãos em formato circular sobre uma chapa ou pedra quente. As propriedades naturais deste alimento, que com a ajuda do calor, agrega todas as partes dessa ‘fécula’ de mandioca, conhecida em Sergipe pelo nome de ‘Tapioca’, formando assim um tipo de massa unificada e fina que suporta recheios e pode ser dobrada formando uma ‘meia lua’.

No Médio Jequitinhonha/MG o ‘Beiju’ é considerado um dos elementos existentes dentro do conjunto de alimentos tradicionais denominados de forma genérica como ‘Quitandas’. Para os pesquisadores sergipanos, presentes nos trabalhos de campo, o ‘Beiju’ seria uma das ‘iguarias’ utilizadas para lanches. Em ambos os estados usa-se comer o ‘Beiju’ acompanhado de café. Para quem reside nas zonas urbanas de Minas Gerais, o termo ‘Tapioca’ seria utilizado como outro nome dado ao ‘Beiju’ e, geralmente, é recheada com doces, carnes desfiadas, queijos ou geleias. Existem em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, algumas ‘Casas de Tapioca’ que são ‘lanchonetes’ que servem vários sabores de ‘Tapioca’, ou seja, ‘Tapioca’ é o nome de um prato culinário.

No caso do ‘Beiju Molhado’ de Itabaiana/SE, feito de tapioca (massa de mandioca seca) ‘molhada’ com leite de côco (e às vezes adicionado o côco seco e ralado) é diferente do ‘Beiju de Amendoins’, sendo este feito com amendoins torrados, triturados e adicionados à tapioca. Ambos ficam com consistência que se difere do ‘Beiju Tradicional’ (seco) por alguns fatores que foram percebidos. No modo de fazer, a camada de ‘tapioca’ é colocada de forma mais generosa na superfície quente e isso causa a sensação de maior ‘liga’ entre as partículas da massa que passa a ter aproximadamente 01 cm de altura (é considerada uma massa mais grossa que a do ‘Beiju Tradicional’). Também se acrescenta o açúcar que dá um aspecto de ‘melado’ junto da ‘tapioca’ quando derretido no calor e a própria oleosidade dos amendoins, ou a liquidez do leite de coco, ajudam nessa sensação ‘molhada’ das duas ‘iguarias’.

No caso de Minas Gerais essa sensação úmida foi percebida nos ‘Beijus’ salgados, chamados de ‘Beiju na Manteiga de Requeijão’ e no ‘Beiju de Torresmo’ (que é passado na gordura retirada do toucinho de porco).

A sensação do ‘Beiju estar mais úmido, ocorre pelo fato de que são “fritos” ou “passados” os ‘Beijus’ na gordura quente, advinda destes tipos de ‘recheios’. Assim que a massa se unifica, com a ajuda do calor de uma frigideira ou da pedra quente aquecida por fornalhas, coloca-se gordura de porco retirada da fritura do toucinho (torresmo) ou a manteiga do requeijão (que foi gerada na fabricação caseira de ‘requeijão em barra’, inclusive conhecido também como ‘requeijão de rapa’) para derreter, literalmente, passam o ‘beiju’ seco para ‘molhar’ e ‘fritar’ nessa gordura. É uma quitanda conhecida como ‘coisa dos antigos’ para dar ‘sustança’ na roça (Figuras 10 e 11).

Figura 10: Beiju passado na Manteiga de Requeijão



Figura 11: “Requeijão de barra” frito para se retirar a gordura da manteiga de requeijão.



Fonte: Acervo de Luciana Priscila do Carmo (Berilo e Chapada do Norte/ MG, 2020).

Os modos de fazer e os ingredientes do ‘pé-de-moleque’, da região específica de Itabaiana/SE, foram descritos no segundo subtítulo deste artigo. Passamos agora a descrever brevemente sobre as diferenças entre a ‘iguaria’ sergipana e o doce mineiro de mesmo nome: o ‘pé-de-moleque’. Apesar de ambos serem doces, a primeira diferença se trata dos ingredientes utilizados. O ‘pé-de-moleque’ mineiro se faz derretendo a rapadura na água e depois que gera um melado da cor marrom, no qual se acrescenta amendoins torrados. De cor mais clara, o “pé-de-moleque” de Itabaiana é feito à base de massa de mandioca com coco seco e ralado e sua massa é enrolada por uma folha de bananeira e assada em fornos com chapas de ferro. Essa iguaria é servida em lanches e eventos, já o pé-de-moleque mineiro é considerado um doce de sobremesa.

Existem dois tipos de ‘pé-de-moleque’ mineiro: o de amendoim inteiro e o de amendoim moído (triturado). Para o formato tradicional do ‘pé-de-moleque’ de amendoim inteiro, geralmente, utiliza-se uma colher para retirar um pouco da ‘massa’ ainda quente (gerada pela mistura dos amendoins com a rapadura derretida em um tacho) e “pingando” essa massa ainda “mole” em uma superfície de pedra para que esfrie naturalmente. O pé-de-moleque frio se

torna um formato achatado e com os amendoins bem visíveis por cima do doce.

Sobre a existência de similaridades das quitandas quilombolas com as iguarias itabaianenses, percebemos em nossos estudos realizados no Médio Jequitinhonha, até meados de 2020, apenas um relato de receita parecida com o ‘pé-de-moleque’ sergipano. O relato foi de uma mulher quilombola, neta de uma senhora da comunidade quilombola do Macuco (município mineiro de Minas Novas) - sendo esta senhora já falecida e filha de negros escravizados, cuja receita foi ensinada à bisneta pela oralidade.

A entrevistada disse que a avó *“fazia uma espécie de bolo muito diferente que aprendeu com os antigos, utilizando a massa da mandioca com coco seco ralado e, quando tinha, colocava-se queijo ralado junto da massa e assava enrolado em uma folha de bananeira”* (entrevistada em maio/2020). A descrição foi de uma massa clara que tinha uma consistência pastosa no *“ponto de colher”* e quando assava ficava numa textura *“meio firme, meio gelatinosa”*. Tal descrição se mostrou muito parecida com o que visualizamos e degustamos após a feitura do pé-de-moleque de Itabaiana.

Durante nossas visitas às feiras livres dos municípios de Berilo, Chapada do Norte e, também, de Minas Novas, os *‘cabos de machado’*, se encontravam à venda nas barracas de quilombolas feirantes. Outra presença marcante nas falas das entrevistadas é que depois do *‘Biscoito de Goma’*, a *quitanda* mais solicitada pelos migrantes é o *‘cabo de machado’* para levarem em suas viagens e matar as saudades de casa, da região. Este fato foi identificado com grande semelhança nos estudos dos alimentos identitários da região de Itabaiana:

(...) os migrantes, para fortalecer a referida identidade, procuram tais produtos como um símbolo que os caracteriza e contribui para a manutenção dos costumes e hábitos vivenciados no seu território (MENEZES, 2009). Nos deslocamentos, inde-

pendentemente da distância, as populações carregam os seus hábitos e tradições alimentares. Alguns conseguem continuar a produzir; outros buscam adquirir de terceiros, alimentando o seu corpo e a sua identidade cultural e territorial. (REZENDE & MENEZES, 2013, p. 287)

O ‘cabo de machado’ é tão tradicional nessas comunidades que é servido em casamentos e festas dos “dias dos santos”. Trazemos aqui o valor simbólico dessas quitandas também relacionadas ao afeto e ao sagrado. Nas pesquisas de CARMO (2019), identificamos que já existem adaptações de algumas casas, que não possuem o forno de barro ou não haja uma quitandeira com tantas habilidades na família. Desta forma, encomendam de outras quitandeiras locais para a “fazeção de quitandas”, constantes nas festas religiosas, pela devoção das quitandeiras e em nome da tradição.

Retomando ao aspecto da forma de assar massas enroladas numa folha de bananeira, tanto a massa do ‘pé-de-moleque’ sergipano e do ‘cabo de machado’ do Médio Jequitinhonha, a técnica é a mesma. Colhem folhas verdes de bananeiras, passam um pano úmido para limparem estas folhas, cortam com as mãos as folhas em formatos quadrados ou retangulares, colocam com uma colher a quantidade da massa desejada e enrolam com pequenos e cuidadosos movimentos de forma que a massa não caia nas laterais que ficam abertas.

A diferença, para além do que já foi dito, está na a base da iguaria sergipana ser de mandioca com coco e a quitanda quilombola mineira ter a base do fubá de milho, misturada à massa de mandioca e a rapadura. Desta feita, o ‘pé-de-moleque’ é servido na atualidade sergipana, como uma sobremesa ou lanche e é considerado um alimento tradicional de eventos típicos, como as festas juninas ou em locais específicos de culinária típica (como as feiras e a Casa de Farinha de Itabaiana/SE). Já o ‘cabo de machado’ ainda é muito utilizado como comida tradicional cotidiana, feita em casa por mulheres de

cada família, principalmente para a merenda de crianças que levam para a escola e dos trabalhadores rurais merendarem nas roças.

Finalmente, trazemos aqui as similaridades que percebemos nas ruralidades dentro do espaço urbano, a manutenção e continuidades de manifestações culturais tradicionais ao compararmos a Casa de Farinha de Itabaiana e as Bancas de Venda das mulheres quitandeiras nos Mercados Municipais.

As formas de comercialização da Casa de Farinha de Itabaiana, em toda sua conformação física e rústica do espaço construído, situada em uma 'praça de eventos' municipais e funcionando com utensílios, equipamentos e modos de fazer tradicionais demonstram peculiaridades do saber-fazer dos grupos de agricultura familiar da região do Agreste Sergipano no ato da comercialização. No saco das Bancas de Venda das mulheres quilombolas remontam ao que contextualizamos (geo)historicamente às "Negras de Tabuleiro" do Brasil Colônia e que permanecem com práticas para a independência financeira e de subsistência das mulheres e suas famílias com repasse de transmissão intergeracional deste ofício.

A diferença entre estas práticas de comercialização existe na estrutura física e no posicionamento de venda desses produtos das tradições e seus valores simbólicos. Considerando que a Feira de Itabaiana atrai historicamente visitantes de todos os lugares, as famílias que idealizaram a Casa de Farinha investiram na estruturação do comércio e do que chamamos de 'Economia Criativa' e Turismo de Vivência'. Neste caso a experiência da culinária está atrelada a uma valorização geohistórica e estética do rural em meio ao espaço urbano. As bancas de feirantes do Médio Jequitinhonha obedecem à padronização das Feiras Livres e Mercados Municipais e não mostram o seu saber-fazer durante as vendas, mas podem valorizar seus produtos das ruralidades e repletos de identificações simbólicas e territorialidades a serem descobertos, e, às vezes contados

pela conversa informal, nestes espaços de interação sociocultural que são as feiras.

Considerações Finais

Esperamos com este artigo ter aguçado os olhares sobre a relevância deste tipo de pesquisa comparativa na Geografia e que possam ser mais aprofundadas, podendo inclusive provocar, tanto programas quanto políticas públicas de maior atenção à extensão técnica e rural junto à agricultura familiar para que haja possibilidades de manutenção, continuidade, sucessão rural nos plantios dos vários tipos de mandioca, que sustentam a base para comidas tradicionais derivadas deste alimento tão versátil e popularizado no Brasil e que interferem conseqüentemente na valorização da culinária enquanto um patrimônio cultural e uma potência na geração de trabalho e renda complementar e alternativo às famílias agricultoras, quitandeiras e cozinheiras.

Referências

BONOMO, Juliana R. O ofício das quitandeiras: tradição e patrimônio cultural de Minas Gerais. **Rev. História Helikon**. Curitiba: v.2, n.4, p.32-46, 2º semestre, 2015.

CARMO, Luciana Priscila. **QUITANDAS QUILOMBOLAS: Identidades, Resistência e Etnodesenvolvimento em Paisagens Culturais do Médio Jequitinhonha**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (IGC/UFMG). Abril, 2019. p. 333. (No Prelo).

CHRISTO, Maria Stella Libanio. **Fogão de lenha: quitandas e quitutes de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006 [1924].

COSTA, João Batista de Almeida. As formações quilombolas em Minas Gerais. 2007, p. 25-28. In: SANTOS, Maria Elisabete Gontijo dos; CA-

MARGO, Pablo Matos. (Orgs.). **Comunidades quilombolas de Minas Gerais no século XXI – História e Resistência**. Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva – CEDEFES Belo Horizonte: Autêntica/CEDEFES, 2008. 392p.

LEITE, Alana Franco; MENEZES, Sônia de S. M. Derivados da Mandioca: Alimentos Identitários como Estratégia de Reprodução Social. **I SEMINÁRIO SOBRE ALIMENTOS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS TRADICIONAIS. Anais**. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, SE – 21 a 23 de maio de 2012. GT01 – A Produção de Alimentos Tradicionais nos Territórios Rurais e Urbanos. p. 1-15.

MENEZES, Sônia de S. M.; CRUZ, Fabiana T. da. **Estreitando o diálogo entre alimentos, tradição, cultura e consumo**. São Cristóvão/SE: Editora UFS. 2017. 220p.

_____. Alimentos Tradicionais como Manifestação Cultural na Contemporaneidade. 2017. p. 25 – 44. In: MENEZES, Sônia de S. M.; CRUZ, Fabiana T. da. **Estreitando o diálogo entre alimentos, tradição, cultura e consumo**. São Cristóvão/SE: Editora UFS. 2017. 220p.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. **A força nos laços de proximidade na tradição e inovação no/do território sergipano das fabriquetas de queijo**– São Cristóvão, Se, 2009. 359 f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão. 2009.

_____. Sabores do Sertão ao Litoral: saberes e fazeres como estratégia de reprodução social e econômica de grupos familiares. **Geografias**. Belo Horizonte, 01 de Julho- 31 de Dezembro de 2015. Vol. 11, nº 2, 2015.

REZENDE, José Lima de; MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. A tradição das iguarias derivadas da mandioca no território de Itabaiana (SE): cultura e geração de renda. **Ateliê Geográfico** - Goiânia-GO, v. 7, n. 2, p.283-302, ago/2013.

_____. A Produção de Derivados de Mandioca no Município de Itabaiana/SE como Estratégia de Reprodução para Grupos Familiares Rurais. **XXI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - Territórios em Disputa: Os Desafios da Geografia Agrária nas Contradições**

do Desenvolvimento Brasileiro. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia/MG. 15 a 19 de outubro de 2012.

SANTOS, Maria Elisabete Gontijo dos; CAMARGO, Pablo Matos. (Orgs.). **Comunidades quilombolas de Minas Gerais no século XXI – História e Resistência.** Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva – CEDEFES Belo Horizonte: Autêntica/CEDEFES, 2008. 392p.

SANTOS, Alexandra. O sabor da história: práticas alimentares e identidade quilombola. **INTRATEXTOS**, Rio de Janeiro, Número Especial 03 [O Sabor da História]. 2012. p.54-71.

SILVA, Flávio Marcus da. **Subsistência e Poder: A política do abastecimento alimentar das Minas Setecentistas.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. 370p.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. Prefácio. 2017, p. 5 – 14. In: MENEZES, Sônia de S. M.; CRUZ, Fabiana T. da. **Estreitando o diálogo entre alimentos, tradição, cultura e consume.** São Cristóvão/SE: Editora UFS. 2017. 220p.

_____. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste.** – São Paulo – Brasília: HUCITEC Ltda., 1995.

ENTRE DECLÍNIO E ASCENSÕES: METAMORFOSES DOS MEIOS RURAIS EM SERGIPE E MINAS GERAIS

Heberty Ruan da Conceição Silva
heberty.ruan@gmail.com

Introdução

No entremear do século XX, as concepções sobre o meio rural brasileiro estruturaram-se predominantemente com base no antagonismo paisagístico, econômico e social aos espaços urbanos com evidência para as suas características funcionais. Desse modo, as cidades eram responsáveis pela oferta e concentração de indústrias, comércio e serviços, e o campo, pela produção agropecuária. A dimensão vivida, que compreende os modos de viver, as crenças, os simbolismos e as culturas experienciadas pelos povos e pelas comunidades rurais tornou-se uma compreensão secundária – problemática decorrente da constante desvalorização do modo de vida rural associado ao atraso econômico e social.

Nas últimas décadas, observa-se que o meio rural está vivenciando um novo paradigma. A sucessão de fatos contemporâneos indica uma valorização econômica e cultural em ascensão, na medida em que seus territórios têm sido cobiçados não somente por atividades agrícolas modernizadas, mas também por aquelas dissociadas da agricultura. Elas ofertam serviços antes oferecidos exclusivamente nos centros urbanos, mas que no contexto atual se expandem e são incorporados no cotidiano de comunidades rurais. A ascensão dessas novas atividades no campo influencia as estru-

turas físicas e sociais dos povos e das comunidades rurais, que aos seus modos se adaptam, resistem e ressignificam as suas relações de convivência e permanência no campo.

O objetivo deste capítulo é compreender como o declínio e a ascensão de atividades econômicas proporcionam o surgimento de novas ruralidades e mudanças no cotidiano de Currealinho, Diamantina/MG e Resina, Brejo Grande/SE¹.

Para atender ao objetivo, debruçamo-nos metodologicamente numa análise qualitativa, composta por revisão bibliográfica sobre o recorte empírico e os conceitos, temas e as discussões relacionadas às transformações dos territórios rurais estabelecidos por comunidades tradicionais. A coleta de dados primários ocorreu em quatro atividades de campo no distrito de Currealinho e na Comunidade Quilombola da Resina, em agosto e outubro de 2018 e abril e outubro de 2019 respectivamente. Na ocasião, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com lideranças comunitárias, moradores mais antigos e representantes de empresas; registro e levantamento fotográfico; observação semiestruturada sobre os aspectos do cotidiano, modo de vida, e morfologia dos espaços habitados. A coleta de dados secundários consolidou-se com pesquisa em meios digitais como sites, jornais, blogs com noticiários e informativos sobre o cotidiano das comunidades.

Para além desta breve reflexão introdutória, norteamos a elaboração do capítulo com a apresentação inicial de discussões teóricas sobre os principais conceitos utilizados na elaboração de reflexões sobre transformações do meio rural. Em seguida, discutimos o processo de declínio e ascensão de atividades econômicas nos espaços

¹ Desse modo, este estudo consolida uma análise de realidades rurais distintas, motivada pela realização da mobilidade acadêmica na Universidade Federal de Minas Gerais em agosto de 2018, e da pesquisa de Mestrado realizada na Universidade Federal de Sergipe entre os anos de 2018 e 2020.

rurais dos municípios de Diamantina/MG e Brejo Grande/SE, com foco nas mudanças estruturais, econômicas, políticas e ambientais. Posteriormente, analisamos como as novas atividades econômicas e produtivas inseridas no campo propiciam mudanças na estrutura social e nos modos de vida em Currálinho/MG e Resina/SE. Para encerrar, teceremos discussões finais.

Concepções sobre o meio rural e ruralidade

O meio rural, assim como qualquer outro espaço historicamente habitado e produzido por sociedades humanas, não está imune às transformações inerentes às relações sociais em seu contexto tecnológico, científico, econômico e socioambiental. Assim, nenhuma forma de organização social deve ser interpretada de maneira estática, pois cada uma, ao seu tempo e singularidade, passa por mudanças, adaptações e metamorfoses.

A conjuntura metamorfoseada do meio rural brasileiro motivou estudos empenhados na interpretação das transformações do campo com a consolidação de teorias e conceitos. Nas reflexões de Ponte (2004), o processo de conceituação das diferentes realidades do rural acompanhou a dinamicidade do processo histórico. Até o século XVIII, o rural foi reconhecido pela alta concentração populacional e importância econômica em termos produtivos. Porém, no século posterior (XIX), devido ao avanço e à ampliação da indústria e ao crescimento das cidades, o rural foi posto numa perspectiva dicotomizada com o urbano e passou por um processo de desvalorização das suas características e funcionalidades.

A concepção de oposição entre os dois espaços se fortaleceu no Brasil e no mundo durante o século XX, quando o rural se tornou “Subjugado aos ditames modernistas da sociedade, da política e da economia urbanocêntrica [...]” (SILVA, 2016, p. 18). O urbano

passou a exercer centralidade, tornando-se modelo de desenvolvimento no qual o rural deveria seguir para superar a sua condição social periférica.

A racionalidade da economia capitalista urbana passou a se reproduzir no campo acompanhada dos processos de mecanização e uso de tecnologia moderna para o aprimoramento das atividades agropecuárias. Essa nova condição provocou mudanças profundas na organização social, nos aspectos morfológicos e estruturais dos espaços rurais, que passou a assumir algumas características urbanas. Tal realidade histórica influenciou no surgimento de teorias empenhadas na interpretação dos processos de urbanização do rural – dentre as mais famosas, destacam-se a “urbanização do campo”, rurano e *continuum rural-urbano*.

Em relação às três concepções apresentadas, remetemo-nos às reflexões de Pontes (2004), ao considerar que a perspectiva da “urbanização do campo” fundamentou-se na adaptação do rural às características urbanas vinculadas ao desenvolvimento e progresso. Silva e Menezes (2019), ao interpretarem as noções de rurano e *continuum rural-urbano*, identificaram que, no Brasil, esse conceito postulava a visão unificada do espaço com a fusão do campo com a cidade.

Entre as mudanças estruturais do campo, destaca-se o engajamento da população rural em atividades não agrícolas, que cresceu acentuadamente após a década de 1960, que posteriormente constituíam uma importante fonte de renda para os grupos familiares (BALSADI, 2001). O avanço do trabalho mecanizado e seu baixo poder de absorção de mão de obra obrigaram a população rural a buscar novas estratégias de sobrevivência no campo e nas cidades. Essas situações estabeleceram aproximações entre os dois espaços, crescimento de comunidades rurais e a reivindicação por estrutura e tecnologia urbana.

Atualmente, compreende-se que as novas necessidades que ascenderam nas comunidades rurais, mesmo por interferência das relações urbanas, não são capazes de determinar o fim do rural. Sobre o assunto, Carneiro (1998) enfatiza que a expansão da sociedade urbana-industrial e as transformações por elas ocasionadas no rural não homogeneizam as culturas locais, e essas mudanças contribuem na redefinição de práticas e códigos culturais e na reafirmação, por meio da alteridade, das identidades locais.

Complementamos a discussão com Baudel; Wanderley (2001), que tecem críticas as generalizações precipitadas que ocorrem em alguns estudos e interpretações sobre o espaço rural, principalmente quando ele passa a ser entendido sob perspectiva dicotomizada. Enquanto espaço físico conformado por relações políticas, sociais e econômicas, destoa-se da complexidade do campo. Enquanto Lugar da vida, é meio por onde se evidenciam as particularidades e os modos de vida no campo.

As autoras Baudel; Wanderley (2001) concordam que as atividades urbanas desenvolvidas no campo não são capazes de promover o fim do rural, pois este é composto não somente de estrutura física e funcional, mas também por povos com história e modos de vida singulares. Além disso, ambas concordam que as novas atividades no rural conseguem reestruturar e redefinir algumas práticas e estruturas físicas, econômicas e culturais, mas sem sobreposição ou supremacia das relações urbanas.

Essas reflexões nos colocam diante dos conceitos de ruralidades e novas ruralidades, sendo estes os mais aceitos e difundidos no contexto atual. Com base em Candiotta e Corrêa (2008, p. 214), “as ruralidades seriam compostas por objetos e ações característico do rural e fariam parte da população de origem rural”. Desse modo, o conceito se refere à autenticidade dos tradicionais modos de viver no espaço rural. Em relação às novas ruralidades, Silva e Menezes corroboram:

O desenvolvimento de novas práticas econômicas no campo, não raro, dissociadas da agricultura configuram novas ruralidades, que possuem a capacidade de dinamizar e diversificar atividades produtivas do campo, desempenhadas por membros da agricultura familiar e trabalhadores liberais (SILVA; MENEZES, 2019, p. 102).

Os autores atestam que as novas ruralidades estão predominantemente associadas à inserção de novas práticas econômicas nos espaços rurais, podendo ser benéficas para as comunidades e famílias por complexificar as relações produtivas. Constituem-se alternativas de reprodução social no campo, tornando-se um complemento ou a principal fonte de geração de renda. Contudo, é importante salientar, assim como refletem os autores Candiotto e Corrêa (2008), as novas ruralidades podem não ser uma mudança socialmente construída pela população rural. Nesse caso, as atividades podem ser geradoras de conflitos.

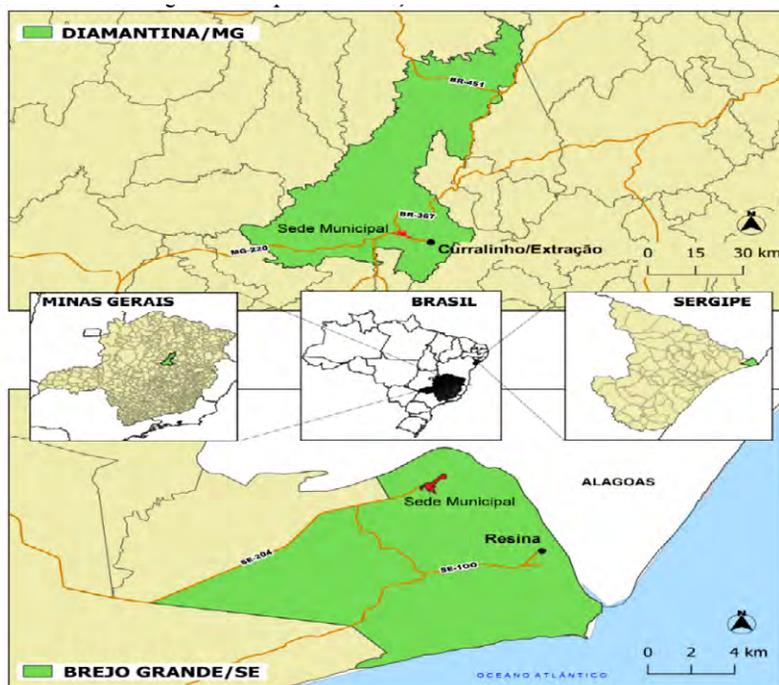
Por outro lado, as novas ruralidades têm o poder de complexificar relações culturais quando são capazes de exprimir mudanças e formação de novas identidades (Medeiros, 2017), sobretudo quando o estabelecimento de novas práticas interfere em mudanças ou incorporações de novos valores e sentimentos de pertencimento entre os sujeitos com as comunidades rurais, com o seu território, paisagens e lugares.

Com base nas discussões sobre as transformações no campo e o surgimento de novas ruralidades, realizaremos uma análise sobre o contexto rural dos municípios de Diamantina/MG e Brejo Grande/SE, que – apesar de estarem inseridos em ambientes, culturas, economias e políticas completamente distintas – compartilham da experiência de transformação dos seus espaços devido à expansão de novas atividades econômicas agrícolas e não agrícolas.

O meio rural entre declínios e ascensões

O município de Diamantina está localizado na mesorregião do vale do Jequitinhonha, distante 294 km da capital estadual Belo Horizonte, a principal forma de acesso à sede municipal e ao distrito de Curralinho ocorre pela rodovia estadual MG-367. Em Relação a Brejo Grande, o município está localizado na microrregião do Baixo São Francisco, com distância aproximada em 110 km da Capital estadual Aracaju. A principal via de acesso à sede municipal e ao povoado Resina se dá pelas rodovias estaduais SE-204 e SE-100 – conforme observamos na Figura 1.

Figura 1 – Mapa de localização de Curralinho/MG e Resina/SE



Fonte: IBGE, Malhas Digitais (2020)

Organização: CONCEIÇÃO SILVA, Heberty Ruan da (2020).

A formação histórica do município de Diamantina/MG se relaciona diretamente à exploração econômica de recursos minerais, principalmente do ouro e diamante no entorno do conjunto de feições geomorfológicas atualmente conhecidas como Serra do Espinhaço. De acordo com Varajão (2015), os metais preciosos foram descobertos pela administração portuguesa em 1729, que iniciou a colonização e exploração da região.

No século XVIII, surgem os primeiros núcleos exploradores. Nesse ínterim, Arraial do Tijuco, conhecido atualmente como Diamantina, foi construído para dar suporte à exploração do ouro e diamante (VIEIRA; OLIVEIRA, 2012). Nos séculos seguintes, XIX e XX, a mineração continuou estimulando o surgimento de povoações e o encadeamento de movimentos migratórios, em caráter inicial, de representantes da coroa portuguesa, escravos e homens livres, e posteriormente, após a colonização, de bandeirantes e aventureiros.

No tocante ao campo diamantinense, a sua principal singularidade expõe a centralidade da cultura do garimpo na composição das ruralidades dos povos que habitavam as povoações e os distritos. No que lhes concerne às atividades agrícolas, comumente associadas ao meio rural, pouco se praticavam, sobretudo no distrito de Curralinho, uma vez que os condicionantes ambientais têm características desfavoráveis. Por meio das observações *in loco*, os solos são pouco desenvolvidos, apresentam baixa profundidade e fragmentos rochosos de alta granulometria, o que dificultaria a produção de alimentos agrícolas em larga escala. Além disso, a população masculina consolidava todo o seu esforço de trabalho no garimpo.

No século XIX, a produção de alimentos no meio rural de Diamantina não supria as necessidades internas de abastecimento. Sob esse aspecto, os bandeirantes e tropeiros realizavam o transporte de alimentos de suas cidades de origem para abastecer os mercados locais. Conforme Vieira e Oliveira (2012), no século mencionado, a

cidade passou por uma crise de alimentos quando os tropeiros optaram por não realizar esse trabalho. Para além da mineração, os fluxos migratórios desses sujeitos sociais facilitaram o acesso das pessoas a mantimentos e o desenvolvimento do comércio.

Nesse momento histórico, Currallinho, por se situar nas proximidades da Estrada Real², tornou-se repouso de tropeiros, desse modo, as mercadorias por eles transportadas passaram a ser distribuídas na comunidade, tornando-a um importante ponto comercial (VIVADIAMANTINA, 2018). As trocas comerciais realizadas pelos tropeiros e o potencial econômico de Currallinho perduraram até a segunda metade do século XX e permanecem vivos na memória e oralidades dos sujeitos que habitam a comunidade, sobretudo os mais antigos, conforme verificamos no Relato A.

Eu me lembro bem, eu era menina, chegava os tropeiros pela estrada de terra e nessa época era tanto movimento que dava, que Currallinho chegou a ter dois mercados para os tropeiros. Eles chegavam e todo mundo descia para comprar as coisas na mãos deles. (Relato A, aposentada de 65 anos, entrevista concedida em 08/2018).

As relações comerciais com os tropeiros faziam parte das ruralidades de Currallinho, contudo, com o avanço do meio técnico-científico e informacional visualizado nas melhorias de condições infraestruturais das estradas e rodovias, o trabalho dos tropeiros foi praticamente erradicado, situação que afetou o comércio de Currallinho, que entrou em decadência. O fornecimento de mantimentos passou a ser dominado por transportadoras, supermercados, mercearias e mercados municipais situados predominantemente na

2 De acordo com o Instituto Estrada Real (2020), a Estrada Real se refere aos caminhos delegados pela coroa portuguesa para o trânsito de ouro e diamante do estado de Minas Gerais até os portos do Rio de Janeiro.

sede municipal, impondo novas relações do campo ao intensificar a dependência da cidade.

A segunda metade do século XX foi um momento de intensas transformações das relações estabelecidas em Diamantina, muitas delas causadas pela decadência da exploração mineral, sua principal atividade que, de acordo com Godinho (2016), ocorreu na década de 1980. Nesse momento, são adotadas novas estratégias de desenvolvimento econômico, como o turismo.

A atividade turística aproveitou-se do significativo legado arquitetônico e cultural deixado pela mineração, refuncionalizando-os para o desenvolvimento das atividades turísticas (GODINHO, 2016). O patrimônio material de arquitetura barroca, casarios, igrejas, mercados, museus, ruas e avenidas pavimentadas com rochas, praças e monumentos de Curralinho compõem paisagens que possibilitam aos turistas e visitantes uma imersão na história do garimpo. Ainda em Curralinho, o patrimônio imaterial, como a culinária tradicional mineira – com singularidades da mineração, as festas tradicionais, o modo de vida e a cultura – passou a ser valorizado para o consumo turístico.

O declínio da mineração e a ascensão do turismo repercutiram não somente no centro histórico diamantinense, mas também no meio rural. A estrutura física do distrito de Curralinho – também composta por marcos históricos coloniais, casas, igrejas, mercados e ruínas de arquitetura barroca, com aspecto simples, distribuídas de forma esparsada por ruas de terras avermelhadas ou de pedras – contrasta uma paisagem rural histórica que, aliada às festividades tradicionais e aos atrativos naturais, inseriram a comunidade em roteiros turísticos. A Figura 2 apresenta os aspectos paisagísticos do rural histórico de Curralinho.

Em meio à decadência da mineração, a paisagem rural histórica de Curralinho tornou-se cenário para produções cinematográficas de

filmes e telenovelas nacionais, ações que amplificaram a repercussão dos seus aspectos paisagísticos. Sobre o assunto, o Viva Diamantina (2018) destaca a existência de sete produções, quatro telenovelas: *Irmãos Coragem* (1995), *Xica da Silva* (1996), *Rei Davi* (2012) e *Liberdade Liberdade* (2016), dois filmes: *Minha vida de Menina* (2003) e *a Hora e Vez de Augusto Matraga* (2015), e a série televisiva *A Cura* (2010). Os turistas que visitam Diamantina são atraídos para Curralinho para consumir as paisagens e os cenários cinematográficos.

Figura 2 – Aspectos históricos na paisagem rural de Curralinho, Diamantina/MG



Fonte: Imagem A <<http://ferias.tur.br/fotogr/155058/curralinho-mg/curralinho/>>; Imagem B <<http://vivadiamantina.com.br/a-cidade/os-distritos/extracao/>>

Desse modo, o distrito consegue desenvolver o turismo de diferentes formas, como o de base comunitária, cultural, rural, histórico, ecológico e de aventura. No final da década de 1990 e ao longo do século XXI, o engajamento da população local com as práticas econômicas e sociais suscitadas pelo turismo tem possibilitado a ascensão de novas ruralidades que serão analisadas no decorrer do capítulo.

Em relação ao município de Brejo Grande, estado de Sergipe, assim como em Diamantina/MG, as metamorfoses do meio rural estão diretamente associadas aos declínios e às ascensões de atividades econômicas. No contexto específico do município sergipano, a primeira atividade implementada, ainda no século XVII, foi a pecuária, e devido a sua expressividade, contribuiu para o surgimento

das primeiras povoações as margens do Rio São Francisco, que ficou conhecido como rio dos Currais (VARGAS, 1999).

Nos séculos seguintes, a pecuária migrou em direção aos sertões, e a monocultura da cana-de-açúcar tornou-se hegemônica na Zona da Mata. De acordo com Nascimento (2009), em meados de 1820, no século XIX, a cana já era desenvolvida de maneira extensiva nas terras de Brejo Grande e propiciou o surgimento de mais de 20 engenhos canavieiros entre os anos de 1815 e 1825. Nesse período, o município passou a receber a migração de povos africanos na condição de escravos para o trabalho na atividade canavieira.

Em 1854, Brejo Grande tinha o maior índice percentual de escravos do Baixo São Francisco, correspondente a 30% de sua população total. Em números absolutos, Figueiredo (1998) ressalta que, no ano citado, a população total de Brejo Grande era de 1.835 habitantes. Destes, 556 eram escravos. Em relação à abolição da escravatura, Machado (1975) afirma que, mesmo livres, os povos escravizados de Brejo Grande e seus descendentes permaneceram morando nas terras dos engenhos durante décadas, até se integrarem totalmente à sociedade e conformar núcleos de povoações.

No século XX, o Baixo São Francisco sergipano passou a se destacar pela produção do arroz. De acordo com Andrade (1963), o rio São Francisco sempre influenciou a vida econômica das cidades do seu baixo curso, as condições ambientais das proximidades com a foz possibilitaram o cultivo do arroz desde o século XIX, tornando-se a principal atividade econômica da região durante todo o século XX e primeira década do século XXI.

A produção de arroz passou a exercer centralidade nas relações econômicas e sociais no espaço urbano, como no meio rural e durante o século XX. Constituiu-se a fonte de renda das famílias brejo grandenses, além disso, absorvia mão de obra de outros municípios nos períodos de plantio e colheita do grão.

Na Resina, Comunidade Remanescente Quilombola localizada às margens do rio São Francisco, os seus modos de vida rural eram tecidos com base na produção de arroz nas fazendas e por meio da atividade pesqueira estabelecida no estuário e em lagoas. Diferentemente da realidade vivenciada em Curralinho, as ruralidades em Resina estiveram associadas a atividades agrícolas, com predominância da rizicultura, e extrativistas, apesar dos intensos conflitos territoriais pela apropriação e uso das terras.

O arroz e os produtos oriundos da atividade pesqueira conformavam as bases da cultura alimentar da comunidade e eram consumidos durante as três refeições diárias. Os outros tipos de insumos e mantimentos eram adquiridos em feiras livres e no comércio de povoados maiores, como Saramem e Brejão, ou na sede municipal.

De acordo com Conceição Silva (2020), a cadeia produtiva do arroz em Brejo Grande perdeu a sua estabilidade após uma série de intervenções humanas no rio São Francisco, sobretudo com a construção da Usina Hidroelétrica de Xingó em 1996, momento em que a vazão das águas em seu baixo curso passou a ser controlada.

Em 2011, a vazão do rio São Francisco foi submetida a um rigoroso controle na Barragem de Xingó, em decorrência de seca e para garantir a produção de energia. A vazão foi reduzida de maneira constante, ocasionou impactos socioambientais no Baixo São Francisco, como o avanço do mar no leito do rio e elevação da salinidade das águas. Sobre o assunto, Alves *et al.* (2017) salientaram que “a elevação da salinização no canal do rio São Francisco, de seus afluentes e lagoas está inviabilizando a rizicultura”, que nos últimos cinco anos entrou em decadência, sendo praticamente erradicada da produção agrícola municipal.

Em meio à crise econômica da rizicultura ocasionada pelas alterações ambientais das águas do Rio São Francisco, foram adotadas novas estratégias para promover o desenvolvimento econômico, e

chegou-se à conclusão de que a carcinicultura, isto é, a produção de camarão em cativeiro, seria uma proposta viável para nova realidade socioambiental.

Diante desse cenário político, econômico, social e ambiental favoráveis, a carcinicultura se tornou a atividade econômica mais rentável e se expandiu de forma rápida, descontrolada e irregular, uma vez que não houve acompanhamento técnico, fiscalização e nem licenciamento dos órgãos de desenvolvimento econômico e ambiental do estado nos primeiros anos.

Na comunidade Resina, a carcinicultura se instalou nas áreas antes destinadas à produção de arroz e impôs transformações estruturais, econômicas e principalmente culturais devido ao surgimento de novas ruralidades. Na Figura 3, observamos tanques de carcinicultura instalados no meio rural brejo grandense, nas proximidades da Resina.

Figura 3 – Comunidade Resina e Tanques de Carcinicultura as margens do São Francisco



Fonte: Ministério Público Federal. Imagem 1 disponível em: < <http://www.mpf.mp.br/se/sala-de-imprensa/noticias-se/fpi-se-comunidade-quilombola-em-brejo-grande-sera-beneficiada-por-estrada>>; Imagem 2, disponível em: < <https://infonet.com.br/noticias/politica/pl-que-regulamenta-carcinicultura-e-aprovado/>>

Desse modo, em Brejo Grande, foi estabelecida uma mudança da agricultura para a pecuária, ou seja, atividades comumente já desenvolvidas no meio rural. Entretanto, a carcinicultura representa uma nova configuração do espaço em seu contexto político, econômico e cultural. Nos últimos anos, a atividade econômica tem sido responsável pela ascensão de novas ruralidades no meio rural da Resina.

Diante de todas as transformações no campo, ocasionadas por declínio e ascensões de atividades econômicas em Currálinho, Diamantina /MG e Resina, Brejo Grande/SE, realizaremos uma análise no próximo tópico de como essas novas ruralidades têm interferido nas convivialidades dos sujeitos que vivem nas comunidades mencionadas.

Mudanças e convivências no meio rural Diamantinense e Brejo Grandense

Retomamos a concepção de ruralidades para assim melhor compreender o meio rural e seus contextos metamorfoseados. Em seus estudos, Medeiros (2017) destaca que a ruralidade pode ser compreendida como o modo de vida composto por um conjunto de sociabilidades pertencentes ao mundo rural. Diante desse entendimento, ousamos destacar que a ruralidade é um atributo cultural estabelecido por meio das práticas materiais e simbólicas do cotidiano que englobam as identidades rurais. Ainda sobre o assunto, a autora complementa:

Ruralidade é uma construção social contextualizada, com uma natureza reflexiva, ou seja, ela é o resultado de ações dos sujeitos que internalizam e externalizam através dessas ações a sua condição sociocultural presente que é reflexo da condição herdada de seus antepassados. Nesta ruralidade está expressa a capacidade destes sujeitos de se adaptarem às novas condições resultantes das influências externas. (MEDEIROS, 2017, p. 182)

O conceito apresentado por Medeiros (2017) se fundamenta no contexto histórico e tradicional dos povos, ou seja, que nos permite vislumbrar um espaço rural não homogêneo, porém, múltiplo, pois os povos que habitam esses espaços possuem singularidades históricas e culturais que os diferenciam e, assim, constituem as suas

ruralidades de forma diferenciada, assim como ocorre em Diamantina e Brejo Grande.

A autora evidencia ainda que a construção social vinculada às ruralidades nos permite compreender os processos de aceitação e adaptação dos povos às mudanças estruturais geralmente submetidas por interferências de sujeitos, agentes e atores externos ao meio rural. As mudanças reconfiguram os meios rurais e consolidam novas ruralidades. Conforme as reflexões de Graziano da Silva e Grossi (1999), essa nova configuração do meio rural é impulsionada por três principais grupos de atividades.

a) um agropecuária moderna, baseada em commodities e intimamente ligada às agroindústrias; b) um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; c) um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, localizadas em nichos especiais de mercados (GRAZIANO DA SILVA; GROSSI, 1999, p. 170).

As tipologias apresentadas por Graziano da Silva e Grossi (1999) nos possibilitaram classificar a realidade empírica do novo rural em Diamantina e Brejo Grande. As novas ruralidades vivenciadas pelos povos que habitam o distrito de Curralinho vinculam-se ao tipo b, que se refere ao desenvolvimento de atividades não agrícolas, como o turismo. Em relação ao novo rural em Resina, este é estabelecido no contexto tipológico C, pois a carcinicultura é uma atividade especializada para atender à demanda mundial pelo consumo de camarão de cativeiro, que representa um novo nicho de mercado.

A atividade turística tem o poder de causar grandes impactos nos espaços onde é desenvolvida, uma vez que o fluxo de pessoas recorre à necessidade da criação de infraestrutura básica, e em alguns casos, o controle de acesso. Ao longo dos anos, o turismo em

Currallinho possibilitou o surgimento de atividades econômicas que englobam o setor de serviços como hospedagem, alimentação e guiamento turístico.

Durante ao reconhecimento de campo, foram identificados no espaço de morada na comunidade o funcionamento de duas pousadas e quatro bares e restaurantes construídos para absorver a demanda ocasionada pelo turismo. Esses novos serviços e equipamentos no meio rural de Currallinho representam uma adaptação física e econômica do espaço vivido à nova realidade. Com base nas entrevistas semiestruturadas, os sujeitos destacaram que a maior parte dos investimentos de infraestrutura turística foram realizadas pelas próprias famílias do distrito, utilizando-se de economias capitaneadas pelo garimpo.

O turismo é outra atividade que atribui novos sentidos e significados à paisagem e aos patrimônios histórico e natural presentes nos espaços de vivência de Currallinho. Os espaços sagrado – como igrejas e capela da extração –, os de lazer – como a barragem, a cachoeira da subestação e a gruta do salitre –, os de morada – como as casas de arquitetura colonial – e os da paisagem cotidiana de serras passaram a ser revalorizados pelos moradores que os apresentam com orgulho aos visitantes. O Relato B contempla o significado dos casarões históricos para uma moradora do Distrito.

Eu acho a arquitetura barroca linda, tanto a daqui, como a de Diamantina, deixa o nosso Currallinho bonito e atrativo e faz toda a diferença. Quando a gente viaja pra uma cidade que não tem esses “trem³” ela não tem a mesma beleza. (RELATO B, Dona de Casa, 48 anos)

3 Gíria mineira utilizada exclusivamente, neste caso, para se referir a arquitetura barroca.

A arquitetura barroca simboliza uma concepção do belo para a entrevistada, e esse aspecto é revelador de como o patrimônio histórico constitui um elo identitário do sujeito com os seus lugares. Desse modo, a paisagem histórica é constituída de diversos valores para os moradores locais, porém, para os turistas e produtores de telenovelas, o valor paisagístico está sobreposto aos demais.

A discussão dos diferentes tipos de valores atribuídos a esses espaços nos remete às reflexões de Graziano da Silva e Grossi (1999), quando as autoras discutem a valorização do meio rural, que ocorre em decorrência do crescimento da preocupação ecológica, preservação ambiental, cultural, do lazer e também moradia, que estimula o desenvolvimento do turismo refletido no crescimento do número de pousadas rurais e hotéis fazendas.

Dentro desse contexto, o distrito de Curralinho e as paisagens da serra do espinhaço têm sido cobiçados por empreendimentos de grandes investimentos financeiros de atores externos nacionais, para a instalação de hotéis fazenda (Figura 4).

Figura 4 - Hotel Fazenda em Curralinho, Diamantina/MG



Fonte: Estancia do Salitre, disponível em: < <http://www.estanciadosalitre.com.br/galeriadefotos/eco-turismo>>

O aumento do número de segundas residências é um indicativo do processo de valorização do campo em Curralinho, por aqueles que vivem cotidianamente nas áreas urbanas de Diamantina. Esses

sujeitos compartilham do desejo popular da conquista de uma “casa no campo”, que possui a funcionalidade do lazer e usos específicos durante os finais de semana, feriados, ocasiões especiais e datas comemorativas. Além disso, moradores que já viveram em Curralinho em algum período específico de suas vidas, mas que por alguma razão migraram para outras cidades também construíram segundas residências na comunidade, para que em momentos oportunos, estabeleçam a reconexão identitária.

O engajamento da população com as novas ruralidades apresentadas aconteceu ao passo em que antigas ruralidades deixaram de fazer parte da convivialidade dos sujeitos de Curralinho. No momento histórico em que se realizava a mineração, era comum a presença do ouro e do diamante no cotidiano dos sujeitos. Contudo, com a decadência a extração, o acesso aos metais preciosos deixou de ser realizado pelas gerações mais recentes, porém permanece vivo nas histórias e memórias dos mais antigos, conforme Relato C.

Eu já vi ouro e o diamante. A coisa mais linda é você ver aqueles pacotão de ouro assim na sua frente. Meu irmão trabalhava, a muitos anos atrás na extração. Eles chegavam aqui com os pacotes e eu ficava doida com tanto ouro, mas hoje é bem difícil, não tem mais (Relato C, aposentada, 65 anos).

Além da ausência da mineração do ouro, os sujeitos entrevistados informaram anteriormente que era recorrente a prática do extrativismo de sempre-viva nas proximidades da barragem; a planta era comercializada em feiras e mercados e contribuía na composição da renda das famílias. Contudo, a coleta que era realizada por grupos de mulheres não é mais dessa forma. A coleta tornou-se uma prática individual e não mais fortalece os laços de sociabilidade.

Em relação ao contexto sergipano, recorreremos às reflexões de Conceição Silva (2020), quando afirma que os sujeitos que vivem nas

comunidades tradicionais de Brejo Grande estabelecem relações cotidianas que evidenciam realidades geográficas, modos de existir, viver e persistir amparadas nas práticas produtivas desenvolvidas com os elementos da natureza. A compreensão apresentada nos ajuda a refletir que as ruralidades estabelecidas pelas comunidades deste município se fundamentam prioritariamente na relação do homem com a natureza.

Baseada na relação do homem com a natureza, a comunidade Resina substanciou, no decorrer do século XX e nas últimas décadas do século XXI, as suas ruralidades ancoradas na pesqueira no estuário do rio São Francisco, nos manguezais e também em lagoas e lagunas (Figura 5), e também, na produção de arroz (Figura 5) em lagoas e planícies inundadas.

A rizicultura constituiu por muitos anos uma das principais estratégias de reprodução e permanência no campo, pois o cultivo do grão no município conseguiu absorver mão de obra do povoado Resina, tornando-se a principal atividade remunerada do seu povo. Para além do trabalho em localidades externas, as famílias realizavam a produção do arroz de forma comunitária nas lagoas do próprio povoado, com finalidade principal de subsidiar a própria alimentação cotidiana e a comercialização de excedentes (MENEZES, SILVA, SILVA, 2019).

Com o processo de salinização das águas do rio São Francisco, a comunidade deixou de cultivar o arroz, situação desfavorável para manutenção da segurança e soberania alimentar, do modo de vida e permanência no campo. De acordo com Conceição Silva (2020), com a inviabilidade ambiental para produção do arroz, os produtores do gênero passaram a cultivar o camarão em cativeiros. Contudo, essa mudança foi realizada apenas por fazendeiros, posseiros e empresários rurais, pois os sujeitos da comunidade Resina não possuíam capacidade técnica e financeira e os saberes para iniciar uma atividade produtiva distinta.

Diante da nova configuração do seu meio rural, a comunidade passou por adaptações das suas práticas produtivas, pois a atividade pesqueira passa a ter maior centralidade no trabalho, ao passo que o beneficiamento de coco e a criação de animais tornaram-se complementos de renda essenciais para reprodução dos grupos familiares.

Entretanto, apesar de não estar diretamente envolvida com a produção de camarão em cativeiro, essa atividade econômica é desenvolvida no entorno dos limites físicos do povoado e nos territórios destinados à atividade pesqueira tradicional, fatos que têm suscitado conflitos em decorrência da disputa por uso dos recursos naturais, uso insustentável do ambiente e acesso aos corpos d'água e ecossistemas.

Segundo Alves (2010), a carcinicultura – quando inserida nos territórios tradicionais pesqueiros – provoca danos aos recursos naturais, como remoção da vegetação de manguezais e poluição de estuários. A atividade desequilibra os ecossistemas, pois provoca uma série de adaptações que são – a curto e a longo prazo – danosas ao meio ambiente. Além de provocar a descaracterização das lagoas, solos e vegetações naturais, a carcinicultura modifica as características químicas e físicas das águas de cursos naturais.

A carcinicultura realizada aos moldes apresentados dificulta a reprodução cultural e econômica aos povos da Resina, que – sem alternativas – adaptam-se às novas condições do seu meio rural impostas por essa atividade. Impedidos de acessar locais agora destinados à produção de camarão em cativeiro, são obrigados a percorrer distâncias maiores para continuar realizando a atividade pesqueira tradicional em ecossistemas mais conservados. Essa realidade modifica as relações de trabalho ao aumentar a sua jornada diária, além disso gera um custo adicional do combustível utilizado nas embarcações de pequeno porte, o que subtrai a renda das famílias.

Para além dos impactos econômicos, os povos da Resina têm vivenciado mudanças nas relações cotidianas, culturais e simbólicas,

associadas aos hábitos alimentares e novas relações de produção e consumo, conforme analisamos no Relato D.

Antigamente a gente plantava o arroz e com três meses tava bom de cortar, colocava dentro do saco e batia de pau pra tirar o casco. Depois jogava o arroz pra cima, para o vento levar os ruins e os bons ficavam. Com esse arroz nos fazíamos o arroz-doce, cozinhava pra comer, e o cuscuz. Hoje em dia, a gente ainda come, mas não era como a gente fazia antes. Agora já vem a massa pronta que compra no mercadinho, mas não é gostoso de jeito nenhum, parece que a gente ta comendo uma palha sem gosto. Eu preferia o que a gente pisava no pilão, porque você sabe que ta comendo o arroz. (RELATO D, aposentada, 68 anos).

Na atualidade, o arroz consumido pelos sujeitos da Resina é adquirido em mercearias, bodegas e supermercados do município de Brejo Grande. Esses grãos são produzidos em outros estados do país e processados em escala industrial, por isso, têm maior poder de circulação com preço acessível. Contudo, o arroz industrializado não possui o mesmo valor cultural que o nativo, em decorrência de o sabor e saber fazer serem completamente distintos, além da versatilidade culinária do industrial ser reduzida.

Diante da apresentação de processos distintos de transformação do meio rural em decorrência da decadência e ascensão de atividades econômicas no campo dos municípios de Diamantina/MG e Brejo Grande/SE, teceremos algumas considerações finais.

Considerações finais

A mudança de atividades econômicas é um importante agente de transformação das relações do campo e na consolidação de novas ruralidades. Em Diamantina, a decadência da mineração colocou

em voga o desenvolvimento turístico, que se reproduz como alternativa de emprego e renda na cidade e principalmente no campo, por meio da complexificação das suas atividades econômicas e sociais. Em Brejo Grande, a decadência da rizicultura e alterações das características ambientais possibilitou a expansão da carcinicultura, ocasionando mudanças estruturais conflituosas ao modo de vida tradicional das comunidades tradicionais.

O modo de vida sustentado na história, cotidiano, identidades e simbolismos culturais são fatores que evidenciam a aceitação ou não de novas ruralidades no convívio social. Ao estudar a ascensão do turismo em Curralinho/MG, notou-se que ele valoriza os condicionantes históricos, culturais e paisagísticos locais para se reproduzir, por outro lado, a comunidade se engajou, rapidamente se adaptando à nova atividade. Entretanto, na Resina, a carcinicultura representa apenas os interesses de atores externos à comunidade, por isso, não respeita o modo de vida do seu povo. Nesse caso, não existe aceitação das novas ruralidades.

O estudo paralelo entre comunidades dos estados de Sergipe e Minas Gerais evidenciou que, de maneira em comum, o espaço rural brasileiro está em metamorfose constante, porém, de formas e níveis distintos nos lugares. Desse modo, torna-se importante nos nossos estudos valorizar as singularidades locais para não reproduzir concepções que tendem a homogeneizar as relações econômicas, sociais e culturais do meio rural.

Nossos agradecimentos à Fundação de Apoio à Pesquisa e Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC/SE), pelo apoio financeiro para o desenvolvimento da coleta de dados no município de Brejo Grande, e pela concessão da bolsa para participar da Mobilidade Acadêmica na Universidade Federal de Minas Gerais.

Referências

ALVES, José Eustáquio Diniz. A polêmica Malthus versus Condorcet reavaliada à luz da transição demográfica. Rio de Janeiro/RJ: **Escola Nacional de Ciências Estatísticas**, 2002.

ALVES, N. M. S. et al. Mudanças no cotidiano das comunidades tradicionais pesqueiras de Brejo Grande - Sergipe, Brasil. **Revista GeoNordeste**, São Cristóvão, Ano XXVIII, n. 1, p. 187-202, Jan./Jun. 2017. ISSN: 2318-2695

ALVES, N.M.S. Análise geoambiental e socioeconômica dos municípios costeiros do litoral norte do estado de Sergipe - Diagnóstico como subsídio ao ordenamento e gestão do território. Tese (Doutorado em Geografia) **Núcleo de Pós-Graduação em Geografia**, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, 2010.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 1º Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1963.

BALSADI, Otavio Valentim. Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável. **São Paulo Perspec.** vol.15 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2001

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.11, p.53-75, outubro de 1988.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa; CORRÊA, Walquíria Kruger. Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. *Campo-Território: revista de geografia agrária*. Uberlândia, v.3, n. 5, p. 214 - 242, fev. 2008.

CONCEIÇÃO SILVA, Heberly Ruan da. Entre manguezais, rios e restingas : soberania alimentar dos povos tradicionais pesqueiros e a carcinicultura no município de Brejo Grande/SE. 2020. 157 folhas. Dissertação (Mestrado em Geografia) **Programa de Pós-graduação em Geografia**. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE.

FIGUEREDO, Ariosvaldo. O negro escravo em Sergipe, uma introdução ao seu estudo. **Ci. & Tróp.**, Recife, 16(1):45-56, /jan./jun., 1988.

GODINHO, Taysa Kennia. Cidade Patrimônio da Humanidade e desenvolvimento turístico: Percepções sobre a realidade de Diamantina, MG. 2016. 177 folhas. Dissertação (Mestrado em Ciências). Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. São Paulo.

GRAZIANO DA SILVA, José; GROSSI, Mauro Eduardo Del. **O novo rural brasileiro**: uma atualização para 1992-98. 1999. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/images/arquivos/ONovoRuralBrasileiro1992-98.pdf>>, acesso em maio de 2020

INSTITUTO ESTRADA REAL. **A estrada real**: história. Disponível em: <<http://www.institutoestradaareal.com.br/estradaareal>>, acesso em maio de 2020.

MACHADO, Manoel Cabral. Histórias da Avó (1). In: **Revista da Academia Sergipana de Letras**. Aracaju: A Academia. n° 25. 1975; p.120-124. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/RASL/article/download/8239/6608>, Acesso em outubro de 2019.

MEDEIROS, R. M. V. Ruralidades: novos significados para o tradicional rural. In: Rosa Maria Vieira Medeiros; Michele Lindner. (Org.). **Dinâmica do espaço agrário** : velhos e novos territórios : NEAG 10 anos. 1ed.Porto Alegre: Evangraf, 2017, v. , p. 179-190.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; SILVA, Paulo Adriano Santos; SILVA, Heberty Ruan Conceição. Configuração espacial da geografia alimentar em Sergipe. **Confins** [on-line], v. 40, 2019. URL: <http://journals.openedition.org/confins/20412>; DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.20412>. Acesso em: 10 set. 2020.

NASCIMENTO, Valdenison Palmeira. **Os Engenhos de Brejo Grande**. 2009. Disponível em: <<http://valdenisnascimento.blogspot.com/2009/02/os-engenhos-de-brejo-grande.html>> Acesso em outubro de 2019.

PONTE, Karina Furini da. (Re) Pensando o Conceito do Rural. **Revista Nera** - v. 7, n. 4, p.20-28. jan/jul 2004.

SILVA, José Natan Gonçalves. Reconfiguração do espaço rural de Porto da Folha/SE : inovações socioprodutivas e ruralidades. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE. 2016. 191f.

SILVA, José Natan Gonçalves; MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. Ruralidades no município de Porto da Folha/SE: atividades não agrícolas e dinâmicas territoriais. **Sociedade e Território**, v. 30, n. 2, p. 101-122, 16 fev. 2019.

VIEIRA, F. C. F.; OLIVEIRA, Michelle Mattar Pereira . Instrução no Município de Diamantina: entre o brilho dos diamantes e a busca pelas luzes da educação. In: GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de. (Org.). **O Município e a Educação no Brasil: Minas Gerais na primeira república**. 1ed. Uberlândia: Alínea, 2012, v. , p. 233-249.

VARGAS, Maria Augusta Múndin. **Desenvolvimento Regional em Questão: O Baixo São Francisco Revisitado**. NPGEO/UFS, São Cristóvão/SE. 1999.

VIVA DIAMANTINA. **Extração/Currálinho**. Disponível em: <http://viva-diamantina.com/a-cidade/os-distritos/extracao/>. Acesso em Setembro de 2018.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. En publicacion: ¿Una nueva ruralidad en América Latina?. Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001.

OS SENTIDOS DO TERRITÓRIO E AS GEOGRAFICIDADES ENTRE GUINÉ-BAHIA E CURRALINHO-MINAS GERAIS

Débora Paula de Andrade Oliveira
deborapaulageografia@gmail.com

Sônia de Souza Mendonça Menezes
soniamenezes@academico.ufs.br

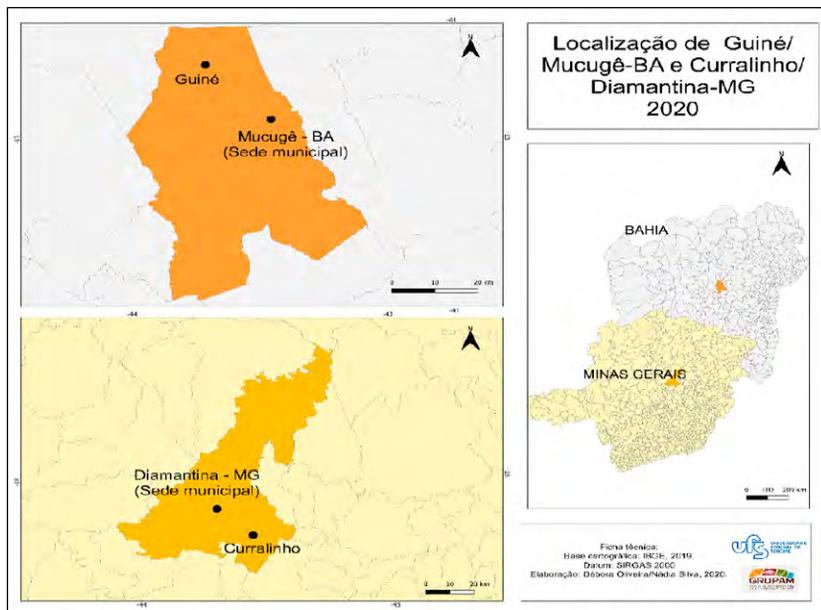
Palavras iniciais

As reflexões acerca das geograficidades presentes nos diversos contextos territoriais oferecem pistas à compreensão da realidade vivenciada pelos sujeitos sociais, bem como os modos de existir e se territorializar nesses lugares de vida, de trabalho e de sociabilidade. Tais dimensões evidenciam como a geograficidade é intrínseca aos espaços e movimentos da vida cotidiana.

A proposta deste estudo consistiu em analisar os significados que envolvem os sentidos do território nos distritos de Guiné – situado no município de Mucugê, Bahia – e Curralinho¹, localizado no município de Diamantina, Minas Gerais (Figura 1). Tais realidades que, *a priori*, parecem distantes, encontram-se convergentes em múltiplas dimensões.

¹ A nomenclatura oficial do distrito é Extração, no entanto, optou-se por adotar o topônimo consagrado tradicionalmente pelos sujeitos sociais que vivenciam esse lugar.

Figura 1 – Mapa de localização de Currallinho/Diamantina-MG e Guiné/Mucugê-BA.



Fonte: IBGE, 2020. Organizado pelas autoras.

Na insígnia dos processos históricos, esses dois territórios têm em comum um passado de exploração e trabalho no garimpo de metais e pedras preciosas, seguido de estagnação econômica, migração e pobreza. Contudo, na atualidade, observa-se a ascensão de territorialidades criadas pelos sujeitos sociais do lugar que tem proporcionado alternativas para a geração de renda e caminhos possíveis à reprodução social dos grupos familiares.

O presente artigo apresenta reflexões acerca dos percursos e das vivências experienciadas pelas autoras em Guiné e Currallinho – as referências espaciais e empíricas da análise. A organização do texto acompanha a seguinte estrutura: as *Palavras iniciais* apresentam o propósito e o *lócus* empírico do estudo, seguido de breves esclarecimentos metodológicos. No tópico intitulado *Terra e terri-*

torialidade: geograficidades em contexto, seguem reflexões de cunho teórico que têm conduzido a análise. No tópico seguinte, intitulado *Os sentidos da terra em Guiné-Bahia e Curralinho-Minas Gerais: diálogos, geograficidades e possíveis aproximações*, são tecidas considerações acerca das vivências e observações nesses lugares, e, por fim, seguem no último tópico as *Considerações finais*.

Procedimentos metodológicos

O estudo em tela pautou-se numa perspectiva qualitativa de análise da realidade. Buscou-se referendar a abordagem nas tessituras fenomenológicas, uma vez que a centralidade repousa nas vivências dos sujeitos sociais que habitam os espaços elencados como referências empíricas, com suas intencionalidades e especificidades.

Para tanto, pautou-se nas pesquisas de campo e na realização de entrevistas com os sujeitos sociais protagonistas do lugar. A caderneta de campo e a realização de roteiros de entrevistas, aliados às conversas informais com os sujeitos, tornaram possível uma análise mais próxima da realidade experienciada por eles. Tais procedimentos estão amparados nas reflexões tecidas por Turra Neto (2011).

Além das pesquisas *in loco*, buscaram-se informações históricas nos órgãos oficiais, tais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e as Secretarias de Cultura dos municípios de Mucugê – Bahia e Diamantina² – Minas Gerais, além de informações na Secretaria de Agricultura de Mucugê.

No que tange aos aspectos teóricos, pautou-se nas tessituras desenvolvidas por Dardel (2011), nas reflexões sobre geograficida-

2 As vivências no distrito de Curralinho foram oportunizadas por meio da participação das autoras no projeto intitulado “Novos usos de territórios no campo: impactos e renovação de materialidades, ressignificações e emergência de novas ruralidades um estudo comparativo entre Sergipe, Goiás e Minas Gerais”, desenvolvido no âmbito do Programa de Mobilidade Acadêmica entre três universidades federais: a Universidade Federal de Sergipe; a Universidade Federal de Goiás e a Universidade Federal de Minas Gerais.

de, considerada fio condutor dessa reflexão. As reflexões sobre os sentidos da terra estão amparadas pelos estudos de Woortmann e Woortmann (1990) e Brandão (1981), em diálogo com as territorialidades elencadas por Haesbaert (2007) e Almeida (2018). Tais reflexões têm guiado os percursos empíricos e subsidiado a leitura que ora desenvolvemos. A discussão que sequencia esse tópico aborda as balizas teóricas que têm dado suporte às análises e reflexões.

Terra e territorialidade: geograficidades em contexto

A geograficidade se manifesta pelo sentido de pertencer, de se identificar com as referências espaciais e criar elos existenciais com o espaço vivido, tal como sugeriu Dardel (2011). A perspectiva geográfica sobre os processos identitários e o pertencimento em relação a terra permitem associá-la aos territórios vividos, tendo em mente que a construção de referenciais simbólicos em torno da terra ocorre no movimento das relações materiais e intangíveis que conformam os significados do trabalho, na criação de territorialidades e convivialidades presentes na esfera do cotidiano.

As reflexões acerca das práticas sociais materializadas no território permitem refletir sobre a multiplicidade de significações que dão sentido a ele. Tais práticas são impregnadas de tradições, significados e identidades que se conformam em territorialidades construídas pelos sujeitos sociais (HAESBAERT, 1999).

Em suas ponderações sobre a dimensão simbólica do território, Almeida (2003, p. 108) compreende que este “[...] é também objeto de operações simbólicas, e é nele que os atores projetam suas concepções de mundo”. Para a autora, isso corresponde ao espaço vivido, e longe de se sedimentar em relações coesas e harmoniosas, é repleto de conflitualidades e interesses. A autora compreende a territorialidade, na perspectiva dos territórios vividos, como:

[...] frutos das relações tecidas entre os homens e o meio e os sentimentos de pertencimento; sentimentos que correspondem às práticas e às aspirações, estando estas relações codificadas por signos que lhes dão sentido [...] logo, eles refletem situações da experiência relacional de vida (ALMEIDA, 2003, p.73).

Não obstante, o território, compreendido sob o espectro das relações de pertencimento e afeto em direção ao espaço, corresponde a um dos alicerces da geograficidade para as experiências espaciais humanas. Esse entendimento se aproxima da perspectiva de Claval (2002), ao enfatizar que o território “[...] combina la matéria, lo vivo y lo social [...] son realidades dadas simultaneamente. Tienen un sentido para los seres humanos que las habitan³ [...]” (p. 34).

Com a construção das territorialidades pelos sujeitos sociais, o espaço é metamorfoseado em território, constituído por contextos espaço-temporais e sentimentos diversos, entrelaçados por conflitos, afetos e contradições na trama de relações sociais que são empreendidas em espacialidades diversas, com singularidades presentes nos territórios urbanos e rurais, numa intensa simbiose. Nas reflexões acerca dos sentidos da terra, as leituras sobre o vínculo de pertencimento construído pelos agricultores familiares camponeses atribuem significações diversas ao território.

O território, compreendido à luz dos conteúdos simbólicos construídos socialmente, é lido em sua totalidade de relações materiais e simbólicas, pelas quais perpassam as dimensões políticas, econômicas e culturais (HAESBAERT, 2007). Para Haesbaert (2016), uma armadilha comum na análise do território é concebê-lo apartado dos sujeitos sociais que os territorializam por meio das relações de poder por eles construídas.

3 [...] Combina matéria viva e social [...] São realidades dadas simultaneamente. Têm um sentido para os seres humanos que o habitam (Tradução nossa.).

No contexto dos territórios rurais, ou mesmo urbanos, mas com características predominantemente rurais, sublinha-se o agricultor familiar camponês, considerado o sujeito social e histórico que tem na terra e nos espaços rurais seu território de vida e trabalho. Conforme discute Fernandes (2014),

[...] el término campesino y agricultura familiar con el mismo sentido. Utilizar los dos conceptos juntos o separados, pero refiriendo se siempre a la organización familiar, comunitaria, asociativa o cooperativa es coherente. Lo que se debe evitar es separarlos por medio de falsas definiciones como incompleto, atrasado, superado, antiguo, etc. El campesinado vive su tiempo y vivió todos los tiempos: en las sociedades esclavistas, feudales, capitalistas y socialistas. Es un sujeto histórico perenne que lucha para ser el mismo. Encanto los sistemas quieren destruir el campesinado, el reacciona para reproducir se con dignidad (p. 20)⁴.

A terra possibilita a reprodução do modo de vida do agricultor familiar camponês, pleno de conteúdos sociais e culturais, que em muito extrapolam a lógica econômica da produção, circulação, do consumo e o fetichismo das mercadorias⁵ no capitalismo. Concorde-se com K. Woortmann (1990), quando propõe a análise do campesinato como um valor moral, um *ethos* particular que caracteriza um modo de existência e sociabilidade.

4 [...] o termo agricultor familiar e camponês tem o mesmo significado. Usar os dois conceitos juntos ou separadamente, mas sempre se referindo à família, comunidade, organização associativa ou cooperativa, é consistente. O que deve ser evitado é separá-los por meio de definições falsas, como incompletas, vencidas, superadas, antigas etc. O campesinato vive seu tempo e viveu o tempo todo: nas sociedades escravas, feudais, capitalistas e socialistas. É um sujeito histórico perene que luta para ser ele mesmo. Como os sistemas querem destruir o campesinato, ele reage para se reproduzir com dignidade (Tradução nossa).

5 De acordo com o Dicionário do Pensamento Marxista, "o fetichismo da mercadoria é o exemplo mais simples e universal do modo pelo qual as formas econômicas do capitalismo ocultam as relações sociais a elas subjacentes, como, por exemplo, quando o capital, como quer que seja entendido, e não a mais-valia, é tido como a fonte do lucro (BOTTOMORE, 2013, p. 243).

Desse modo, as relações sociais nucleadas nos territórios rurais têm como alicerce o modo de vida e o trabalho na terra, que por vezes se confunde com a própria trajetória e cotidianidade dos sujeitos sociais do campo. Conforme argumenta Brandão (1981), quando convida o camponês a narrar sua história de vida, ele se refere a seu trabalho na terra, condição *sine qua non* para a manutenção das necessidades de seu grupo familiar e da comunidade em que vive. Portanto, o trabalho apresenta centralidade na vida dos sujeitos sociais e na relação que constroem com a terra.

Woortmann e Woortmann (1997), por sua vez, compreendem que o trabalho no campo ocorre pela mediação entre forças produtivas e relações sociais de produção. Dessa forma, o trabalho engloba tais elementos que se articulam de maneira específica em cada formação social, considerando seu contexto histórico particular. Os autores compreendem que nem os recursos, nem tampouco as ferramentas e os sujeitos sociais “[...] existem socialmente sem a cultura. É o saber que permite usá-los e é a cultura que lhes dá significado, inclusive para mais além da materialidade ou da instrumentalidade prática do trabalho” (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 10).

O tripé delineado por Brandão (1981), constituído pelo trabalho, pela terra e pelo alimento, sustenta a vida e a identidade que se faz presente na realidade dos agricultores familiares camponeses no cotidiano das comunidades rurais do Brasil, com as particularidades e singularidades próprias de cada contexto temporal e geográfico.

Woortmann e Woortmann (1997) abordam, também, a dimensão simbólica do trabalho e da terra para o agricultor familiar camponês, versando sobre os significados culturais que integram a cotidianidade vivida nos territórios rurais. Ao conjecturar sobre o saber fazer que os sujeitos sociais constroem no campo, Woortmann e Woortmann (1997) priorizam a leitura dessa realidade sob o prisma de quem a vivencia. Desse modo, os significados da terra e, por

extensão, dos territórios para esses grupos sociais envolvem os valores inscritos em seu modo de vida e cotidianidade. Segundo K. Woortmann (1990):

Não se vê a terra como objeto de trabalho, mas como expressão de uma moralidade; não em sua exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e repensado no contexto de valorações éticas. Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria. Estou tratando, pois, de valores sociais; não do valor trabalho, mas do trabalho enquanto valor ético (p. 12).

A reflexão acerca da dimensão valorativa inscrita no trabalho dá margem à compreensão dos conteúdos simbólicos que o constituem e estão associados aos valores éticos e morais da campesinidade experienciada pelos sujeitos sociais. Tais relações são indissociáveis ao território e expressam as significações intrínsecas à reprodução social e às estratégias de permanência e sobrevivência desses sujeitos sociais no território – que, para além de recurso, é condição para a existência. Isso leva ao entendimento de que as relações de pertencimento e afeto construídas pelos agricultores familiares camponeses em relação a terra, *locus* da vida, podem também ser traduzidas pelos sentidos espaciais. A discussão apresentada no tópico seguinte visa abordar tais conteúdos no contexto do referencial analítico apresentado neste estudo.

Os sentidos do território em Guiné-Bahia e Curralinho-Minas Gerais: diálogos, geograficidades e possíveis aproximações

A influência das atividades minerárias na constituição do município de Mucugê – Chapada Diamantina –, no estado da Bahia, e do município de Diamantina – no Alto Jequitinhonha –, no estado de Minas Gerais é um traço comum a diversos municípios no interior do Brasil. A exploração de pedras e metais preciosos pode ser considerada como elemento propulsor na formação dos núcleos urbanos e, secundariamente, das localidades rurais que, com a prática da agricultura familiar camponesa, abasteciam de gêneros alimentícios os trabalhadores das lavras da mineração.

De acordo com Moreira (2014), o ciclo da mineração do Brasil, no contexto do século XVIII, contribuiu com o surgimento e a ampliação da fronteira econômico-demográfica, que, na época, seguia em direção aos sertões no povoamento da hinterlândia do território nacional. O autor afirma que, nesse período, “[...] Minas Gerais é o centro de gravidade dessa configuração” (MOREIRA, 2014, p. 76). A relevância dessa atividade econômica é ilustrada no próprio topônimo dessa unidade da federação.

Ao considerarmos as especificidades peculiares a cada território, é possível delinear traços de convergência no processo de formação territorial e suas implicações na cotidianidade neles presentes. As vivências nos referenciais espaciais elencados no estudo, bem como a interação com os sujeitos sociais desses lugares, permitem a reflexão sobre a realidade ali estabelecida e também decifrar os contornos de sua identidade territorial.

Na reflexão sobre os processos econômicos que historicamente contribuíram com a formação do território de Guiné, distrito de Mucugê, e Curralinho, distrito de Diamantina, é irrefutável a influência das atividades mineradoras. Outro denominador comum

a essas comunidades é que as riquezas extraídas de seus territórios não se converteram em desenvolvimento local. Pelo contrário, são claros exemplos do que Sales (1956, p. 83) denomina: “[...] terra rica de gente pobre”. Isso por que a herança do garimpo para a maior parte da população local é de natureza essencialmente imaterial, tais como o saber fazer do garimpeiro, os valores culturais e suas práticas culturais e simbólicas em relação ao ambiente no qual vivem.

A extração aurífera e diamantífera em Guiné e Curralinho – profundamente marcadas pela exploração da força de trabalho e pelo endividamento do garimpeiro – não permitiu a ascensão social desses trabalhadores, que viveram em tempos de abundância desses bens preciosos de perto. Sobre essa questão, um entrevistado em Curralinho afirma o seguinte:

Eu já vi ouro e diamante e é a coisa mais linda de se ver, aqueles pacotão [sic] de ouro assim na sua frente. Meu irmão trabalhou por muitos anos na extração e sempre ele trazia os pacotes e eu ficava doida com tanto ouro. Hoje em dia acabou e é bem mais difícil (Entrevista realizada em Curralinho, em agosto de 2018).

É com tristeza que a pessoa entrevistada admite nesse fragmento de narrativa que as riquezas do garimpo foram ilusórias e efêmeras para os trabalhadores da mineração. A mineração em Curralinho, assim como em outros núcleos, contribuiu para o enriquecimento das elites locais, sobretudo os coronéis, detentores da terra e dos meios de produção.

Todavia, num contexto anterior, paralelo e posterior ao garimpo, o trabalho agrícola camponês manteve-se perene, viabilizando a produção familiar de alimentos que, nos tempos de apogeu da mineração, supriam as lavras minerárias e, com a decadência, proveram, ainda que precariamente, a alimentação dos sujeitos sociais

que permaneceram no território. Com o intenso processo de estagnação econômica, as cidades e as localidades rurais tornaram-se *lócus* da extrema pobreza, e o trabalho na terra, com a criação de pequenos rebanhos e cultivos, foi a alternativa encontrada.

Relevante mencionar, também, o processo de esvaziamento populacional. Em Curralinho, por exemplo, grande parte da população migrou para a cidade de Diamantina, em busca de trabalho e condições mínimas de sobrevivência. Santos e Araújo (2014) analisam que tal processo permaneceu nos últimos anos, visto que alguns moradores abandonaram suas residências e migraram em direção às capitais do país em busca de melhores oportunidades. Em decorrência disso, diversos “[...] imóveis existentes em Curralinho foram adquiridos por moradores de Diamantina, que começaram a praticar o turismo de segunda residência na comunidade” (SANTOS; ARAÚJO, 2014, p. 161). A Figura 2 ilustra o casario antigo, na vila de Curralinho.

Figura 2 – Casario antigo na vila de Curralinho, 2018.



Foto gentilmente cedida por Camila Navarro, 2018.

Esse quadro hoje é atenuado pela realização de atividades turísticas na comunidade. Dentre os atrativos naturais, sublinha-se a gruta do Salitre, localizada a 1km de distância do centro de Currallinho. De acordo com Azevedo e Araújo (2011), a gruta é visitada por pessoas da comunidade e da região, que buscam lazer e entretenimento com a prática de esportes radicais executados por visitantes, ou o simples contato com a natureza.

Além da Gruta do Salitre (Figuras 3 e 4), há também a Barragem de Currallinho, construída na década de 1950 pelas empresas de garimpo que exploravam as lavras de diamantes no alto da serra, que atualmente é frequentada por pessoas da comunidade e das áreas próximas. Existem, hoje em dia, no distrito algumas pequenas pousadas, bares e restaurantes que visam atender, ainda que de modo rústico, a atividade turística embrionária nesse lugar. Além disso, ocorrem anualmente festividades religiosas organizadas pela comunidade e a igreja católica, e festivais de gastronomia desenvolvidos pelos pequenos empresários locais.

Figura 3– Gruta do Salitre, nas proximidades de Currallinho, 2019.

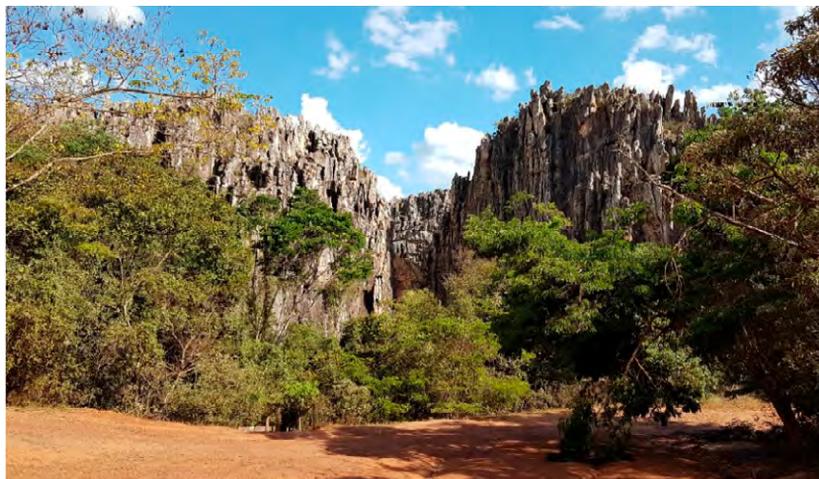


Foto gentilmente cedida por Camila Navarro, 2019.

As características geoambientais que abrangem o contexto regional de Currallinho não são adequadas ao desenvolvimento de atividades agrícolas de médio ou grande porte. O relevo acidentado, marcado por áreas intensamente declivadas e solos pedregosos, inviabilizou até mesmo a prática do roçado, tradicionalmente desenvolvida em áreas do cerrado mineiro. Contudo, tais características não impediram a prática dos cultivos de alimentos nos quintais das casas. Esses quintais produtivos, cuidados cotidianamente pelas mulheres das casas, em sua maioria, possibilitaram a segurança alimentar para as famílias que permaneceram no distrito.

Almeida (2016) aborda a geograficidade expressa nesses quintais, considerado um espaço pleno de significados e simbologias, especialmente para a mulher, uma vez que, para a autora, ela cumpre o papel de cuidar dos pequenos cultivos e criações presentes nos quintais.

Para Almeida (2016, p. 139) “[...] o quintal é fonte de sobrevivência da família, e nele se reproduzem os saberes e práticas de conhecimento de plantas, de criação de animais e de alimentos. Ele é um bem cultural de quem o cria e mantém”. Em Guiné, os quintais também assumem uma relevante função na organização do espaço e da sociabilidade das famílias que vivem na vila. Além de se configurar num território estratégico para a geração de renda, alimentos e remédios naturais, o quintal se constitui como um espaço existencial onde se conserva a relação com a natureza.

Almeida (2018) compreende que tal relação acontece no âmbito das práticas culturais socialmente construídas nos ambientes territorializados pelas comunidades, sendo a biodiversidade uma condição e um produto desse elo.

Guiné, por sua vez, também se destaca por seus atrativos naturais e pela geografia peculiar que o constitui. Situado a 50km da sede municipal, ao sopé da Serra do Sincorá, tem sua população

local composta majoritariamente por antigos garimpeiros e agricultores familiares camponeses que resguardam uma relação de proximidade com as paisagens e a natureza local. A Figura 4 ilustra um exemplo das paisagens rurais desse lugar.

Figura 4 – Casas na zona rural de Guiné, Mucugê-Bahia, 2019.



Foto gentilmente cedida por Paulo José Fernandes, 2019.

O nome Guiné está relacionado a uma espécie vegetal de capim abundante na região, que também atribui o topônimo ao rio que atravessa a vila, o Rio Guiné. Rodeado por uma natureza exuberante, o distrito está situado numa zona de transição que agrega características da Caatinga, do Cerrado e de remanescentes da Mata Atlântica. Essa diversidade nas paisagens naturais é presente na geograficidade dos homens e das mulheres que vivem lá, intrínsecas à lida cotidiana com a terra e os rebanhos, materializada no modo de ser do sertanejo. Um aspecto interessante em relação a essa diversidade natural de Guiné é o estranhamento em relação

ao sertão, confirmado na narrativa de um morador antigo: “Olha, a gente é sertanejo, mas aqui não era sertão, não... Mas está virando” (Entrevista realizada em Guiné, em dezembro de 2019). A percepção ambiental desse senhor sobre o que é ou não sertão está relacionada à escassez de chuva e à baixa no volume das águas do rio que têm afetado as comunidades rurais locais.

No que tange a aspectos mais relacionados à cultura local, salienta-se que a vaquejada é uma das principais festividades do lugar, realizada anualmente no mês de junho. Nela acontece a corrida de argolinha e a derrubada do boi, além da premiação do cavaleiro mais jovem, do mais velho e da amazona mais bela. Há também a premiação do vaqueiro mais encouraçado, ou seja, aquele cuja indumentária de couro tenha o maior capricho. As premiações são simbólicas e animam os festejos, que além da procissão católica em homenagem ao padroeiro do distrito, Santo Antônio, envolvem também um animado forró e comidas e bebidas típicas.

A vila marca o início de uma das trilhas em direção ao Vale do Pati (Figura 5), percurso turístico internacionalmente aclamado como “o *trekking* mais bonito do Brasil”, que culmina em uma pequena comunidade que vive entre serras, mirantes e cachoeiras e sobrevive da hospedagem de turistas e do trabalho na terra.

Os povos patizeiros – formados por grupos familiares que permaneceram na comunidade do Pati – trabalharam ao longo da vida com pequenos roçados, cultivos e criações. Ainda que essa atividade ainda esteja presente, o trabalho com o turismo de base comunitária tem tido uma relevância na geração de renda para os sujeitos sociais que residem no vale.

A fragilidade dos ecossistemas naturais que circundam a comunidade do Pati não permite que o fluxo de turistas em direção ao vale abarque um grande número de pessoas simultaneamente. Para que essa atividade experiencial e diferenciada de turismo possa

permanecer gerando renda à comunidade local, é necessário que tanto os sujeitos sociais nativos, quanto aqueles que transitam no lugar estejam sempre sensíveis e atentos quanto aos cuidados e limites pertinentes à conservação desse ambiente.

Figura 5 – Vale do Pati, 2019.



Foto gentilmente cedida por Paulo José Fernandes, 2019.

Apesar dos atrativos naturais e da proximidade com o Vale do Pati, o turismo ainda é incipiente na vila de Guiné, que conta com pequenas pousadas e restaurantes. Uma moradora nativa de Guiné transformou a casa num hostel, na esperança de gerar alguma renda com o turismo na vila. Contudo, desabafou que sua iniciativa foi frustrada, pois segundo ela, “[...] a maioria do pessoal que vem visitar o Pati não se demora aqui na vila, quase não consome aqui. Vem de fora e vai direto para a trilha” (Entrevista realizada na vila de Guiné, em dezembro de 2019). É compreensível o ressentimento expresso na narrativa da entrevistada, pois ela, assim como muitos moradores, apenas observa o fluxo de pessoas estranhas

ao/no seu lugar, sem se beneficiar economicamente disso em nenhum momento.

Além do turismo, a vila de Guiné conta também com um tímido comércio, com loja de móveis, materiais de construção, quitandas, mercadinho, escola, igrejas católica e evangélica, pousadas, bar e pizzaria e uma unidade básica de saúde familiar. A agricultura de quintal é uma prática presente na vila. Além do plantio nas roças, em áreas próximas ao rio, os pequenos cultivos e criações nos quintais possibilitam a produção de alimentos de forma autônoma pelos sujeitos sociais do lugar, reduzindo a dependência em relação aos alimentos comercializados nos mercados. Os agricultores familiares camponeses de Guiné cultivam feijão de corda, mandioca e milho, além de verduras e frutas, como abóbora, melancia e maracujá. Mais recentemente, alguns cultivos considerados tradicionais foram substituídos pelo morango, cultura em expansão no município. A região do Vale do Pati era famosa pelo cultivo de café nas encostas dos morros, contudo, essa atividade cessou, restando pequenos roçados e pomares dos moradores que resistem no vale.

Os moradores entrevistados relataram sentir falta da feira, que deixou de ser realizada há cerca de 20 anos, conforme recordou um morador antigo. Sobre isso, ele narra: “A feira da gente aqui era muito bonita. Tinha de um tudo, era melhor que a feira de Mucugê, mas aí foi se acabando [...]” (Entrevista realizada em dezembro de 2019, na vila de Guiné). Quando questionado sobre os motivos para isso, ele relatou que a comunidade “[...] foi perdendo o interesse. E hoje a gente sente falta.” (Entrevista realizada em dezembro de 2019 na vila de Guiné).

O fim da realização da feira em Guiné está relacionado com a melhoria das vias de circulação e transporte para Mucugê, que facilita ali realizar as compras, além da criação de outras feiras nas pequenas cidades vizinhas, como em Palmeiras e Itaetê. Em conversa com uma

moradora local, constatou-se também que a feira da vila de Guiné foi perdendo relevância em decorrência do fim da produção de café no Vale do Pati, além da redução gradativa da produção agrícola local.

Segundo o IBGE (2010), a maior parte da população do distrito de Guiné, cerca de 60%, vive nas localidades rurais próximas à vila. As principais fontes de renda local são as políticas assistenciais e a aposentadoria dos idosos, além da comercialização da pequena produção dos sítios e quintais. Em conversa com agricultores familiares camponeses locais, eles revelaram traços da reciprocidade, do trabalho coletivo e da sociabilidade do campo, a exemplo das práticas de colheita em mutirão, com a participação da vizinhança e familiares. Nesses momentos, o trabalho ganha contornos festivos, regado a comida farta e a divisão da colheita entre as famílias que participam.

Pode-se pensar em tais práticas como as delineadas por Mauss (1974), quando pondera sobre os conteúdos sociais inscritos nos atos de dar, receber e retribuir das comunidades primitivas. Essa reciprocidade é ainda inerente às relações sociais de diversas comunidades rurais na atualidade.

Para não concluir

As territorialidades que coexistem na realidade de Guiné/Mucugê e Curralinho/Diamantina asseguram a permanência e o modo de vida dos coletivos sociais que vivenciam cotidianamente a geograficidade singular a tais espaços. As sociabilidades que existem entre os agricultores familiares camponeses são constituídas por elos essenciais com o grupo familiar e o núcleo comunitário e as relações de compadrio, vizinhança e confiança, traços marcantes na identidade territorial por eles construída.

Os sentidos de pertencer a terra, e dela extrair o sustento para a família, seja na modalidade dos roçados, tão presentes em Guiné

ou nos quintais produtivos característicos de Curalinho, são expressões da identidade territorial construída por meio do trabalho, das práticas cotidianas, das festividades e dos ritos simbólicos que integram tais realidades.

Tais aspectos evidenciam de forma material e simbólica as múltiplas territorialidades presentes nos movimentos das temporalidades e geografidades intrínsecas às trajetórias dos sujeitos sociais do lugar.

A terra – lida como espaço existencial de reprodução da vida – configura-se, também, como território do trabalho e da sobrevivência. Decifrar os sentidos da terra possibilita compreender a geografidade presente nos movimentos da vida cotidiana que regem os processos de reprodução social dos grupos familiares do campo.

Referências

ALMEIDA, M. G. de. Em busca do poético do sertão: um estudo de representações. In: ALMEIDA, M. G. de; RATTS, A. J. P. (Org.). **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003. p. 71-88.

ALMEIDA, M. Mulheres rurais - a descoberta e conquista da cidadania pela valorização dos quintais. **GeoNordeste**, São Cristóvão, Ano XXVII, n. 2, p. 138-161, jul./dez. 2016.

ALMEIDA, M. G. **Geografia Cultural – um modo de ver**. Goiânia: Gráfica UFG, 2018.

AZEVEDO, A. A.; ARAUJO, H. R. Processo de Estruturação da Gestão do Uso Público da Gruta do Salitre, Diamantina, Minas Gerais. In: Congresso Brasileiro de Espeleologia, 31., 2011, Ponta Grossa-PR. Anais eletrônico... Disponível em: http://www.sbe.com.br/anais31cbe/31cbe_201-208.pdf. Acesso em 10 de mai. 2020.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Ed. digital. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BRANDÃO, C. R. **Plantar, colher, comer**: um estudo sobre o campesinato goiano. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

CLAVAL, P. El enfoque cultural y las concepciones geográficas del espacio. **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles**. n. 34, p. 21-39. 2002. Disponível em: <<http://age.ieg.csic.es/boletin.htm#34>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

DARDEL, E. **O homem e a terra**: a natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011[1952].

DIAMANTINA. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio de Diamantina. Patrimônio, turismo e artesanato no distrito de Extração/ Curralinho. Diamantina, 2004.

FERNANDES, B. M. Cuando la agricultura familiar es campesina. In: FLOR, F. H.; HOUTART, F.; LIZÁRRAGA, P. (eds.). **Agriculturas campesinas em Latinoamérica**: propuestas y desafíos. Quito: Editorial IAEN, 2014. p. 19-34.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. et al (Orgs.) **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, p. 43-71.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z. & CORREA, R. L **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999, p.169-190.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Edusp, 1974, v. 02 p. 49-209.

MOREIRA, R. **A formação espacial brasileira**: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

OLIVEIRA, A. U. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016, 545p.

TURRA NETO, N. Metodologias de pesquisa para o estudo geográfico da sociabilidade juvenil. In :RA' EGA,v. 23, 2011, p. 340-375. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/raega/article/viewFile/24843/16655>. Acesso em 10 de mai. 2020.

SALES, H. **Cascalho**. 3.^a edição revista e ilustrada. Rio de Janeiro, Edições O Cruzeiro, 1956.

WOORTMANN, E; WOORTMANN, Klaus. **O Trabalho da Terra: A lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília. Ed. UNB. 1997.

WOORTMANN, K. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**. Rio de Janeiro, 87. 1990.

A TERRITORIALIZAÇÃO DE COMMODITIES E A VULNERABILIZAÇÃO SOCIOCULTURAL DE AGRICULTORES FAMILIARES

Rodrigo Gonçalves de Souza
rodrigonsou@gmail.com

Adriano Rodrigues de Oliveira
adriano.oliveira@ufg.br

Introdução

A incorporação da territorialidade dos agroecossistemas da agricultura familiar em sistemas de produção agrícola nos padrões da Revolução Verde - monoculturas extensivas com uso intensivo de insumos - pode ocorrer em formas e lugares distintos e por motivos diversos. Destacamos entre os motivos: i) a falta de mercados acessíveis para comercialização da produção de autoconsumo; ii) a dificuldade de acesso ao crédito; iii) a irregularidade na rentabilidade de outras culturas.

A perspectiva de aumentar as receitas e a adesão ao uso de maquinários visando diminuir a penosidade do trabalho - dado a histórica de diminuição de membros da família disponíveis para a força de trabalho. No bojo deste processo, opera também o poder simbólico relacionado à semiologia do agronegócio.

Ao analisar este processo, podem se sobrevir agudos riscos¹ para a reprodução social dos sujeitos sociais da agricultura familiar no

¹ Sobre o conceito de risco aqui subentendido, contempla-se com a proposição: “Se refiere a una condición derivada y causal que se verifica cuando procesos sociales hacen que un elemento de la estructura social sea propenso a sufrir daños y pérdidas al ser impactado por un evento físico peligroso particular” (NARVÁEZ; LAVELL; ORTEGA, 2009, p. 10).

espaço. Atividades com baixa taxa interna de retorno e conseguinte necessidade de ganhos de escala (maior produção com o aumento de área, proporcionalmente acima do custo médio de produção correspondente), em áreas de produção não correspondentemente grandes. Com as elevadas receitas, mas elevadas despesas e logo, rentabilidade instável. Advindo também uma exigência de calculabilidade muito mais minuciosa de cada custo e conseguinte necessidade de remuneração. Soma-se, à maior proximidade com o mercado de crédito, o risco de dívidas acumuladas em períodos de queda da lucratividade. Estrutura-se uma dependência no fornecimento para entes com estrutura oligopolista, sem terem como armazenar para momentos de maiores preços de mercado no momento da venda. A monocultura sucessiva com intenso manejo de produtos sintéticos potencializa a degradação do solo.

Outrossim, será apresentado neste texto um arcabouço analítico para um campo de reflexão, acerca de um outro escopo, relativo ao risco para a reprodução social no território, por parte da agricultura familiar, sob este fenômeno. A corrosão das manifestações da memória cultivada por parte dos sujeitos sociais, com as quais articulam seu senso de reconhecimento e a sua identidade. Erodindo a expressividade da identidade, podem ocorrer efeitos sobre os horizontes de significados auto atribuídos pelos sujeitos e repercutir em desgaste de sua resiliência diante de processos de risco para a reprodução social no território.

A análise será ancorada em uma revisão bibliográfica sobre memória, identidade e reconhecimento social, focando em manifestações no universo da agricultura familiar. Será enfatizada a incorporação da territorialidade de agroecossistemas de agricultores familiares em sistemas produtivo-comerciais ancorados na monocultura de grãos, com ênfase ao milho transgênico no estado de Sergipe. Por fim, serão focalizados os fatores estruturais de riscos

desencadeados por este processo de territorialização monocultora e os seus efeitos para a memória social e intersubjetiva.

Memória, Identidade social e Reconhecimento

As ligações estreitas entre memória e identidade eram ressaltadas por Pollak (1989), para quem a primeira é um “elemento constituinte do sentimento de identidade”, enquanto “fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1989, p.5). Os acontecimentos vividos, pessoalmente ou pela coletividade “à qual a pessoa se sente pertencer”, seriam, por sua vez, os elementos constitutivos da memória (POLLAK, 1989, p. 2).

MacIntyre (2001, p. 212) ressalta que, na vivência herdada, os valores são internalizados e socializados. Através das histórias compartilhadas socialmente as pessoas entendem suas vidas, vividas assim à luz de possíveis futuros compartilhados, nos quais as possibilidades abertas impelem comportamentos tanto em termos direcionados a projetos de vida quanto de recuos diante de tendências apreendidas (MACINTYRE, 2001, p. 362). Bartlett (1995, p.80;84) trouxe a contribuição do conceito de “esquema”, como forma empregada pelos sujeitos para tornar os materiais recordados significativos por meio de um processo de “normalização”, no qual omite-se, adapta-se, acrescenta-se e elabora-se conexões explicativas. Com o “esquema, desenvolve-se estruturas narrativas que buscam moldar significações dos acontecimentos, de maneira a tornar compreensíveis seus sentidos, o que o autor chama de “empenho pelo significado”.

Por sua vez, “identidade” pode ser concebida muito mais do que uma autorrepresentação individual ou uma essência estanque de coletivos sociais. Como discutido por Taylor (2011, p.44), “identidade” é algo relacionado com o desenvolvimento de buscas de reco-

nhecimento para posicionamento social, afirmação social e assim, perspectivas para construção de possibilidades para a dinâmica de se encontrar o lugar na realidade social. A representação depreciativa de uma expressão de identidade possui reflexos no que se atribui de valor, no reconhecimento do valor e do *status* apropriado. Como o autor destacou,

Este abalo no senso de valor da identidade é de tal modo que uma pessoa ou grupo de pessoas pode sofrer reais danos, ou uma real distorção, se as pessoas ou sociedades ao redor deles lhes desenvolver um quadro de si mesmas redutor, desmerecedor ou desprezível. O não reconhecimento ou o reconhecimento errôneo podem causar danos, ser uma forma de opressão, aprisionando alguém numa modalidade de ser falsa, distorcida e redutora (TAYLOR, 2011, p.44).

O entendimento desta interconexão entre identidade, seu reflexo nas relações de espaços de poder nas sociedades com a memória ressalta os significados políticos da construção e cultivo da memória e implicações das ações de mecanismos erosivos dela. Na epistemologia da memória que considera sua dimensão política, não se perde de vista a existência de conflitos entre memórias coletivas dada a realidade de dissensos nos contextos sociais, em que as pessoas, nos seus processos de rememoração em que estão engajados, interagem com diferenciadas expectativas sobre papéis e sociais (BURKE, 1989, p.55-56; MISZTAL, 2003).

Bauckham (2006) chama a atenção da necessidade de intercomunicação das memórias. Para se lograr êxito nesta necessidade se faz preciso adaptar as memórias a roteiros socialmente disponíveis. Desta forma,

Quando percebemos e armazenamos experiências, já estamos modelando-as com estruturas de significado que nos pertencem

cem porque pertencem ao nosso contexto social. [...] Quanto mais narramos nossas memórias, privada e socialmente, tanto mais os roteiros, as expectativas e as metas de nossos contextos sociais servem para interpretá-las (BAUCKHAM, 2006, p.429-430).

Esta perspectiva acerca da memória contrabalança ênfases nas características coletivas e individuais de sua constituição, evocando a interrelação de sujeitos para com sujeitos. Neste sentido, Miszta (2003) explana acerca de uma abordagem “intersubjetiva”, em que os atos de memorizar e recordar são individuais, outrossim compostos de formas culturais sob constrangimentos do contexto social sobre os indivíduos e operando através deles. Neste mesmo trabalho, o autor defende a necessidade de atenção analítica para o que chama de “memória popular”, na qual as memórias, dinamicamente, podem constituírem-se socialmente “de baixo para cima” tanto quanto são produzidas “a partir de cima” no contexto de interesses conflitantes. Pollak ressalta também a integração da memória “em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes” (POLLAK, 1989, p. 9). Almeida (2017, p.44-49) chama a atenção das relações do trabalho com o processo de construção da memória, que ocorre segundo “determinações sociais da existência”.

Advém daí fortes implicações para a problemática da incorporação da territorialidade dos agroecossistemas da agricultura familiar em sistemas de produção agrícola nos padrões da Revolução Verde. Dado o papel da memória diante das fronteiras sociais e reações com a dinâmica de posicionamento social, dentre os riscos a que se põem os sujeitos sociais, sobreviria o de dirimir “mecanismos de defesa”, resiliência e reação para com os efeitos de sua inserção subordinada ou ameaças às suas condições de reprodução social. Além do

mais, emerge a questão acerca dos status nas relações de poder da sociedade que o agronegócio disputa e obtém, que lhe faculta também favorecimentos econômicos compensadores para os riscos de mercado. E como ficam os agricultores familiares em relação a isto?

Se é possível o confronto entre a memória individual e a memória dos outros, isso mostra que *a memória e a identidade são valores disputados* em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos (POLLAK, 1989, p.5, grifo do autor).

Para se refletir sobre estas questões, primeiramente é necessário ponderar acerca da temática da memória, a dimensão social da ruralidade e identidade dos sujeitos da agricultura familiar. Em um trabalho objetivando “narrar a experiência do trabalho no campo e a percepção das mudanças” por sitiantes oriundos de bairros rurais no município de Limeira-SP, Pinto (2019), tendo como ponto de partida a compreensão do modo de vida dos sujeitos sociais pesquisados como “centralizado pela força de trabalho familiar” na terra enquanto “engajamento para a reprodução da vida”, aborda a memória sob o pressuposto de ser “esfera da experiência no tempo que produz e sustenta a história vivida” (PINTO, 2019, p.32). O autor destaca que ao longo das experiências transmitidas intergeracionalmente, consolidaram-se acúmulos partilhados de saberes-fazer na prática agrícola, num processo que organiza o trabalho e faculta o reproduzir da vida dos sitiantes. Dentre as práticas sociais que se processam nesta dinâmica de conexões sociais intertemporais está a produção e elaboração de “alimentos identitários”.

Menezes (2013) articula um arcabouço no qual o conceito de “alimentos identitários” relaciona-se com esta temática. Produtos alimentares frutos do saber-fazer e técnicas de preparação, atravessando, por gerações de famílias, processos de atribuição de

simbolização - na qual se inclui também o preparar, o servir e o consumir destes alimentos, estando presentes valores culturais e representações sociais, carregados de histórias em que se lhes dota de significação. Significação esta que faz parte da construção da identidade social, com a qual os modos de vida impressos no tempo estão embutidos de estratégias de territorialidade. A “*commoditização*” em agroecossistemas de agricultores familiares ameaçaria os recursos possibilitados por esta culinária do saber-fazer, submetendo-a à lógica mercantil e de apropriação rentista do capital.

Os humores disruptivos do mercado capitalista e a vulnerabilização² social

Os mercados de *commodities* agrícolas são mundializados, intensamente competitivos no nível dos produtores que então nele se situam como tomadores de preços individuais; a característica dos produtos, enquanto *commodities*, é de serem uniformes, em estado primário ou bruto, com restrita possibilidade de aferir maior margem de preço por diferenciação, marca, identidade etc. Na outra ponta, das corporações de insumos, *traders*, há uma estrutura oligopsônica.

O complexo organizacional e institucional destes mercados pressiona a que prevaleça os agentes que priorizam decisões de otimização de cálculo para maximizar lucros (ALCHIAN, 1950; HOLT, 2007). Para isso, a administração minuciosa dos custos, a maximização de produtividade e possibilidade de ganhos de escala ou de manejar o tempo de escoamento para períodos de melhora nos preços,

2 “La vulnerabilidad se entiende como un desajuste entre los activos y la estructura de oportunidades, que surge de la capacidad de los actores sociales para aprovechar las oportunidades en otras esferas socioeconómicas y mejorar su situación, evitando el deterioro en tres campos principales: recursos personales, recursos de derechos y recursos en relaciones sociales” (KATZMAN, 2005).

são determinantes para a rentabilidade (ALVES, 1998). Fica marcante o ambiente institucional avesso à sociologia econômica da lógica do saber-fazer dos alimentos identitários e modo de vida camponês. Faz-se necessário caracterizar a estruturação da forma destes mercados, em um nível mais amplo, quanto a constituição histórica da mundialização dos mercados modernos e como operam fatores políticos, institucionais, socioeconômicos que lhe imprimiram e imprimem sua evolução e *modus operandi* que levam aos seus efeitos sob os modos de vida das populações.

É profícua a discussão acadêmica acerca dos impactos e transformações acarretadas em territórios, sociedades, comunidades e sujeitos sociais, quando suas vidas e dimensões do social e cultural passam a serem integradas e, neste escopo, eles próprios são incorporados a processos de mercados, tendo os sujeitos e instituições que responderem aos respectivos mecanismos. Dentre esta discussão, apresenta-se de forma prolífera e plural o debate a respeito das realidades campesinas. Até que ponto os mercados suscitam reorganizar as lógicas simbólicas, comportamentais, identitárias, formas de vida, de se relacionar no espaço e de verem a si próprios? Desintegrações sociais ou adaptações, mudança nas dinâmicas e ritmos de vida. Exclusões, inclusões.

Uma questão auspiciosa que corre o risco de ser obnubilada impropriamente, que é crucial não só para as respostas a questões similares a esta, mas para os caminhos de se pensar estas respostas e o arcabouço a ser ponderado, afigura-se em primeiro momento com uma formulação simples: “que mercado?” ou “quais mercados?”.

Tal interpelação vai ao encontro a uma possível suposição de que “mercado” seria um termo que evocaria uma lógica autoevidente em relação ao seu funcionamento intrínseco. Ou que todos os mercados, em quaisquer escopos, guardariam uma essência básica, variando apenas em termos de graus de “perfeição” ou “imperfeição”.

Essa evocação conotativa presente na economia neoclássica acerca dos graus de “perfeição” do mercado guarda uma narrativa de suposições tácitas. O construto abstrato dos “mercados perfeitos” representaria a melhor alocação possível dos recursos disponíveis pela sociedade com a maior otimização de seus esforços e insumos, o que implicaria no melhor funcionamento concebível das instituições. Nesta visão, comportamentos que se choquem com esta lógica deveriam ser desencorajados.

Uma das mais fortes ideias que sustentam esta idealização remete a Adam Smith, no século XVIII. Haveria uma “inclinação natural” do ser humano, universal no espaço e tempo, para prover suas necessidades através da permuta, buscando tirar a maior vantagem possível. Sobre esta ideia engendra-se uma narrativa teleológica na qual a economia progride historicamente de uma estrutura calcada no escambo, que foi progressivamente permeada por um meio de troca geral intermediando as mercadorias, bens e serviços, evoluindo ao dinheiro e deste ao crédito. Este esquema teleológico hoje não é mais passivo de ser preconizado, ante o acúmulo de estudos da antropologia e história econômica (CHAPMAN, 1980; HUMPHREY, 1985; INGHAM, 2004).

As reconstruções históricas possibilitadas pelos estudos citados apontam que se encontra evidências também do uso de instrumentos monetários como símbolos de créditos virtuais (por exemplo, de quantidades de um bem como um cereal em depósitos administrados por autoridades oficiais, a exemplo do que seria a CONAB, na atualidade no Brasil) antes mesmo de serem mediadores de transações corriqueiras. Evidências acerca de sociedades com mercados amplos mediados sistematicamente por moedas apontam seu surgimento relacionado à tributação compulsória de governantes para arcar com exércitos profissionais. Ou seja, uma evolução nada “natural”, ou reportada a uma “natureza humana”, para a maximização de valor via permuta.

A perspectiva muda com estas ponderações. Não há mais o prisma de ser “o mercado” uma estrutura que autoevidencia o parâmetro de comportamento racional e ótimo em relações econômicas precípuas, mas uma estrutura contingente que, de forma diferenciada e com variações de complexidade e magnitude – de extensão e intensidade –, participa de muitas formações sociais. “Desnaturaliza-se” assim as tipologias idealistas da economia clássica e neoclássica, como provocado no debate seminal de Karl Polanyi:

A descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas e antropológicas é que a economia do homem, em regra, está submersa nas suas relações sociais. Ele não age para salvar o seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age para salvar a sua situação social, as suas exigências sociais, o seu património social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que servem os seus propósitos (POLANYI, 2000, P. 65).

É plenamente diferente conceber a interação de estruturas sociais locais e de sujeitos sociais em interação com os mercados de escopo local, com estruturas de âmbito maior dos aparatos de mercados internacionais, articuladas com a incidência nos territórios – passando pelas economias nacionais. Esta segunda situação suscita diferentes formas de adaptação dos sujeitos diante de pressões de diversos tipos e magnitudes. Como os arranjos produtivos, modos de produção e organização das formas de existência reagem às situações diferentes, leva-se a novas disposições socioterritoriais localizadas. Desencadeia-se necessariamente reflexos distintos, cruciais para a possibilidade de reprodução social no espaço, em respostas a impulsos culturais, sociais e políticos, como Karl Polanyi destacava:

O comércio local é limitado às mercadorias da região, as quais não compensa transportar porque são demasiado pesadas,

volumosas ou perecíveis. Assim, tanto o comércio exterior quanto o local são relativos à distância geográfica, sendo um confinado às mercadorias que não podem superá-la e o outro às que podem fazê-lo. Um comércio desse tipo é descrito corretamente como complementar. A troca local entre cidade e campo e o comércio exterior entre diferentes zonas climáticas baseiam-se neste princípio. Um tal comércio não implica competição necessariamente, e se a competição levasse a desorganização do comércio não haveria contradição em eliminá-la (POLANYI, 2000, p.63).

Portanto, na formação histórica do capitalismo, os Estados articularam as economias nacionais como pontes de integração e incorporação dos espaços de comércio local pelos mercados internacionais.

Através destes processos estruturais, configuravam-se novas disposições sociais nas quais, ao invés “de a economia estar incrustada nas relações sociais, são as relações sociais que estão incrustadas no sistema económico” (POLANYI, 2000, p. 77). Novas conformações das ações sociais seriam reflexos de disrupções e reestruturações econômicas que incitariam e suscitariam novas dinâmicas para serem atendidas, ou desfavorecerem os agentes e instituições que não correspondessem aos seus imperativos – a maximização dos excedentes de capital no sistema (em formação) como um todo.

Esta dinâmica interna não constaria entre fatores preponderantes no funcionamento dos mercados locais, onde outros mecanismos sociais destacariam-se e, em atenção a esses, os padrões de comportamento e seus suportes simbólicos engendram-se. Polanyi apontava a imersão social dos mercados locais:

Embora seja muito obscuro o início do mercado local, podemos afirmar com segurança que, desde o princípio, essa instituição foi cercada por uma série de salvaguardas destinadas

a proteger a organização econômica vigente na sociedade de interferência por parte das práticas do mercado (POLANYI, 2000, p. 65). [...] Os mercados locais são, essencialmente, mercados de vizinhança e, embora importantes para a vida das comunidades, sem nenhum lugar revelam indícios de reduzir o sistema econômico vigente a seus padrões. Eles não foram pontos de partida para o comércio interno ou nacional (POLANYI, 2000, p.67).

A emergente estrutura do “Estado Nacional” (desde as cidades-estado italianas aos países ibéricos) teve um papel crítico em propulsionar esta espécie de “fagocitose” dos espaços de comércio locais (GEERTZ, 1989; NOREL, 2004; SCHWARTZ, 1995), monetizando territórios, integrando vias de comunicação, articulando-se com capitalistas e corporações, criando sistemas jurisdicionais que formatavam as economias nacionais a partir da conexão com os mercados mais vastos. De acordo com Polanyi (2000, p. 61) “nem os mercados de longa distância, nem os mercados locais são essencialmente competitivos. Consequentemente, tanto num como noutro caso é pouca a pressão para se criar um comércio territorial, o assim chamado mercado interno ou nacional”.

Le Goff (2014), por sua vez, também aponta que o despontar do capitalismo foi marcado pela absorção dos mercados locais pelas redes econômicas internacionais, por ação dos poderes políticos e corporativos empresariais articulando os mercados nacionais. Rompia-se assim muitas convenções espirituais e sociais que pautavam o comportamento e convenções que regulavam os mercados de escopo local. Estes mecanismos, suas decorrentes transformações estruturais e seus fraturamentos substanciais decorrentes atingiram também o campo e seus sujeitos territoriais, em um processo que liga-se a fenômenos de escala histórica muito anteriores, como Le Goff destacava:

A população do campo não ficou fora desse movimento [i.e., a monetização], contrariamente a uma ideia consagrada, e a feudalidade, em sua segunda fase descrita por Marc Bloch, aderiu ao uso do dinheiro. Desde 1170, na Picardia, por exemplo, os censos e os novos impostos foram na maioria das vezes fixados em denários ou em valor monetário. Entre 1220 e 1250, em numerosas regiões da Europa, a maior parte dos impostos sobre a exploração agrícola podia ser convertida e paga em espécie. Essa conversão facilitou as coisas para os camponeses remediados e se, como se verá, não existe verdadeiro mercado da terra, as compras de terra reforçaram uma categoria de camponeses mais afortunados, pois o uso da moeda sempre esteve ligado às transformações sociais. (LE GOFF, 2014, p.82).

Entretanto, todas as esferas e seus elementos de valor de uso, recursos territoriais e elementos identitários podem ser moldadas e transformadas às exigências da “commoditização” sem alguma resiliência intrínseca? Todos os componentes e fenômenos das relações sociais e econômicas, as expressões e atividades das pessoas, sua força de trabalho e os elementos da natureza (como água, ar, materiais genéticos, terra, produtos que carregam memórias e vivências etc.) são ajustáveis ou possuem limites estruturais próprios a esta apropriação e conformação em escalas de utilidade marginal?

A “commoditização” territorial em Sergipe pela monocultura do milho

A produção de milho no estado de Sergipe registrou um crescimento de 874,4% entre 2003 e 2017, saltando de 86.595 toneladas para 843.762 toneladas de milho em grão (SILVA, 2017, p.4). O Censo Agropecuário do IBGE em 2006 já apontava que a agricultura familiar participava com 96% do total da produção de milho em grão

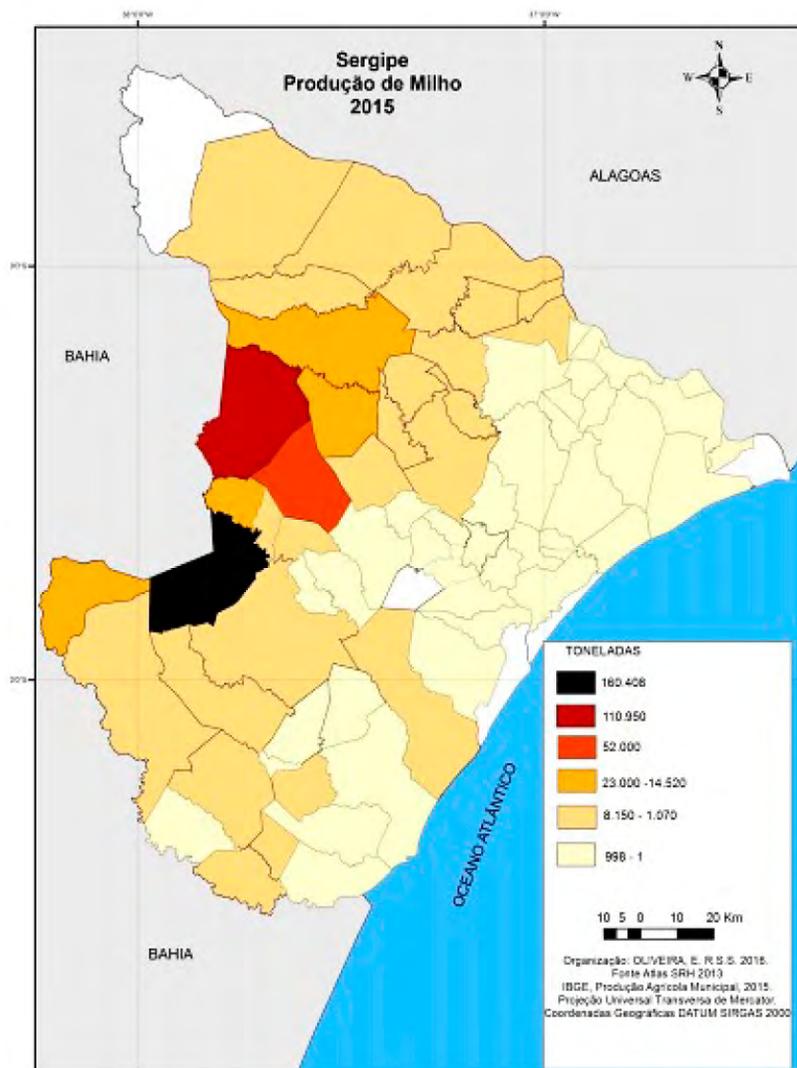
no estado de Sergipe. Pelo Censo de 2017, Sergipe possuía 14.778 estabelecimentos com produção de milho, produzindo 166.304 toneladas em uma área colhida de 53.909 hectares.

No estado desenvolvem-se iniciativas profícuas de agroecologia que trabalham com variedades crioulas do milho em comunidades camponesas, com experiências do Movimento Camponês Popular (MCP), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Todavia, a magnitude dos números expressa que predomina uma monocultura de escala, intensiva de insumos sintéticos, maquinários, sementes geneticamente modificadas e comercialização com *traders* ou outras companhias do segmento das *commodities*.

O processo contou com forte fomento indutivo por parte de instituições dos governos federais e estaduais, com políticas de financiamento direcionado, transferência tecnológica, subvenção de horas/máquinas e distribuição de sementes. Concomitantemente houve um expressivo declínio em cultivos tradicionais importantes de feijão e mandioca (SILVA, 2019, p. 5).

Cunha (2015) realizou uma pesquisa de campo em dois dos municípios de maior expressão na produção de milho em Sergipe, quais sejam Carira e Simão Dias. Entrevistou 30 produtores de propriedades consideradas de porte “pequenos” e “médios, sendo que 83% usavam sementes transgênicas. Da área total do município Carira, 17% estava ocupada com produção de milho, abrangendo um total de 1781 estabelecimentos rurais em 2011. A expressividade deste sistema produtivo comercial na população camponesa se mostra ao constatar que em Simão Dias, 89,97% dos estabelecimentos rurais possuíam até 10 hectares.

Figura 01. Produção de milho em Sergipe, 2015



Fonte: OLIVEIRA, 2019

Cunha (2015) constatou ainda que 87% da amostra entrevistada utilizam maquinário na produção, especialmente colheitadeiras. 90% da produção de milho dos dois municípios é destinada para Pernambuco, especialmente para uma granja de frangos, carregado e transportado em caminhões desta própria empresa. Outros municípios com produção mais significativas no estado são destacados: Pinhão, Poço Redondo, Nossa Senhora da Glória e Monte Alegre, este último, o de quinta maior produção no ano estudado, localizado em território do ecossistema do Sertão. Constatou-se pronunciada oscilação da produtividade em relação a períodos de mais chuva ou maior seca; este fator do clima implica assim em risco econômico e possibilidade de endividamento herdado de anos menos produtivos para a contabilidade dos demais anos. Contribui como agravante a falta de estrutura para armazenagem por parte dos agricultores familiares (OLIVEIRA, 2019, p.68-69), diminuindo valor de produções e impedindo gerir a entrega em períodos de preços melhores.

Figura 02. Territorialização simbólica da cultura do milho em uma praça pública de Pinhão/SE cultura do milho em uma praça pública de Pinhão/SE



Fonte: Arquivo pessoal de Rodrigo Gonçalves de Souza, 2019.

A exposição ao risco econômico, conforme mencionado, advinda da dedicação total do agroecossistema familiar a uma monocultura de *commodity* (com estruturas de preços sensíveis a fenômenos socioeconômicos e mesmo políticos internacionais) que suscita ganho de escala, produtividade muito elevada através de investimentos em insumos e equipamentos, manejo de intertemporal de estoques, dependentes de uma estrutura oligopolista de atravessadores é sobremaneira crítico. A tecnologia da transgenia pode apresentar, em primeiro momento, uma vantagem de maior intervalo temporal de manejo de insumos, com um padrão mais regular; mas agrava a vulnerabilidade pela total e constante dependência do pacote tecnológico da corporação das sementes, incluso a compra das mesmas sementes por alto preço a cada nova safra, além do problema com desequilíbrios e espécies de insetos e plantas espontâneas, tidos como “pragas” na lavoura, resistentes aos agrotóxicos.

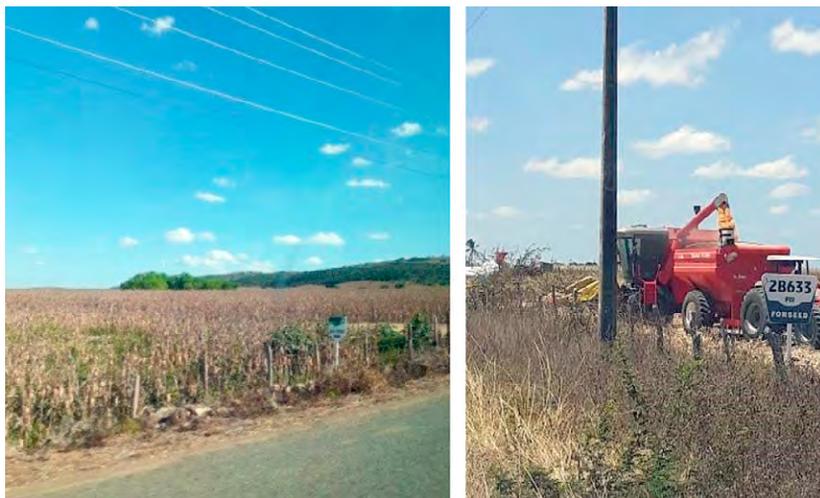
Os sujeitos sociais se vulnerabilizam ao “efeito treadmill” (LEVINS; COCHRANE, 1996), nas quais produtores que primeiro adotam tecnologias de ponta promovem queda de custos relativamente aos preços médios nos balanços econômicos. Contudo os ganhos de produtividade lhes facultam lucros acima dos médios neste momento. Os últimos a incorporarem – ou não incorporarem – as tecnologias não conseguem obter os ganhos iniciais e enfrentarão a tendência de achatamento da lucratividade posteriormente, acentuada pela magnitude de incremento de oferta. Vendo-se presos em dívidas, estes “retardatários” poderão encontrar-se numa situação sujeita a terem de dispor de bens de capital e mesmo da terra para os produtores “de ponta”.

A tensão territorial da “commoditização” no espaço agrário pode ser ilustrada a partir da realidade do povoado de Sítio Alto, comunidade quilombola situada a sete quilômetros da área central do município de Simão Dias. Historicamente aliados de recursos terri-

toriais devido ao processo histórico agrário, tradicionalmente alugavam sua força de trabalho para a fazenda vizinha chamada Quinji-be na colheita do algodão e na formação de pasto, atividade na qual parte da remuneração era em disponibilidade de roças para plantio em regime de parceria.

Nos anos finais do século XX a fazenda foi ocupada por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e posteriormente convertida no Projeto de Assentamento 08 de Outubro. Atualmente, em toda a sua extensão, os assentados integraram as parcelas para a monocultura do milho. Devido ao sistema de produção mecanizado, a exigência de força de trabalho externa às famílias assentadas é mínima e além da perda de oferta de agroextrativismo, a população da comunidade de Sítio Alto precisa buscar ocupações esporádicas que conseguem obter em aglomerações urbanas mais afastadas (FAGUNDES, FAGUNDES; MENEZES, 2016).

Figura 03. Plantação e colheita de milho no P.A. 08 de Outubro



Fonte: Arquivo pessoal de Sônia Menezes, 2019.

Policultivos, organizações associativas, agroextrativismo e agroindustrialização, arranjos socioprodutivos com produtos que expressam identidade cultural e territorial agregando valor, segurança alimentar com parte da produção para o auto-sustento, estão embebidos em lógicas socioeconômicas que são um contraponto a esta estrutura de “commoditização”. Arranjos produtivos e possibilidades de mercados em que inclui-se iguarias derivadas da macaxeira, como balas de goma, beiju, bolos, “pé-de-moleque”, polvilhos, tapiocas; malcasada; queijo de coalho; cajuínas; derivados de mangaba, umbu, juá, produtos com perspectiva de expansão na culinária gastronômica, diretamente ao consumidor ou em restaurantes (MENEZES, 2011; LEITE; MENEZES, 2013; AMORIM, 2016). Além de estarem consentâneos ao saber-fazer da tradição camponesa, pela carga de memória de que são compostos são forças de autoestima, autoafirmação, por conseguinte, forças mobilizadoras sociopolíticas e econômico-culturais para a resiliência e projetos territoriais alternativos para a agricultura familiar.

Todavia, a territorialização agroecossistêmica das *commodities* agrícolas têm erodido a diversidade agrônômica, com significativa diminuição de cultivos e produções das espécies e variedades da culinária identitária e do saber-fazer (MENEZES, 2013; MENEZES, SILVA; SILVA, 2019), além da fonte ecossistêmica para o agroextrativismo, através do desmatamento (MOURA FERNANDES, 2015). A operação destes mecanismos de solapamento da memória presente e viva, compromete-se a reprodução social de milhares de famílias agricultora, propulsiona o agravamento do desemprego e intensifica-se a desigualdade e insustentabilidade socioeconômica.

O tensionamento da “commoditização” com a memória e identidade social

Durante o Congresso Brasileiro de Agroecologia realizado em novembro de 2019 na Universidade Federal de Sergipe, acompanhamos a “Tenda dos Saberes e Sabores”. Neste lugar realizavam-se momentos em que homens e mulheres de diferentes partes do Nordeste faziam preparados de comidas e alimentos identitários diante de participantes que interagiam, assistindo, dialogando, degustando os aromas, cores, sabores e percepções.

O preparo, cozimento e o tempo em que se servia era um gatilho para narrativas de histórias de vida, pessoais, comunitárias, das subjetividades coletivas, de períodos históricos, do momento presente. Entrecruzavam-se elementos lúdicos, religiosos, memória familiar, descobertas do valor próprio, do senso de dignidade e reconhecimento, de afetividade, de valor econômico que ultrapassava a racionalidade instrumental, narrativas de conflitos com forças do capital mancomunado com o poder público, de resistência ante a exposição à precariedade, de conflitos socioecológicos e injustiça ambiental, de empenho por empoderamento político diante de pressões que ameaçavam a reprodução social e autodeterminação dos sujeitos. Taylor discutiu como esta tensão se desenvolve em meio à processos sociais de busca de autoafirmação:

Tornamo-nos agentes humanos plenos, capazes de nos compreender a nós mesmos e, por conseguinte, de definir nossa identidade, mediante a aquisição de ricas linguagens humanas de expressão. Para meus propósitos aqui desejo tomar a linguagem no sentido amplo, cobrindo não só as palavras que falamos, mas também outros modos de expressão por meio dos quais nos definimos, incluindo as ‘linguagens’ da arte, do gesto, do amor etc. Mas aprendemos esses modos de expres-

são por meio de intercâmbios com outras pessoas. As pessoas não adquirem as linguagens de que precisam para autodefinirem a si mesmas. Em vez disso, somos apresentados a essas linguagens por meio da interpretação com outras pessoas que tem importância para nós (TAYLOR, 2000, p. 246).

As produções alimentares cultivadas e transmitidas em meios semióticos que mantêm um *continuum* de vivência histórica são também poderes de linguagem, expressões intersubjetivas de práticas sociais de autorreconhecimento e autoafirmação. Fazem parte do mapa moral em que se orienta nos caminhos do “*self*” de se identificar quem foi, por onde passou, o que gosta, como gosta, como-onde-porque está onde está e para onde/como pode se estar, o que se projeta ser. A erosão desta memória viva pode implicar em fragmentação social, perda de coesão e sentido do “nós, diluição das subjetividades coletivas no ambiente sociopolítico desigualitário do Sistema Mundial.

Considerações finais

Buscou-se compreender os potenciais fatores de risco para a reprodução social da agricultura familiar catalisados pela territorialização de monoculturas de commodities agrícolas nos agroecossistemas da agricultura familiar. A centralidade foi dada a monocultura de milho transgênico no estado de Sergipe, que tem acarretado tendências disruptivas sobre significativos elementos da memória e identidade social das populações do campo, sobretudo a diversidade agroalimentar e culinária.

Foi demonstrado que as forças de mercado historicamente estão imersas em arranjos institucionais e formas sociais. Tais elementos se fragmentam mais sob ação da integração destes mercados em redes externas mais amplas, com mediações das estruturas políticas inter-

mediárias. O exemplo maior é a emergência do capitalismo moderno, com os Estados Nacionais articulando a incorporação dos mercados locais por mercados internacionais e promovendo aparatos institucionais para propulsionar a submissão de itens sob forma de mercadoria à lógica da maximização da geração de lucro. A busca por transformar todos os bens embutidos de diversas significações vivenciais em mercadoria não ocorre sem tensões de múltiplas ordens.

Em Sergipe os tensionamentos decorrentes da territorialização do sistema produtivo-comercial da monocultura do milho transgênico se revelam no comprometimento da agrobiodiversidade do campo. Apontou-se os potenciais mecanismos vulnerabilizados para os sujeitos sociais do campo que produzem diversidade agroalimentar e culinária que transportam a memória e identidade histórico-social.

As ameaças recaem sobre a resiliência econômica tanto como na segurança alimentar, incidindo sobre condições para a mobilização, organização e ação sociopolítica, minando mecanismos de autoafirmação. Verifica-se tendências fortes que, consoantes com mecanismos de aparatos estruturais que envolvem o contexto da produção no campo, sugerem que a preocupação da problemática levantada é potencialmente pertinente se não encontrarem outros contrapesos institucionais suficientemente potentes de contra-tendências.

A manutenção do modelo de desenvolvimento do campo ancorado no paradigma da Revolução Verde, ameaça a diversidade produtiva, ambiental e cultural dos agrossistemas familiares. A atuação dos movimentos sociais de luta pela terra e pelo território, como o MCP, MPA e MST tem se constituído como contra-hegemonia. Contudo, faz-se necessário a presença maciça e estrutural do Estado, por meio de políticas públicas que contemplem e valorizem tanto culturalmente, quanto economicamente a diversidade produtiva no campo, ancorada na segurança e soberania alimentar.

Referências

ALCHIAN, Armen A. Uncertainty, evolution, and economic theory. **Journal of political economy**, v. 58, n. 3, p. 211-221, 1950.

ALMEIDA, Miriam Cléa Coelho. **Memória, trabalho e território: o processo de trabalho na construção civil na cidade de Vitória da Conquista -Bahia**. 202f. Tese (Doutorado) –Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-graduação em Memória: linguagem e sociedade, Vitória da Conquista: 2017.

ALVES, Eliseu. Difusão de tecnologia-uma visão neoclássica. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 15, n. 2, p. 27-33, 1998.

AMORIM, Lucas Oliveira do. **Plantando semente crioula, colhendo agroecologia: agrobiodiversidade e campesinato no Alto Sertão sergipano**. 2016. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

BARTLETT, Frederic Charles. **Remembering: A study in experimental and social psychology**. Cambridge University Press, 1995.

BAUCKHAM, Richard. **Jesus e as testemunhas oculares: Os Evangelhos como testemunhos de testemunhas oculares**. São Paulo: Paulus, 2006.

BURKE, Peter. History as social memory. **Memory: History, culture and the mind**, v. 100, 1989.

CHAPMAN, Anee. **Barter as a Universal Mode of Exchange**. In: L'Homme, 1980, tome 20 n°3.

CUNHA, Jacksilene Santana. **O agronegócio do milho transgênico no oeste sergipano**. 2015. 175 f. Dissertação (Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

FAGUNDES, Andhressa; FAGUNDES, Rita; MENEZES, Sônia. **Cultura, tradições e segurança alimentar de Sítio Alto, Sergipe**. Aracaju: J. Andrade, 2016.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretações das Culturas**. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1989.

HOLT, Charles A. **Markets, games, & strategic behavior**. Boston: Pearson Addison Wesley, 2007.

HUMPHREY, Caroline. **Barter and economic disintegration**. Man: New Series. Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland. Vol. 20, N°1, 1985.

IBGE. Censo Agropecuário 2006. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf>. Acesso em 08 dez. 2018.

IBGE. Censo Agropecuário 2017. Disponível em <https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/estabelecimentos.html>. Acesso em 08 dez. 2018.

INGHAM, Geoffrey. *The Nature of Money*. Cambridge, Polity Press, v. 90, 2004.

KAZTMAN, Ruben. *Vulnerabilidad y Exclusión social: una propuesta metodológica para el estudio de las condiciones de vida de los hogares*. Chile: CEPAL, 2005.

LE GOFF, Jacques. **A Idade Média e o Dinheiro – ensaio de antropologia histórica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

LEITE, Alana Franco; MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. A resistência e permanência de Agricultores Familiares no meio rural alicerçada pela produção de iguarias derivadas da mandioca. **Revista de Geografia (UFPE)**, v. 30, n. 2, p. 208-226, 2013.

LEVINS, Richard A.; COCHRANE, Willard W. **The treadmill revisited**. *Land Economics*, Vol. 72, No.4, nov., 1996, p. 550-553.

MACINTYRE, Alasdair C. **Depois da virtude: um estudo em teoria moral**. Edusc, 2001. 478p.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; SILVA, Paulo Adriano Santos; SILVA, Heberly Ruan Conceição. Configuração espacial da geografia alimentar em Sergipe. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 40, 2019.

MENEZES, Sônia Mendonça. Queijo de coalho: tradição cultural e estratégia de reprodução social na região Nordeste. **Revista de Geografia (Recife)**, v. 28, n. 1, p. 40-56, 2011.

MENEZES, Sônia Souza Mendonça. Comida de ontem, comida de hoje. O que mudou na alimentação das comunidades tradicionais sertanejas? **OLAM-Ciência & Tecnologia**, v. 13, n. 2, 2013.

MISZTAL, Barbara. **Theories of social remembering**. McGraw-Hill Education (UK), 2003.

MOURA FERNANDES, Márcia Rodrigues *et al.* **Mudanças do uso e de cobertura da terra na região semiárida de Sergipe**. Rio de Janeiro: Revista Floresta e Meio Ambiente, 2015.

NARVÁEZ, L.; LAVELL, A.; ORTEGA, G.P. **La gestión del riesgo de desastres: un enfoque basado em procesos**. Secretaría General de la Comunidad Andina, Lima, 2009.

NOREL, Philippe. **A Invenção do Mercado: Uma história econômica da mundialização**. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

OLIVEIRA, Elis Regina Silva dos Santos. **Expansão da produção do milho no estado de Sergipe e sua interface com a agricultura familiar**. 2019. 218 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2019.

PINTO, Tiago Evandro. **Agricultura e memória social: o trabalho de sítiantes dos bairros rurais Córrego Bonito Delgado e Frades em Limeira - SP**. 2019. 124fls. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Aplicadas, Limeira, SP.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

SCHWARTZ, Herman M. **States versus Markets – History, Geography Development of the International Political Economy**. Nova Iorque: St Martin's, 1995.

TAYLOR, Charles. **Argumentos filosóficos**. São Paulo: Loyola, 2000.

TAYLOR, Charles. **A ética da autenticidade**. São Paulo: É Realizações, 2011.

RESSIGNIFICAÇÕES DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS COM ANIMAIS DE MONTA EM SERGIPE

Daniele Luciano Santos
danilucisan@gmail.com

Maria Augusta Mundim Vargas
guta98@hotmail.com.br

Introdução

As inquietações e as (in)certezas expostas no presente texto advêm de reflexões que são fruto da pesquisa de mestrado e que, posteriormente, se desdobram em nossa proposta de tese de doutorado. Durante o mestrado, os esforços foram direcionados para a análise dos territórios das cavalgadas no município de Itaporanga d'Ajuda, Sergipe, e, para descortiná-los, seguimos uma “trilha” metodológica ancorada pela análise das socio-espacialidades que mantêm e impulsionam a realização dessa manifestação. Os questionamentos que surgiram no curso do mestrado e que transpuseram os objetivos postos para a sua consecução encerram, pois, as inquietações e as certezas de que a Geografia permanece como chão teórico e metodológico.

Nesse contexto surgiu o interesse por outras manifestações com animais de monta e, a partir de então, a proposta de tese começou a ser esboçada na ambição de estabelecer um diálogo teórico-metodológico acerca das formas de apropriação – no espaço e no tempo – e dos processos de ressignificação da cavalgada, da cavalhada, da vaquejada e da pega de boi em Sergipe. Salientamos nosso enten-

dimento da apropriação tanto como sentimento de *posse* e *perten-*
cimento – de reconhecer algo como seu (GEERTZ, 1989) – quanto
como jogo de *poder*, que assume algo como propriedade material
(RAFESTIN, 1993).

O interesse pela relação entre espaço e cultura é uma tradição
da ciência geográfica. A cultura no sentido de modo de vida re-
mete ao conjunto de valores, crenças, conhecimento e costumes
que caracterizam e diferenciam vários grupos humanos, além das
formas materiais como esses valores, crenças e conhecimento se
manifestam. A Geografia, ao estudar o espaço e suas relações,
possibilita a associação de elementos que integram as dimensões
sociais, ambientais, econômicas e culturais dos territórios das
manifestações.

Neste texto, debruçamo-nos sobre as ressignificações das mani-
festações culturais elencadas para o estudo, com o objetivo de des-
pertar reflexões e questionamentos acerca das mudanças ocorridas
na composição da cavalgada, da cavalhada, da vaquejada e da pega
de boi em Sergipe. Para isso, iniciamos leitura e diálogo sobretudo
com os seguintes autores: Castro (2012), que trata da espetacula-
rização de festas no espaço urbano; Claval (2014), que versa sobre
a festa como um elemento cultural mutável; Hobsbawm e Ranger
(2002), que abordam a (re)invenção da tradição; Marques e Bran-
dão (2015), que explanam sobre a ressignificação de festas popula-
res; Santos (2000), que discorre acerca do papel da globalização no
processo de homogeneização da cultura e seus elementos; Vargas
e Neves (2009), que estudam a ressignificação e as festas no estado
de Sergipe; Vargas (2014), que analisa as apropriações simbólicas e
econômicas de manifestações.

Além da introdução, o texto está estruturado em outras quatro
sessões. Inicialmente tratamos da história das cavalgadas desde a
sua origem na Idade Média até sua composição na atualidade. Fa-

zemos um resgate da história da cavalgada no contexto geral, expondo sua origem, como e o que motivou suas mudanças, de que forma chegou ao Brasil e quais são suas principais finalidades. Na sequência, dedicamo-nos a apresentar parte do contexto de festas do estado de Sergipe, com especial destaque para as cavalgadas, de como se popularizaram em Sergipe, bem como as relações políticas e econômicas que se entrecruzam em sua manutenção. Posteriormente, focamos nas cavalgadas do município de Itaporanga D'Ajuda – os atores, sujeitos e relações de interesses que em parte se sobrepõem ao cultural –, que nos fizeram repensar as cavalhadas, as vaquejadas e as pegas de boi. Como conclusão, nas considerações finais, ocupamo-nos das inquietações que direcionam nossa busca, nossos estudos sobre a ressignificação de manifestações culturais populares. Com base no exposto, esperamos abrir janelas e portas para novas investigações e estudos na Geografia que busquem descortinar o enredar de práticas, relações, mudanças e motivações para a realização das manifestações que se significam com e pelos trotes dos equinos – as cavalgadas, as cavalhadas, as vaquejadas, as pegas de boi – e de manifestações culturais similares, tais como as corridas de argola, dentre outras.

Percursos dos sentidos das cavalgadas

A cavalgada enquanto percurso intencional de cavaleiros teve origem em práticas completamente distintas das que a motivam na atualidade. Do mesmo modo, suas finalidades também se adequaram ao contexto histórico e cultural em que se insere. Por esse motivo, as cavalgadas de ontem não são as mesmas de hoje, as da Europa não são as mesmas do Brasil. Ou seja, elas se diferem entre continentes, países, regiões, estados, municípios e até mesmo entre localidades de um mesmo município. O Brasil, com suas dimensões

continentais, abriga inúmeras variações na forma de fazer a cavalgada, razão por que a nomenclatura pode ser diferente de um local para outro, assim como os seus sentidos e os seus significados.

A motivação para se realizar as cavalgadas varia na linha do tempo com a observância de intenções bélicas, religiosas, festivas, desportivas dentre outras conforme destacado a seguir. O que se observa é que o fenômeno da ressignificação dessa manifestação cultural não é único e exclusivo de uma localidade, visto que acompanha as mudanças do seu entorno, da sociedade e das relações entre atores e sujeitos.

Segundo Costa (2017), a cavalgada tem sua origem ligada às práticas militares na Península Ibérica durante a Idade Média. Ela estabeleceu-se como forma de guerra e, a princípio, era considerada como uma estratégia de invasão, com o objetivo de causar danos ao adversário, sem ocupar ou conquistar o território do oponente. Aos poucos as cavalgadas medievais da Europa ganharam outras características conforme os objetivos de quem as liderava. De acordo com Bettencourt (2007), as cruzadas, por exemplo, foram um movimento religioso-militar que teve início com o Papa Urbano II, em 1095, com o objetivo de reconquistar a Terra Santa. As oito Cruzadas contaram com a participação de cavalaria formada por milhares de homens de exércitos, aventureiros, colonos e mendigos que, juntos, entraram em disputas sangrentas pela Terra Santa. Em 1270, as cruzadas foram abaladas pela morte de um de seus principais líderes – São Luiz –, mas antes de as cavalgadas medievais serem definitivamente encerradas no século XV elas causaram um rastro de destruição e morte por onde passaram.

Concordamos com Bispo (2012) de que as cavalgadas tenham surgido em razão da influência das cruzadas, pois as cavalgadas de peregrinação tornaram-se prática dos habitantes camponeses cristãos por toda a Europa e chegam ao Brasil trazidas pelos coloniza-

dores portuguesas, principalmente aqueles oriundos da região dos Açores. Refere Silva (2012) que, no Brasil, as cavalgadas ganharam adeptos durante o processo de ocupação do território entre os séculos XVII e XVIII e permaneceram com finalidades religiosas e de cumprimento de promessas em várias partes do país, principalmente onde a pecuária e o uso do cavalo faziam parte do cotidiano. Na época, os cavaleiros saíam em comitiva percorrendo trilhas rurais durante dias e os locais de parada para descanso eram marcados pela fartura de alimentos, encontros, celebrações, pedidos de proteção e agradecimentos ao santo homenageado. Segundo Cascudo (2000, p. 125), “no ciclo do gado, o animal favorito não era o touro, o novilho, o boi ou a vaca, mas o cavalo. Nessa época, cavaleiro era título acima de todos. Ter cavalo e andar a cavalo era elevação social”, o que reforça a importância dada ao animal e seus montadores.

Com o passar do tempo, em determinados lugares, as cavalgadas distanciaram-se das referências religiosas e, em outros, novos e antigos costumes passaram a coexistir. Atualmente encontramos cavalgadas em todas as regiões do Brasil e, segundo Barros (2015), elas podem ser voltadas para o transporte de cargas, comemorações festivas, religiosas, para o lazer, como aquelas inseridas em atividades turísticas, ecológicas e históricas, dentre outras.

Omena (2016) afirma que o Brasil é um dos países com maior potencial para todos os tipos de cavalgadas, graças ao seu tamanho, sua diversidade natural e cultural, além de possuir um dos maiores rebanhos equinos do mundo. Com base na tipologia destacada por Barros (2015) e Omena (2016), no Brasil há o predomínio de cavalgadas inseridas nas motivações para o *lazer* praticadas como atividades prazerosas, normalmente seguindo roteiros de paisagens naturais ou locais turísticos. As do tipo *religiosa* correspondem àquelas cavalgadas tradicionais que reverenciam santos ou são realizadas em peregrinações. As do tipo *histórica* são organizadas

em comemoração às datas históricas, em referência à história de um povo ou de um lugar. As do tipo *ecológica* são realizadas em trilhas naturais, com o objetivo educativo de chamar a atenção para os problemas ambientais e a importância da proteção dos recursos naturais. As de *aventura* inserem-se em modalidade de esporte ou turismo realizadas em trilhas acidentadas e locais de difícil acesso. As do tipo *festiva* são também consideradas de lazer, porém seguem a ordem, o contexto e a atmosfera da festa ou do acontecimento.

Para Barros (2015), as cavalgadas realizadas na região Nordeste são qualificadas de forma diferente do restante do país, podendo ser designadas como cavalgada de voltinha, de passeio, extensiva, de enduro, aventureira, de agência, de planilha e de desfile. A *cavalgada de voltinha* é o ir e voltar de um ponto a outro em um percurso de até dez quilômetros de extensão. A *cavalgada de passeio* é a mais comum na região e consiste em percorrer uma extensão entre dez e cinquenta quilômetros de um ponto a outro, mormente em trechos rurais. A *cavalgada extensiva*, também conhecida como cavalgada de viagem, apresenta as mesmas características daquelas de passeio, porém se estende por mais de um dia e exige pernoite. A *cavalgada de enduro* segue regulamentos de competição e refere-se a percursos de quarenta a cento e sessenta quilômetros de extensão em velocidade. A *cavalgada de planilha* é uma variação de enduro, correspondendo a uma competição (rali) de cavalos com trechos e tempo predeterminados. A *cavalgada aventureira* é uma prática de aventura solitária que pode se estender por dias, meses e até mesmo anos. A *cavalgada de agência* possui caráter de negócio, é organizada por empresas nacionais e internacionais, composta por vários trechos que podem ser realizados em qualquer parte do mundo. Barros (2015) também identifica a *cavalgada de desfile*, que pode ser festiva, religiosa ou política e se dá preponderantemente em trechos ur-

banos e curtos. De acordo com o autor, todas essas cavalgadas podem ainda ser *abertas* – bastantes divulgadas e de participação livre – ou *fechadas* – com número de cavaleiros reduzidos e convidados pelo realizador.

As denominações citadas têm a ver apenas com o contexto nordestino estudado por Barros (2015), podendo existir muitas outras pelo restante do Brasil. Dado o exposto, tratamos as cavalgadas como manifestação cultural tradicional que se realiza ressignificada, ou seja, “[...] aquela cuja evolução apresenta variações na composição e na estrutura [...], mas também o novo, recentemente apropriado” (VARGAS; NEVES, 2009, p. 10). Por conseguinte, considerando as peculiaridades distintas na conformação das cavalgadas de diferentes localidades, segue uma breve contextualização de suas manifestações no estado de Sergipe.

Cavalgadas em Sergipe

Para melhor compreensão das cavalgadas no estado de Sergipe bem como sobre o significado de sua ocorrência no contexto das dimensões socioespaciais, tomamos como referência os dados publicados em 2009 pelo inventário elaborado por Vargas e Neves (2009) e pelas informações levantadas em sites e plataformas digitais nos anos de 2016, 2017 e 2020.

Vargas e Neves (2009), fundamentados em Geertz (1989), entendem que existem múltiplas culturas nas sociedades e os indivíduos interpretam e conferem a elas diferentes sentidos, motivo pela qual as culturas são passíveis de diferentes formas de apropriação e interpretação. Nesse sentido, as manifestações culturais elencadas no inventário realizado por eles foram consideradas como expressões culturais e possibilidades identitárias. As cavalgadas se inserem nesse universo, como explicam:

As práticas culturais têm uma história, fruto de um processo de longo ou médio prazo, que se materializam em produtos materiais, práticas gestuais ou linguajares, atividades coreográficas e musicais, vínculos religiosos, modos de pertencimento, etc. Já as identidades são os discursos que fortalecem sentimentos de pertencimento entre os membros de uma sociedade. Enquanto tais, as identidades podem ser construídas a partir de expressões culturais específicas, adotadas ou não por todos ou por uma parte da população. (VARGAS; NEVES, 2009, p. 3).

Os autores afirmam que as identidades podem estar mais vinculadas a certas práticas culturais que a outras, ou que as manifestações culturais podem ou não ser produzidas em torno de identidades. Desse modo, é destacada a possibilidade tanto de múltiplas expressões culturais quanto de múltiplas identidades. Ainda nesse contexto, destacam que o trabalho de levantamento das manifestações culturais em Sergipe não nos permite ter acesso à base cultural identitária do estado, mas possibilita entender como a cultura é pensada e praticada pela população, que produz cultura e práticas culturais no seu cotidiano em forma de tradição ou resignificação. O inventário, portanto, considera que as manifestações/expressões/práticas culturais não estão necessariamente vinculadas à identidade e que as culturas se relacionam tanto com o passado expresso pela tradição quanto com o presente-futuro manifesto pela criação ou resignificação de práticas culturais.

Vargas e Neves (2009, p. 10) estabeleceram duas tipologias para as expressões culturais de Sergipe: as expressões tradicionais enraizadas, ou seja, “aquelas herdadas e mantidas tal como apropriadas no passado”, e as expressões resignificadas/contemporâneas, como já colocado anteriormente, isto é, “aquelas cuja evolução apresenta variações na composição e na estrutura [...], mas também o novo, recentemente apropriado”. A metodologia utilizada estabe-

leceu como base o depoimento de 349 entrevistados em todos os 75 municípios sergipanos, identificando quais são as expressões culturais que: (i) manifestam, mobilizam e correspondem à imagem do lugar; (ii) são muito importantes, mas mobilizam apenas os grupos ou indivíduos que a produzem; (iii) foram importantes no passado e deixaram de ocorrer e; (iv) são realizadas pelas prefeituras.

Segundo o inventário cultural, as festas nas suas mais diversas formas possuem importância no modo de vida dos sergipanos, como pontuam Vargas e Neves (2009, p. 136): “Sergipe é uma festa, pois a vida cultural do estado vive em grande medida em torno das festas, sejam elas tradicionais enraizadas ou ressignificadas/contemporâneas”. Os autores acrescentam que a importância das festas como expressão cultural não está relacionada apenas com a ruptura do cotidiano, mas também com o encontro com as raízes fundantes, com a ampliação de redes de sociabilidades dos sujeitos e com as repercussões econômicas. Destacam que as festas propiciam momentos de comemorações e de revelações identitárias, principalmente por parte dos representantes dos órgãos públicos, o que justifica de certa forma o financiamento de festas ressignificadas/contemporâneas como micaretas, forrós, cavalgadas, vaquejadas, carnavais, entre outros.

Em Sergipe, entre as festas tradicionais enraizadas, sobressam-se aquelas ligadas às tradições religiosas, às manifestações de danças dos ciclos juninos e do ciclo natalino, expressões culturais que buscam reforçar a solidariedade pelos traços culturais comuns. E entre as ressignificadas/contemporâneas manifestam-se diversas e numerosas festas ligadas aos forrós, micaretas, vaquejadas, cavalgadas e eventos de massa, muitas das vezes financiados pelo poder público. Este busca a promoção de festas para o consumo das manifestações em uma lógica da indústria cultural de massa ou de atração turística que serve de base para a construção de discurs-

sos identitários locais. Reafirma-se o entendimento de que o fato de existirem manifestações culturais não significa que expressem identidades, pois, para que isso ocorra, é necessário que haja a criação de tradições e comunidades com partilha de signos e símbolos comuns que os fazem reconhecer-se como pertencentes a um mesmo espaço (VARGAS; NEVES, 2009). Com efeito, a produção e reprodução das manifestações realizam-se no permanente processo dinâmico da cultura, viva e pulsante.

Ao abordar as festas sergipanas na década seguinte, Vargas (2014) traça o encontro e a simultaneidade de manifestações realizadas por determinados grupos somente nas datas da festa e restritas a espaços específicos, tanto quanto aquelas que se fazem com apresentações a qualquer tempo e mediante pagamento, até as que já se produzem no contexto da economia da cultura. Exemplificando, respectivamente, é o caso das cavalhadas e das cavalgadas religiosas tanto quanto das taieiras; das vaquejadas tanto quanto dos reisados, e das cavalgadas, das vaquejadas e da pega de boi tanto quanto das quadrilhas juninas.

Dentre as quinhentas nomenclaturas levantadas pelos autores, as cavalgadas foram consideradas como manifestação tradicional ressignificada em virtude da observância de sua ocorrência de forma generalizada em Sergipe e associadas à introdução de novos elementos, como acompanhamento por trios elétricos, inserção de *shows*, venda de camisetas e comércio de bebidas e comidas, além de outros. Em 2009, o inventário identificou a ocorrência de cavalgadas em trinta e oito municípios sergipanos, sendo que em doze aparecem como mobilizadoras e como a imagem do lugar; em vinte e cinco como importantes; e em um município como do passado. Em parte, as cavalgadas são realizadas pela iniciativa de moradores, mas em nove municípios já haviam sido declaradas patrocinadas pelas prefeituras, tal como em Itaporanga d'Ajuda, da qual trataremos adiante.

É importante destacar que no contexto demonstrativo das quinhentas manifestações inventariadas, procedeu-se a trinta e dois agrupamentos para o conjunto de tradicionais e ressignificadas e, dentre elas, as cavalgadas e as vaquejadas foram espacializadas juntas, com base na justificativa de que ambas já se manifestavam distantes das tradições enraizadas. Todavia, como nosso olhar, para além “de o quê, onde e como”, repousa nas socio-espacialidades das manifestações, distinguimos a cavalgada da vaquejada mediante levantamento feito em *sites*.

O levantamento em *sites* foi realizado nos anos de 2016, 2017 e 2020, com o objetivo de avaliar se a espacialização das cavalgadas permanece significativa no estado de Sergipe. Dos setenta e dois *sites* visitados, com destaque para as sessenta e nove prefeituras que dispõem desse veículo, levantou-se a ocorrência de cavalgadas em sessenta e oito municípios. A diferença do número de cavalgadas de 2009 para os anos de 2016, 2017 e posteriormente 2020 deu-se por dois motivos: (i) a metodologia da pesquisa de 2009 desenvolveu-se por meio de enquete nas prefeituras, com lideranças e pessoas reconhecidas do lugar, direcionada para os eixos de realização que considerou a mobilização como imagem do lugar e, (ii) o aumento do interesse na produção de cavalgadas pela iniciativa pública e privada, pela possibilidade, respectivamente, de apropriação política e como mercadoria.

Vargas e Neves (2009) assinalam que em Sergipe as cavalgadas bem como as vaquejadas traduzem o modo de vida dos sertanejos e dos interioranos marcado pelas duras lidas com o cavalo, com o gado e com a roça. Ou seja, a produção agrícola e a pecuária remetem às manifestações de expressão de destreza e força dos cavaleiros e vaqueiros e, por esse motivo, essas manifestações são inseridas no contexto de tradições ressignificadas, pois os shows, as camisas (abadás), as ornamentações “exageradas” dos cavalos e a

descaracterização dos cavaleiros e amazonas são apontados como elementos que gradativamente vêm redefinindo a forma e a estrutura de suas realizações. Elas vêm, gradativamente, ampliando suas importâncias no setor econômico, beneficiando a circulação de dinheiro no comércio local, garantindo renda para aqueles que trabalham como ambulantes nos pontos iniciais e finais dos cortejos, assim como nos segmentos de montagem da infraestrutura do palco, som, trio elétrico, iluminação, e propaganda, como apontado na referida pesquisa de 2009 e constatado nas propagandas, fotos e textos dos sites visitados mais recentemente.

No mundo contemporâneo de constantes mudanças, a interpenetração entre o tradicional e o ressignificado cria, destrói e recria práticas culturais que se adéquam às frequentes transformações do mundo. As modificações da sociedade sergipana “são perceptíveis no número de manifestações culturais que desaparecem, deixando marcas apenas na memória dos grupos” (VARGAS; NEVES, 2009, p. 138), ao mesmo tempo em que as ressignificações da cultura tradicional “explodem” em eventos cada vez mais numerosos e caracterizados como de massa. Afinal, segundo os autores, Sergipe atravessou, nas últimas décadas, sobretudo após 1980, profundas mudanças comportamentais advindas do processo de urbanização, de tal forma que não teria como passar ileso ao processo de ressignificação da sua cultura.

É importante esclarecer que tanto o governo do estado quanto determinadas prefeituras financiam em parte as manifestações/expressões culturais, com o discurso de valorização da cultura do lugar. Porém, “[...] aquelas que por serem mais vendáveis no plano midiático [o forró, a micareta, a cavalgada, a vaquejada], tornaram-se os alvos privilegiados das políticas públicas” (VARGAS; NEVES, 2009, p. 143), situação perceptível no apoio dado pelo governo do estado e pelas prefeituras para as festas desse tipo. Os autores não

veem como um problema o investimento do poder público em festas ditas de massa, porque estas oferecem para parte da população possibilidades econômicas convenientes, mas criticam o fato de os órgãos públicos “esquecerem” as demais manifestações culturais em certa decadência e dependência econômica em relação aos grupos políticos locais. Essas premissas conduziram um dos eixos do estudo que norteou a referida dissertação de mestrado.

Na contemporaneidade, as práticas culturais não devem ser vistas exclusivamente como produtos vendáveis, descartáveis e sem densidade estética. Elas podem permitir a projeção futura dos indivíduos reprodutores das manifestações tradicionais e/ou investidores/empreendedores de manifestações de massa, além de possibilitarem a valorização subjetiva com a elevação da autoestima dos envolvidos e do desenvolvimento de olhares positivos em relação a elas (VARGAS; NEVES, 2009). E a junção entre a autoestima e a visão positiva em relação a essas manifestações pode estimular e atrair investimentos econômicos produtivos e o consumo. Portanto, o que os autores pontuam é que o investimento e o consumo das manifestações, sejam elas tradicionais ou contemporâneas/ressignificadas, deveriam aparecer como consequência da valorização das condições de vida e da cultura dos sergipanos. Para isso são necessárias políticas públicas que levem em consideração a pluralidade cultural do estado e, sobretudo, não “esqueçam” aquelas manifestações ligadas ao cotidiano e as experiências da população sergipana, que podem sustentar uma autoestima positiva e a construção de territórios identitários.

Neste tocante, em todo o território sergipano as cavalgadas ora aparecem como expressão, mobilização e imagem do lugar ora como importantes para o local. Sua manutenção se dá em maior parte pela resistente satisfação dos sergipanos e pelo insistente interesse da iniciativa privada. Nos últimos vinte anos, também se

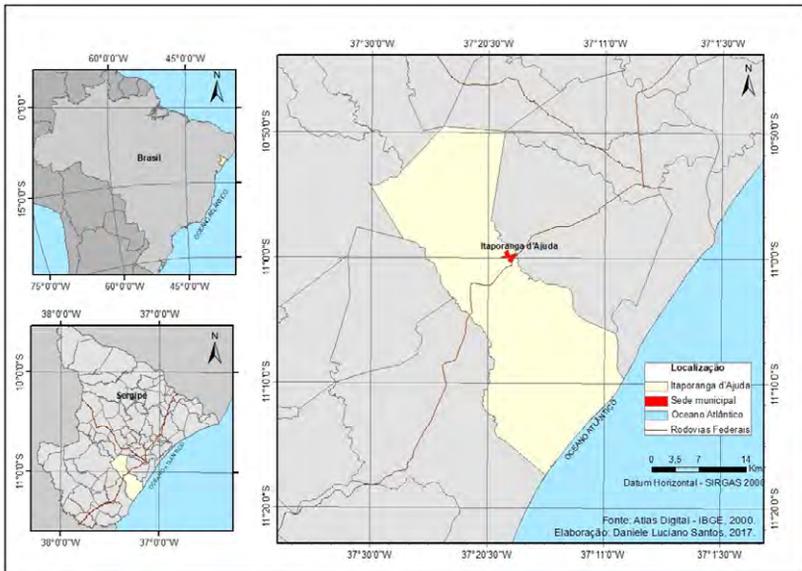
destacou o financiamento das cavalgadas por parte dos gestores municipais e estaduais, que enxergam nelas a oportunidade de visibilidade política. Essa manifestação ressignificada/contemporânea possui o importante potencial econômico local, beneficiando a geração de renda para aqueles que direta e indiretamente contribuem para a sua manutenção e permanência. Estamos cientes do cenário competitivo que envolve os eventos de massa, e conseqüentemente as cavalgadas se adéquam e dividem espaço, por exemplo, com as vaquejas e as micaretas.

Conforme a tipologia apresentada por Barros (2015), nas cavalgadas sergipanas predominam as de desfile em trechos curtos, em sua maioria do tipo festiva e aberta, ou seja, celebrações de ampla divulgação e participação livre. Porém, não são desprezadas as cavalgadas religiosas, como a que homenageia Nossa Senhora Aparecida no município de Capela e Nossa Senhora da Guia no município de Umbaúba. Em sites oficiais de prefeituras chamaram atenção (i) a institucionalização da cavalgada no calendário cívico-cultural do município de Lagarto pela Lei nº 704 de 22 de dezembro de 2016, justificando sua ocorrência tradicional no último domingo do mês de agosto; (ii) a incorporação de elementos da vaquejada nas cavalgadas do município de Porto da Folha; (iii) a realização nos mesmos moldes há 39 anos no povoado São José do município de Japaratuba (refere-se ao levantamento de 2020). Essas informações nos permitem afirmar que as cavalgadas em Sergipe são diversas, suas expressividades estão além do número de edições levantadas, perpassam as peculiaridades de cada localidade, a história, a cultura, o modo de vida, os atores e os sujeitos envolvidos, as formas, as misturas e até mesmo as regulamentações que asseguram a realização de “cavalgadas e cavalgadas”.

Mudanças e Resignificações nas Cavalgadas de Itaporanga D'Ajuda

Itaporanga D'Ajuda situa-se ao leste do território sergipano, entre os municípios pertencentes à região Grande Aracaju, sendo sua sede assentada na margem direita do Rio Vaza Barris, já próximo a sua foz, compreendendo uma população de aproximadamente trinta e dois mil habitantes (IBGE, 2020) (Mapa 1). Inicialmente abordaremos a diversidade de cavalgadas que ocorrem no município e seus intervenientes políticos, culturais e econômicos, para, em seguida, apresentar nossas inquietações em torno da resignificação das cavalhadas, vaquejadas e pegas de boi em Sergipe.

Mapa 1 - Localização do Município de Itaporanga d'Ajuda



Elaboração: Daniele Luciano Santos, 2017.

De acordo com a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo – SMCT –, não há registro exato de quando as cavalgadas começaram a ocorrer no município de Itaporanga d’Ajuda. O que “se sabe” é que elas tiveram origem na junção entre o casamento caipira e a missa do vaqueiro, práticas tradicionais no município no período das festas juninas. No casamento caipira as pessoas ornamentavam suas carroças, charretes e cavalos com adereços coloridos e de palha, improvisavam fantasias rústicas e seguiam em comitiva até o local da encenação do casamento. Na missa do vaqueiro homens e mulheres iam até a igreja expressar a sua fé vestidos com indumentárias e acessórios de couros, cuja celebração era marcada por versos e aboios típicos dos vaqueiros. Até a década de 1960 ambos ocorriam em circunstâncias distintas, mas passaram a ser realizados no mesmo dia e em sequência, o que deu origem à festa do casamento dos tabaréus no município, posteriormente chamada de cavalgada. Esta, com o tempo, também sofreu mudanças, como, por exemplo, o intenso aumento do uso de cavalos concomitantemente à diminuição das carroças e charretes, além da não realização da encenação do casamento caipira e o distanciamento das influências religiosas.

Segundo a SMCT, o casamento dos tabaréus assumiu, na década de 1980, um formato que se assemelha ao das atuais cavalgadas. No final do cortejo introduziram pequenas apresentações de trios pé de serra em meio a campos e praças onde as pessoas se aglomeravam. Em 1997, ano do primeiro mandato do então prefeito César Fonseca Mandarino, a prefeitura do município assumiu oficialmente a promoção do casamento dos tabaréus, com o objetivo de marcá-lo, no sentido de torná-lo singular, no contexto dos festejos juninos do Estado de Sergipe. Após sua institucionalização, o casamento dos tabaréus passou a ser chamado de cavalgada. Em 1998 foi criado o I Circuito de Cavalgadas de Itaporanga d’Ajuda, composto por até treze distin-

tos percursos realizados pela prefeitura em vários povoados e sede municipal. A institucionalização das cavalgadas também foi marcada pelas mudanças nas atrações que passam a vir de outros municípios e estados, sempre organizadas e financiadas pela prefeitura.

Até 1996 os casamentos dos tabaréus eram organizados e realizados pelos líderes comunitários e sujeitos locais residentes da sede e os povoados do município. A prefeitura participava com apoio, disponibilizando, por exemplo, iluminação, palanque e liberação do uso dos espaços públicos como as praças. Após 1997, como dito, a prefeitura assume todo o processo de organização, produção, divulgação, realização e pagamento das atrações. Segundo a SMCT, o envolvimento da prefeitura favoreceu o aumento do número de cavalgadas, que cresceu a cada ano. No ano de 2006 foi criada a Cavalgada D'Ajuda pelo vereador e produtor de eventos Bruno Sobral, que normalmente ocorre um mês antes do início do Circuito de Cavalgada da prefeitura. A realização dessa cavalgada particular, de certa forma, foi facilitada pela posição de vereador, seu produtor. E mesmo sendo particular a prefeitura de Itaporanga D'Ajuda se envolve no processo de organização como órgão de apoio. Isso nos chama a atenção para a “onipresença” da prefeitura nas cavalgadas de Itaporanga d'Ajuda, seja de natureza particular ou pública.

Em entrevista à Plataforma de Notícias no ano de 2016, a então prefeita Maria das Graças Souza Garcez salientou a importância das cavalgadas para o resgate da cultura e da tradição. Segundo ela, trata-se de uma festa cultural que já faz parte do calendário junino do município, destacando, ainda, que Itaporanga d'Ajuda tem tradição na organização de festejos importantes e marcantes na cultura de sergipanos e nordestinos (INFONET, 2013). Tal depoimento contraria as informações cedidas pela SMCT, as quais indicam que a principal motivação para a realização das cavalgadas no município, seja na sede ou nos povoados, está ligada aos interesses políticos

da prefeitura e das representações e lideranças comunitárias dos povoados, haja vista que, com a aproximação do período junino, as lideranças comunitárias e vereadores procuram os gestores municipais para expressarem seus interesses em realizar as cavalgadas em seus respectivos povoados. A cavalgada torna-se, assim, uma espécie de moeda de troca para a política local. Surpreendeu-nos que representantes de um órgão público expressem tal depoimento a respeito de uma festa popular e tradicional no município, ao mesmo tempo em que eles também reconhecem a importância cultural da manifestação.

Em suma, o processo de resignificação das cavalgadas é algo do qual não se pode fugir diante da nossa realidade contemporânea, visto que aderir a novos elementos é uma forma de se moldar às mudanças da sociedade. Castro (2012) lembra que a dinamicidade da sociedade torna distintos, ao longo do tempo, o ato e os significados do festejar. No município de Itaporanga d'Ajuda, o processo de resignificação das cavalgadas também foi associado aos interesses políticos, ideia que imbrica a grandiosidade da manifestação tradicional resignificada à força e imponência do poder político, ou seja, a cavalgada como um evento que promove os dirigentes públicos e ressalta a importância do poder político visto como os seus “mantenedores”. De acordo com a SMCT, os interesses políticos influenciaram no crescimento do número de cavalgadas, que saem de um povoado a outro ou de um povoado para a sede, envolvendo várias localidades ao longo do seu percurso, razão por que dizem que elas ocorrem em quase todas as comunidades e povoados do município.

As cavalgadas da sede municipal e dos povoados apresentam características similares quanto à distância percorrida pelo cortejo, às atrações em trios elétricos, aos cavaleiros e amazonas de todas as idades e à culminância com shows de bandas contratadas. No ano

de 2016, com a crise financeira que o Brasil já atravessava e diante dos cortes e reduções dos recursos financeiros destinados ao setor público, os governos municipais tiveram restrições para a realização de eventos, conseqüentemente a prefeitura municipal de Itaporanga d'Ajuda também enfrentou dificuldades para organizar, contratar atrações e realizar as cavalgadas no município. Segundo a SMCT, a prefeitura buscou estratégias que diminuíssem os gastos, como, por exemplo, a redução da programação dos festejos juninos no município com a contratação de bandas com cachês mais acessíveis. Dessa forma, manteve-se a promoção das cavalgadas pelo fato de elas não serem uma manifestação fixa e por envolverem várias comunidades do interior do município.

A criação do calendário que define as datas e a ordem de realização das cavalgadas é, também, de responsabilidade da prefeitura. O início do Circuito de Cavalgadas coincide com a data em que se comemora o São João, sendo que 24 de junho marca a abertura dos festejos juninos em Itaporanga d'Ajuda. Sobre a concentração para o início das cavalgadas, constatou-se que normalmente ela se dá em praças e, na ausência delas, em campos ou em frente a estabelecimentos de venda de bebidas, ou seja, em ambientes que possibilitem a aglomeração e comportem a demanda dos participantes. Vale assinalar que entendemos como participantes das cavalgadas não só os cavaleiros e amazonas, mas também os vendedores ambulantes, donos de barracas e espectadores.

A tradição da realização das cavalgadas em Itaporanga d'Ajuda assegura o envolvimento dos participantes em todas as edições. A tradição também é expressa pela permanência do trajeto realizado pelas cavalgadas. Mesmo após anos de ocorrência, com a inserção de novos elementos em sua estrutura, as cavalgadas mantêm rigorosamente o percurso. Entendemos por tradição, tal como Hobsbawm e Ranger (2002, p. 9), o conjunto de práticas, ritos e símbolos

construídos no passado e que continuam a ser aceitos e atuantes no presente. Os autores afirmam que, “muitas vezes, ‘tradições’ que parecem ou são consideradas antigas são bastante recentes, quando não são inventadas”. Assinalam que o termo tradição inventada “inclui tanto as ‘tradições’ realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisa de poucos anos apenas – e se estabeleceram com enorme rapidez” (HOBSBAWM; RANGER, 2002, p. 9).

Segundo Marques e Brandão (2015), a ressignificação das festas populares pode ser desencadeada a partir do momento em que determinados fenômenos como a modernização, o sistema capitalista e suas atividades comerciais e ainda a formação de redes de interação e comunicação se infiltram e alteram os seus sentidos. A maneira como a modernização influencia no processo de ressignificação das festas populares pode ser notada durante os seus preparativos com a substituição de equipamentos e formas de produção rudimentares por outras mais modernas que facilitam o preparar e o fazer. Nas cavalgadas em Itaporanga d’Ajuda, por exemplo, observam-se a inserção dos trios elétricos para a animação durante o percurso, o transporte dos cavalos em caminhões até o local de saída da cavalgada, anúncios de divulgação da festa em carros de som, em panfletos e em mídias digitais e eletrônicas. É importante destacar que a modernização facilita o preparo da festa, mas ao mesmo tempo também pode modificar a sua essência e estética (MARQUES; BRANDÃO, 2015). Nesse sentido, as práticas populares podem ser perdidas na medida em que são substituídas por práticas modernas. Como observamos, ocorreu com o casamento caipira, que não mais se realiza. Segundo os autores, com a crescente demanda, as festas populares em geral se adéquam às tecnologias como forma de se manterem e acrescentam:

[...] É inegável que as modificações alteram as dinâmicas da festa. No entanto, o novo e o moderno não anulam a essência do que já existe. Ao contrário, proporcionam novos movimentos, práticas e interações. Neste sentido, é importante lembrar que a cultura é maleável e por isso as transformações alcançadas pelas festas populares são, teoricamente, previsíveis e devem ser encaradas com cautela e parcimônia, pois interferir em seu curso pressupõe tirar-lhes a autenticidade. (MARQUES; BRANDÃO, 2015, p. 17).

No que se refere à mercantilização e às atividades comerciais, os autores afirmam que elas se inserem na festa visando comercializar bens e serviços. E essas trocas econômicas possuem a capacidade de divergir o sentido primordial da maioria das festas populares, principalmente daquelas que têm um elemento sagrado como eixo central. Um exemplo disso é o distanciamento entre as cavalgadas e a religiosidade. Como anteriormente citamos, as cavalgadas em Itaporanga d'Ajuda ocorriam no período junino associadas às missas do vaqueiro e que, com o tempo, deixaram de acontecer. Concomitantemente houve o aumento do número de comerciantes ambulantes e a venda de bebidas alcoólicas nos espaços da festa. Tentar explicar as ressignificações das cavalgadas apenas com base na influência descaracterizadora da mercantilização leva a uma redução de um fenômeno complexo. Apesar de muitas manifestações populares, como algumas festas, terem sido associadas à apropriação capitalista, “[...] é importante destacar o caráter reinventivo e inovador de muitas pessoas, que procuraram enxergar na festa não apenas uma forma de lazer ou de diversão, mas também uma atividade capaz de gerar renda” (CASTRO, 2012, p. 50).

Segundo Marques e Brandão (2015), a formação de redes de interação e comunicação também marca e dá dinamicidade à festa. Essas redes se estabelecem quando os sujeitos “[...] se misturam

temporariamente às instituições, organizações privadas, entre corporações e juntos atuam na festa, cada um a seu modo, realizando suas funções e defendendo interesses próprios” (MARQUES; BRANDÃO, 2015, p. 15). Dessa maneira, para eles a festa deixa de ser domínio exclusivo da comunidade e o popular passa a caminhar por novos rumos, ganhando novas influências, ou seja, ressignificando-se. Segundo o entendimento dos autores, a globalização, com suas redes de integração e comunicação, é fator que modifica diretamente a cultura popular e as festas, pois com as novas formas de comunicação e de redes um novo público é integrado a elas. Esta nova demanda se liga à festa popular por razões que muitas vezes se diferem das tradicionais, atribuindo-lhe um novo sentido e reforçando a sua maleabilidade e flexibilidade.

Sobre a globalização, Santos (2000) enfatiza que ela influencia, direta e indiretamente, todos os aspectos da vida econômica, da vida cultural, das relações interpessoais e da subjetividade humana. Sobre a cultura de massas e a cultura popular, o autor destaca a função homogeneizadora do mercado, que impõe verticalmente os elementos da cultura de massa, indiferente às heranças e às realidades atuais dos lugares e das sociedades. No entanto, a cultura preexistente resiste às investidas homogeneizadoras da globalização e produz nos lugares “formas mistas sincréticas”, oferecidas como espetáculo, e chamadas pelo autor de cultura popular domesticada. Seria então a cavalgada parte de uma cultura domesticada? Ousamos afirmar que ela é composta pela sobreposição do antigo e do novo, da tradição e da ressignificação, do político/econômico e do cultural/simbólico.

A “evolução” das cavalgadas revela que suas realizações não são mais tarefa exclusiva dos indivíduos interioranos como um modo de vida típico do ambiente rural, nem sequer dos vaqueiros do campo, ou demais habitantes comuns do município de Itaporanga d’Ajuda,

posto que intervêm também em sua organização os líderes comunitários, vereadores, empresários e principalmente a prefeitura municipal. Essa multi-intervenção, segundo Marques e Brandão (2015), movimenta e possibilita aos participantes da festa novos usos, interesses e percepções, que podem alterar o seu sentido. Para os autores, “é necessário que o domínio e autonomia da festa popular continuem com a comunidade, caso contrário ela passará a sofrer as consequências da descaracterização moderna e perda da identidade” (MARQUES; BRANDÃO, 2015, p. 17). Daí a importância do papel dos líderes comunitários em representar os sujeitos que “fazem” a festa, pois eles são os mediadores entre os grandes promotores e os participantes.

Acrescenta-se, a festa é um elemento cultural mutável e, nesse sentido, Claval (2014) afirma que a cultura é um sistema aberto e mutável de técnicas e comportamento, em que o contato entre diferentes culturas, algumas vezes conflitantes, constitui-se uma fonte de enriquecimento mútuo e de mudanças. As ideias do autor nos permitem compreender o dinamismo das cavalgadas, que preservam o período de ocorrência, os percursos e os sujeitos locais como principal público, associados à modernização do modo de fazê-la como manifestação cultural, tradicional ressignificada, com nuances de festa popular e evento político.

O descortinar de todo esse enredar de características e nuances da cavalgada levou-nos também a questionamentos sobre outras manifestações com animais de monta que ocorrem no estado de Sergipe. Além da cavalgada, direcionamos nosso olhar para a cavalhada, a vaquejada e a pega de boi. Antes de apresentarmos nossas inquietações sobre essas manifestações culturais, é importante assinalar uma breve descrição de cada uma, de forma a reforçar nossas motivações no sentido de ampliar nosso olhar para elas. A *cavalgada*, como já exposto, é um cortejo a cavalos com inúmeras finalidades, dentre elas destaca-se a festiva (SANTOS, 2018); a *ca-*

valhada é uma encenação da batalha entre cristãos e mouros que faz referência aos combates religiosos da Idade Média e finda com o batismo dos mouros (islâmicos) (NUNES; SANTOS, 2001); a *vaquejada* é uma festa rural do Sertão nordestino conhecida, atualmente, como esporte em que dois cavaleiros, conforme determinadas regras, correm em uma arena em busca do boi para derrubá-lo pelo rabo (MENEZES, 2009); e a *pega de boi*, também manifestação do Sertão nordestino, é um ritual festivo popular que surgiu da atividade diária do vaqueiro composto pela busca e apartação do gado na caatinga (MENEZES; ALMEIDA, 2008).

Em suma, o lazer, a religiosidade, a musicalidade e a destreza justificam a origem da cavalgada, da cavalhada, da vaquejada e da pega de boi em Sergipe. Todas essas manifestações têm como elementos comuns a presença do cavalo e sua expressividade no ambiente rural, mantendo-se como tradição que se estabelece pelos significados e sentidos postos pelas comunidades, a saber, o material e o simbólico no contexto de sua progênie.

Considerações finais: inquietações e (IN)certezas

Na Geografia ainda são escassos os estudos que abordam alguma dessas manifestações culturais. Nossas pesquisas documentais apontam a Antropologia como a área da ciência que mais produz em torno de tais fenômenos e similares. Também encontramos estudos em outras áreas, como por exemplo Ciências Sociais, História e Biologia, mas nenhum deles nos deu a tranquilidade com a resolução de nossos questionamentos, que permanecem como janelas que se abrem para a continuação de nossas investigações ou como portas para que outros desenvolvam novos estudos.

Uma manifestação que resguarda uma história com início ainda na Idade Média, que traça um percurso de mudanças de significados

e sentidos em sua manutenção nos desperta inquietações sobre a sua proliferação. Por que a cavalgada permaneceu e proliferou? A cavalgada enquanto percurso intencional de cavaleiros teve origem em práticas completamente distintas das que a motivam na atualidade. Suas finalidades também se adequaram ao contexto histórico e cultural em que estão inseridas. Será esse o motivo de as cavalgadas de ontem não serem as mesmas de hoje? E as da Europa não serem as mesmas do Brasil? Elas se diferem entre continentes, países, regiões, estados, municípios e até mesmo entre localidades de um mesmo município. O Brasil, com suas dimensões continentais, abriga inúmeras variações na forma de fazer a cavalgada. A nomenclatura pode ser diferente de um local para outro, assim como os seus significados e os seus sentidos.

Mas o que de fato fez com que as cavalgadas permanecessem desde a Idade Média até a atualidade? Será que a permanência se deu porque ao longo da sua história a cavalgada sofreu variações em sua finalidade, estrutura e forma? A motivação da realização da cavalgada varia na linha do tempo entre finalidades bélicas, religiosas, festivas, desportivas, turísticas dentre outras. O fenômeno da sua ressignificação acompanha as mudanças do seu entorno, da sociedade e das relações entre atores e sujeitos. Ou será que sua permanência se deu porque ela despreendeu-se de determinadas características como a religiosidade e aderiu a novas como a mercantilização? Em Itaporanga d'Ajuda, por exemplo, a "evolução" da cavalgada revela que ela se mantém no município por meio das múltiplas ações e interesses de múltiplos atores. Atualmente em sua organização intervêm líderes comunitários, políticos, empresários e gestores municipais. Além da política, destacamos a lógica capitalista de venda e lucro que prepondera na realização das cavalgadas, independentemente de quem as promovem.

Questionamos ainda: será que a manutenção da cavalgada se deu porque ela agregou elementos tanto de festa popular ligada à

espontaneidade, de cunho cultural e identitário, quanto de evento ligado às estratégias que objetivam a visibilidade daqueles que o promovem? Porque a associação entre festa popular e evento se dá na fusão entre os sentidos de patrimônio apropriado pelo saber fazer popular e de patrimônio instituído por normas legais ou pela repetição decorrente de interesses políticos e econômicos.

Nesse contexto, porventura a mesma apropriação política e econômica, citadas anteriormente, ocorrem nas cavalcadas, vaquejadas e pegas de boi? A institucionalização e a normatização da cavalgada para atender os interesses políticos e econômicos daqueles que a realizam ocorreram de forma precisa e são determinantes para a sua realização no presente. Acaso a cavalcada, a vaquejada e a pega de boi também despertaram interesses semelhantes nos políticos e empresários? Em Sergipe, por que não aconteceu o mesmo com as cavalcadas? Ou seja, por que elas não se destacaram no contexto das festas/eventos da mesma forma que as cavalgadas? Talvez porque a ocorrência das cavalcadas carece da responsabilidade de grupos de tradição popular, o que prescinde na ocorrência de cavalgadas? As cavalcadas são festejos populares e estão associadas à tradição ibérica de representar, simbolicamente, as lutas entre cristãos e mouros, diferentemente das cavalgadas, que conseguiram se desvincular do seu passado medieval. Talvez o elo das cavalcadas indissociável ao imaginário da Idade Média seja indispensável para compreender tal realidade.

No tocante à vaquejada e à pega de boi, a forma de ressignificação é o que nos inquieta. Hipoteticamente, a sua forte associação com o bioma da caatinga fez com que estas manifestações se ressignificassem em outros moldes? Diferentemente da cavalgada, que se espacializou independente da região, do campo, da cidade, da atividade econômica, dentre outros? O fato de a cavalgada não ser associada diretamente e exclusivamente a certa localidade, como

acontece com as vaquejadas e as pegas de boi na caatinga, impulsionou sua apropriação política e econômica de forma diferenciada das demais manifestações? Essa condição da vaquejada e da pega de boi desperta nos seus realizadores o sentimento de valorização da identidade, ou a apropriação política e econômica supera essa condição?

Os balizamentos teóricos e metodológicos que nortearão nossos caminhos estão, todavia, em construção. A antropologia interpretativa de Clifford Geertz (1989) e seu respectivo metodológico fornecido pela descrição densa foram acolhidos pela geografia no movimento da “virada cultural”, correspondente à renovação/revisão da geografia clássica (CLAVAL, 2009), possibilitando vieses interpretativos no contexto histórico-espacial e nos constitutivos de nossas categorias fundantes, como o território, o lugar e a paisagem.

Nessa perspectiva, as numerosas possibilidades interpretativas permanecem postas para nossas escolhas: como negar a paisagem de tais manifestações, tal como colocado por Raffestin (2010, p. 15): paisagem que tanto revela quanto esconde como “produto da territorialidade que resulta de um conjunto de relações mediatizadas, produto expresso por diversas linguagens, em certa escala”? Como abstrair o processo histórico de formação dos territórios dessas manifestações, seus elementos, suas características, suas singularidades enfim, suas socio-espacialidades? Como não procurar compreender os territórios das manifestações elegidas pela essência relacional do território enquanto categoria de análise? Quais os constitutivos das dimensões material, simbólica e política (HAESBAERT, 2009), e como se processam as relações internas e externas de poder, pertencimento, entre as representações etc., que sustentam os atores, os sujeitos e os produtores de tais manifestações, e estas como festa, como mercadoria, como política cultural, como política partidária, como tradição, e tantos outros vieses que com-

portam a atenção de nosso olhar para as horizontalidades e as verticalidades desses fenômenos de tantas histórias e tantas geografias?

Entre tantos questionamentos apresentados, a única certeza que temos é que muitas outras indagações surgirão. É a complexidade dessas manifestações culturais, das representações (atores e sujeitos) e suas motivações/intenções, das formas de apropriação nos diferentes espaços e tempos que desperta em nós inquietações e impulsiona nossos estudos.

Referências

BARROS, Mozart Brandão. **Cavalgada**: conceitos e organização. Alagoas: Viajar a Cavalo, 2015. Disponível em: <https://viajaracavalo.com.br/cavalgadas-conceitos-e-organizacao/>. Acesso em: set. 2017.

BETTENCOURT, Dom Estêvão Tavares. **As Cruzadas e a Terra Santa**: Santa Sé Vaticano: Congregação para o Clero. 2007. Disponível em: <http://www.clerus.org/clerus/dati/2007-11/23-13/02CruzadasTerra-Santa.html> Acesso em: set. 2017.

BISPO, Antônio Alexandre. Migrações a centros de comércio e mudanças de práticas tradicionais: das cavalgadas do Divino de zonas rurais inglesas à música de banda em Manchester e na integração de portugueses no universo britânico de Hong Kong. **Brasil-Europa**, v. 137, n. 15, 2012.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. 9. ed. São Paulo: Global, 2000.

CASTRO, Jânio Roque Barros de. Concepções de festa, os sentidos do festejar e as dimensões socioeconômicas, culturais e lúdicas das festas juninas. In: CASTRO, Jânio Roque Barros de. **Da casa à praça pública**: a espetacularização das festas juninas no espaço urbano. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 39-84.

CLAVAL, Paul. “A Volta do Cultural” na Geografia. **Mercator**, Fortaleza, v. 1, n. 1, jan. 2009.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. 4. ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2014.

COSTA, Sergio Paulo Muniz. **Idade Média**: mil anos no presente. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2017. Disponível em: *file:///E:/Origem%20das%20cavalgadas/IDADE%20M%C3%89DIA_%20MIL%20ANOS%20NO%20PRESENTE%20-%20S%C3%89RGIO%20PAULO%20MUNIZ%20COSTA%20-%20Google%20Livros.html*. Acesso em: set. 2017.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1989.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Geociências. **Atlas nacional do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

INFONET. Circuito de Cavalgadas prossegue em Itaporanga. 2013. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/noticias/cultura//ler.asp?id=146740> Acesso em: ago. 2016.

MARQUES, Luana Moreira; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. As festas populares como objeto de estudo: contribuições geográficas a partir de uma análise escalar. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 9, n. 3, p. 7-26, dez. 2015.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. **A força dos laços de proximidade na tradição e inovação no/do território sergipano das fabriquetas de queijos**. 2009. 359 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; ALMEIDA, Maria Geralda. Vaquejada: a pega de boi na caatinga resiste no sertão sergipano. **Vivência**, Natal, n. 34, p. 181-193, 2008.

NUNES, Verônica Maria Meneses; SANTOS, Fabrícia de Oliveira. Cavallhada de Poço Redondo. In: CENDOP. **História e memória na busca da preservação cultural**. Aracaju: Bicen/UFS, 2001.

OMENA, Jacira. **Cavalgadas Brasil**. 2016. Disponível em: <https://viajara-cavalo.com.br/cavalgadas-brasil-2/>. Acesso em: set. 2017.

RAFFESTIN, Claude. Uma concepção de território, territorialidade e paisagem. In: PEREIRA, Sílvia Regina; COSTA, Benhur Pinós da; SOUZA, Edson Clemente de (Org.). **Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 13-25.

SANTOS, Daniele Luciano. **As socio-espacialidades e ressignificações das cavalgadas**: Itaporanga d'Ajuda/SE. 2018. 136 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

SANTOS, Milton. Cultura popular, período popular. In: SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 142-147.

SILVA, Paula Junqueira da. Cavalaria Jacuba e a valorização da identidade camponesa: Patrimônio Cultural e Imaterial de Iporá, GO. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia, MG. **Anais...Uberlândia**, 2012.

VARGAS, Maria Augusta Mundim. Festas-patrimônio: os ciclos junino e natalino em Sergipe. **Ateliê Geográfico**, v. 8, n. 2, p. 252-273, 2014.

VARGAS, Maria Augusta Mundim; NEVES, Paulo Sergio da Costa. **Inventário cultural dos territórios de Sergipe e elaboração de um atlas da cultura sergipana**: relatório. Aracaju, SE: Seplan, 2009.

Sobre os autores

Adriano Rodrigues de Oliveira

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente/ SP. Professor do Curso de Graduação em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho, Território e Políticas Públicas (TRAPPU) na Universidade Federal de Goiás.

E-mail: adriano.oliveira@ufg.br

Bernardo Machado Gontijo

Biólogo, Geógrafo, Doutor em Desenvolvimento Sustentável (CDS/UnB). Professor Associado/ Departamento de Geografia, Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais.

E-mail: gontijobm@yahoo.com.br

Daniele Luciano Santos

Graduada em Geografia na UFS. Mestre e Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Integrante do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura e intercambista do Projeto Promob Edital CAPES/FAPITEC nº10/2016, bolsista Capes.

E-mail: danielucisan@gmail.com

Débora Paula Andrade Oliveira

Doutoranda em Geografia PPGEO Universidade Federal de Sergipe. Licenciatura Plena e Mestrado em Geografia pela Universidade Es-

tadual do Sudoeste da Bahia. Professora da Rede Estadual de Educação do Estado da Bahia. Membro Grupo de Estudos e Pesquisas em Alimentos e Manifestações Tradicionais (GRUPAM). Intercambista do Projeto Promob Edital CAPES/FAPITEC n°10/2016, bolsista Capes. E-mail: deborapaulageografia@gmail.com

Heberty Ruan Conceição Silva

Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe - UFS. Mestre em Geografia (PPGEO/UFS), graduado em licenciatura em Geografia (2013-2016). Integra o Grupo de Estudos e Pesquisa Sobre Alimentos e Manifestações Tradicionais (GRUPAM). Intercambista do Projeto Promob Edital CAPES/FAPITEC n°10/2016, bolsista Capes. E-mail: heberty.ruan@gmail.com

Jéssyca Tomaz de Carvalho

Graduada e mestra em Geografia Universidade Federal de Goiás (UFG). Doutoranda no Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás. Integrante do TRAPPU (Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho, Território e Políticas Públicas) no IESA - Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás.

E-mail: jessyca.geo@gmail.com

José Antônio Souza de Deus

Doutorado em Geografia (UFRJ). Professor Associado IV no Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Credenciado junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do ICG/ UFMG. Coordenador do Projeto Promob na UFMG.

E-mail: jantoniosdeus@uol.com.br

José Eloízio da Costa

É graduado e mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista - Campus de Rio Claro. É Professor Titular do Departamento de Geografia e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Líder do Grupo de Pesquisa sobre as transformações no mundo rural - GEPRU.

E-mail: eloizio@ufs.br

Josy Dayanny Alves Souza

Mestra em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) Campus Pontal. Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Associada à ABPN (Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as). Pesquisadora no Laboratório de Estudos de Gênero, Étnico-Raciais e Espacialidades (LaGENTE), vinculado à Universidade Federal de Goiás. Intercambista do Projeto Promob Edital CAPES/FAPITEC nº10/2016, bolsista Capes.

E-mail: jdgeografa@gmail.com

Ludimila de Miranda Rodrigues Silva

Professora Substituta no Instituto Federal de Minas Gerais - IFMG. Doutora e Mestre pelo Curso de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Geociências - UFMG. Desenvolve pesquisa no Grupo de Pesquisa TERRA, ÁGUA & SOCIEDADE no Laboratório de Geografia Agrária. Intercambista do Projeto Promob Edital CAPES/FAPITEC nº10/2016, bolsista Capes.

E-mail: ludimilardrigues86@gmail.com

Luciana Priscila do Carmo

Bacharelado em Turismo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Mestrado em Geografia pelo Instituto de Geociências

da Universidade Federal de Minas Gerais. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Alimentos Tradicionais e Manifestações Culturais. Intercambista do Projeto Promob Edital CAPES/FAPITEC nº10/2016, bolsista Capes.

E-mail: lupriconsultoria@gmail.com

Marcelo Rodrigues Mendonça

Professor Doutor nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás – IESA/UFG. Colaborador no Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Catalão – UFCAT. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho, Território e Políticas Públicas (TRAPPU) na Universidade Federal de Goiás.

E-mail: marcelomendonca@ufg.br

Maria Augusta Mundim Vargas

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe e doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. É Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Líder do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura.

E-mail: guta98@hotmail.com.br

Maria Geralda de Almeida

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestrado e doutorado em Geografia pela Université de Bordeaux III. Atualmente é integrante do Programa de Docente Voluntária da Universidade Federal de Goiás, onde é pesquisadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais-LA-

BOTER. Líder do Grupo de Pesquisa Geografia Cultural: Territórios e Identidade. Coordenadora do Promob na UFG.

E-mail: mgdealmeida10@gmail.com

Rodrigo Gonçalves de Souza

Mestre em Agronegócio pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Doutorando em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG). Intercambista do Projeto Promob Edital CAPES/FAPITEC n°10/2016, bolsista Capes.

E-mail: rodrigonsou@gmail.com

Sônia de Souza Mendonça Menezes

Professora Associada do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Doutorado, Mestrado realizados no PPGEO/UFS. É líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Alimentos e Manifestações Tradicionais-GRUPAM/UFS/CNPq. Coordena o Projeto PROMOB: Análise das novas territorialidades no espaço rural nos estados de Sergipe, Minas Gerais e Goiás financiado pelo Edital CAPES/FAPITEC N° 10/2016 - PROMOB.

E-mail: soniamenezes@academico.ufs.br

Wilian Ribeiro de Padua

Técnico em Geociências no Serviço Geológico do Brasil-CPRM. Mestre em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás - IESA/UFG.

E-mail:wilian.padua@cprm.gov.br

